

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

DOUTORADO EM GEOGRAFIA

JACKELINE CRISTINA NOGUEIRA GUERRERO

A MOBILIDADE DE COMERCIANTES, FEIRANTES E AMBULANTES: A PRODUÇÃO DAS TERRITORIALIDADES BOLIVIANAS NA FRONTEIRA DE CORUMBÁ, NO MATO GROSSO DO SUL, BRASIL, E PUERTO QUIJARO, NO DEPARTAMENTO DE SANTA CRUZ, BOLÍVIA



DOURADOS-MS

2026

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

DOUTORADO EM GEOGRAFIA

JACKELINE CRISTINA NOGUEIRA GUERRERO

**A MOBILIDADE DE COMERCIANTES, FEIRANTES E AMBULANTES: A
PRODUÇÃO DAS TERRITORIALIDADES BOLIVIANAS NA FRONTEIRA DE
CORUMBÁ, NO MATO GROSSO DO SUL, BRASIL, E PUERTO QUIJARRO, NO
DEPARTAMENTO DE SANTA CRUZ, BOLÍVIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação –
Doutorado em Geografia, da Faculdade de Ciências
Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados,
como requisito final para a obtenção do título de Doutora
em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Leandro Mondardo

DOURADOS-MS

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

G934m Guerrero, Jackeline Cristina Nogueira

A MOBILIDADE DE COMERCIANTES, FEIRANTES E AMBULANTES: A PRODUÇÃO DAS TERRITORIALIDADES BOLIVIANAS NA FRONTEIRA DE CORUMBÁ, NO MATO GROSSO DO SUL, BRASIL, E PUERTO QUIJARRO, NO DEPARTAMENTO DE SANTA CRUZ, BOLÍVIA [recurso eletrônico] / Jackeline Cristina Nogueira Guerrero. -- 2026.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Marcos Leandro Mondardo.

Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2026.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Movimentos pendulares internacionais. 2. bolivianos. 3. trajetórias migratórias. 4. fronteira. 5. territorialidades. I. Mondardo, Marcos Leandro. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

Jackeline Cristina Nogueira Guerrero

A mobilidade de comerciantes, feirantes e ambulantes: a produção das territorialidades bolivianas na fronteira de Corumbá, no Mato Grosso do Sul, Brasil, e Puerto Quijarro, no Departamento de Santa Cruz, Bolívia

BANCA EXAMINADORA

TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR

Presidente / Orientador Prof. Dr. Marcos Leandro Mondardo

1º

Examinador Profa. Dra. Adriana Dorfman

2º

Examinador Prof. Dr. Edgar Aparecido da Costa

3º

Examinador Prof. Dr. José Lindomar C. Albuquerque

4º

Examinador Profa. Dra. Lisandra Pereira Lamoso

Dourados-MS, 17 de julho de 2026.

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar a dinâmica dos movimentos pendulares internacionais na fronteira de Corumbá, no Mato Grosso do Sul, Brasil, e Puerto Quijarro, no Departamento de Santa Cruz, Bolívia. Para isso, o presente estudo está estruturado em três subquestões que estão conectadas entre si. A primeira questão busca, em específico, compreender a dinâmica das mobilidades, as formas como elas se repetem no território e a inserção do imigrante boliviano na contribuição da economia para a cidade de Corumbá, Brasil, a partir do comércio informal. A segunda questão tem como preocupação identificar as categorias migratórias, com os perfis dos imigrantes pendulares, a partir da configuração das mobilidades, comércio e redes de apoio. A terceira propõe compreender a abordagem dos agentes públicos competentes no atendimento aos imigrantes pendulares internacionais. A metodologia usada foi a pesquisa qualitativa, com a abordagem da História Oral. Os procedimentos metodológicos se deram com o uso de entrevistas realizadas com o grupo de migrantes e com o grupo de agentes públicos. Conheceu-se as trajetórias migratórias de feirantes, lojistas e ambulantes, constatando a importância da solidariedade entre eles e a questão da honra e dignidade no trabalho, pois os migrantes desprotegidos de contratos formais buscam ajuda mútua, uma vez que, sem isso, eles não poderiam se manter nas ruas. Foram verificados os diversos significados de trabalho que são acionados na fronteira entre migrantes e policiais, seguindo a lógica dos binômios legal-ilegal, formal-informal e observa-se que as mercadorias são mobilizadas pelos operadores de múltiplas-escalas. Ressalta-se, contudo, que, embora os bolivianos sejam importantes para o comércio local ou prestação de serviço, ainda existe preconceitos nessa fronteira. No entanto, em alguns momentos, eles são minimizados, como quando os entrevistados afirmam que “barateiam a vida na fronteira”, proporcionam a riqueza alimentar que complementam a alimentação de fronteiriços e estabelecem contatos com a diversidade cultural. Verifica-se a nova territorialidade no bairro periférico, Popular Nova, que abriga hoje muitos imigrantes bolivianos que reconstruíram a vida e comércios de forma precária. Observa-se ainda que os traçados das ruas do bairro mudaram com o passar do tempo, pois muitas construções estão sendo feitas pelos comerciantes; as estruturas antigas estão dando espaço para as novas, ampliando as territorialidades. Conclui-se que o espaço da rua vira território, lugar de vida e de experiências, sendo produto das territorialidades.

Palavras-chave: Movimentos pendulares internacionais, bolivianos, trajetórias migratórias, fronteira, comércio informal, territorialidades.

ABSTRACT

The research aims to analyze the dynamics of international pendular movements along the border between Corumbá, in the state of Mato Grosso do Sul, Brazil, and Puerto Quijarro, in the Department of Santa Cruz, Bolivia. To achieve this, the present study is structured around three interconnected sub-questions. The first seeks specifically to understand the dynamics of mobility, the ways in which these movements are repeated across the territory, and the integration of Bolivian immigrants into the economic contribution to the city of Corumbá, Brazil. The second focuses on identifying migratory categories and the profiles of pendular immigrants based on mobility patterns, trade, and support networks. The third aims to understand the approach adopted by competent public agents in providing assistance to international pendular immigrants. The methodology used was qualitative research based on the Oral History approach. Methodological procedures involved interviews conducted with a group of migrants and a group of public agents. We examined the migratory trajectories of market vendors, shopkeepers, and street vendors. We found the importance of solidarity among them and the issue of honor and dignity in work, since migrants without formal employment contracts seek mutual assistance; without it, they would not be able to survive on the streets. We identified the various meanings attributed to work at the border between migrants and police officers, following the logic of the legal-illegal and formal-informal dichotomies. We found that goods are mobilized by multi-scale operators. We emphasize, however, that although Bolivians are important to local trade and service provision, prejudice still exists at this border. Nevertheless, at certain moments, this prejudice is minimized, as our interviewees are the ones who “make life cheaper at the border,” provide food diversity that complements the diet of border residents, and establish connections with cultural diversity. We observed the emergence of a new territoriality in the peripheral neighborhood of Popular Nova, which today houses many Bolivian immigrants who have rebuilt their lives and businesses under precarious conditions. We observed that the layout of the neighborhood’s streets changed over time, with new constructions emerging while older ones remained within territorialities. Many constructions are being carried out by merchants; old structures are giving way to new ones, expanding territorialities. We conclude that street space becomes territory, a place of life and experiences, being the product of its territorialities.

Keywords: international pendular movements, Bolivians, migratory trajectories, border, informal commerce, territorialities.

Dedico esta tese aos meus avós bolivianos Hernan Guerrero (1939-2019) e Lia Almaraz (1941-2020), *in memoriam*...



Fonte: Acervo da autora. 2012

...e aos demais imigrantes, pendulares e amigos bolivianos que trabalham de sol a sol, conquistando o seu espaço na fronteira.

AGRADECIMENTOS

Ninguém escapa ao sonho de voar, de ultrapassar os limites do espaço onde nasceu, de ver novos lugares e novas gentes. Mas saber ver em cada coisa, em cada pessoa, aquele algo que a define como especial, um objeto singular, um amigo – é fundamental. Navegar é preciso, reconhecer o valor das coisas e das pessoas, é mais preciso ainda. Antoine de Saint-Exupéry (1943).

Manifesto a minha gratidão pela colaboração direta de pessoas que fizeram com que o meu sonho, a realização deste trabalho, tornasse realidade, assim:

Agradeço a Deus, por ter me sustentado em momentos inimagináveis pelos quais passei nesse período. Assim, como está descrito em Isaías 41:10 "... não te assombres, porque eu sou o teu Deus; eu te fortaleço, e te ajudo, e te sustento com a minha destra fiel". Em momentos obscuros e de muita insegurança, agarrei-me nessa verdade e decidi ser forte e corajosa.

Agradeço ao meu orientador, prof. Dr. Marcos Leandro Mondardo, pelas contribuições pertinentes que auxiliaram em todas as etapas da pesquisa, pela disponibilidade em sanar as minhas dúvidas e pela escuta atenta e dedicação.

À Faculdade de Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação de doutorado em Geografia (UFGD), em Dourados, por proporcionar um estudo gratuito e de qualidade, que possibilitou a realização do doutoramento em Geografia.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD e aos professores do Curso de Pós-graduação, pelas contribuições teóricas e práticas no âmbito da Ciência Geográfica.

Aos servidores da Seção de Pós-Graduação em Geografia da UFGD, pela atenção e eficiência em atender as dúvidas decorrentes do doutoramento.

Aos colegas da UFGD, Fernando Lara e Karla S. Bertuccini, por me acolheram e proporcionarem um lar provisório, deixando a vida em Dourados mais feliz. Gratidão!

À Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Campus do Pantanal), o diretor do campus na época do ingresso ao doutorado, prof. Dr. Aguinaldo Silva, e aos meus colegas da secretaria acadêmica, que me apoiaram na flexibilidade de horários e possibilidade do teletrabalho. Em especial, dedico meu agradecimento a minha chefe de setor, Aurea Rosa, pela compreensão e pelo incentivo desde a minha aprovação até o final deste ciclo. Gratidão pela sua vida!

Agradeço, em especial, àqueles que sempre me apoiaram e incentivaram, que apostaram em mim, que sonharam o meu sonho, que choraram as minhas lágrimas e que certamente são os que mais compartilham da minha alegria: minha abençoada família!

Agradeço ao meu amado esposo Francisco, que foi um dos meus informantes, agente da Polícia Federal, ajudou a sanar dúvidas sobre a função da PF na fronteira. Foi também o meu parceiro nos momentos que precisei me ausentar para a dedicação à pesquisa e foi abrigo quando a ansiedade apertava durante o percurso da tese. O seu apoio foi essencial para a realização do meu sonho. Obrigada, querido!

Agradeço a Ana Júlia, filha amada, luz dos meus olhos e meu combustível diário para persistir. O seu sorriso é o meu maior incentivo.

Agradeço aos meus pais, pelo exemplo que me deram na trajetória da minha vida e pelo incentivo em prosseguir com os estudos. Ao meu querido e amado irmão, Jaime, que também foi um dos meus informantes na Polícia Rodoviária Federal, e por todo aprendizado que me passou, sendo o meu incentivador e umas das pessoas que eu mais sinto orgulho nessa vida. À minha sogra, que sempre esteve disposta a me ajudar e acreditar no meu sonho. Ao Nilson, meu ex-cunhado, que me ajudou com a prova de proficiência em língua inglesa.

As minhas cunhadas Mirian, Suelen e Tauany, gratidão por sempre estarem do meu lado, dispostas a me ajudar e torcendo por mim. Agradeço a minha amiga e irmã que vida escolheu, Marina. Você com certeza faz a diferença na minha vida.

Aos colegas de doutorado, pelos momentos compartilhados durante o cumprimento das disciplinas e, um agradecimento muito especial, às colegas que se tornaram amigas, Talita Pádua e Marisa Camuci, que me acolheram nas idas a Dourados. Obrigada pelos momentos de amizade e companheirismo vividos juntas.

Aos professores componentes da banca examinadora, Profa. Dra. Adriana Dorfman, Prof. Dr. Edgar Aparecido Costa, Prof. Dr. José Lindomar C. Albuquerque e Profa. Dra. Lisandra Pereira Lamoso, por todas as críticas e sugestões que tiveram o intuito de enriquecer o trabalho.

Enfim, agradeço a todos os meus entrevistados bolivianos que protagonizam a tese: as suas vozes são a essência desta pesquisa. Minha gratidão por cooperarem permanentemente ao concederem a autorização para registro de suas histórias e por confiar no meu trabalho. A cada visita, eu me senti acolhida e alimentada pelas empanadas, saltenhas e chichas. Obrigada por compartilhar as dores e as delícias de viver na fronteira. Agradeço àquele que foi o primeiro contato no campo de pesquisa, sr. Arturo Ardaya. Gratidão por todo aprendizado. Agradeço a

todos os pesquisadores e professores: Shabbi Hany, Suzana Vinícia Mancilla, Ravyt e Marco Aurélio Machado de Oliveira.

Encerro os agradecimentos pela disponibilidade das instituições de segurança pública: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal e Prefeitura Municipal. Gratidão pela recepção e diálogo representados pelos agentes federais e por concederem a autorização para registro de entrevistas, questionários e dados que foram discutidos no percurso da pesquisa.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Procedimentos metodológicos	43
FIGURA 2 – Feirante imigrante pendular internacional de pequena distância	48
FIGURA 3 – Mapa da Espacialização das feiras livres em Corumbá.....	49
FIGURA 4 – Vendedores ambulantes nas calçadas do centro de Corumbá.....	51
FIGURA 5 – Lojistas localizados no bairro Popular Nova em Corumbá	52
FIGURA 6 – Arturo Ardaya e a pesquisadora nas “andanças” pelas feiras de rua em Corumbá	58
FIGURA 7 – Fluxo de pessoas na feira de domingo	59
FIGURA 8 – Banca de verdura	59
FIGURA 9 – Temperos expostos na barraca da feira.....	60
FIGURA 10 – Barraca de roupas.....	60
FIGURA 11 – <i>Salteña</i> exposta na feira de domingo em Corumbá-MS	60
FIGURA 12 – Barraca de brinquedos	61
FIGURA 13 – Barraca de relógios	61
FIGURA 14 – Barraca de óculos.....	61
FIGURA 15 – Pneos.....	61
FIGURA 16 – Queijos e carnes	62
FIGURA 17 – Mapa do Assentamento de El Carmen de la Frontera, Bolívia	75
FIGURA 18 – Mapa com os Lugares de saída de migrantes da Bolívia para Corumbá no Brasil	78
FIGURA 19 – Contexto do termo “ <i>bagayero</i> ”	94
FIGURA 20 – Mapa de fluxos migratórios Brasil-Bolívia	100
FIGURA 21 – Entradas de Bolivianos pelo PMTC	102
FIGURA 22 – Mapa de endereços de residências de bolivianos em Corumbá-MS nos últimos 2 anos (2022-2023).....	105
FIGURA 23 – Mosaico de imagens da Feira livre de domingo	120
FIGURA 24 – Mosaico de imagens dos principais produtos comercializados na feira livre	122
FIGURA 25 – Feirante de banca de roupas	135
FIGURA 26 – Ambulante, vendedora de alho	135
FIGURA 27 – Mãe e filhos: trabalho de rua em família	139
FIGURA 28 – Comidas típicas: culinária boliviana no Festival da Saltenha em Corumbá..	147

FIGURA 29 – Banda de cúmbia boliviana no evento da “Saltenha Fest” no Porto Geral de Corumbá	147
FIGURA 30 – Celebração da Virgem de Urukupiña em Corumbá.....	148
FIGURA 31 – Apresentações culturais e danças na Celebração da Virgem de Urukupiña em Corumbá	148
FIGURA 32 – Registro da pesquisadora com as cholas: apresentações culturais na Celebração da Virgem de Urukupiña em Corumbá	149
FIGURA 33 – Músicos durante apresentações da celebração da Virgem de Urukupiña atravessando o PMTC, limite entre Brasil-Bolívia	152
FIGURA 34 – Festa da virgem de Urukupiña em Puerto Quijarro-Bolívia	154
FIGURA 35 – Ambulante, vendedora de empanadas	159
FIGURA 36 – Pagamentos via Pix e cartões de crédito dinamizados entre os feirantes	161
FIGURA 37 – Apreensões de mercadorias de bolivianos na fronteira pelos agentes da Polícia Federal, no ano de 2022, em Corumbá-MS.....	171
FIGURA 38 – Apreensão de cocaína	173
FIGURA 39 – Cocaína encontrada na capa da mala	173
FIGURA 40 – Narcoste positivo nas folhas de papel.....	173
FIGURA 41 – “Mocós” em veículos (ônibus) e mantas.....	173
FIGURA 42 – Cocaína localizada nas ferragens de um caminhão	173
FIGURA 43 – Droga encontrada em embalagens de sopa	173
FIGURA 44 – Cocaína localizada nas ferragens de um caminhão	173
FIGURAS 45 e 46 – Ao lado direito, uma mulher com droga escondida nas costas e no peito, e na figura 46, uma criança transportando droga nas partes do abdômen, tórax e costas	177
FIGURA 47 – Mídias jornalísticas da apreensão da Receita Federal	180
FIGURA 48 – Mosaico: Agentes da fiscalização nas lojas do centro da cidade de Corumbá realizando apreensão de mercadorias contrabandeadas.....	200
FIGURA 49 – Notícia jornalística: “apreensão de mercadorias de feirantes bolivianos acaba em confusão”	202
FIGURA 50 – Mosaico de imagens. As lojinhas de bolivianos no bairro Popular Nova	207
FIGURA 51 – Feirantes da Bras-bol vão à Prefeitura protestar contra interdição.....	212
FIGURA 52 – Mosaico – Bairro Nova Corumbá, rua Ciríaco de Toledo em 2012 e em 2019	213
FIGURA 53 – Mapa de concentração de lojas administradas por bolivianos	222

FIGURA 54 – Início da rua Paraná no bairro Popular Nova.....	223
FIGURA 55 – Comércio de bolivianos na rua Paraná, Popular Nova.....	224
FIGURAS 56 e 57 – Rua Ciríaco de Toledo, paralela com a rua Rio Grande do Sul.....	225
FIGURA 58 – Mosaico de construções antigas feitas pelos migrantes.....	226
FIGURA 59 – Estabelecimentos comerciais antigos no bairro Popular Nova.....	227
FIGURA 60 – Loja de roupas na rua Ciríaco de Toledo, bairro Popular Nova	228
FIGURA 61 – Mídia jornalista. Fiscalização reforça a organização e segurança no bairro Popular Nova	230
FIGURA 62 – Entrevista com dona Euzira - imigrante pendular ambulante	232
FIGURA 63 – Mapa de Fluxos migrantes na rota de acesso as mercadorias em simultâneas escalas	234
FIGURA 64 – Feiras de verduras em Puerto Quijarro	239
FIGURA 65 – Movimentação no início do dia na feira do bairro Lindo em Santa Cruz de la Sierra.....	240
FIGURA 66 – Mosaico de imagens da feira do bairro Lindo em Santa Cruz de la Sierra....	242
FIGURA 67 – Feira americana Santos Dumont, movimento no início da manhã. Santa Cruz de la Sierra- BO.....	243
FIGURA 68 – Pratos típicos bolivianos	244

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Apresentação das teses e dissertações selecionadas para a análise na fronteira	36
QUADRO 2 – Apresentação das teses e dissertações selecionadas para a análise realizadas em outras fronteiras	40
QUADRO 3 – Entrevistas com os imigrantes bolivianos	44
QUADRO 4 – Entrevistas e questionários com os agentes públicos	44
QUADRO 5 – Categorias migratórias	47
QUADRO 6 – Tipologias das mobilidades pendulares	53
QUADRO 7 – Algumas percepções sobre fronteira pronunciadas pelos migrantes bolivianos	86
QUADRO 8 – Algumas percepções sobre identidade registradas no campo de pesquisa em junho de 2024	87
QUADRO 9 – Percepções sobre a categoria imigrante pendular internacional	91
QUADRO 10 – Quantitativo de bolivianos registrados no período de 1/1/2024 a 31/12/2024	110
QUADRO 11 – Relação de algumas falas selecionadas que foram realizadas nas feiras de rua com os imigrantes pendulares em 2023.....	122
QUADRO 12 – Relação de algumas falas do presidente de Associação de Feirantes nas feiras de rua	124
QUADROS 13 e 14 – Relação de algumas falas com dificuldades encontradas no trabalho de feirante em Corumbá-MS	124
QUADRO 15 – Relatos sobre as práticas feirantes	127
QUADRO 16 – Narrativas de migrantes bolivianos em Corumbá	155
QUADRO 17 – Narrativas de feirantes sobre a dificuldade do trabalho informal	158
QUADRO 18 – Relações de doenças causadas pela vida na rua de trabalhadores bolivianos	162
QUADRO 19 – Tipo de atividade e status da mercadoria.....	216
QUADRO 20 – Principais mercadorias para revenda.....	238

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BO – Bolívia

BR – Brasil

BRAS-BOL – Brasil - Bolívia

CAIQ – Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente

COVID-19 – Coronavírus 2019

CNH – Carteira Nacional de Trânsito

CPF – Cadastro de Pessoa Física

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CRNM – Carteira de Registro Nacional Migratório

EUA – Estados Unidos da América

IAGRO – Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MEI – Microempreendedor Individual

MS – Mato Grosso do Sul

PF – Polícia Federal

PMTC – Ponto de Migração Terrestre da Polícia Federal em Corumbá-MS

PR – Paraná

PRF –Polícia Rodoviária Federal

RBB – Receita Federal

RNE – Registro Nacional de Estrangeiro

SP – São Paulo

SUS – Sistema único de saúde

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UNIDERP – Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – “BUEN DÍA MAMITA: ¿QUÉ VAI LEVAR?”	17
A MOBILIDADE COMO TERRITORIALIDADE: considerações acerca do tema, objetivo e justificativas da pesquisa	21
Presentación	27
1 “VAI LÁ NO BOLIVIANO!” ENTRE FEIRAS E LOJINHAS SEGUIMOS NOS CAMINHOS DA PESQUISA E NAS QUESTÕES METODOLÓGICAS	33
1.1 Primeiros passos da pesquisa: a revisão bibliográfica	34
1.1.1 Avanços de procedimentos metodológicos: a história oral como estratégia de pesquisa	42
1.1.2 Categorias de imigrantes pendulares	45
1.1.3 Primeiras aproximações em campo	57
2 FRONTEIRA, MIGRAÇÃO E TRABALHO	66
2.1. Imigração boliviana em Corumbá-MS	71
2.2 Imigrantes Pendulares Internacionais	82
2.2.1 “Somos netas de bolivianos: <i>“hablo un poquito pero no mucho”</i> ”	87
2.2.2 “Meus pais sempre fingem que não veem nada”	89
2.2.3 Imigrantes pendulares e <i>“bagallero”</i>	91
2.3 Depois do limite: Paradoxos e migrantes permanentes e provisórios	93
3 TRAJETÓRIAS E PRÁTICAS COMERCIAIS NAS FEIRAS LIVRES E NAS LOJINHAS DE BOLIVIANOS EM CORUMBÁ	115
3.1 <i>“¿Qué quieres que te diga?”</i>	116
3.1.2 “Um vai puxando o outro”: redes de solidariedade e confiança	117
3.1.3 Masculinidades nos espaços das feiras de rua	134
3.1.4 Territorialidades invisíveis designadas e elaboradas	140
3.1.5 Condições de trabalho de migrantes bolivianos e a informalidade	157
4 “O QUE ELES FAZEM É MUITO INJUSTO COM A GENTE”: CONFLITOS E TENSÕES SOCIAIS	165
4.1 As instituições de fronteira: a questão das autoridades	166
4.1.1 Combate ao contrabando e ao narcotráfico	168
4.1.2 Os indocumentados de fronteira	184
4.1.3 Atendimento aos imigrantes: demandas, melhorias e acolhimento	189
4.1.4 Feirantes regulares e irregulares	196

4.1.5 A produção social do trabalho: “ <i>Só queremos trabajar y nos molestan pero no arrestan a los delincuente</i> ”	199
5 A CONSTRUÇÃO DA TERRITORIALIDADE “NA PARTE ALTA” DA CIDADE: AS LOJINHAS DE BOLIVIANOS	206
5.1 Fronteiriços periféricos e a construção do limite	207
5.1.1 Conflitos e tensões sociais e a construção de novas territorialidades	219
5.2 Trajetórias e narrativas de imigrantes.....	247
5.2.1 “Viemos sem destino. Embarcamos no trem e esperamos até a última parada”	247
5.2.2 “De Cochabamba, Santa Cruz para Corumbá e São Paulo: <i>problemas na rota e vacíos jurídicos na frontera</i> ”	250
5.2.3 “Tem o migrante que busca melhorar a vida e tem o migrante que busca um charme”	255
5.2.4 “Eu vim porque queria mudar de país”.	257
5.2.5 “Nosso pai ensinou a lida desde cedo”.....	259
5.2.6 “A vida é difícil para o boliviano no comércio”.....	262
5.2.7 “Meu pai tentou me lembrar de quem somos”	264
5.2.8 “A minha vida foi sempre no comércio”	265
5.2.9 “A minha vontade é voltar pra Bolívia”	267
5.3 Dito por eles: Motivos para migrar	270
5.3.1 Tempos de chegada: A luta pela sobrevivência e trabalho	279
CONSIDERAÇÕES FINAIS — “<i>Eso es todo</i>”	291
REFERÊNCIAS	296

INTRODUÇÃO – “BUEN DÍA MAMITA: ¿QUÉ VAI LEVAR?”

Na fronteira entre Brasil e Bolívia, existe uma mobilidade de bolivianos que se deslocam cotidianamente de forma pendular para Corumbá-MS. Nesse sentido, há uma dinâmica de singularidade voltada ao comércio informal de feirantes, ambulantes e lojistas que, em suas práticas cotidianas, seus relacionamentos e iniciativas laborais, afetam a dinâmica da cidade, construindo territorialidades.

Nesse primeiro momento, é explicado o título da introdução, mostrando que é recorrente, nos comércios de bolivianos, o cumprimento das feirantes ao receber a clientela do sexo feminino com a frase: “*Buen día, mamita: ¿qué vai levar?*”, o que demonstra carinho e afeto nos espaços de rua. No entanto, essa frase, a depender da entonação, pode levar a uma certa impaciência com os fregueses que “*¡Miran, miran, y no se llevan nada!*”, e a feirante diz prontamente: “*¿qué vai levar?*”, numa entonação ríspida. Assim, são expressões locais que manifestam toda a singularidade de viver na fronteira.

Com esse estudo, entende-se que existe outro tipo de territorialidade mais ampla que aparece nas escalas locais, com a pendularidade de longa distância, pois os migrantes pendulares internacionais criam lugares e formas de habitar no espaço urbano. E, para além dos limites territoriais, buscam mercadorias e trabalho, como operadores de múltiplas escalas.

Nesse contexto, cabe evidenciar alguns elementos necessários para a compreensão desta pesquisa que irá abordar a mobilidade pendular internacional na fronteira, especificamente entre Brasil e Bolívia, destacando os territórios que compõem arranjos, movimentos, articulações e estratégias. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa constitui em analisar a dinâmica dos movimentos pendulares internacionais na zona de fronteira de Corumbá, no Mato Grosso do Sul, Brasil, e Puerto Quijarro, no Departamento de Santa Cruz, Bolívia.

Realizar o doutorado é retomar uma questão existencial significativa da trajetória de vida pessoal da pesquisadora que transpassou os limites familiares, dando entrada à vida acadêmica que começou em 2010, na Graduação em Geografia. Por reconhecer como descendente de boliviana, neta de Hernan Guerrero e Lia Almaraz, conforme a foto que precede a dedicatória da pesquisa, houve o esforço de escrever este texto junto aos imigrantes pendulares internacionais; processo este desenvolvido de forma intrínseca no realizar da Tese.

Os avós paternos da pesquisadora, que foram muito estudiosos, sempre a motivaram a realizar a pós-Graduação. Eles estiveram presentes nos momentos mais importantes da vida acadêmica; na formatura da Graduação e na defesa do Mestrado, além de outros momentos em

que estiveram torcendo com alegria ao ver cada conquista sendo realizada na trajetória pessoal. Hoje, eles não são mais vivos nesse plano terreno, mas, se estivessem, poderiam estar orgulhosos com mais um passo na jornada acadêmica de sua neta.

A questão da origem da pesquisadora é fundamental para o entendimento da dimensão do cotidiano (referência e habitação), ou melhor, é o reconhecimento da identidade no território fronteiriço Brasil-Bolívia que compõem as cidades gêmeas Corumbá e Ladário, no Brasil, e Puerto Quijarro e Puerto Suarez, na Bolívia. Uma das situações difíceis para o migrante é a questão do atravessamento simbólico – não apenas no sentido de atravessar os limites físicos de uma fronteira – mas o de experimentar situações que ele não escolheu passar (a dificuldade com o idioma e acesso aos serviços públicos, como saúde, educação, trabalho formal), pois a migração, em alguns casos, não é definida com uma escolha, pois é uma situação imposta pelas circunstâncias.

A partir dessa experiência, resolveu-se estudar os imigrantes internacionais, especificamente os bolivianos e suas mobilidades (de pequena distância) entre Brasil e Bolívia na cidade de Corumbá-MS. O foco central é a dimensão do espaço do cotidiano, com destaque para as trajetórias migratórias, especificamente as narrativas.

Sendo assim, a presente pesquisa é o resultado do caminhar acadêmico a partir de 2023, com a entrada no Programa de pós-Graduação de Doutorado em Geografia, na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), em Mato Grosso do Sul. Todavia, não se pode deixar de registrar que esse percurso de aprendizagem iniciou bem antes, com a entrada no universo educativo, história da qual será partilhada um recorte, com a finalidade de posicionar o desejo de estudar à temática aqui anunciada.

Em 2010, é iniciado um novo ciclo na trajetória. Adentra-se na Graduação em Geografia, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal (CPAN), e a experiência acadêmica levou ao conhecimento crítico do pensamento geográfico.

Em 2015, é assumido o cargo de técnico-administrativo em educação na UFMS/CPAN. A experiência como servidora pública em uma Universidade Federal é gratificante e motivo de orgulho em pertencer e atuar por mais de 10 anos no serviço público. A vivência no âmbito do CPAN fez sonhar com a possibilidade de algum dia assumir a docência em uma universidade pública.

Em 2016, entra-se na Pós-Graduação de Mestrado em Estudos Fronteiriços, também pelo CPAN, como aluno especial, com a oportunidade de participar da disciplina do professor Marco Aurélio Machado de Oliveira, doutor em História, que se tornou fundamental na jornada

acadêmica, pois foi inspiração com a sua trajetória de vida e a dedicação às pesquisas sobre migração e fronteira. A disciplina foi de grande importância, pois permitiu aprofundar nos estudos fronteiriços, especialmente o território fronteiriço Brasil-Bolívia, Corumbá, Brasil, e Puerto Quijaro, Bolívia. Durante a disciplina, foram realizadas leituras sobre os imigrantes pendulares internacionais e feitas algumas resenhas sobre fronteira, território e territorialidade. Conheceu-se autores como Michael Foucher e Lia Osório Machado.

Em 2017, munidos de alguns conhecimentos e apaixonados por Milton Santos (1978, 1979, 1982, 1994, 1996, 2007), ocorre a entrada no Mestrado em Educação, visto que as experiências devem ser trazidas e construídas e elas devem servir como ponto de partida para a construção do conhecimento. Assim, foi trazido o espaço geográfico para o meio escolar a partir do aprofundamento em alguns conceitos e categoria de análise sobre a qualificação socioespacial, paisagem e território. Esses conceitos levaram a reflexão sobre a função de alguns espaços sociais e foi, especificamente, nesse momento, que as inquietações foram se ampliando, visto a realidade fronteiriça da cidade de Corumbá.

Em 2020, ocorreu o início da participação no Grupo de Pesquisa do professor doutor Marco Aurélio Machado de Oliveira, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), membro do Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais (MIGRAFRON), com interesse nas mobilidades internacionais que ocorrem no cotidiano da fronteira.

Em 2023, no primeiro semestre do doutorado, inicia-se no Grupo de estudo NUTEF (Núcleo de estudos sobre Territórios e Fronteira), da UFGD, coordenado pelo professor Dr. Marcos Leandro Mondardo.

Quando realizado o primeiro campo (2023), havia o objetivo de visualizar todas as diferenças pronunciadas pelos “nacionais” e descobriu-se mais semelhanças do que diferenças, o que gerou surpresa e estranhamento, uma vez que jamais se pode pensar, compreender e experienciar a situação de semelhanças, visto a realidade da fronteira em relação as alteridades e a construção do Outro. Os níveis de compreensão da situação de pendulares se complexificam nessa realidade.

Inicialmente, a pesquisa foi pensada em coletar entrevistas com um grupo de imigrantes pendulares internacionais e o outro grupo de agentes públicos que atendem as demandas deles, entrando no mérito apenas do trabalho informal. No entanto, a pesquisa de caráter qualitativo, com o uso da História Oral, tendo como vertente a História de Vida, tomou rumos diferentes e complexificou as relações socioespaciais. Esse fato será explicado com mais aprofundamento no **capítulo 1**, que tem como objetivo construir a metodologia do estudo. O movimento de

atrelar o posicionamento político às características da metodologia adotada foi importante para garantir a fidedignidade das vozes dos imigrantes bolivianos; suas narrativas, que por vezes, são silenciadas pela sua própria condição.

O capítulo 2 traz a parte histórica construída sobre a imigração boliviana em Corumbá com o objetivo de indagar a subquestão da pesquisa: a imigração sempre se deu pelo trabalho na fronteira Brasil-Bolívia? Analisa-se quem são os imigrantes pendulares de fronteira para compreender as vivências e trajetórias a fim de permitir ter uma visão da complexidade do território e suas qualificações. O esforço se deu também em verificar o contexto da migração em relação à regularização da documentação para acesso aos bens e serviços públicos para imigrantes bolivianos no Brasil.

O capítulo 3 tem como objetivo compreender as trajetórias e práticas comerciais nas feiras livres e nas lojinhas de imigrantes bolivianos em Corumbá. Abordam-se os vínculos intensos constituintes das redes de parentesco, além de afetivos, de solidariedade entre imigrantes e a questão do diferencial fronteiriço (diferenças de moedas, legislações, informalidade) que compõem o arranjo socioespacial e estratégico do território usado pelos comerciantes bolivianos, envolvendo as práticas comerciais, mercadorias e consumo.

O capítulo 4 tem como finalidade compreender a dimensão do conflito e a figura do Estado como regulador de ações envolvendo o cumprimento de normas restritas ao binômio controle e vigilância e os dispositivos de poder. Nesse sentido, conhecem-se as ambivalências pronunciadas pelas autoridades policiais e agentes de fiscalização no atendimento aos imigrantes bolivianos que atravessam cotidianamente a fronteira para trabalhar.

O capítulo 5 abordar a re-construção da territorialidade na região sul do município, no bairro Nova Corumbá, com a presença numerosa de lojinhas de bolivianos espalhadas pelas ruas e calçadas do bairro. Essa parte compreende identificar esses espaços, sendo estes improvisados e, por vezes, insalubres, mas que têm passado por algumas mudanças, com comércios mais estruturados e amplos. É feito o mapeamento do bairro por meio do uso de *Drone* para a análise da dimensão espacial do cotidiano. Busca-se, no último capítulo, explorar mais as trajetórias migratórias e pensar o imigrante como operador de simultâneas escalas. Nesse sentido, verifica-se a centralidade de Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, que faz parte do fluxo pendular que articula e amplia as escalas para além da local.

É importante salientar que o conhecimento produzido sob diferentes ordens não se realizou de forma individual e simplista, ao contrário, houve o esforço de todos os envolvidos que de forma direta ou indireta contribuíram para que a pesquisa tomasse os rumos necessários.

O conhecimento é produzido de forma situacional e corporificada (Haraway, 1995), o que evidencia trocas mediadas por diferentes relações.

Portanto, considera-se o caráter coletivo em todas as etapas da construção da pesquisa. O texto prevê uma interlocução autor-leitor, fato que provoca, indaga e convida o leitor para dentro do texto, o que o torna também participante.

A MOBILIDADE COMO TERRITORIALIDADE: considerações acerca do tema, objetivo e justificativas da pesquisa

A problemática da presente pesquisa pode ser evidenciada pelo seguinte questionamento: como se produzem identidades, alteridades e territorialidades a partir da experiência das mobilidades pendulares de bolivianos em Corumbá? Quem são, o que fazem e como transitam na fronteira Brasil-Bolívia? Como são vistos os chamados migrantes pendulares pelas autoridades da alta política do estado brasileiro em Corumbá? E como se constituem as simultâneas escalas a partir das mobilidades de longa distância?

O objetivo desta pesquisa constituiu em analisar a dinâmica dos movimentos pendulares internacionais na fronteira de Corumbá, no Mato Grosso do Sul, Brasil, e Puerto Quijarro, no Departamento de Santa Cruz, Bolívia.

Dessa forma, o presente estudo está estruturado em três subquestões que estão conectadas entre si. A primeira questão busca, em específico, compreender a dinâmica das mobilidades, as formas como se repetem no território.

A segunda questão tem como preocupação identificar as categorias migratórias, com os perfis dos imigrantes pendulares a partir da configuração das mobilidades, comércio e redes de apoio.

A terceira se propõe compreender a abordagem dos agentes públicos competentes no atendimento aos imigrantes pendulares internacionais.

Foi a partir dessa organização que foi priorizada a reflexão da existência de movimentos pendulares internacionais em fronteira, ou seja, o trânsito cotidiano de imigrantes bolivianos que se deslocam pontualmente ao país vizinho e retornam ao país de origem quando terminam as atividades laborais.

O estudo foi realizado em Corumbá-MS, Brasil, que está localizado no limite internacional com a Bolívia. Essa cidade dista 8 km da cidade boliviana de Puerto Quijarro, e 20 km de Puerto Suarez, também na Bolívia, permitindo o deslocamento de pessoas por meio da linha que delimita os territórios dos dois países. As entrevistas aconteceram na cidade de

Corumbá e tiveram início no segundo semestre de 2023, nas feiras livres e na região sul do município, tendo o bairro Nova Corumbá como referência na construção de lojas de imigrantes bolivianos.

A categoria de análise fronteira, especificamente a do Brasil-Bolívia, presente no título do trabalho, explica que a pesquisa analisou as cidades de Corumbá, Brasil, e Puerto Quijarro, Bolívia, no sentido de evidenciar a construção das territorialidades a partir da mobilidade pendular. Assim, o território fronteiriço também aparece e se constitui na tese como materialidade, ou seja, a presença de bolivianos na cidade de Corumbá constrói a dimensão do cotidiano e suas complexidades que não se limitam à faixa de fronteira no sentido jurídico, mas na dialética envolvendo as territorialidades, os relacionamentos e as trocas que experenciam o lugar.

A experiência de viver na fronteira não é igual para todos, pois o sentido de valor identitário se relaciona e se choca com as demandas da alta política, no sentido da fronteira formal do Estado como gerenciador das normas jurídicas e de atores que se contrapõem a fim de exercer seus interesses. Nessa perspectiva, a mobilidade se faz na territorialidade. Desse modo, Chiara Brambrila (2021) explica:

O valor da fronteira surge como um espaço político e social dinâmico e conflituoso, cuja gestão requer políticas capazes de restaurar a profundidade histórica e antropológica da fronteira – para além da linha – atentando para as condições contextuais específicas da fronteira como composta e continuamente recomposta na interação entre uma pluralidade de atores (não apenas os Estados e os atores institucionais), de discursos, práticas, normas e interesses (Brambilla, 2021, p. 12).

Segundo a autora, deve-se compreender a fronteira não somente no sentido formal, mas na interação entre fronteiriços e como esses sujeitos se materializam para além dos limites físicos do mapa. Conforme Haesbaert (2004):

A territorialidade se liga aos processos simbólicos-culturais, da formação/mutação das identidades territoriais. Entretanto, a territorialidade não deve ser vista como simples “qualidade de ser território”, mas, como a capacidade/qualidade de criação de relações simbólico-afetivas e político disciplinas-econômicas. Reconhece, fazendo referência a Sack, uma visão mais abrangente de territorialidade - considerando também as relações econômicas e culturais elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (Haesbaert, 2004, p. 86)

De acordo com o autor, a mobilidade surge como possibilidade, como horizonte e como recurso no território fronteiriço, fato que produz as territorialidades. Assim, entende-se que a fronteira é, parafraseando Milton Santos (2008), “um acontecer solidário”, em alusão ao fato de que se pode pensar a fronteira no cotidiano do espaço vivido e experienciado onde tudo acontece. O território é recurso para o trabalho e a circulação de mercadorias, que são operacionalizadas pelos agentes em suas múltiplas escalas. Dessa maneira, a fronteira não é vista como lugar estático e/ou retido por barreiras, muros ou cercas, como ressalta Oliveira (2025, p.14), mas está “para além das linhas coloridas ou pontilhadas da fria cartografia”, infiltrando-se por todas as direções, com um horizonte de possibilidades.

Assim, segundo Machado (2000):

Enquanto o limite jurídico do território é uma abstração, gerada e sustentada pela ação institucional no sentido de controle efetivo do Estado territorial, portanto, um instrumento de separação entre unidades políticas soberanas, a fronteira é um lugar de comunicação e troca. Os povos podem se expandir para além do limite jurídico do Estado, desafiar a lei territorial de cada Estado limítrofe e às vezes criar uma situação *de facto*, potencialmente conflituosa, obrigando a revisão de acordos diplomáticos (Machado, 2000, p. 09).

As territorialidades, na fronteira Brasil e Bolívia, em relação aos comerciantes bolivianos, é uma categoria de análise compreendida na fusão fronteiriça entre migrantes, mercadorias e trabalho que operam em múltiplas escalas.

Conforme Brambila (2025), a fronteira 360 graus, analisada com os tunisianos que se veem na sua circulação dos *borderescaps* (fusão entre fronteira e mobilidade), é fluída. Assim como a nossa, segue o processo dinâmico e complexo, pois as territorialidades se constroem no vai e vem, em um espaço que é constantemente renegociado por meio das práticas sociais e culturais. Portanto, pensar a fronteira requer observar as multiplicidades de relações existentes. Sejam elas sociais, culturais, políticas, econômicas ou simbólicas, todas as múltiplas facetas se manifestam no território.

Haesbaert (2004, p. 108) define o território não apenas como um recorte empírico, mas por “uma problemática, uma questão e uma forma de abordá-la por um determinado ‘olhar’ e, nele, um novo foco sobre a realidade”.

Diante disso, a categoria abordada na pesquisa é a mobilidade internacional de pequena distância e os diversos tipos de mobilidades existentes, que são dinâmicas e fluídas e acontecem no cotidiano das pessoas na relação do espaço vivido. Assim, busca-se compreender as vivências desses sujeitos que transitam na busca de recursos sociais – educação, saúde, trabalho

– especificamente, a questão do comércio para o imigrante boliviano e os relacionamentos que consolidam as mobilidades internacionais como a formação de redes.

A escolha pelas mobilidades de bolivianos foi centrada na questão do trabalho e do comércio informal na cidade, pois esses movimentos consolidam redes de solidariedade, apoio entre familiares e relacionamentos afetivos. Há uma expansão de comércio informal de bolivianos em Corumbá, especialmente na “parte alta da cidade”, região periférica. Nesse viés, as mobilidades são diversas, como dos brasileiros que transitam nos municípios bolivianos; outros estrangeiros e outros bolivianos em busca de acesso para a saúde pública ou a educação, por exemplo. No entanto, o estudo está centralizado nas mobilidades para acesso ao trabalho, as outras situações poderão estar intrínsecas nesse movimento.

A cada novas territorialidades de imigrantes há a possibilidade de outras qualificações espaciais e significados diversos. Como ensina Milton Santos (1998), a partir da força do cotidiano é que se constroem novas formas para atender a novas funções a partir da alteração funcional das formas já existentes, sendo ainda a busca pelo trabalho a base dessa transterritorialidade.

O conceito de transterritorialidade envolve não apenas o trânsito e/ou deslocamento de um território para o outro, mas a transformação identitária do sujeito que se movimenta. Conforme a geógrafa Doreen Massey (2008), a forma como é pensado o espaço é o que modula o entendimento sobre o mundo e as atitudes frente aos outros, é o que afeta o modo de como se entende a globalização e o desenvolvimento do sentido de lugar. Considera, portanto, o espaço como um “produto de inter-relações” e como “a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea (...) na qual distintas trajetórias coexistem” (Massey, 2008, p. 29), fomentadoras da heterogeneidade.

Conforme Haesbaert e Mondardo (2011, p. 21) “o espaço e, por extensão, o território, vistos não como entidades fechadas, mas abertas, surgem, assim, como possibilidade de encontros/desencontros/confrontos e, principalmente, como trânsito de diferentes sujeitos”.

Haesbaert (2014) explica:

Transterritorialidade aparece como forma contemporânea de territorialidade típica da sociedade biopolítica em que grupos específicos buscam contornar ou fugir dos efeitos barragem criados pelos campos de contenção, buscando extrapolar as barreiras segregadoras dos aglomerados de exclusão onde vivem como forma de garantir sua sobrevivência”. (Haesbaert, 2014, p. 205).

Conforme o autor, a transterritorialidade produz territorialidade e está inserido na categoria mobilidade pendular. Na presente pesquisa, trabalha-se mobilidade como sinônimo de territorialidade. Nesse sentido, a compreensão das relações sociais e a formação de redes a partir dos laços familiares, econômicos, políticos é que tornam essas mobilidades mais fluídas no cotidiano desses migrantes. O recurso social, político e econômico respalda também a integração fronteiriça e integração entre redes, com as mobilidades qualificando o território fronteiriço.

Desse modo, há a configuração dos sujeitos nos "entre-lugares", como concebe Bhabha (2007), as diferenças culturais que conduzem ao que Aristóteles disse a há mais de 2.500 anos: "o todo é maior do que a soma das partes". No território fronteiriço, isso é possível, pois, nos excedentes da soma das "partes" da diferença e dos conflitos (geralmente expressas pelas etnias quéchuas e aymáras presentes na fronteira, as classes sociais, gênero etc.), juntando essas "partes", o todo é mais do que a simples união de seus indivíduos. A compreensão está nas estratégias formuladas nas territorialidades e na representação ou aquisição de poder.

O boliviano que sai de Puerto Quijarro cotidianamente para trabalhar na feira livre e entra em Corumbá produz territorialidade. Ele forma as territorialidades fronteiriças, seguindo o princípio da multiplicidade, visto em Haesbaert (2004), e/ou "território simbólico" que constrói as identidades territoriais.

As territorialidades fronteiriças é o termo que qualifica o trânsito e a vivência desse migrante e a transformação dele no ir e vir, cotidianamente, transformando-o num ser deslocado, com identidades múltiplas ou hibridismo cultural. Mondardo (2011) explica:

Assim como o hibridismo não corresponde a uma condição estanque, propriamente um "estado", mas um processo em incessante ir-e-vir – ou, em outras palavras, em constante devir –, a multi ou transterritorialidade também deve ser vista, sobretudo, dentro de um movimento de entrada, saída e, mais do que isto, de trânsito entre diferentes territórios. O que mais importa aqui é a condição de possibilidade, sempre em aberto, de nossa inserção em "território alheio" (que também passa, assim, de forma ambivalente, a ser "nosso"), a abertura desses territórios que coloca permanentemente a possibilidade de entrar, sair e/ou transitar por essas territorialidades. (Mondardo, 2011, p 34).

Identifica-se que a intensa mobilidade que caracteriza a migração boliviana na fronteira se apoia no surgimento e fortalecimento de redes de apoio, como os vínculos de amizade e relacionamentos familiares, que constituem novas estratégias de luta na trajetória da imigração e são capazes de proporcionar novas mobilidades.

Conforme Foucher (2013), os imigrantes bolivianos pendulares conhecem bem sobre a arte de sobreviver na fronteira e utilizam o espaço como recurso social, sobretudo, para a questão do trabalho informal. A fronteira é um recurso social para esses imigrantes, pois tem a potência do trabalho. Além disso, descrever as modalidades de transterritorialidades pelas trajetórias migratórias é importante para conhecer a especificidade delas.

Compreende-se a dinâmica das mobilidades e os processos de tensões sociais entre os sujeitos, instituições e as disputas e conflitos entre territorialidades inseridos no contexto das dinâmicas fronteiriças do cotidiano. Desse modo, a força do lugar revela as especificidades do território fronteiriço e as alteridades ali exteriorizadas.

Como ensina Santos (1996), a partir da geografia da dimensão do espaço do cotidiano, que dá vida as relações desses sujeitos, as trajetórias e as narrativas podem ser um caminho epistemológico que conhece a “força do lugar”.

Oliveira e Loio (2019) pontuam que o movimento pendular em fronteira se trata de um fenômeno cuja questão do movimento é inerente à mobilidade. Assim, a mobilidade pendular internacional é uma das manifestações mais importantes nas dinâmicas fronteiriças, e das que possui condições mais precarizadas também. O processo de desterritorialização pode aparecer a partir da fronteira formal, visto que o controle do Estado subordina as outras instituições e se torna o agente capaz de comandar os processos de reterritorialização. Contudo, conforme Mondardo (2018), as territorialidades são criadas assumindo o protagonismo na nova organização social.

Grimson (2000, p.1) ressalta que, “há de se pensar a fronteira a partir das fronteiras”. Essa é a essência desta pesquisa, que tem por base identificar problemas existentes numa fronteira a partir dela, seguindo a escala local, de um poder que vem “de baixo para cima”.

O primeiro ponto a ser observado que justifica a pesquisa é a dimensão do conflito que envolve autoridades e imigrantes. É o que norteia a extrema vulnerabilidade destes e precede ações discriminatórias, de um preconceito velado contra uma suposta fraude no aparelho legal do país, praticado pelos migrantes.

Corumbá se constitui como centralidade em relação à busca de recursos sociais (saúde, trabalho, educação, assistência social). A hipótese é que exista um sistema migratório instalado e que essas mobilidades podem qualificar o espaço geográfico como a estabilidade do movimento.

Ao se constar que as autoridades policiais que estão no “chão da fronteira” operacionalizam com as tecnologias de poder, conforme explica Foucault (1979) sobre o

controle e a vigilância; essas questões são intrínsecas à regulação estatal e à própria atribuição da atividade policial. Nesse raciocínio, não há curso de formação de policial que contemple estudos sobre fronteira, fato que poderá comprovar ou não a ineficácia no acolhimento do imigrante pendular boliviano.

Nesse contexto, é necessário ser investigada a percepção da realidade da fronteira pelos agentes públicos, especialmente os policiais e agentes da fiscalização. Alguns estudos, como Costa (2010) e Costa (2015), comprovam tais percepções, associadas a visões estereotipadas que o brasileiro possui sobre o boliviano e corroboram que o atendimento a esse grupo de imigrantes é feito com tensões.

Presentación

Esse item, excepcionalmente, será escrito na primeira pessoa, pois será abordado a trajetória familiar da pesquisadora. No segundo momento, o texto passa para a terceira pessoa, com os elementos constituintes da tese.

Reconhecer-me como descendente de boliviana é algo que foi construído durante a minha trajetória de vida. Não foi uma tarefa fácil, apesar do reconhecimento ser óbvio, já que sou neta de bolivianos. No entanto, é evidente que foi construído passo a passo no caminho do meu amadurecimento psíquico, juntamente com a minha formação acadêmica. Assim, com o tempo e a medida em que fui estudando, além das relações com outros bolivianos, o reconhecimento foi se construindo.

É preciso explicar a questão de o reconhecimento da origem ser visto como um processo, pois a identidade boliviana em Corumbá, por vezes, é mascarada, e muitos não querem ser reconhecidos como descendentes pelo preconceito que existe no território. Entendo que seja pela dicotomia superioridade-inferioridade e toda carga discriminatória atrelada ao boliviano como sinônimo de atraso, pobreza e miséria. Esses pronunciamentos são construídos pelo território fronteiriço e re-produzido pelo modo de produção capitalista, que eu diria, parafraseando Santos (2008), é perverso e desigual.

Dessa forma, houve o esforço de escrever esta *presentación* junto aos imigrantes pendulares internacionais, reconhecendo-me como parte integrante do grupo. Eu sou fronteiriça, nascida em Corumbá-MS, neta de Hernan Guerrero e Lia Almaraz, imigrantes

bolivianos reconhecidos como collas¹, que vieram da Bolívia², atravessaram a fronteira e viveram por mais de 60 anos no município de Corumbá-MS.

Para escrever o motivo da migração deles, eu preciso voltar algumas décadas e relatar a história dos meus antepassados, o bisavô e a bisavó. A história com a migração começou exatamente assim: o meu bisavô materno foi um combatente militar de alta patente na Bolívia e, após instabilidades políticas em seu país, foi perseguido e deposto de seu cargo de comandante do exército. Em 1952, houve tensão política que ocasionou revoluções partidárias com interesses políticos e hegemônicos no território boliviano. Essa tensão começou com a derrota do país na Guerra do Chaco, entre Bolívia e Paraguai (1932-1936), que marcou profundamente a sociedade boliviana daquele tempo.

Meu bisavô Simon Almaraz (1917-1968), nascido em La Paz e educado até os 15 anos em Antofagasta, no Chile, pressionou sua mãe a retornar à Bolívia para servir a pátria, que tinha iniciado conflito bélico com o Paraguai. Ao chegar a La Paz, ingressou na Academia Militar e, poucos meses depois, estava à frente do combate na guerra, tendo sido ferido e transferido para um hospital militar. Terminada a guerra, em 1936, prosseguiu a vida como militar, que era a sua verdadeira vocação. Casado com Aida Urdininea (1938), ele serviu na cidade de Potosi e depois foi transferido para o departamento de Beni, na Amazonia boliviana, onde nasceu o primogênito Jaimito, que faleceu nos primeiros meses de vida. A primeira filha foi Lia Amparo, (1941-2020), que é a minha avó. Depois, eles tiveram mais uma filha, Ana Maria (1944) e o filho Jaime Simon (1943).

Em 1952, o bisavô foi afastado do exército com a queda da junta militar que governava o país. Assim, foi preso, deportado para Santa Rosa de Abuná e Madre de Dios até alcançar a cidade portuária de Guajará-Mirim, no Território de Guaporé, no Brasil. No exílio, permaneceu até seu falecimento trágico, em Itatiaia, no estado de Rio de Janeiro, em um acidente de carro, retornando do trabalho de engenheiro na construção da usina hidrelétrica de Funil e de Furnas.

A trajetória de um exilado, por mais que tenha logrado êxito em sua vida, é dolorosa e terrível experienciar. Como explica Said (2001), ainda é considerado traumático e de sofrimento irreparável:

¹ O termo collas, em Corumbá, soa com “tom pejorativo” quando retrata o boliviano que veio do altiplano, cordilheira andina, tendo como as principais etnias o quéchua e o aymará.

² Alto Peru, hoje Bolívia, foi a terra escolhida por parte dos meus antepassados, os da outra parte não tiveram escolha, são oriundos de lá, porém não devem ter se lamentado de nascerem numa geografia tão maravilhosa. Bolívia está situada no coração da América do Sul, é de belezas inigualáveis e riquezas incomensuráveis. Ela se estende desde a cordilheira andina às planícies chaquenas e até a selva amazônica.

O exílio nos compele estranhamente a pensar sobre ele, mas é terrível de experimentar. Ele é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada. E, embora seja verdade que a literatura e a história contêm episódios heróicos, românticos, gloriosos e até triunfais da vida de um exilado, eles não são mais do que esforços para superar a dor mutiladora da separação. As realizações do exílio são permanentemente minadas pela perda de algo deixado para trás para sempre. (Said, 2001, p.39).

As imigrações através das fronteiras deixam marcas profundas, pois abandonar um país é uma viagem longa e difícil. O processo de emigração é doloroso, o imigrante atravessa barreiras, seja a dos muros ou da língua (idioma). A situação de exilado, ainda pior, é a perda da pátria, especialmente para um militar combatente de guerra.

O meu tio-avô Jaime Simon³ realizou relatos históricos da minha família e, conforme explica na entrevista, o bisavô, na situação de exilado, pegou o primeiro trem de Santa Cruz para Corumbá a fim de reconstruir a sua vida em outro país:

O retorno do meu pai a Corumbá foi outra epopeia vivida por um exilado, pois ele ainda em Cochabamba soube que estava sendo esperado em Puerto Suares para ser preso, estariam respeitando sua estada em casa. Assim sua viagem de Santa Cruz foi programada por via férrea saltando duas estações antes de chegar ao destino que era a demonstração de valentia, pois esse percurso de muitos quilômetros somente faria quem tivesse conhecimento e prática de andar pelas matas. Ele contou que deixou sua mala com outra pessoa durante a viagem e pediu para entregá-la no hotel onde morava em Corumbá, ele abandonou o trem na localidade de Quijarro. Contava meu pai nessa época com trinte e nova anos. (Simon, entrevista realizada em 11/01/2022).

Simon relata que a vida continuava a acontecer em Cochabamba, sem pai, morando com *abuelita*⁴ e minha bisavó, sempre na expectativa que algo viesse a acontecer e ele pudesse

³ Jaime Simon Almaráz Urdininea possui graduação em Geologia pela Universidade Federal de Ouro Preto (1963), mestrado em Geociências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1974) e doutorado em Geociências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1976). Foi professor do Centro Universitário de Barra Mansa; na Graduação, desde 1997 até 2007, continua na Pós-graduação. Foi professor do Núcleo de Geociências da Universidade Federal do Pará, de 1966 até 1974; é Membro do Conselho Editorial da Revista Científica do Centro Universitário de Barra Mansa; é pesquisador da ciência logosófica da Fundação Logosófica desde 1989. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Geologia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: geomatemática, sondagem geológica, prospecção geoquímica, mapeamento geológico, prospecção aluvionar, investigações geotécnicas, pesquisa e economia mineral. Dirigiu o Laboratório da Geomitec para atender ao CENPES da Petrobras. Foi Geólogo da Petrobras e Diretor da Andes Geomitec Petróleo Ltda., Sociofundador e Diretor Geral da Geomitec Ltda (1969 até 1997). Atualmente vinculado a Universidade Estácio de Sá, nos cursos de: Engenharia de Petróleo, Tecnólogo em Petróleo e Gás, Engenharia Ambiental e Engenharia Civil. Acesso <http://lattes.cnpq.br/0265315379752692>.

⁴ A *abuelita* depois da doença da *mamita*, tinha o comando da casa. Aceitávamos toda orientação dela, ainda mais se tratando de uma pessoa com tanta força interna, com tanta energia e vitalidade, basta lembrar sua condição de enfermeira conquistada na guerra do Chaco entre Bolívia e Paraguai (1932-1936), na qual participou como enfermeira colaboradora. Quando acabou a guerra, ela foi condecorada, integrando-se ao exército como enfermeira

retornar. Mera esperança. *Abuelita* sempre falava que “*No hay mal que dure cien años y no hay cuerpo que pueda resistirlo*”, uma verdade que servia como alento aos nossos corações.

O corpo da bisavó não aguentou esse sofrimento. Ainda doente e vivendo mais essa forçada separação, numa constante aflição e sem muitas esperanças, tanto para sua cura como a do retorno de meu bisavô, ela acabou nos deixando numa tarde ensolarada do mês de março.

O meu tio-avô Jaime Simon relata com muitos detalhes a experiência vivenciada no território fronteiriço:

Com o exílio do meu pai e fixando residência em Corumbá passei a visitá-lo nas férias, até morar em definitivo e depois fixar residência no Rio de Janeiro. Lia se casou em Cochabamba com o Hernan e foi morar com ele em Corumbá. Meu pai se tornou engenheiro em Corumbá, com a formação de topógrafo, e me fazia questão de me colocar a par de todo o trabalho que executava inclusive me ensinando a operar com os aparelhos topográficos e realizar todas as contas e cálculos que ele fazia. A topografia subterrânea no interior da mina de Urucum em Corumbá, os traçados e a abertura das estradas de acesso as bocas das minas, sem contar com os primeiros trabalhos de agrimensura que ele fez e acompanhei pelas fazendas do pantanal. Tudo isso fez questão que acompanhasse e apreendesse. Experiências fabulosas, principalmente para quem vinha da cordilheira; enfrentar as dificuldades dos trabalhos de campo no pantanal acompanhando a abertura de picadas tanto nas matas como nos campos de Jaraguá, as nuvens de mosquitos que ao meio-dia não deixavam nem comer, as lagoas e o rios cheio de piranhas e jacarés, o calor na região mais quente do país. A matula e as comidas tão diferentes. As viagens nos diversos tipos de embarcação desde os batelões, cochos, até os cargueiros com possantes motores de centro. Até as viagens de teco-teco às fazendas. Tudo eu ia registrando, mal sabia que tudo isso haveria de aproveitar para o meu futuro, a começar pela Universidade onde o curso de topografia me haveria de render grandes dividendos pela experiência aprendida com papai. (Simon, entrevista realizada em 11/01/2022).

Ao prosseguir com a linha de raciocínio, a trajetória do meu avô paterno, Hernan Guerrero, nascido em Tarija e casado com Lia, filha do bisavô, se explica por toda situação de exílio enfrentada na família. Ele emigrou por questões políticas enfrentadas na Bolívia, solicitou refúgio e aqui ficou. Construiu família, 7 filhos, 28 netos, 25 bisnetos. A sua profissão foi de protético dentário em Corumbá por mais de 60 anos. Ele trabalhou muito, teve uma contribuição admirável para o Brasil. Atuou como intérprete por mais de 30 anos na Polícia Federal, com trajetória também ligada à assistência social, com ajuda nos presídios, nas escolas e nas igrejas.

da Cruz Vermelha, instituição de âmbito internacional. O prestígio que ela alcançou deu trânsito livre tanto no exército como em todos os governos civis, sua postura, sua valentia e sua independência de atuar, de enfrentar todas as situações foi para todos nós um exemplo de vida e admiração de uma **forte quíchua**. (Jaime Simon. Entrevista realizada em 11/01/2022).

Mesmo com a sua presença no Brasil sendo mais duradoura, viam-no como o boliviano que vivia na fronteira.

A reflexão de Sayad (1998) sobre o caráter “provisório” do imigrante, na dimensão política, sociológica e econômica, fez-me refletir sobre a própria trajetória da minha família. É possível indagar: quantos exilados fizeram história nesse país? Fica evidente a enorme importância da humanização do imigrante como requisito essencial de respeito a sua trajetória e permanência.

As mobilidades de minha família no território fronteiriço consistiram em provar a culinária boliviana no sentido de “matar a saudade” da terra natal. Muitas vezes, ia com a minha família aos domingos em um restaurante de um hotel em Puerto Suarez para experimentar pratos típicos, como a sopa de *maní*, servida como a entrada para o prato principal de *chuños* e *polos*.

O meu avô sempre me levava para assistir às cerimônias e aos desfiles do dia 6 de agosto (Independência da Bolívia), com sentimento de amor e respeito pela sua nação. Todas essas experiências fizeram parte da trajetória e reconhecimento de minha identidade. Portanto, as mobilidades foram essenciais para o meu entendimento e o meu lugar de ser e estar no mundo, ou melhor, no território fronteiriço.

Consoante Massey (2008), o espaço está em constante devir, pois ele é pensado a partir de um outro conjunto de ideias, sendo imaginado, a partir da inter-relação dele com o tempo; a temporalidade, a contemporaneidade a dinamicidade e heterogeneidade. Concordo com a autora, pois a experiência vivenciada pela trajetória da migração da minha família ultrapassou o âmbito acadêmico, mas não deixou de fazer parte de um conjunto de experiências que se materializaram desde a minha graduação até o processo seletivo do doutoramento em Geografia.

Essa construção me despertou para um novo horizonte e me permitiu direcionar olhares para a realidade da migração pendular internacional em fronteira. Portanto, este estudo busca entender as seguintes questões: quais são as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes bolivianos no cumprimento das normas estabelecidas pela Receita Federal, Polícia Federal e Prefeitura Municipal de Corumbá? Qual é o entendimento deles sobre fronteira? Quais as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes pendulares bolivianos quanto à questão documental, a fim de exercer atividade laboral? Eles possuem acesso aos mecanismos de seguridade social e de benefícios previdenciários? Quais são as experiências constituídas nos diferentes tempos

e espaços? A migração sempre se deu pelo trabalho? A quais direitos os imigrantes bolivianos têm mais acesso? E a quais eles têm menos acesso?

Todas essas perguntas poderão ser respondidas no desenvolvimento da pesquisa a partir das trajetórias de migrantes e narrativas, questões que orientam o estudo. Assim, retorna-se para a terceira pessoa a partir do primeiro capítulo com o objetivo de construir a metodologia da tese.

1 “VAI LÁ NO BOLIVIANO”! ENTRE FEIRAS E LOJINHAS, SEGUE-SE NOS CAMINHOS DA PESQUISA E NAS QUESTÕES METODOLÓGICAS

A expressão “vai lá no boliviano” é usada de forma habitual e demonstra algo corriqueiro nas expressões de fronteiriços. Como exemplo, quando é preciso comprar algo mais barato e não é encontrado em outros comércios da cidade ou quando se cozinha algo e falta algum ingrediente que complemente o prato. Assim, de maneira rápida, pede-se para um familiar: “Vai lá no boliviano e compra um cheiro verde ou um 1kg de tomate?”. Dessa forma, a expressão é conhecida e cotidianamente usada.

A escolha da metodologia de pesquisa define a essência de um trabalho científico. É como se fosse o “cordão umbilical” de uma tese. Por isso, é construído um capítulo próprio para ela. A primeira aproximação com os caminhos metodológicos foi com a revisão bibliográfica e, posteriormente, aprofundamento na pesquisa qualitativa com o uso de entrevistas semiestruturadas e questionários. No entanto, durante o percurso e experiência com o campo, houve algumas adequações e não seria possível explicar a realidade fronteiriça de imigrantes pendulares bolivianos apenas com uso de questionários. Com isso, introduziu-se a História Oral, que, certamente, foi uma novidade para a pesquisadora, que até então não conhecia essa metodologia de pesquisa.

Minayo (2012) demonstra os passos para a análise qualitativa e caminhos para a fidedignidade. Dessa maneira, todos os tipos de ações e movimentos da pesquisa foram baseados no espaço-tempo, levando em conta a dimensão espacial, além da produção de consumo e análise de objetos e de ações indissociáveis, material e imaterial, de sujeitos, instituições e política. A verificação da realidade empírica levou ao patamar de construção e ruptura entre o senso comum e o conhecimento científico.

Conforme ainda explica Minayo (2012), qualquer investigação nada mais é do que a busca de responder à indagação inicial. Aquilo que atravessa o pesquisador também é o senso comum. A ordem do cotidiano também é um conhecimento de outra ordem. Assim, construir conceito para entender a realidade é o objetivo para a pesquisa de campo em Geografia.

A estratégia de construção da pesquisa com o uso dessa metodologia mostrou pontos positivos. Por meio das narrativas e das trajetórias, entrou-se no universo dos comerciantes de rua, verificando que eles fazem da rua a extensão das próprias casas, uma vez que é onde constroem relacionamentos e nutrem o corpo. A rua se torna abrigo, as crianças dormem entre

as barracas de feira, alguns se divertem e muitos realizam as principais refeições. Portanto, esses migrantes estão diretamente inseridos no cotidiano da cidade.

A vivência no campo de pesquisa trouxe um universo bem diferente do experienciado. Entre erros e acertos, conseguiu-se a confiança dos entrevistados. Os pesquisadores, então, foram “lá no boliviano” e construíram a pesquisa; com o “eu” intruso chegando com o Diário de Campo, gravador, câmera. Foram encontradas pessoas simples, recortou-se a vida cotidiana desses migrantes que vivem de sol a sol construindo um mundo possível para suas famílias.

Após a primeira orientação, foi sugerido realizar a leitura da obra de Amado e Ferreira (2006): “Usos e abusos da História Oral”. Assim, entendeu-se que a História de Vida é a escrita da subjetividade e as vozes dão chave para compreender a pluralidade dos sistemas sociais nos quais as vidas se inserem e permitam explorar as lacunas da informação e os silêncios da história oficial.

A História Oral (HO) é uma experiência desigual, de pessoas diferentes, o entrevistador e o entrevistado. Eles podem ter opiniões políticas e pertencer a grupos sociais diversos, mas, no diálogo, devem se propor iguais, no “desejo de encontrar um terreno e uma linguagem comum, que possibilitem a troca” (Portelli, 1997, p. 19).

Nesse sentido, o pesquisador deve “descer do seu pedestal”, conforme sugerem Spindola e Santos (2003), para garantir a eficiência nas entrevistas de relatos de vida, valorizar as vozes e até o silêncio dos informantes, além de compreender o ponto de vista.

Portanto, a fim de organizar os procedimentos metodológicos do estudo, o trabalho ocorrerá com duas subseções. Na primeira, explora-se revisão bibliográfica, com autores que conversam com a proposta de análise e temática. A segunda seção discute as interações metodológicas da Pesquisa Qualitativa e a História Oral desenvolvidas no texto.

Segue-se com a próxima seção, que revela as categorias migratórias escolhidas pela pesquisadora e encerra com as primeiras aproximações com os imigrantes pendulares bolivianos na pesquisa de campo realizada no ano de 2023.

1.1 Primeiros passos da pesquisa: a revisão bibliográfica

No primeiro e no segundo semestre do doutorado, foi feita a revisão narrativa de literatura, com diferentes tipos de documentos (livros, artigos, teses, dissertações, regulamentos, legislações, jornais impressos e digitais), a fim de serem coletadas informações sobre o objetivo de pesquisa.

A revisão bibliográfica buscou conceitos e temas sobre fronteira, território, territorialidade, pendularidade e migração histórica de bolivianos em Corumbá. As teses e as dissertações dos autores locais – pesquisadores residentes em fronteira – foram necessárias para entender alguns pontos dos objetivos específicos da realidade da fronteira vivida, conforme explica Lefebvre (1991) sobre a produção do espaço simbólico. Nessa perspectiva, a produção de conhecimento específico sobre o tema é importante, pois:

Mapear e discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (Ferreira, 2002, p. 258).

Com isso, a busca foi realizada pelo repositório de dissertações da UFMS do Programa de Mestrado em Estudos Fronteiriços. Consultou-se também o banco de dados da BDTD usando os descritores “imigrante pendular”, “feirantes bolivianos em Corumbá”, “trabalhadores informais”, “mobilidade transfronteiriça”, “comércio de bolivianos em Corumbá” e “xenofobia em Corumbá”.

Optou-se por diversificar os descritores “imigrante pendular”, “feirantes bolivianos em Corumbá” e “trabalhadores informais” para analisar como são nomeados os informantes dessa fronteira em outras pesquisas. O procedimento resultou na localização de 55 pesquisas e contemplou o período de 2018 a 2024. Nesse conjunto, foram excluídas 4 delas, por estarem com registro duplicado, e 9 que são referenciadas, mas cujo texto não está disponível para acesso na BDTD.

A partir da leitura dos títulos e resumos, foram selecionadas as pesquisas que estabeleciam relação com os objetivos da tese. É importante destacar que não se trabalha com todos os conceitos representados no quadro abaixo, mas com aqueles que norteiam a pesquisa, conforme os objetivos do estudo.

Quadro 1 – Apresentação das teses e dissertações selecionadas para a análise na fronteira Brasil-Bolívia

CÓD.	AUTOR/ANO	TÍTULO	TIPO	DESCRIPTOR
D1	MARINI (2018)	Implantação e Transferência da Unidade de Atendimento ao Imigrante Boliviano Indocumentado junto ao Núcleo de Estudos de Trabalho e Cidadania de Imigrantes em Fronteira (MEF/UFMS) em parceria com o Centro Boliviano-Brasileiro 30 de Marzo	Dissertação	“imigrante pendular”
D2	CURTO (2018)	Aplicação e transferência de emissão célere de certidão de antecedentes criminais em unidade regional de perícia e identificação em fronteira: acesso a direitos e cidadania aos imigrantes indocumentados em Corumbá, MS	Dissertação	“imigrante pendular”
D3	LOIO (2018)	Dinâmica laboral, pendularidade e situação documental em fronteira na perspectiva da criação e implantação do Núcleo Cidadania Imigrante: mulheres bolivianas nas feiras livres de Corumbá, MS, Brasil	Dissertação	“comércio de bolivianos em Corumbá”
D4	MARTTA (2019)	As territorialidades do cotidiano e do trabalho nas feiras livres de Corumbá-MS	Dissertação	“feirantes bolivianos em Corumbá”
D5	ALMEIDA (2020)	Aplicação e Transferência de Novas Técnicas de Cadastro de Imigrantes, Refugiados e Apátridas na Assistência Social do Município de Corumbá-MS	Dissertação	“imigrantes pendulares”
D6	FÉLIX (2020)	Feiras livres de Corumbá/MS: tuteladas pela municipalidade e vivida pelos feirantes	Dissertação	“feirantes bolivianos em Corumbá”
D7	MATTOS (2021)	A emergência do sujeito no espaço entre línguas:	Dissertação	“imigrante pendular”

		interpelações discursivas em sujeitos na posição de imigrante		
D8	JÚNIOR (2021)	Uma análise das manifestações xenofóbicas na fronteira Brasil-Bolívia segundo o ordenamento jurídico brasileiro	Dissertação	“xenofobia em Corumbá”
D9	SACHINI (2021)	Os/as imigrantes bolivianos/as atendidos/as no centro de referência de assistência social – CRAS itinerante – na cidade fronteira de Corumbá/MS	Dissertação	“imigrante pendular”
T1	BARROS (2021)	Os Bolivianos do lado de cá: além do limite, a produção de fronteiras na cidade de Corumbá-MS	Tese	“comércio de bolivianos em Corumbá”
T2	KUKIEL (2022)	Repercussões dos programas bolsa família e vale renda no comércio varejista dos municípios Corumbá e Ladário - Mato Grosso do Sul	Tese	“comércio de bolivianos em Corumbá”
D10	BARRETO (2022)	Trabalhadores migrantes e a Previdência Social na Fronteira: o caso dos feirantes bolivianos em Corumbá/MS	Dissertação	“comércio de bolivianos em Corumbá”
D11	VERNOCHI (2022)	Xenofobia em ambiente escolar fronteiriço: uma análise de estudo de caso em Corumbá, MS	Dissertação	“xenofobia em Corumbá”.
D12	ARRUDA (2022)	A proteção previdenciária no Brasil aos(as) bolivianos(as) que trabalham nas feiras livres de Corumbá-MS	Dissertação	“feirantes bolivianos em Corumbá”
T3	ALMEIDA (2023)	Políticas públicas desenhadas para a fronteira Brasil/Bolívia: análises e percepções	Tese	“comércio de bolivianos em Corumbá”
D13	MORAES (2023)	Migrantes pendulares e o sofrimento: trajetórias e vivências de trabalhadores	Dissertação	“imigrante pendular”

		informais na fronteira em Corumbá, MS, Brasil		
D14	ARAÚJO (2023)	Sofrimento psíquico e social de trabalhadores migrantes na fronteira Brasil-Bolívia	Dissertação	“trabalhadores informais”
D15	SILVA (2023)	A pandemia foi um grande desafio: os dilemas das/os comerciárias/os na cidade de Corumbá/MS em tempos de pandemia	Dissertação	“imigrante pendular”
T4	Chaves (2023)	La mamita de copacabana: a celebração da virgem boliviana na fronteira de Corumbá/BR e Puerto Quijarro/BO	Tese	“fronteira Brasil-Bolívia”

Fonte: Organizado pela autora (2025).

Após a leitura das produções que mais se aproximam da intencionalidade deste estudo, constatou-se que a maioria dos trabalhos evidenciou a importância da análise sobre fronteira no contexto migratório, a história da migração na cidade de Corumbá-MS e a importância do trabalho para imigrantes.

Poucos estudos contemplaram a categoria “trabalhadores informais”, pois a relevância de nomenclatura foi a de “imigrante pendular”, com sete trabalhos, e a categoria “feirante boliviano”, com seis trabalhos analisados. Não foram encontrados trabalhos, no período 2018 a 2024, com o descritor “mobilidade transfronteiriça”. Outro ponto observado no levantamento bibliográfico é que são poucas as teses que contemplam os estudos sobre imigrantes pendulares e mobilidades na fronteira Brasil-Bolívia.

Os autores da Geografia e demais autores de base local foram essenciais para a análise dos elementos metodológicos das mobilidades no território fronteiriço, como os conceitos de fronteira, território e territorialidade. O elemento “feirante”, no descritor apresentado, caracteriza as mobilidades no comércio de bolivianos na cidade de Corumbá, sendo os feirantes o maior quantitativo dessas mobilidades internacionais. Portanto, a revisão bibliográfica serviu como suporte teórico e conceitual para adentrar ao universo da pesquisa qualitativa com a intenção de dar visibilidade às vozes dos entrevistados. A importância de ouvi-los, com o uso do gravador, deixar falar, sem interrupções, fez vislumbrar caminhos metodológicos alicerçados na valorização das vozes dos imigrantes, e é nessa perspectiva que a pesquisa se desenvolve do início ao fim. Certamente, as obras e os autores estarão presentes como base na pesquisa, no entanto, o protagonismo é o imigrante e suas relações sociais na dimensão do

espaço-tempo. Algumas dessas bibliografias foram referenciadas na pesquisa, como Arruda (2022), Barros (2021), Kukieli (2022) e Loio (2018), que complementaram o estudo.

Ademais, analisou-se também repositório de teses e dissertações de estudos fronteiriços, realizados em outras fronteiras, com os descritores “imigrante pendular” e “mobilidade transfronteiriça”, a fim de buscar semelhanças ou diferenças de categorias de análises e pensar nessas relações para as perspectivas do trabalho de estudos fronteiriços e de mobilidades internacionais. Para iniciar essa pesquisa, buscou-se analisar como a fronteira é tratada em trabalhos realizados em outras cidades fronteiriças. “A percepção da fronteira se modifica dependendo da perspectiva do pesquisador que está fazendo a análise, sejam por suas experiências, ideologias ou bases teóricas” (Moraczewska, 2010, p.134).

Os Estudos Fronteiriços são considerados estudos interdisciplinares, feitos por meio de pesquisadores e estudiosos de diversas áreas com a intensão de discutir temas acerca dos limites territoriais dos Estados e analisar a mobilidade internacional existente. Quando se pensa em zonas e limites territoriais, coloca-se em cena os atores estatais que possuem ações estratégicas de controle e vigilância dos territórios e, por vezes, as palavras perigo, contágio e ameaça são familiarizadas por esses atores, visto que aqui a fronteira separa e divide, no âmbito dos dois países, pela jurisdição. Ocorrem, também, diversos processos no âmbito político, econômico, social e cultural firmados por políticas públicas, acordos de cooperação política, fluxos migratórios de pessoas que se deslocam diariamente de um país ao outro para trabalhar, estudar, acessar a saúde ou serviços que atendem as demandas de ambos os lados da fronteira.

Quando se analisa a relação de estudos fronteiriços e mobilidade instrumentalizados por autores não estatais, observa-se o sentimento de aventura, possibilidade e/ou sobrevivência que são mediados por pessoas em busca de melhores condições de vida e de trabalho. A mobilidade se faz no território fronteiriço, constituindo conexões, redes e relacionamentos que são consolidadas pelas territorialidades. Conforme Velozo (2020):

As fronteiras são regiões, ou zonas, de alta relevância estratégica para o Estado, organizações internacionais, empresas multinacionais e demais atores do sistema internacional. Nesses locais ocorrem diversos processos que se configuram como relações internacionais, tanto nos aspectos políticos, como econômicos, sociais e culturais, por exemplo: os acordos de cooperação política bi ou trinacionais, os fluxos migratórios forçados de indivíduos que se deslocam diariamente de um país a outro para trabalhar, estabelecimentos comerciais que atendem a população de ambos os países etc. Portanto, o diálogo entre os Estudos Fronteiriços e as Relações Internacionais é mutuamente vantajoso, tanto para o fortalecimento desses campos, quanto para o reconhecimento da realidade das populações fronteiriças e, consequentemente, internacionais. Ultrapassados os desafios citados acima,

se descobrem diversas utilidades e novas interpretações sobre as regiões de fronteira e seu papel no sistema internacional. (Veloza, 2020, p. 43).

Ao dialogar com o autor, na fronteira, existem configurações que são muito particulares, mas que constituem processos jurisdicionais baseados na alta política, envolvendo interesses políticos, econômicos, culturais. No entanto, na perspectiva do trabalho em estudos fronteiriços, há uma contradição a depender do posicionamento do sujeito no território nacional e/ou internacional. Quando a fronteira é analisada por alguém inserido nela, há um discurso bem diferente de quem está fora, haja visto as alteridades, conflitos e negócios que não se limitam à alta política – acordos estatais, normas na letra da lei com o conjunto de regras jurisdicionais. A vida na fronteira acontece na construção das territorialidades a partir das mobilidades, que, muitas vezes, independem dos acordos da alta política.

No quadro 2, é possível observar alguns trabalhos selecionados e filtrados pelos descritores: “imigrante pendular” e “mobilidade transfronteiriça”, buscados também pela BDTD, no período de 2021-2025:

Quadro 2 – Apresentação das teses e dissertações selecionadas para a análise realizadas em outras fronteiras

CÓD.	AUTOR/ANO	TÍTULO	TIPO	DESCRIPTOR
D1	VARELLA (2021)	Narrativas y prácticas transfronterizas: la movilidad como forma de habitar la frontera Foz do Iguaçu (Brasil)-Ciudad del Este (Paraguay)	Dissertação	“mobilidade transfronteiriça”
D2	MATTOS (2021)	A emergência do sujeito no espaço entre línguas: interpelações discursivas em sujeitos na posição de imigrante	Dissertação	“imigrante pendular”
D3	OLIVEIRA (2022)	À beira da fronteira da modernidade" ou quando as sexualidades e identidades de gênero se modernizam: indivíduos paraguaios e brasileiros na fronteira entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este	Dissertação	“mobilidade transfronteiriça”
D4	MEDIDA (2022)	Migração internacional e trabalho na região amazônica: estudo a partir do estado do Acre	Dissertação	“mobilidade transfronteiriça”

T1	FREITAS (2023)	O papel dos núcleos de ocupação na fronteira Brasil-Bolívia: do século XVIII ao XXI	Tese	“mobilidade transfronteiriça”
T2	AZEVEDO (2023)	As vivências e interações dos povos da fronteira Brasil-Paraguai'	Tese	“mobilidade transfronteiriça”
T3	ALVES (2024)	Trajetórias identitárias de professores migrantes em movimento pendular em Sergipe	TESE	“mobilidade transfronteiriça”

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Algumas discussões presentes nas referências de outras fronteiras também constam na pesquisa como forma de reflexão, pois alguns problemas se assemelham à fronteira analisada.

Ao longo dos últimos anos, as investigações construídas por estudiosos de diversas áreas sobre imigrante pendular e as tipologias migratórias têm se intensificado e se aproximando dos territórios fronteiriços. No período de 2021 a 2025, foi realizada a busca e selecionado alguns trabalhos que são semelhantes a este em relação ao migrante internacional e mobilidades.

Ao se considerar a presença significativa de imigrantes haitianos no município de Chapecó-SC, Mattos (2021) entende que, mediante as mobilidades ali existentes, há a constituição do sujeito que se enuncia em uma posição entre-línguas. A autora entende que eles sofrem de forma mais marcada a questão do idioma, dado que as territorialidades construídas identificam três idiomas (português, crioulo e francês) com a importância do francês no relacionamento com o Outro. Nesse contexto de alteridade que atravessa os significados de outra língua, há uma enaltação pelo idioma europeu que confere status e/ou elegância em comparação à língua materna dos haitianos, que é o crioulo. Como acontece em Chapecó, há uma semelhança na fronteira aqui estudada em relação ao preconceito da língua nativa dos aymarás e quéchuas, pois é observado pendurar por anos o discurso que discrimina os bolivianos considerados “collas”, de descendência indígena.

O trabalho realizado por Azevedo (2023) caracteriza a mobilidade na construção do território fronteiriço em relação à importância das redes transfronteiriças. Segundo o autor, as mobilidades em Guaíra-PR são consolidadas em redes de consumo (comércio, trabalho, saúde e educação), atravessando o legal e o ilegal na trajetória das mobilidades, que não se limitam àquela fronteira, dado que não se compreendem apenas entre duas cidades, pois outras escalas são mobilizadas no processo de construção dessas redes.

Durante o percurso deste trabalho, também se deparou com os migrantes que são operadores de múltiplas escalas, como será visto em seção específica, no atravessamento do legal e ilegal, construindo conexões com outros estados e países.

Medida (2022), no trabalho intitulado “Migração internacional e trabalho na região amazônica: estudo a partir do estado do Acre”, trata da migração do trabalho nesse território de fronteira e da sua importância para os estudos fronteiriços. Alves (2024) é o único que nomeia o migrante pendular nas trajetórias identitárias de professores migrantes, em Sergipe.

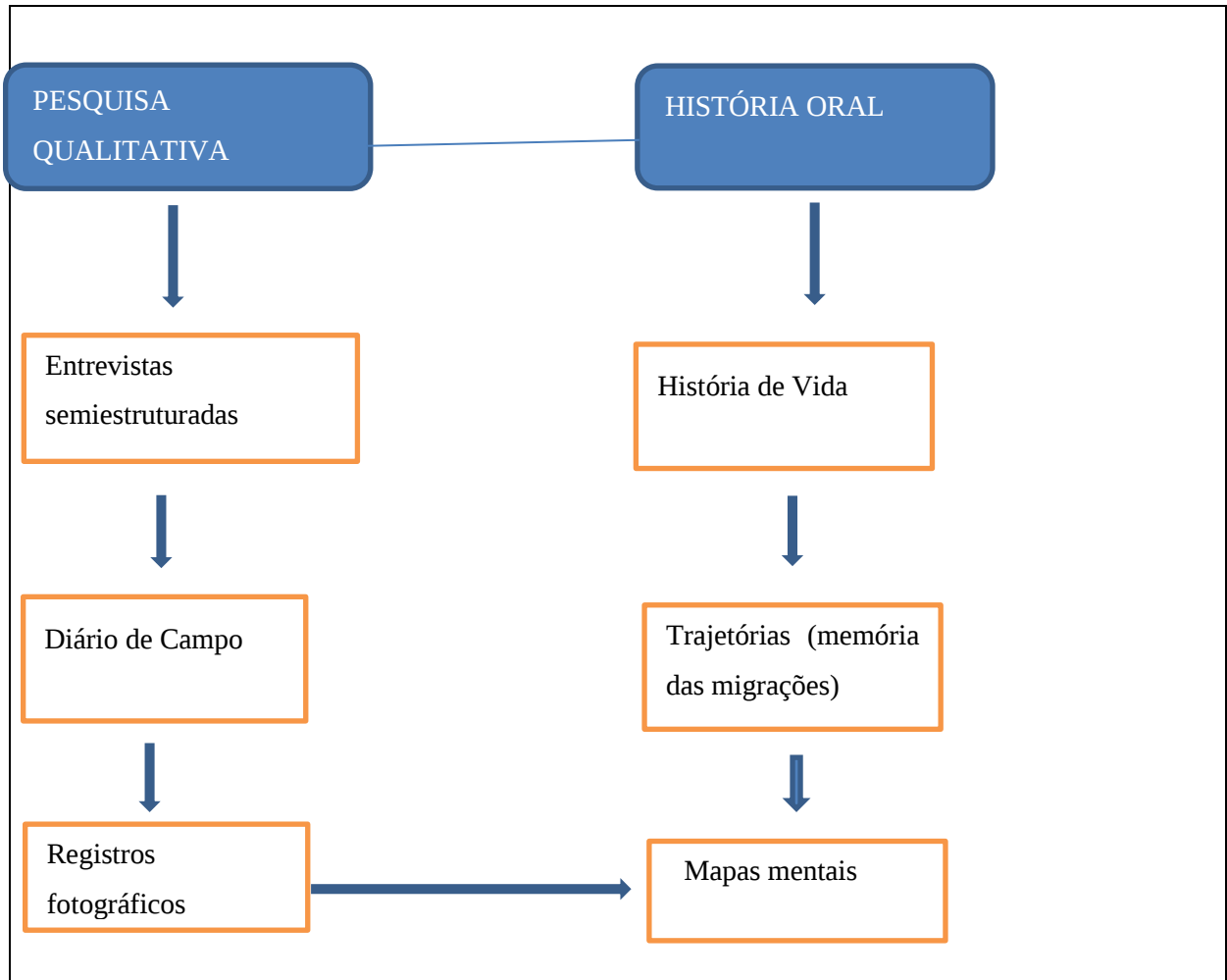
Portanto, as análises feitas na literatura de outros estados fronteiriços evidenciam os dramas, conflitos e relacionamentos presentes nas fronteiras, com as suas singularidades, mas com questões problematizadas que se assemelham à fronteira aqui estudada. O descritor “imigrante pendular” não foi discutido na maioria dos textos lidos, apenas em um trabalho, enquanto o termo “mobilidade transfronteiriça” esteve presente em todos os textos revisados no período proposto.

1.1.1 Avanços de procedimentos metodológicos: a História Oral como estratégia de pesquisa

Tu não usas uma metodologia. Tu és a metodologia que usas. A pesquisa qualitativa compreende a capacidade de colocar-se no lugar do outro. (Minayo, 2012, p. 623).

Sob esta concepção, pode-se compreender como o trabalho de campo na Geografia foi imprescindível para se observar as múltiplas facetas da realidade do objeto de estudo. Como foi dito anteriormente, o primeiro passo foi a revisão de bibliografia e, após discussões e orientações, o projeto de pesquisa foi ajustado no caminho metodológico que contemplasse a problemática da pesquisa. Seguem os procedimentos metodológicos:

Figura 1 – Procedimentos metodológicos



Fonte: organizado pela autora (2024).

As adequações foram necessárias para se compreender a realidade socioespacial fronteiriça. Assim, o campo em Geografia abriu a possibilidade para que fossem abordadas as questões do trabalho informal e comércio de imigrantes pendulares em fronteira. Foram feitos questionários e entrevistas com um grupo de imigrantes e com um grupo de agentes públicos que atendem especificamente as demandas deles. Foi traçado, inicialmente, o perfil social do entrevistado: **1 - Perfil do migrante (tipologia migratória); 2 - Trajetória migratória; 3 - Vulnerabilidade e 4 - Acesso a direitos.**

Desse modo, destaca-se, nos quadros abaixo, o quantitativo de entrevistas e questionários e o local onde foram realizados:

Quadro 3 – Entrevistas com os imigrantes bolivianos

Local da entrevista	Feirantes, ambulantes e lojistas	Total de entrevistas
Feira livre da região central (feira de domingo) e dos bairros de Corumbá e Ladário (feira de sábado)	Feirantes	22
Lojas de vestuário “da parte alta da cidade”, bairro Nova Corumbá e Popular Nova	Lojistas	8
Nas ruas em frente aos comércios do centro	Ambulantes	6
Na residência da pesquisadora	Ambulantes, pecuaristas e despachante	5
		Total: 41

Fonte: Organizado pela autora (2024).

Quadro 4 – Entrevistas e questionários com os agentes públicos

Local da entrevista	Servidores públicos	Total de entrevistas	Total de questionários
Posto Esdras, restaurantes, bares, na casa da pesquisadora e em clubes de tiro e natação.	Agente de Polícia Federal (PF)	6	3
Delegacia da PRF e agendamentos marcados na casa do policial.	Agente da Polícia Rodoviária Federal (PRF)	3	-
Posto Esdras, Receita Federal (RFB) e locais de apreensões em estabelecimentos de bolivianos.	Agente da fiscalização aduaneira (RFB)	2	
Forma virtual	Fiscal de posturas municipais	-	2
Total: 16			

Fonte: Organizado pela autora (2024).

É importante ressaltar que houve 31 entrevistas semiestruturadas em torno das condições de trabalho e garantia de direitos de imigrantes bolivianos em Corumbá. Destas, 10 foram narrativas mais extensas em torno da história de vida, pois tiveram o caráter de acompanhar a trajetória dos sujeitos, enquanto as outras foram centradas na questão do comércio e no cotidiano de construção das mobilidades.

Essa divisão se deu pelo motivo de que a metodologia História de Vida é um processo de idas e vindas na casa ou no comércio do entrevistado. Ela não pode ser realizada tirando apenas alguns minutos ou algumas horas do dia. Para que haja uma verdadeira narrativa na trajetória de vida dos entrevistados, foram feitas algumas visitas e retornos para ratificar algumas informações ou sanar dúvidas que apareceram no momento da transcrição.

Alberti (2000) considera que a história de vida é um tipo de narrativa extensa e não pode ser feita de uma vez apenas, pois ela abrange toda a história de um indivíduo desde a sua tenra idade até o momento atual. Sendo assim, é um relato de suas experiências e vivências ao longo da vida e pode ser apresentada em forma oral ou escrita.

Nesse sentido, a próxima seção revela os dados de campo e as tipologias migratórias dos entrevistados. A escolha para realizar as entrevistas e relatos de vida foi feita por meio do recorte espacial das feiras livres de Corumbá e de lojas de imigrantes bolivianos localizadas na região sul, considerada periférica da cidade.

Os procedimentos metodológicos se deram também com o levantamento de dados em *sites*, coleta de dados para produção de mapas, figuras, quadros e tabelas que foram realizadas a partir da organização dos capítulos da tese. Os dados empíricos realizados foram revelados a partir do campo de pesquisa e organizados em capítulos.

O uso de *drone* também foi um recurso para capturar imagens de comércios de bolivianos no bairro Popular Nova, bem como as entrevistadas, relatos de vida e observação organizados no capítulo 5 da tese.

A História Oral teve como elemento relevante a memória das migrações, tendo por base entrevistas, fotografias, gravador e o Diário de Campo realizados com os imigrantes bolivianos. A vertente da História Oral para este estudo é a História de Vida e foram realizadas entrevistas com 10 imigrantes bolivianos que vivenciaram a experiência da emigração e imigração, a fim de se refletir sobre a percepção multifacetada da realidade social do migrante e do trabalhador imigrante em seu cotidiano.

Em relação ao quantitativo de entrevistas, houve mais feirantes entrevistados pelo fato de serem mais numerosos na categoria imigrante pendular internacional. Verifica-se abaixo as categorias abordadas neste estudo.

1.1.2 Categorias de imigrantes pendulares

Ao se considerar o objetivo proposto, tratar-se-á apenas de imigrantes pendulares bolivianos que são comerciantes em Corumbá. Desse modo, outros pendulares não serão analisados neste trabalho: brasileiros que transitam nos municípios bolivianos para estudo, outros estrangeiros presentes em Corumbá e os próprios bolivianos que transitam por diversos motivos. O foco está no trabalho e no comércio de trabalhadores bolivianos.

O caminho percorrido para chegar a essa escolha foi longo e se deu antes mesmo do doutorado. Os dados de campo e a escolha pelo grupo foram feitos por categorias migratórias, ou seja, os trabalhadores pendulares bolivianos (feirantes, lojistas, ambulantes) que possuem residência na Bolívia, em Puerto Quijarro ou Puerto Suarez, mas trabalham no Brasil em feiras e/ou lojas em Corumbá, considerados migrantes pendulares de pequena distância. Os trabalhadores que possuem residência no Brasil e/ou têm duas residências (uma no Brasil e outra na Bolívia) e que cotidianamente transitam entre os territórios. Existem aqueles que moram em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, mas que a cada período (semanal ou quinzenal) vão trabalhar no Brasil, em Corumbá, sendo migrantes pendulares de longa distância. E, também, existem aqueles migrantes que possuem comércios em ambos os lados da fronteira, Brasil-Bolívia, sendo a maioria casais, pois a mulher é feirante em Corumbá e o marido administra o comércio do lado boliviano.

Assim, chega-se a essas categorias por meio dos dados revelados no campo de pesquisa. Foram feitas muitas entrevistas, algumas delas antes mesmo de iniciar a escrita da tese. Nesse sentido, as entrevistas foram realizadas no segundo semestre de 2023. Em agosto, foram feitos registros da festa da Virgem de Urkupiña, em Corumbá, e em Puerto Quijarro. No ano de 2024, especificamente, entre março e julho, entrevistaram-se os agentes públicos e os policiais; já no segundo semestre de 2024, os feirantes, lojistas e alguns ambulantes bolivianos. No ano de 2025, o foco foram as trajetórias de vida de lojistas do bairro Popular Nova, em Corumbá, e, entre os meses de agosto e dezembro, acompanhou-se o comércio e as trajetórias dos bolivianos oriundos dessa atividade. Em 2026, foram realizadas observações participantes e diálogos informais com o objetivo de confirmar algumas questões que foram transcritas.

O campo foi revelador em muitos aspectos, pois se pensava de um jeito diferente antes de adentrar ao universo da pesquisa. Uma das questões era que haveria apenas feirantes imigrantes pendulares e que o foco deveria ser somente neles, sendo considerados maioria de migrantes pendulares na fronteira. No entanto, com o passar do tempo, com as idas e vindas nas entrevistas, desde o primeiro momento até o último campo de pesquisa, registraram-se todas as categorias existentes na configuração do comércio de imigrantes pendulares em Corumbá.

Segue o quadro com as categorias migratórias revelados no campo de pesquisa nos anos de 2023, 2024 e 2025:

Quadro 5 – Categorias migratórias

Feirantes	Idade	Gênero	Local de nascimento	Escolaridade	Total de entrevistas
Feirantes	Entre 45 e 60 anos	85% feminino	Região do altiplano	Fundamental incompleto	22
Vendedores ambulantes	45 a 65 anos	85% feminino	Região do altiplano	Fundamental incompleto	7
Lojistas de roupas	35 a 45 anos	80% feminino	Região do altiplano	Ensino médio incompleto	4
Lojistas de bebidas, brinquedos e quinquilharias	35 a 70 anos	75% masculino	Região do altiplano	Fundamental completo	3
Pecuaristas	Entre 58 e 60 anos	masculino	Região do altiplano	Ensino médio incompleto	2
Lojistas, vendedores de alimentos; ração santeñas e pastéis	45 a 60 anos	50% feminino 50% masculino	Região do altiplano e do oriente da Bolívia	Ensino médio incompleto (2) Ensino superior completo (1)	2
Despachante	58 anos	masculino	Região do oriente da Bolívia	Ensino médio completo	1
					Total: 41

Fonte: Organizado pela autora (2024).

Os feirantes foram predominantes no quantitativo de entrevistas realizadas, no total de 22, conforme o quadro. Eles são a maioria na cidade em relação às mobilidades pendulares, conforme o campo de pesquisa. Os feirantes entrevistados trabalham em vários pontos da cidade, cotidianamente, atravessam a fronteira com as mercadorias e equipamentos para construção de barracas, conforme a Figura 2:

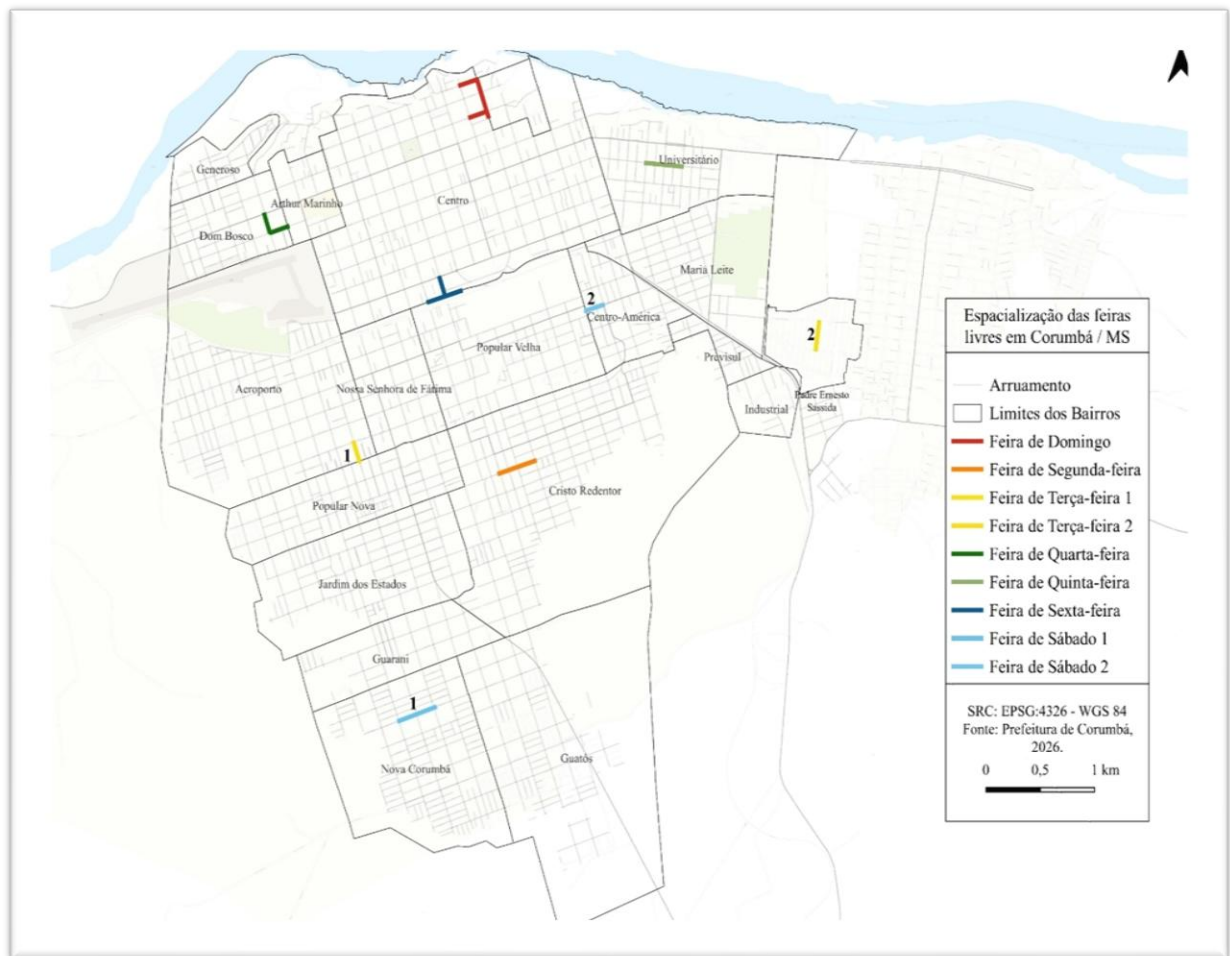
Figura 2 – Feirante imigrante pendular internacional de pequena distância



Fonte: Trabalho de campo (2024).

A imagem revela a mobilidade pendular na fronteira, que, para os feirantes, é diária, pois eles se movimentam cotidianamente, carregam as armações e as estruturas da banca, assim como as mercadorias comercializadas em Corumbá, nas feiras livres. Segue a figura 3, com o mapa da espacialização das feiras na cidade.

Figura 3 – Mapa da Espacialização das feiras livres em Corumbá



Fonte: Trabalho de campo (2024).

A organização das feiras livres, conforme a figura 3, está estipulada pelo Decreto n.º 307/2007, da Prefeitura Municipal de Corumbá, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das feiras. Contudo, as territorialidades criadas estão na liminaridade dessas normas, funcionando de acordo com os ritmos, movimentos, encontros e preferências fronteiriças. O espaço do cotidiano dita as normas, e toda a espacialização das feiras livres estão distribuídas em vários bairros da cidade, contemplando tanto as periferias quanto a parte central, possibilitando o acesso de toda a população, de baixo, médio ou alto poder aquisitivo.

Assim, as feiras no espaço urbano apresentam a seguinte configuração espacial: a feira de domingo é a mais tradicional e maior, possui mais feirantes, ocorre pela manhã, das 7 horas até 13 horas, no centro da cidade. A primeira entrada está na Treze de Junho esquina com a Tiradentes; já a segunda entrada compreende a rua Ladário. Atualmente, a feira de domingo chega até a Avenida General Rondon.

A feira de segunda-feira acontece no bairro Cristo Redentor, rua Paraná, região periférica. A feira de terça-feira ocorre pela manhã no bairro Popular Nova, rua Cyriaco Felix de Toledo, região periférica, sendo concomitante com a feira realizada no conjunto Padre Ernesto Sassida, em locais diferentes, conforme a figura 3.

A feira de quarta-feira ocorre pela manhã, no bairro Dom Bosco, na rua Cuiabá, próximo à cidade de Puerto Quijarro. A feira de quinta-feira realiza-se pela manhã, no bairro Universitário, na rua Afonso Pena. A feira de sexta-feira acontece pela manhã no bairro Aeroporto, Avenida Joaquim Wenceslau de Barros. A feira de sábado, também pela manhã, no Bairro Nova Corumbá, na rua Rio Grande do Norte, onde existem muitas lojinhas de bolivianos, e, simultaneamente, no bairro Centro América.

O funcionamento das feiras normalmente acontece pela manhã, pois há mais demanda nesse horário, antes do preparo do almoço. Os fronteiriços acessam essas feiras a fim de comprar os ingredientes para compor o prato, aproveitando que elas acontecem no bairro onde moram, ampliando os perfis da clientela. Já a feira de domingo, considerada a maior da semana, acontece durante a manhã e se estende pela tarde, pois algumas pessoas não acordam cedo nesse dia, que é o dia do descanso do trabalho para alguns. Dessa maneira, a feira de domingo tem se consolidado como lugar de encontro e lazer; os fronteiriços aproveitam para comer pastel com suco de laranja ou um caldo de cana-de-açúcar bem gelado com tapioca, que também é preparada nesses espaços de rua. Experimentam pratos típicos da Bolívia, como a *saltenã*, diversas empadas, *chicha*, *mocochiche*, que são bebidas refrescantes e comercializadas na hora da feira para espantar o calor que faz em Corumbá. São espaços não apenas de comércios, mas de ponto de encontro, momentos singulares na vida de quem vive na fronteira.

Os lojistas entrevistados foram o segundo predominante, somando o total de 9 entrevistas. São divididos em lojistas de roupas, bebidas, comidas, brinquedos e quinquilharias. Eles se concentram no bairro Popular Nova e Nova Corumbá que é conhecido como a “parte alta da cidade” (expressão comum usada para direcionar aos bairros que estão localizados na região sul de Corumbá), onde (re)territorizaram as suas vidas e seus comércios, após o fechamento da feira BR-Bo⁵.

Segue, na figura 4, a imagem de lojistas no estabelecimento comercial:

⁵ A antiga “feirinha”, como era conhecida a feira BrasBol (abreviação de Brasil - Bolívia) existia há 18 anos, era uma espécie de “camelódromo” onde se comercializam produtos “Made in China”. Esse espaço construído pelos imigrantes bolivianos vinha há um tempo, segundo Telles, 2009, negociando a sua permanência e legitimidade no espaço fronteiriço. Ao percorrer limites entre o legal e o ilegal, fazia parte da paisagem urbana da cidade e da memória dos corumbaenses (Costa, 2012).

Figura 4 – Lojistas localizados no bairro Popular Nova em Corumbá

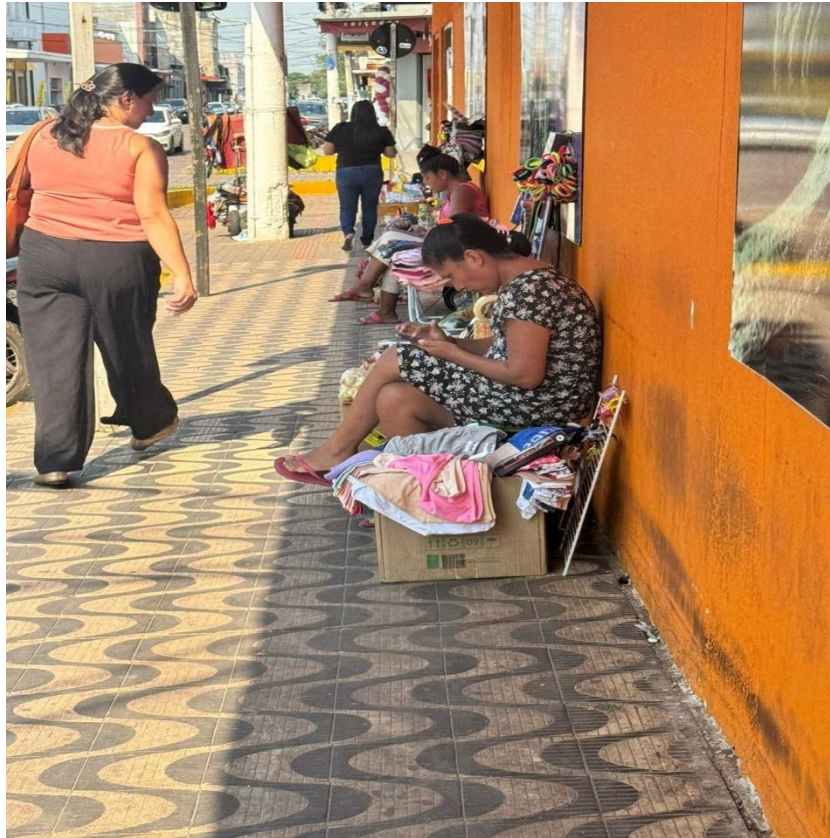


Fonte: Trabalho de campo (2024).

Os lojistas possuem pontos fixos na cidade, sendo diferente o processo de mobilidade em comparação aos feirantes. Alguns deles construíram casas no bairro e passaram a ter duas residências, uma no Brasil e a outra na Bolívia. A figura anterior revela os pontos comerciais com o predomínio de mercadorias misturadas e distribuídas nas calçadas. É possível observar muitos sacos de ração animal ao lado de bebidas, frutas, verduras e plantas.

Os vendedores ambulantes entrevistados formam o terceiro grupo, somando o total de sete entrevistas e percorrendo o trajeto da migração. Saem de Puerto Quijarro, pegam taxi, ônibus ou até mesmo seguem a pé em direção ao centro de Corumbá, alguns deles atravessam sem mercadorias para não correr o risco de apreensão pela fiscalização. Assim, deixam os carrinhos de mercadorias nos galpões de lojas do centro da cidade, pagam uma taxa pelo aluguel do espaço e durante o dia ficam parados em frente aos comércios locais à espera de clientes que passam pelas calçadas, conforme a Figura 5:

Figura 5 – Vendedores ambulantes nas calçadas do centro de Corumbá-MS



Fonte: Trabalho de campo realizado em 25 de outubro de 2024.

A figura 5 mostra a movimentação de pessoas na parte central da cidade e as ambulantes posicionadas à direita em frente aos comércios locais. Observa-se o interesse da população pelos produtos comercializados nas calçadas, são as mercadorias provenientes da China, conhecidos como produtos *Made in China*, que atraem a clientela que busca por melhores preços. Os ambulantes costumam permanecer em frente às lojas apenas no horário comercial, após isso, retiram as mercadorias e procuram por outros espaços. Já outros atravessam a fronteira e seguem de porta em porta vendendo os seus produtos. Ainda têm aqueles que vendem alimentos prontos nas feiras de rua, como será visto no capítulo 3.

As tipologias migratórias foram analisadas no decorrer do estudo e, por meio das entrevistas realizadas, foi feito um levantamento de todas elas, conforme o Quadro 6:

Quadro 6 – Tipologias das mobilidades pendulares

Tipologias migratórias	Idade	Gênero	Local de nascimento	Total de entrevistas
Os que moram nas cidades bolivianas e trabalham e tem seus negócios em Corumbá	Entre 45 e 60 anos	85% feminino	Região do altiplano	19
Aqueles que tem dupla residência	35 a 45 anos	80% feminino	Região do altiplano	12
Aqueles que já moraram um tempo em Corumbá e outros tempos nas cidades bolivianas e que o próprio pêndulo da moradia se deve ao diferencial fronteiriço dos preços dos aluguéis de um lado e outro	45 a 65 anos	85% feminino	Região do altiplano e do oriente da Bolívia	11
Aqueles que tem duplo negócio – marido na Bolívia e mulher no Brasil ou vice-versa	35 anos	50% feminino 50% masculino	Região do altiplano	6
Os que são cidadãos brasileiros, são vistos como bolivianos e que também fazem diversos trânsitos entre os dois países	18 a 35 anos	50% feminino 50% masculino	Corumbá, Brasil	5
Aqueles que tem duplo negócio: uma pessoa trabalha na Bolívia e no Brasil ao mesmo tempo	40 a 55 anos	50% feminino 50% masculino	Região do oriente da Bolívia	3
Os que moram em Corumbá, mas que vão pegar as mercadorias na Bolívia	Entre 35 e 55 anos	85% feminino	Região do altiplano e do oriente da Bolívia	2
Aqueles que vem desde Santa Cruz somente para vender produtos em Corumbá e depois voltam	45 anos	feminino	Oriente da Bolívia	1
Aqueles que vem desde Santa Cruz para trabalho e estudo	45 anos	feminino	Oriente da Bolívia	1
Outras situações de mobilidades transfronteiriças ligadas ao trabalho/negócios na fronteira	55 a 60 anos	masculino	Oriente da Bolívia	1

Fonte: Organizado pela autora (2024).

As tipologias migratórias caracterizam as territorialidades construídas em escala local, na fronteira analisada. No entanto, também houve achados de pesquisa em outras escalas, como é o caso da migrante pendular ambulante que mora em Santa Cruz de la Sierra, mas que viaja a cada 15 dias para trabalhar em Corumbá. Outra situação de migrante operador de múltiplas escalas é o caso do boliviano que nasceu em Santa Cruz, mora atualmente em Corumbá, mas residiu 6 anos em São Paulo, retornou a Corumbá e atualmente é pecuarista e empresário, com seus negócios na cidade de Puerto Quijarro, São Paulo e em Corumbá.

Durante o campo de pesquisa, foi encontrada outra situação: é o caso da aluna de mestrado em estudos fronteiriços do Câmpus do Pantanal, que mora em Santa Cruz de la Sierra, mas que viaja toda semana a Corumbá para estudo e para o trabalho, pois tem empresas no ramo de produto de químico em Corumbá, Santa Cruz de la Sierra e São Paulo. Assim, constitui-se como operadora de múltiplas escalas, construindo suas territorialidades nas mobilidades tanto para o trabalho como para o estudo. Outras situações de operadores de múltiplas escalas serão vistas no decorrer da pesquisa.

Conforme o quadro 6, o que mais predomina é a tipologia daqueles que moram nos municípios bolivianos e trabalham e têm seus negócios em Corumbá, sendo maioria feirante. A segunda tipologia que predomina é que a maioria dos entrevistados possuem dupla moradia tanto na Bolívia como no Brasil e tem trabalho em Corumbá, como é o caso dos lojistas entrevistados e alguns feirantes. Há diferenças nas escolhas por moradia, visto que alguns feirantes, quando migraram para o território fronteiriço, primeiramente residiram em Puerto Quijarro, compraram casa e, com isso, decidiram ter mais uma residência pela questão de facilitar o trabalho em Corumbá, especialmente os lojistas que possuem pontos fixos na cidade. Outras situações envolvem o recebimento do Programa Social do Governo, cuja garantia de conseguir o benefício é ser residente e comprovar residência em Corumbá. Existem situações pelo barateamento na Bolívia de casas, aluguéis e produtos alimentícios. Portanto, os lojistas, predominantemente, possuem dupla residência e negócios na cidade.

A tipologia daqueles que têm duplo negócio – marido na Bolívia e mulher no Brasil ou vice-versa – são vistos nas categorias feirantes e lojistas, sendo comum a mulher boliviana estar à frente dos negócios em Corumbá, como nas feiras de rua ou nas lojinhas, e o marido trabalhar na Bolívia, como taxista ou ter loja em Puerto Quijarro e permanecer mais tempo na Bolívia.

Um dado interessante nas entrevistas foi a questão de que filhos de migrantes nascidos no Brasil são considerados pelos fronteiriços como bolivianos. Assim, em capítulo próprio, será visto como se dão esses conflitos com os chamados filhos ilegítimos da migração, conforme

Sayad (1998). Um outro achado foi quando se conheceu um migrante pendular boliviano que possui residência em Corumbá, tem seus negócios na cidade e a mobilidade se justifica por visitar os seus pais que moram em Puerto Quijarro. A visita ocorre quatro vezes na semana, pois os seus pais são idosos e não têm interesse em morar em Corumbá. Percebe-se então que há diversas formas de mobilidades transfronteiriças ligadas ao trabalho/negócio na fronteira. Todas as tipologias encontradas mediante o trabalho de campo serão problematizadas e discutidas em seções específicas para cada situação.

O perfil migratório é traçado com dados básicos sobre os sujeitos entrevistados, cuja idade é heterogênea a fim de representar o recorte temporal do estudo. A escolaridade é baixa, a maioria dos sujeitos não completou o ensino médio. A profissão é feirante, ambulante ou lojista, na situação de trabalhador informal, tendo algumas exceções. Muitos entrevistados são considerados irregulares na situação documental, por não possuir o CPF e/ou RNM (Registro Nacional Migratório).

Quanto à localização de nascimento, ou seja, de onde eles emigraram da Bolívia, de acordo com os dados de campo, a maioria dos feirantes são nascidos em terras altas, especialmente nos departamentos de Cochabamba, La Paz, Potosí, Oruro e Tarija. Esse fato é reforçado por diferenças culturais importantes e conflitos políticos que serão analisadas no decorrer deste estudo.

Por meio de pesquisa documental, é possível afirmar que, desde o início, a feira livre de Corumbá sempre foi regulamentada por algum decreto ou projeto de lei. O primeiro decreto que oficialmente foi feito para a criação e gestão das feiras livres foi o projeto de Lei 58, de 5 de maio de 1952.

A referida Lei, no artigo 2º, determina que cabe à Prefeitura Municipal dispor sobre a organização e localização da feira livre. Dessa forma, atribui ao poder público grande responsabilidade pela gerência das feiras. Ao longo de décadas, muita coisa mudou na estruturação das feiras de rua, atualmente se observa que são os bolivianos a maioria que comercializa, especialmente os imigrantes pendulares internacionais. A história se reconstrói e reconfigura nas espacialidades fronteiriças:

Em mais de quarenta anos de atividades de feiras livres em Corumbá, muita coisa aconteceu. Ressalta-se a própria composição dos feirantes, que inicialmente, com 133 integrantes, eram compostos majoritariamente por brasileiros, já que até início dos anos cinquenta o acesso dos bolivianos a Corumbá não era tão fluído como atualmente, devido a 46 barreiras físicas de uma fronteira praticamente incomunicável naquela época (Santo; Costa; Benedetti, 2017, p. 99).

Sendo assim, pensar na organização das feiras livres em Corumbá remete ao que Sack (2011) discute sobre territorialidade, dado que o autor traz reflexões sobre o significado desse termo e quais são os importantes efeitos desse fenômeno para compreensão do uso. O conceito não é simplesmente o controle de uma área, mas envolve a tentativa de afetar ou influenciar as ações de um grupo, assegurando, por essas vias, o controle deles.

O espaço das feiras se torna território dos feirantes, produto das territorialidades, mesmo se delimitado por órgão público, pois ali se estabelece relações de poder nas práticas comerciais. No entanto, não há apenas relações econômicas, pois estruturalmente as feiras de rua em Corumbá são organizadas por imigrantes bolivianos que trabalham de sol a sol. Assim, as relações identitárias são construídas no âmbito do poder simbólico e qualificam o território fronteiro com singularidades.

O espaço é produzido e reproduzido por lutas e resistências. A Associação de Feirantes é uma organização que tem como membros todos os feirantes e possui um presidente que organiza as reuniões e compromissos. A Associação é conectada por uma rede social e uma rede virtual – o *WhatsApp* – com uma importante ferramenta para informação, seja para anunciar “batidas de policiais”, informações gerais e/ou alterações de horários ou local de funcionamento da feira, que, por vezes, ocorrem.

A interação ora pacífica, ora conflituosa dos grupos referidos, perpassam toda a pesquisa, tendo um capítulo específico para a compreensão e análise da dimensão do conflito. Não é possível compreender os imigrantes pendulares bolivianos, nem Corumbá, nem a fronteira sem relacioná-los com as demais esferas que fazem parte cotidianamente das realidades.

Os relatos de imigrantes que emigraram em épocas diferentes e passaram a conviver em Corumbá foram construídos a fim de refletir sobre as trajetórias e o trabalho exercido na fronteira. Destaca-se a categoria de imigrantes pendulares internacionais. **Os nomes dos entrevistados são fictícios para manter a identidade, salvo algumas exceções, que serão explicadas, conforme a relevância da identificação.** Os relatos foram gravados e transcritos de forma literal, para preservar a identidade linguística dos imigrantes, e aparece o “portunhol”, expressões e símbolos da língua.

Conforme Amado e Ferreira (2006), entendida como metodologia, a História Oral remete a uma dimensão técnica e a uma dimensão teórica. Dessa maneira, por meio da História de Vida, baseada nas memórias das migrações (trajetórias migratórias), realizam-se perguntas abertas com roteiro prévio. O Diário de Campo foi imprescindível e nele registrou-se todos os

acontecimentos: dele saíram as análises e algumas passagens foram transcritas e retiradas do próprio diário, as fotografias como forma de enriquecer a pesquisa e a construção de mapas demonstrando por onde os imigrantes percorreram na fronteira em busca de recursos sociais, como o trabalho.

O uso de entrevistas, realizadas no primeiro semestre de 2024, foi experienciado para o grupo de agentes públicos e instituições que atendam aos imigrantes e suas demandas, especialmente a Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Receita Federal (RFB) e fiscais de Posturas Municipais. Foram feitas, presencialmente, na instituição e algumas vezes fora dela, em conversas informais com agentes da PF e PRF, conforme descrito no Quadro 4, e com agentes da RFB, no momento de operações policiais e apreensões de mercadorias de bolivianos nos estabelecimentos comerciais. Foi possível compreender a dimensão do conflito e a figura do Estado como regulador de ações envolvendo o cumprimento de normas restritas ao binômio controle e vigilância e os dispositivos de poder, conforme aponta Foucault (1979).

Portanto, os relatos desses atores institucionais dão margem para a compreensão da dimensão do conflito e a questão dos “indocumentados de fronteira”, que serão analisados no capítulo específico da tese. As diferentes experiências de migrações na fronteira permitem ter uma visão da complexidade do território e suas qualificações.

1.1.3 Primeiras aproximações em campo

No primeiro semestre de 2024, foi observada a feira livre pela primeira vez. Nesse dia, estava muito quente, o termômetro marcava 40 graus. Percorreu-se a pé entre as barracas com a prancheta, celular para fotografar e um gravador (*Gopro*), bem típico de uma pesquisadora iniciante.

Os feirantes observaram a presença, mas não faziam questão do diálogo. Nesse primeiro momento, foi um desafio iniciar uma conversa, mesmo que informal, não pela questão do idioma, pois muitos feirantes falam português fluentemente; outros, não, mas entendem bem. No entanto, a questão era outra: conseguir a aproximação deles, fazer com que eles vissem pesquisadores, e não agentes de fiscalização.

Na rapidez de uma feira de rua, se não conseguisse uma aproximação com uma conversa entusiasmada, sem palavras treinadas, ficaria falando sozinha. E, por vez, isso aconteceu e foi nesse mesmo dia.

No Diário de Campo, escreveu-se assim: as feirantes mulheres, vendedoras de roupas usadas, não dão a mínima atenção para nós, realmente elas não nos querem aqui. Quem diria que isso iria mudar e no outro ano uma delas se tornou uma amiga.

Nesse primeiro semestre, a preocupação era em dominar o espaço das feiras livres e as suas ambivalências, conhecendo o ritmo e sua gente. Foram obtidos alguns informantes-chave na pesquisa, que serão revelados no decorrer do estudo, Arturo Ardaya (não é nome fictício) foi um deles. A entrada nas feiras de rua foi possível mediante a popularidade dele junto aos feirantes bolivianos, que foi um aliado no processo de aproximação com o outro. Conforme Silva (2023, p. 56), “o pesquisador que penetra em um mundo de vida que não é o seu, necessita de alguém que lhe abra a porta”, e este alguém foi o Arturo. Segue a figura 3, bebendo *chicha* (bebida típica da culinária boliviana) com Arturo no calor escaldante na feira de rua.

Figura 6 - Arturo Ardaya e a pesquisadora nas “andanças” pelas feiras de rua em Corumbá



Fonte: Trabalho de campo realizado (2023).

O informante se tornou amigo. Arturo Ardaya estará em muitos momentos da pesquisa com a sua voz e conhecimento fronteiriço.

As primeiras aproximações com os entrevistados foram feitas nas feiras de rua. Após as feiras, conheceu-se as “lojinhas de bolivianos”, expressão comum usado por corumbaenses quando indicam um produto com preço acessível, falam: “Vai lá no boliviano, lá tem!” ou “Vai na lojinha do boliviano!”.

Os primeiros experimentos com a pesquisa foram em campo para um aprofundamento da realidade do trabalho informal vivido pelos imigrantes bolivianos. A seguir, há um conjunto de imagens distribuídas pelas figuras abaixo, registradas durante trabalho de campo, que demonstram a configuração espacial da feira de rua em Corumbá.

Figura 7 – Fluxo de pessoas na feira de domingo



Fonte: Trabalho de campo (2023).

Figura 8 – Banca de verdura

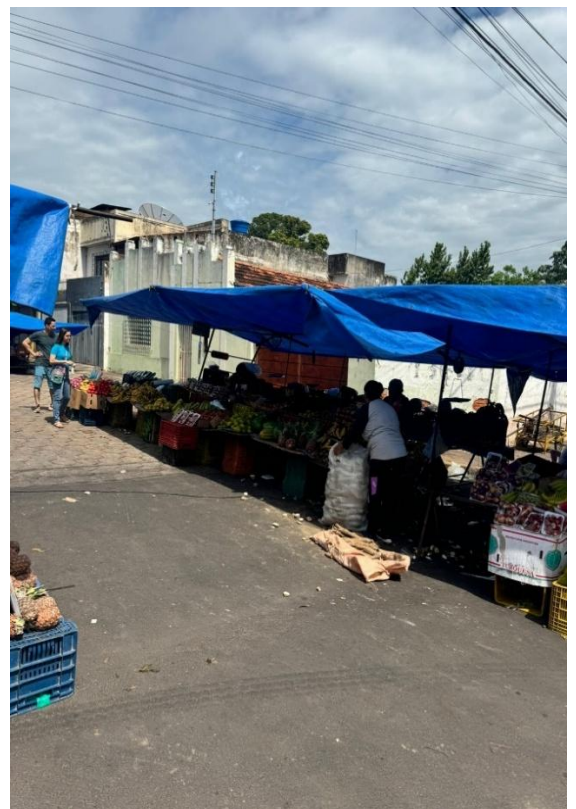
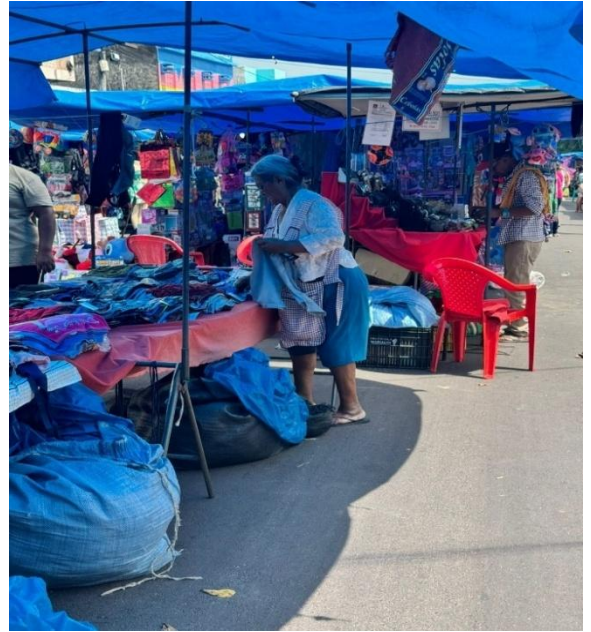


Figura 9 – Temperos expostos na barraca da feira



Figura 10 – Barraca de roupas



Fonte: Trabalho de campo (2023).

Figura 11 – Salteña exposta na feira de domingo em Corumbá-MS



Fonte: Trabalho de campo (2023)

Figura 12 – Barraca de brinquedos

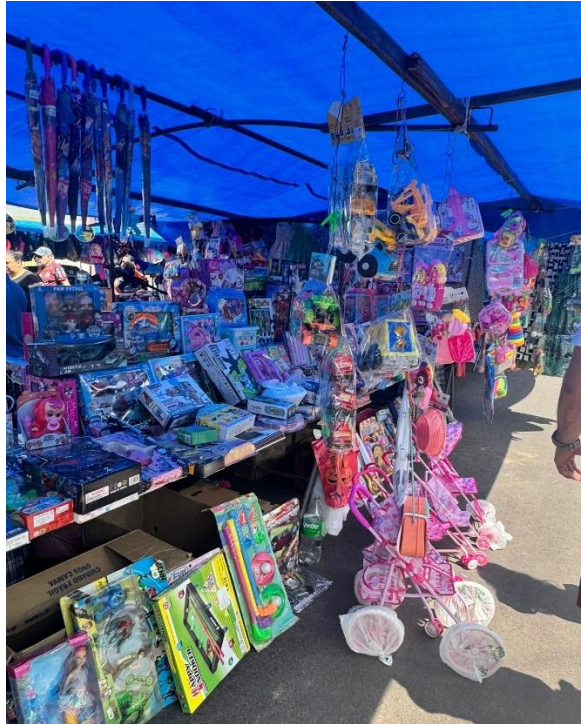


Figura 13 – Barraca de relógios



Fonte: Trabalho de campo (2023).

Figura 14 – Barraca de relógios



Figura 15 – Pneus



Figura 16 – Queijos e carnes



Fonte: Trabalho de campo (2023).

A observação empírica foi necessária para a análise socioespacial, bem como os registros fotográficos, que completaram o percurso em campo. É necessário tomar um certo cuidado na utilização das imagens, pois são interpretáveis, assim como uma paisagem pode ser interpretada por diversos ângulos conforme a posição do observador. Uma fotografia e/ou uma paisagem é a representação do todo, mas ela não é o todo representado, conforme pontua Milton Santos (2008).

No entanto, registrou-se tudo: o movimento, como revelado na Figura 7; o fluxo de clientes em um dia de feira de domingo, as belezas estéticas das barracas, conforme a Figura 9, com as cores vibrantes dos temperos, frutas e verduras, as cores espalhadas pelas barracas feitas com a famosa lona azul. Os corpos em movimentos se entrelaçando no balanço do vento, nos sons das coisas e no calor das gentes; suor, muito suor, haja visto o clima quente, que, no verão, pode chegar a 42°C.

Enfim, é um dia normal de feira. Entre gentes e temperos, o sabor da *santenã*, na Figura 11, com a *chicha* gelada. Depois das andanças de lá para cá, alimentou-se com as empanadas e

bebidas típicas, observando os fregueses revirando o monte de roupas novas e usadas, na Figura 10, que são comercializadas ali, juntamente com os produtos *Made in China*, quinquilharias e mais quinquilharias misturadas com brinquedos, na Figura 12, relógios, óculos, Figuras 13 e 14, pneus e artesanatos que também misturam plantas com queijos e carnes bovinas/suínas, na Figura 16. Enfim, esse é um relato de um dia típico fronteiriço em dia de feira.

A exposição de carnes ao ar livre é uma prática comum vista nas feiras livres na cidade, sendo encontradas a um preço acessível para população de baixa renda, especialmente aquelas famílias que fazem parte do Programa Salário Família ou Vale Renda, conforme a pesquisa de Kukiél (2022), que preferem comprar no comércio próximo ao local onde residem para economizar com valores que seriam pagos ao transporte público. Com isso, dão preferências às feiras livres, como as lojinhas de bolivianos, dinamizando o comércio local.

O recurso da fotografia também foi motivo de situações conflituosas. Algumas vezes foi preciso explicação para alguns feirantes que diziam uns aos outros: “É la *fiscalización!*”. A situação foi resolvida quando se assumiu a posição de pesquisadores em Geografia, explicando o propósito das imagens e que não era para fiscalizá-los, muito menos denunciá-los. Normalmente, ficava tudo em paz, eles entendiam completamente.

Obviamente, para ser aceitos no grupo, foi necessário usar algumas estratégias. “Por que devo eu esperar que outros me falem de sua vida se eu não me mostro disposto a contar algo a respeito da minha?” (Portelli, 1997, p. 22). Desse modo, depois de alguns dias e meses de experimentos com o trabalho de campo e a partir das observações feitas, foram criadas algumas estratégias, como diálogos informais, pois a pesquisadora se apresentava como descendente de boliviana. Perguntava se eles conheciam o avô Hernan Guerrero, que foi bem ativo na sociedade corumbaense no trabalho social feito nos presídios, sendo um boliviano imigrante que veio de Tarija e que é bem conhecido na cidade. Dessa vez, as possibilidades foram se abrindo e conseguiu-se a confiança para adentrar em um universo diferente. Por mais que a pesquisadora seja nativa, não a viam como parte integrante do grupo.

Nas entrevistas, por mais próximos possível dos entrevistados, há uma situação de estranhamento que pode colocar a relação entrevistador-entrevistado em pontos extremos. No entanto, com o passar do tempo, houve o envolvimento e alguns se sentiam confortáveis para também fazer perguntas, algumas delas era como poderiam acessar o INSS (Instituto Nacional de Segurança Social) e quais documentos necessários para conseguir a filiação como contribuinte da Previdência Social e/ou se poderia imprimir a lista de documentos para solicitar

o documento fronteiriço CRNM (Carteira de Registro Nacional Migratório) junto a Polícia Federal.

Durante as andanças pelas feiras, entre as observações, entrevistas e registros fotográficos, entendeu-se a configuração das mobilidades, comércio e redes de apoio que sustentavam a vida de imigrantes pendulares bolivianos. O passo seguinte foi dado pelos relatos dos imigrantes bolivianos que desejaram contar as próprias histórias. Acredita-se que, baseado nos estudos metodológicos, todo o acontecimento relatado por um imigrante pendular boliviano, trabalhador-feirante e/ou lojista apresenta aspectos do seu passado. Isso será claro para captar o que ele deseja transmitir, interpretando o passado e o presente, ou seja, as rugosidades do espaço-tempo serão revisitadas no momento da entrevista.

Um outro ponto a ser observado durante o campo é a construção da confiança. Isso faz com que a relação entrevistador-entrevistado se aproxime ou se distancie a depender do processo. Assim, abordar questões que impõem dilemas éticos constituem verdadeiros desafios no campo de pesquisa. Esse fato foi explicado, pois, no momento das entrevistas, os meios empregados por uma pessoa de recordar o passado ou um acontecimento anterior recente, como uma apreensão, por exemplo, podem ser perturbadores para eles, gerando emoções e sentimentos diversos. Foram presenciadas algumas cenas com embates e conflitos de policiais que levaram toda a mercadoria dos entrevistados. Não tem como perder a capacidade de se emocionar em situações como essa.

Depois do primeiro ano de pesquisa de campo, aprofundou-se em um outro universo, o lado de lá, das autoridades. Para verificar a dimensão do conflito, adentrou-se nos espaços públicos da fiscalização por meio de entrevistas com agentes públicos, policiais federais, agentes da Receita Federal e polícia Rodoviária Federal. Essa fase está na segunda parte do trabalho de campo, que será visto no capítulo 4.

Sobre a questão de não perder a capacidade de se emocionar com a vida desses imigrantes que, em fração de segundos, perdem toda a mercadoria, entra no mérito do relativismo, termo utilizado na antropologia cultural. Relativizar não significa que os pesquisadores estão aceitando o contrabando ou o descaminho dos entrevistados ou muito menos que estão a favor de um crime. Conforme Machado (2004, p. 33), “há um modo de relativizar tais práticas, abstendo-me de fazer qualquer juízo de valor [...] cabe apenas compreender tais práticas dentro do universo simbólico, entendendo porque são feitas e quais as interpretações que os nativos dão as mesmas”.

Portanto, os procedimentos metodológicos vistos nesta seção foram essenciais para o aprofundamento da pesquisa qualitativa e o sucesso no trabalho de campo. É claro que houve percalços durante o caminho, desde o primeiro campo, em agosto de 2023, até o último dia. No entanto, esses procedimentos começaram a colocar a pesquisa em um outro patamar de desenvolvimento, contendo objetivos claros e clareza na escrita.

2 FRONTEIRA, MIGRAÇÃO E TRABALHO

A bola da vez é um plano de fuga
Pra não te encontrar na madrugada
É o caso do rei que domina essa lei
Que nós temos no nosso lugar
É o caso do cabo de guerra
Que sempre arrebenta no mesmo lugar.
(Cantora Pitty⁶, gira a roda, 2019)

Nas últimas décadas, a questão social das fronteiras está na ordem do dia. A atualidade desse tema continua nos panoramas e investigações que acompanha o cenário global. Saskia Sassen (2010) pontua que a soberania do Estado é frequentemente entendida como o exercício de um monopólio sobre um dado território. Isso, contudo, tem sofrido mudanças nos últimos tempos.

Harvey (2005) evidencia que, no cenário mundial, mediante a crise do sistema neoliberal, tem crescido exponencialmente as chamadas migrações “Sul-Sul” de países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos que migram por diversos motivos, muitos pela busca por trabalho e melhores condições de vida. Existem ainda as migrações forçadas, como a crise humanitária, desastres ambientais, guerras, pobreza, entre outras mazelas desencadeadas pela crise neoliberal, que configura um estado de instabilidades e crises da democracia.

De acordo com esse cenário, intensificam-se as mobilidades de mercadorias, informações e fluxos de pessoas em busca de produtos “*Made in China*”, como os brinquedos, eletrônicos, perfumaria, entre outros. Esse processo desencadeado pela globalização e pelas mudanças ocorridas na crise neoliberal atinge os entrevistados nas rotinas de trabalho e em seus cotidianos.

Essas migrações são estudadas por pesquisadores em estudos fronteiriços pela ênfase concedida pelas políticas migratórias de como os estados-nacionais recebem o fluxo migratório atual e de que forma ocorrem as conexões entre a governabilidade tecnocrática, os direitos humanos e a securitização. Conforme a revisão de literatura, existe o imperialismo do capitalismo desencadeado no contexto neoliberal, marcado pela criminalização das migrações e deslocamentos forçados. Conforme Wood (2014):

As migrações que já foram vistas como sinônimo de inovação, esperança e avanço, atualmente lidam com impasses de serem validadas como um recurso para sobrevivência da nova engrenagem do imperialismo. O movimento

⁶ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=L7TQ2z7XA_k&list=RDL7TQ2z7XA_k&start_radio=1

migratório atual é fruto da disparidade de condições de trabalho, mantidas e promovidas pelo capital global, e é reprimido por ele. Os países ricos e, por ora, considerados dominantes, recusam-se a abrir suas fronteiras para os indivíduos que migram devido ao medo do alargamento das crises enfrentadas pelos migrantes em seus próprios países, crises que são fruto da ambição dos Estados ricos. Os Estados-nacionais impõem princípios de nacionalidade como forma de administrar movimentos de trabalho, medida de controle rígido de fronteiras e políticas de imigração (Wood, 2014, p. 105).

Com base na autora, as pessoas migram porque existe a acumulação capitalista pela financeirização, os trabalhadores estão em espécie de roda. Em alusão ao trecho da música no início do capítulo, giram sempre no mesmo lugar, participam de um sistema no qual colocam a força produtiva no capitalista e, em troca, recebem um salário que mal sustenta a família. Assim, não têm condições de controlar a existência e continuam a girar; o sistema capitalista, no contexto neoliberal, é a roda. Dessa maneira, o fator desemprego vem a ser um combustível frequente para a migração.

A fronteira, segundo Foucher (2013), é um objeto geopolítico por excelência. As suas funções clássicas são muitas, detendo as funções política (soberania), legal (direito), fiscal (alfandega), policial (controle), militar (defesa), ainda que não sejam todas elas exercidas no mesmo território. A fronteira cria uma descontinuidade e, por meio do espaço-tempo, suas formas podem permanecer inalteradas, mas suas funções passam por metamorfoses na escala temporal.

Foucher (2013) explica que existem três tendências para o processo contemporâneo geopolítico das fronteiras. A primeira é que os limites políticos internacionais se tornaram mais visíveis. Nesse sentido, o estado brasileiro possui uma tradição de ser reativo, o que torna mais efetiva a administração das fronteiras a partir do binômio controle e vigilância.

Tem-se o segundo processo notável, que é a reafirmação das fronteiras internacionais pelos Estados, com o duplo objetivo de classificar as linhas de controle e tornar as portas mais eficazes, como tem ocorrido no mundo global. O terceiro processo é um desafio, que seria a vigilância dos limites, pois é muito difícil manter o controle dos territórios; há, inclusive, desafios de territorialização que não se reduzem à edificação de “muros”. A relação entre muros, cercas e limites possui significados semelhantes à divisão e/ou espaço dividido, que tem a função de separar os de lá e os de cá, tanto no sentido físico como na visão simbólica.

Costa (2013) evidencia:

Para alguns fluxos, passíveis de controle social, os vãos podem ser mais apertados ou elásticos em razão dos acordos (in)formais historicamente

construídos pelas sociedades fronteiriças. Caso a cerca (com o sentido de limite materializado) tenha vãos muito próximos, dificultando a passagem, ainda assim é possível superá-la por cima ou por baixo, scavando o solo. Os fluxos que escapam a essa forma de controle, especialmente os de natureza independente da vontade humana, não enfrentam cercas. Possuem passagem livre em favor de suas características e vetorização particulares. Nesse sentido, os espaços fronteiriços se assemelham com verdadeiros openfield (Costa, 2013, p. 22).

Ao se dialogar com o autor, verifica-se que a fronteira é como campo aberto que possui diferentes movimentos. Os Estados afirmam que podem existir controle administrativo e vigilância militar/policial nos limites territoriais. No entanto, Foucher (2014, p. 29) assegura que “essa vontade de controle sobre a cena transfronteiriça e a sua capacidade de fazê-lo é reduzida e toda a história dos muros é a história das estratégias de seus contornos”.

Lia Osório Machado de Oliveira (1998) discute fronteira e limites:

A fronteira está orientada “para fora” (forças centrífugas) enquanto os limites estão orientados “para dentro” (forças centrípetas). Enquanto a fronteira é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central, o limite jurídico do estado é criado e mantido pelo governo central, não tendo vida própria e nem mesmo existência material, é um polígono (Machado, 1998, p. 42).

A autora pontua a força do estado em controlar o território e se distinguir do país vizinho, como uma descontinuidade entre Estados-Nações e/ou mediante outra perspectiva, que é por meio do contato. A fronteira é controlada e vigiada e pode ser considerada uma ameaça ou perigo quando desviada dos interesses estatais.

Sobre esse processo, Adriana Dorfman (2013) afirma:

A força própria ao lugar fronteiriço resulta dos processos de desenho da fronteira e da contiguidade de territórios estatais, criando picos de centralidade em aspectos ligados à soberania sobre o território, na forma de equipamentos voltados ao controle e interrupção das trocas interestatais e ao estabelecimento de práticas nacionalizantes. Esse processo leva à construção de escolas e quartéis, à criação de uma paisagem de marcos, muros, bandeiras e outros símbolos nacionais, à presença de servidores públicos civis e militares em número significativo vindos de diferentes pontos dos países. (Dorfman, 2013, p. 9).

Conforme a autora, a fronteira pode ser vista sob diversos ângulos. A alta política exerce o domínio com securitização política, defendendo o território nacional das ameaças dos Outros nacionais, marcando como uma política de vigilância e controle político, com a presença de

militares das forças armadas e agentes públicos da segurança civil. Deve-se estar atento, também, ao que Sayad (1998) pontua sobre a trajetória do migrante. A qualificação espacial da fronteira deve ser observada como ponto-chave na elaboração de um raciocínio a respeito de suas presenças. Nesse aspecto, a questão política merece relevância como elemento da interdisciplinaridade.

Jose Lindomar Coelho Albuquerque (2008), ao refletir sobre os fluxos migratórios e as disputas de poder na fronteira Brasil-Paraguai, faz considerações acerca do conceito de fronteiras em movimento: “a possibilidade de pensar as nações em seus limites tem contribuído para analisar a articulação entre a esfera local, regional, nacional e transnacional nos espaços fronteiriços e perceber a dinâmica das identificações e das representações sobre o ‘outro’”. (Albuquerque, 2008, p. 138).

Nesse sentido, “a fronteira pode separar os territórios nacionais no seio de um mesmo espaço nacional e se formar no espírito dos indivíduos quando se identificam em conjuntos distintos” (Vidal, 2008, p. 45). Assim, “as fronteiras podem ser consideradas, em muitos de seus aspectos, como áreas liminares, representando espaços que ainda estão sendo estruturados, vivenciada como uma “zona de interesses mútuos” (Vidal, 2008, p. 69). Um exemplo de liminaridade pode ser percebido quando tanto brasileiros como também bolivianos cruzam o limite divisório da fronteira de Corumbá e Puerto Quijarro para trabalhar ou acessar outros recursos sociais.

A contribuição de Edgar Aparecido da Costa (2010) é importante para se entender a complexidade do “rito de passagem” por meio do limite internacional Brasil-Bolívia. Nessa perspectiva, a fronteira pode ser identificada ora como “barreira” (zona fortificada) e “limite” (alfândegas, passaportes, muros etc.), ora como “passagem” (zona de interação), como área averta, porosa, permeável e como um local de interação social, (trocas simbólicas e econômicas).

A passagem entre as duas cidades é livre, não há barreiras, a não ser pelo Posto de Fiscalização (Esdras), mediante a Receita Federal do Brasil, que fiscaliza mercadorias que passam da cota permitida pela alfândega, ou bolivianos e brasileiros que necessitam de visto ou *permisso* para adentrarem em outras localidades do país. Nesse caso, remetem ao Ponto de Migração Terrestre da Polícia Federal em Corumbá-MS (PMTTC) para regularização do processo migratório.

Na fronteira analisada, não há obrigatoriedade de documento oficial para realizar a “passagem” diante do limite internacional. A não ser se a intenção é se afastar da área liminar

para trabalhar ou estudar. Nesse contexto, segundo Costa (2011), é necessário o “rito de passagem” e a obrigatoriedade de emitir junto a Polícia Federal o documento legal de “cidadão fronteiriço”, ou seja, a Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM), que garantem direitos “do lado de cá” da fronteira, como o acesso ao cartão SUS, filiação de segurado ao INSS, conta bancária, entre outros direitos que são próprios para pessoas residentes no país.

Portanto, existe normas, direitos e obrigações específicos e singulares para quem vive na fronteira. O espaço é normativo. Conforme Lefebvre (1974, p. 84), “a lei do espaço também governa o corpo vivo.” Nesse sentido, o corpo não é apenas material, que produz no espaço, pois ele abarca outras concepções imateriais nas relações de poder; o corpo constitui-se como biológico, social e político. O poder não só oprime e reprime, mas também disciplina os corpos por meio das leis e normas.

A fronteira analisada não é palco, conforme explica Oliveira (2015), ela possui diferentes ordens, uma global e a outra local:

A ordem global externa está regida sob a lógica dos organismos internacionais que terminam ditando os ritmos dos fluxos e a standardização de conceitos em escala planetária, desconsiderando e desconcertando as circulações e intenções locais, estendendo, assim, uma manta de feições homogeneizantes sobre todos os territórios. (Oliveira, 2015, p. 23).

A outra – local e interna – regida pela organização, atuação e dinâmica dos atores locais, imprime formas variáveis e descontínuas aos fluxos que, por sua vez, permitem fixar dessemelhanças necessárias aos territórios (Oliveira, 2015 p. 24).

Dessa forma, no território fronteiriço, há uma lógica própria gerenciada pelos autores e instituições, compreendendo uma lógica estrutural (distribuição de equipamentos na cidade) e uma conjuntural (dinâmicas das fronteiras).

Após essa breve introdução, esse capítulo tem como objetivo situar os atores sociais que protagonizam o trabalho informal na fronteira, compreendendo a situação de migrantes internacionais, desde a primeira migração de bolivianos em Corumbá-MS (aspectos históricos), demonstrando quem são os pendulares e qualificando as mobilidades e identidades.

Construiu-se, nesse capítulo, por meio de revisão de literatura e pesquisa empírica, reflexões em torno do cotidiano da fronteira, comércio e trabalho de migrantes internacionais. Os informantes fronteiriços, assim como professores, geógrafos e historiadores da UFMS ou de outras instituições, bem como da escola de idiomas, *Wizard*, contribuíram para o conhecimento sobre a fronteira.

No percurso das seções, irão aparecer relatos de migrantes pendulares bolivianos que ajudaram a compreender a liminaridade da categoria imigrante pendular e aspectos que diferenciam cada situação. Portanto, pretende-se mostrar que existe essa liminaridade e diferenças, detalhando as tipologias migratórias.

Como movimento inicial, a imigração boliviana em Corumbá-MS será detalhada, inicialmente, como tudo começou...

2.1 Imigração boliviana em Corumbá-MS

Por que as pessoas migram? Eis uma pergunta tradicional que nunca recebeu uma resposta completa, mas que deu ensejo a muitas publicações e debates. A questão básica envolve o peso dos fatores de expulsão ou de atração e a maneira como se equilibram. Para começar, deve-se dizer que a maioria dos imigrantes não deseja abandonar suas casas nem suas comunidades. Se pudessem escolher, todos – com exceção dos poucos que anseiam por mudanças e aventuras – permaneceriam em seus locais de origem. A migração, portanto, não começa até que as pessoas descubram que não conseguirão sobreviver com seus meios tradicionais em suas comunidades de origem. Na grande maioria dos casos, não logram permanecer no local porque não tem como alimentar-se nem a si próprias nem a seus filhos (Klein, 2000, p. 13).

A contribuição do historiador Herbert Klein, que inicia o seu texto com a “Migração internacional na história das Américas”, leva à mesma indagação no processo da pesquisa com os imigrantes pendulares bolivianos: a imigração sempre se deu pelo trabalho?

Cabe evidenciar os motivos pelos quais deram início a essa migração no território brasileiro, especialmente em Corumbá. Inicialmente, as vinculações entre os territórios proporcionaram mobilidade na fronteira. A fundação de Corumbá foi importante, pois a sua posição geopolítica permitia esses deslocamentos por meio das estratégias socioespaciais; a rota de exportação feita pelo canal do rio Paraguai elevou o patamar de Corumbá, que chegou a ser conhecida mundialmente como cidade cosmopolita.

Mediante o modal hidroviário, Corumbá foi fonte de comunicação com os mercados globais, tendo grande importância na época. Conforme os estudos de Elisa Pinheiro de Freitas (2015), geógrafa, essa cidade recebeu um outro modal, o ferroviário, no seu auge econômico, evento comemorado pela imprensa mato-grossense como sinônimo de progresso.

A construção da Ferrovia Noroeste (1952) seria a primeira estrada de ferro a ser implementada em Mato Grosso e significava, conforme o discurso da época, o domínio da civilização sobre o pantanal, local visto como “‘terrível’, ‘inóspito’, ‘maldito’, ‘produtor de febres’, ‘ceifador de vidas’. Enfim, ‘inabitável’”. (Freitas, 2015, p. 14).

No século XIX, durante a construção da migração, Corumbá, ainda sendo uma vila, recebeu, após a Guerra do Paraguai (1864-1870), muitos imigrantes paraguaios e árabes que influenciaram profundamente a cidade por meio da cultura e da identidade. A posição de Corumbá é estratégica, estando às margens do Rio Paraguai e fazendo fronteira com a Bolívia.

A população de Corumbá e Ladário produz vínculos intensos com os povos bolivianos de Puerto Suárez e Puerto Quijarro. A relação que ora se aproxima ora se distancia constrói a imaginação do espaço visto em Doreen Massey (2008), que é pensado a partir de um outro conjunto de ideias, ele está voltado ao campo da inter-relação do espaço com o tempo. As categorias tempo e espaço fornecem caminhos para pensar o espaço que está sempre em construção, tendo como característica o tempo atual, que é dinâmico e heterogêneo.

Massey (2005) vai de encontro aos estudos de Santos (1998), favorável neste estudo para o entendimento do território com a presença das formas pretéritas presentes no espaço atual, fruto do modo de produção capitalista. O fator tempo revela as rugosidades presentes no espaço construído, as “formas pretéritas que influenciam o presente e podem condicionar o futuro” (Santos, 1998, p. 96). Sendo assim, o tempo e o espaço atuais acumulam momentos que foram cristalizados em objetos geográficos.

Ao se considerarem os momentos históricos no espaço fronteiriço, Marco Aurélio Machado de Oliveira (2020) relata importante conquista no viés econômico pós-guerra para as populações abastadas de Corumbá: “Importante salientar que a navegação no rio Paraguai foi reaberta após o conflito, seguindo o acordo entre o Império Brasileiro e a República do Paraguai datado de 1856, que consistia na livre circulação dos navios brasileiros”. (Oliveira, 2020, p.36). A modernidade mediante as técnicas e as tecnologias chegava a Corumbá, juntamente com os imigrantes internacionais.

É importante assinalar que em Corumbá, antes de se tornar cidade, até mesmo no período colonial, havia migrações de chiquitanos e alguns migrantes da etnia quéchuas e aimarás na fronteira. Em entrevista com Shabib Hany⁷, esse historiador e imigrante fronteiriço explica:

⁷ Shabib Hany não é um nome fictício. O informante é descendente de boliviano e libanês, historiador, ativista social e membro fundador da OCCA Pantanal (Organização de Cidadania, Cultura e Ambiente), do Observatório da Cidadania, do Fórum Permanente de Entidades Não Governamentais de Corumbá e Ladário (Forumcorlad), do Pacto pela Cidadania, do Comitê de Corumbá e Ladário da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, da Sociedade dos Amigos da Cultura e do Comitê 29 de Novembro de Solidariedade ao Povo Palestino (Corumbá, MS). Foi redator do Diário de Corumbá, coordenador e produtor do programa Cidadania em Ação (FM Pantanal, Corumbá, MS), correspondente do programa Bom Dia na Manchete (extinta TV MS Manchete) e colaborador dos semanários Primeira Hora, Ética, Tribuna Livre e Jornal do Povo, entre outros.

Desde a época da colonização, bolivianos revoltosos atravessaram a fronteira para se abrigar aqui na região, como também os missionários, após a derrota das Missões Jesuíticas na chiquitania. As Missões Jesuíticas aconteceram no período da colonização, então havia alguém que cometia algum delito, atravessa a fronteira, a fim de fugir por causa da justiça. Também havia migração dos incas, que era os quéchuas, que desciam (a cordilheira) e se comunicavam com os guaranis no Pantanal mato-grossense. Como não havia estradas, pois datava no século XVII, eles atravessam por trilhas. Antes da ferrovia, havia trilhas que eram feitas com mulas e cavalos. Não era uma migração massiva, mas é histórica, porque as bases da interculturalidade do ponto de vista antropológico, ela foi segmentada e reconhecida cientificamente. Como é possível cidadãos hispanos falantes se comunicar com os lusos falantes? Tudo por conta de interrelação das Missões Jesuíticas. (Entrevista com o historiador Shabib Hany, realizada em 15/08/2024).

A voz do professor Shabib retrata o período de colonização com o domínio e conquista de territórios das coroas portuguesas e espanholas. Nesse sentido, após a expulsão dos jesuítas (1767-1789), na chiquitania, houve o fluxo migratório por meio do incentivo das práticas comerciais no Brasil. Com a derrota do projeto missionário da coroa espanhola e a expulsão dos jesuítas na Chiquitania, houve o atravessamento da coroa portuguesa na corrida colonialista.

Aos portugueses interessava muito os nativos das missões, por estes possuírem práticas na lida com a terra e acostumados ao “modo branco”, considerados índios “mansos”. Segundo Oliveira (2015), “Em 1778 ocorreu à maior emigração de índios da Província de Chiquitos para Mato Grosso. Fato que levou o capitão-general Luiz de Albuquerque a fundar a cidade de Vila Maria, hoje Cáceres” (Oliveira, 2015. p. 29).

Ao serem considerados os estudos de Cléia Rodrigues Oliveira (2014)⁸ e o relato do professor Shabib, é possível entender que havia indígenas que fugiam das missões e se abrigavam na fronteira. De fato, isso é cientificamente comprovado mediante os estudos de Oliveira (2014) e Arruda⁹ (2015). Assim, os índios dito como “infieis” atravessam o território foragidos e trilhavam os seus destinos emigrando de seu país. Assim:

Chegavam a canoas, fugidos dos novos donos de chiquitania que vieram de Santa Cruz de la Sierra, onde fundaram estâncias com gados das reduções. Uma parte dos nativos se retiraram buscando diferentes destinos, alguns permaneceram e trataram de manter a ordem e os costumes que haviam

⁸ Cleia Rodrigues de Oliveira. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços, do Campus do Pantanal/UFMS, cujo tema é Migrações e práticas comerciais na fronteira luso-espanhola: o caso do povo chiquitano após a expulsão dos jesuítas da chiquitania (1767-1789), foi apresentada em 2014.

⁹ Ariane Aparecida Carvalho de Arruda. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Pontifica, cujo tema é Cristãos e infieis nos espaços de fronteira, chiquitania/bolívia e pantanal/Brasil: conflitos, reciprocidade, mestiçagem e mobilidade social (1770 – 1800).

adotado nas reduções. O lado português via nesses foragidos uma boa chance para aumentar a povoação (Meireles, 1989, p.162).

Há de se entender o contexto histórico do território fronteiriço onde ocorreram essas mobilidades dos povos originários da Bolívia para o Brasil. Compreender esse processo é retomar o período da colonização, especialmente, o projeto jesuítico que teve como uma das consequências a intensificação do fluxo migratório na fronteira.

Essa migração envolvia os chiquitanos, que buscavam asilo no campo oposto. Por outro lado, os portugueses praticavam a política de povoamento, baseado na política do *uti possidets*, acordada no Tratado de Madri, que tinha como meta promover o aumento da população e por consequência, a defesa da região. Atingia principalmente a população chiquitana, assentada nas reduções jesuítas, a qual fica sem a “proteção” dos missionários, tornando a situação mais tranquila para os interesses portugueses (Oliveira, 2014, p. 69).

A entrada de bolivianos na fronteira estudada não pode ser justificada apenas pela proximidade geográfica, senão, voltaria a se fazer a geografia do determinismo, contudo, é possível afirmar que ganhou forma e visibilidade a partir da fundação de Puerto Suárez (1875), às margens da Laguna Cáceres. Entende-se que as práticas socioespaciais e os vínculos entre ambos os países é que levou Suarez Aranda a ocupar a fronteira e usar o território para interesses comerciais.

Na fundação de Puerto Suarez, na localidade em que se encontrava o povoado de “Pedra Branca”, já havia a presença de um grupo étnico indígena, provavelmente, Chiquitano. Possivelmente porque a região referida fazia parte da Província de Chiquitos e, assim sendo, entende-se tratar de uma população de origem indígena Chiquitana (Maia, 2014, p. 29).

Ao dialogar com Maia (2014). Verifica-se que havia migrações desde a colonização entre os territórios Brasil-Bolívia, e “Pedra Branca” pode ter sido um dos primeiros povoados que viveu “do lado de lá” da fronteira no século XIX, tendo também a construção do assentamento El Carmen de la Frontera, como referência migratória no mesmo século. Em entrevista com o professor Marco Aurélio Machado de Oliveira, historiador fronteiriço, a construção do assentamento boliviano de El Carmen de la Frontera evidencia que a migração ocorreu antes da passagem do trem.

Segue a figura 17, com mapa da localização do assentamento de El Carmen de la Frontera na Bolívia:

Figura 17– Mapa do Assentamento de El Carmen de la Frontera, Bolívia



Fonte: Kukiél (2022).

El Carmen de la Frontera é um dos assentamentos rurais mais antigos construído na Bolívia. A comunidade El Carmén está localizada a 20 km do distrito de Puerto Quijaro, na província de Germán Bush, departamento de Santa Cruz/Bolívia. O processo de ocupação iniciou-se no século XIX, é uma comunidade rural que foi criada em 16 de julho de 1905, fundada por um grupo de soldados camponeses com o objetivo de resguardar o limite territorial internacional (Moura, 2015, p. 44).

Não há registros sobre os primeiros imigrantes que ocuparam a comunidade. No entanto, o trabalho de dissertação de Moura (2015),¹⁰ realizado *in loco*, com fontes orais, esclarece que a partir de entrevistas com pessoas mais idosas que viviam no assentamento foi constatado que

¹⁰ Josiane Aparecida da Silva Xavier Moura, dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), cujo tema é A Produção da fronteira: a geografia das comunidades rurais de Tamarineiro I (Corumbá - Brasil) e El Carmen de la Frontera (Puerto Quijaro - Bolívia), realizada em 2015.

os primeiros moradores vieram de San José de Velasco e de Santa Cruz de la Sierra, ambos localizados no oriente boliviano.

A construção da estrada de ferro (1939-1954), que liga Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, a Corumbá-MS, Brasil, também teve um grande efeito no fluxo de imigrantes bolivianos, especialmente os kambas-chiquitanos, vindos do departamento de Santa Cruz, leste da Chiquitania.

O motivo da construção da ferrovia foi de caráter econômico e disputas políticas entre Brasil e Argentina na Segunda Guerra Mundial. Conforme Travassos (1935), Santa Cruz de la Sierra poderia se tornar o centro econômico boliviano, pois, ao se considerar a proximidade geográfica com o Brasil, a agricultura diversificada e as reservas de petróleo, a cidade boliviana, então, poderia ser vital para a economia brasileira. Nesse sentido, por volta de 1935, o Brasil, na tentativa de neutralizar os esforços da Argentina que já havia conquistado o prolongamento de suas ferrovias mediante acordos com países andinos, em escoar as suas mercadorias pelo porto de Buenos Aires, reforça o interesse em construir a ferrovia no sentido oeste-leste, que liga Santa Cruz de la Sierra a Puerto Suarez.

A Bolívia considerou a proposta do Brasil em detrimento da Argentina, pois naquele momento o Brasil ofereceu oportunidades mais promissoras economicamente conforme Reyes (2010, p. 123). Nesse sentido, a Bolívia via nos acordos com o Brasil a possibilidade de integração interna entre o oriente e o ocidente do país, principalmente na perspectiva de alcançar o atlântico via articulando a cidade de Santa Cruz de la Sierra com o rio Paraguai e o porto de Santos segundo Travassos (1935). Assim, houve a abertura do porto no rio Paraguai para uso da Bolívia e, com o Tratado de Paz (1938) assinado entre Brasil e Bolívia, as negociações foram rápidas para a construção do empreendimento.

Reyes (2010) evidencia que a construção da estrada de ferro tinha um objetivo bastante claro: “Essa ferrovia representará a força de atração atuando sobre as linhas desses países que se projetam para o levante, à procura do sistema ferroviário brasileiro” (Azevedo, s.d, p. 185), ou ainda, o ato “de mais profunda significação política nos tempos que ocorrem” (Travassos, 1935, p. 167).

Portanto, o surgimento da ferrovia atraiu imigrantes bolivianos para Corumbá. Consoante Silva (2012), esses imigrantes, qualificados como índios sem-terra, chiquitanos, conhecidos como kambas e/ou índios mestiços devido à miscigenação na época das Missões Jesuítas (1767-1789), nascidos em terras-baixas da Bolívia, como o departamento de Santa Cruz, migrou para Corumbá, no século XX, com a construção da ferrovia que liga Santa Cruz

de la Sierra a Corumbá. O território fronteiriço recebeu os migrantes, “com a descida do trem” para servir de mão de obra e, assim, fixaram-se na cidade de Corumbá no Bairro Cristo Redentor. Os imigrantes bolivianos do altiplano ou das terras baixas reconstruíram as trajetórias de vida para viver na fronteira.

Concorda-se que a passagem da estrada de ferro que liga Santa Cruz de la Sierra à Corumbá, no século XX, foi importante para a entrada de imigrantes bolivianos em Corumbá, no entanto, não foi ali o seu ponto de início, pois o fluxo migratório ocorreu bem antes disso.

Edgar Aparecido da Costa, geógrafo fronteiriço, argumenta sobre a imigração boliviana em Corumbá:

A migração de bolivianos para Corumbá, evidentemente, é anterior e fortemente atrelada à construção da estrada de ferro que causou inúmeras mobilidades fronteiriças. Em 1938, foram iniciadas as obras de ligação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que chegara às barrancas do rio Paraguai, em Porto Esperança, em 1914, até Santa Cruz de la Sierra, comandada pela Comissão Mista Bolívia-Brasil e finalizada em 05 de janeiro de 1955. A formação de Puerto Quijarro tem início naquele momento histórico, com a construção da primeira etapa da ferrocarril em território boliviano e inauguração da primeira estação, que recebeu o nome de Quijarro, em homenagem a Antônio Quijarro que muito trabalhou no projeto ferroviário. Em 30 de setembro de 1991, a localidade foi declarada segunda seção municipal da província Germán Busch, composta por dois distritos: Puerto Quijarro e Arroyo Concepción (Costa, 2013, p. 75).

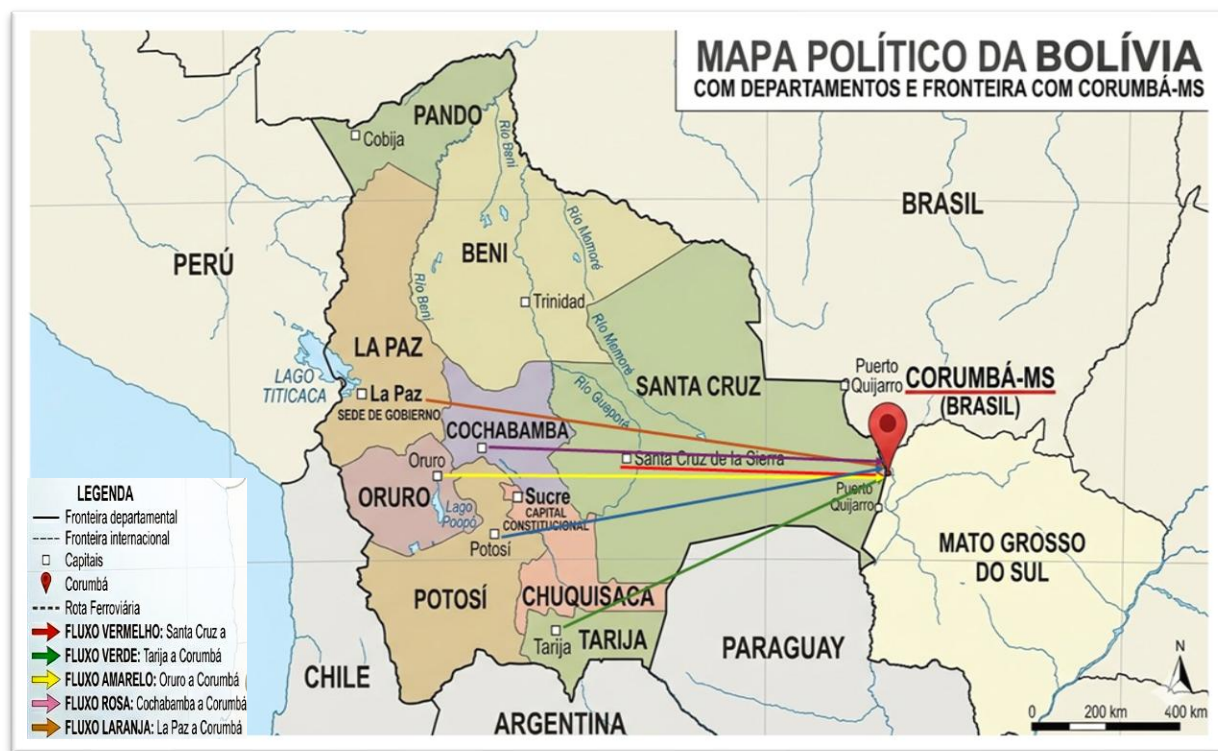
A contribuição de Costa (2013) foi importante para situar na história como tudo começou. Cabe dizer que, apesar de ser anterior, houve o engajamento do fluxo migratório após a construção da ferrovia. Cristina Lanza de Barros, geógrafa fronteiriça, esclarece:

A construção da ferrovia gerou uma grande mobilização de pessoas na Bolívia. Os trabalhadores contratados para fabricação dos dormentes eram levados de vários povoados chiquitanos para extração da madeira tendo sido somados a muitas outras pessoas que eram levadas para os mais diferentes trabalhos na construção da ferrovia. De certo modo, estas pessoas foram se fixando e formando novas comunidades e, na maioria dos casos, estes povoados nasciam ao redor das estações ferroviárias que foram sendo construídas na região do oriente boliviano. (Barros, 2021, p. 68).

Conforme a autora, a entrada dos primeiros imigrantes bolivianos em território brasileiro ocorreu, especialmente, pelos povos provenientes das terras baixas, oriente da Bolívia, tendo o grupo étnico de Chiquitos como principal referência de acordo com a literatura.

Segue a Figura 18, o mapa com as migrações dos entrevistados, realizadas em épocas diferentes:

Figura 18 – Mapa com os Lugares de saída de migrantes da Bolívia para Corumbá no Brasil



Fonte: Mapchart. Trabalho de Campo (2024).

Ao considerar o mapa de fluxos migratórios da Bolívia para o Brasil, percebe-se saída do departamento de Santa Cruz, Bolívia, para Corumbá, Brasil, com a seta vermelha. O estudo constatou que a maioria dos entrevistados migrou do sudoeste da Bolívia, sendo predominantemente os migrantes das terras altas, altiplano andino, que passaram a permanecer a partir das décadas posteriores. Alguns entrevistados vieram da zona rural das cidades de Cochabamba, La Paz, Tarija e Oruro.

Outros entrevistados saíram da região metropolitana de Santa Cruz de la Sierra e de algumas cidades do departamento localizadas no leste da Chiquitania, como San Ignacio de Velasco e San José de Chiquitos. O departamento de Santa Cruz está dividido em 15 Províncias, sendo a Província Germán Buch que faz fronteira com o estado (MS), constituindo três secções: a 1ª, Puerto Suárez, que é a capital; a 2ª é Puerto Quijarro e a 3ª El Carmen Ribeiro Tórrez. Puerto Quijarro está dividido em dois cantones: Arroyo Concepcion e El Carmen de La Frontera.

O departamento de Santa Cruz, conhecido como terras baixas, teve maior impacto no fluxo migratório em Corumbá no período pós-ferrovia. Atualmente a maior predominância de bolivianos em Corumbá são os das terras altas.

Os imigrantes nascidos nos departamentos de Cochabamba, La Paz, Potosí, Oruro e Tarija emigraram no pós-ferrovia, e, no século atual, permaneceram na fronteira na condição de imigrantes pendulares. Sylvain Souchaud e Rosana Baeninger (2008, p. 284) explicam: “Do ponto de vista econômico, são os collas os pioneiros do fluxo migratório para o Brasil, inclusive com expressiva inserção na sociedade de destino”.

Assim, considerando os estudos de Souchaud e Baeninger (2008), desde o primeiro momento da emigração, no espaço fronteiriço, esteve presente a seletividade migratória nas distintas populações de bolivianos que chegaram a Corumbá:

Tais heterogeneidades imprimem características peculiares aos diferentes grupos de bolivianos residentes na cidade, diferenciando-os não apenas em termos econômicos e sociais, mas também na localização espacial de um mesmo contingente estrangeiro no destino migratório (Souchaud; Baneinger, 2008, p. 200).

Compreender que esse processo formativo de migração é heterogêneo significa pensar na qualificação socioespacial fronteiriça como um passado que se modifica na relação espaço-tempo e se (re)territorializa, transformando as formas pretéritas, mantendo as condições da distribuição espacial que se define tanto pela fragmentação quanto pela concentração.

Em entrevista com Arturo Ardaya, informante descente boliviano, ele relata:

A migração em Corumbá se deu em dois tempos. Primeiro que Corumbá até a guerra do Paraguai convivia aqui mais e 200 almas. Era uma espécie de vila. E Corumbá tinha uma pequena faixa de terra e não tinha como construir uma cidade, pois inundava com a cheia do pantanal. Aí teve a guerra e depois da guerra começaram a construir aqui o intercuro comercial. A cidade antes chegava até o trilho, depois foi construído o bairro Popular Velha. Os bolivianos que chegaram em 55, 60 e 70 foram para o bairro Cristo Redentor, a minha mãe chegou na década de 70. [...] O “boom” de Corumbá foi com a hidrovia. Aí com a construção da ferrovia houve a desaceleração da hidrovia. Quando chegou a ferrovia “o trem matou o barco”. A primeira leva de imigrantes internacionais se deu antes da ferrovia, pois aqui já existia a navegação fluvial. Do lado boliviano havia pequenos povoados rurais como o assentamento El Carmen e o Taquaral. Com a construção da ferrovia, muitos bolivianos desse povoado ajudaram na construção e depois começaram a morar em Corumbá. Quando a estrada de ferro rasgou o território houve a entrada mais significativa de imigrantes bolivianos que vieram para trabalhar. (Arturo Ardaya, entrevista realizada em 23/09/2023).

A contribuição de Arturo, fronteiriço, foi importante para investigar a geografia na história da migração boliviana, que não pode ser feita dissociada da história de Corumbá e das cidades bolivianas Puerto Suarez e Puerto Quijarro.

Para Arturo, a predominância de cambas foi maior no pós-ferrovia. Os primeiros imigrantes do século XX emigraram do oriente boliviano, do departamento de Santa Cruz, para trabalhar nessa empreitada da construção da ferrovia e, após o término da obra, alguns permaneceram em Corumbá e foram trabalhar no comércio e nas feiras.

Shabib relata: “A feira era a extensão da ferrovia, era um desdobramento para atender as demandas dos trabalhadores. Eu fui criado nessa feira, e o marco dessa construção foi o surgimento da cidade de Puerto Quijarro, esta fez 80 anos existência”. Oliveira (1998) ressalta que, a partir dos anos 1970, Puerto Quijarro foi inserida na rede internacional do comércio, passando a vender os mesmos produtos encontrados, por exemplo, em Ciudad de Leste e Pedro Juan Caballero, no Paraguai: bebidas, eletrônicos, roupas, calçados etc.

Os primeiros imigrantes bolivianos vieram para trabalhar no Brasil e hoje se tornaram comerciantes em Corumbá, trabalhando nas feiras de rua ou nos locais improvisados, nas garagens, nos galpões ou sendo vendedores ambulantes, construíram uma nova função na reconfiguração socioespacial do território. Conforme pontua Santos (2008), forma, função, processo e totalidade indissociáveis no espaço geográfico caracterizam a migração de bolivianos em Corumbá. Essas identidades, que vieram pelo trabalho e permaneceram, revela a característica da fronteira, tendo a mobilidade como elemento de estabilidade que qualifica a área de estudo.

Constata-se que os impactos da construção da estrada de ferro provocaram mudanças profundas no território fronteiriço, especialmente com a entrada de *los cambas chiquitanos*, na década de XX, que vieram com a “descida do trem” e constituíram em Corumbá os comércios e o trabalho informal.

A reflexão de Klein (2000), dita no início desta seção, “por que as pessoas migram?”, revela a pergunta inicial deste estudo: a imigração sempre foi pelo trabalho? Arturo Ardaya explica:

Antes da ferrovia quase não havia imigração, pois não havia rodovias, apenas a hidrovía, quando houve a construção da estrada de ferro na década de 50, começaram a surgir os primeiros povoados rurais que serviram de mão-de-obra imigrante na construção da estrada de ferro. Corumbá virou o centro do comércio. O boliviano foi no pós-ferrovia. Os primeiros vieram do interior de Santa Cruz. Na década de 80 veio o pessoal altiplano, que são os collas de Cochabamba, Potosí, La Paz e Oruru. Eles começaram a vender na rua. Teve

a primeira feira na década de 60, conhecida como a feira do boliviano. Depois tiveram outras e a feira brasbol ficou a mais conhecida na cidade. O boliviano veio com o advento da “feirinha”, um irmão puxa o outro e as redes vão surgindo. Aqui tem mais collas do que cambas. Quem abre os comércios são os collas, quem “anda” construído casa aqui também. Na década de 80 houve o surgimento de exportadores, como imigrantes de Santa Cruz. (Entrevista com Artudo Ardaya realizada em 23 de agosto de 2023).

Ao se considerar a voz de Arturo, a construção das novas territorialidades foi se constituindo pelo trabalho informal de imigrantes, como o estabelecimento de feirinhas que abasteciam a cidade com produtos da agricultura proveniente de Santa Cruz de la Sierra e de Cochabamba, variando de frutas, verduras e bebidas tradicionais bolivianas, como a *chicha*, o *mocochinche* e a tradicional *santeña*.

Divino Marcos de Sena, historiador fronteiriço, relata que é impossível pensar a configuração urbana de Corumbá sem considerar sua posição e condição de fronteira. Assim:

Como uma fronteira é feita de dois lados, apesar de divididos por uma linha imaginária, eles se integram e se conectam, sendo as cidades do lado boliviano também contempladas na análise. Quando se olha para a perspectiva fronteiriça, Corumbá foi e é influenciada por cidades estrangeiras vizinhas, e a influência inversa é fundamentalmente válida (Sena, p.15, 2020).

Conforme a fala dos autores da bibliografia local, é possível refletir sobre quais são as relações sociais e o que esse espaço está sendo produzido e reproduzido. A formação socioespacial sempre está relacionada ao modo de produção. Corumbá, após a guerra do Paraguai, com a livre navegação pelo rio, foi elevada ao patamar de cidade cosmopolita, pois, com o desenvolvimento industrial, houve o progresso com a utilização das técnicas, como a construção da hidrovia e da ferrovia. A comunicação do porto com o restante do mundo fez com que Corumbá se tornasse o polo comercial, atraindo imigrantes de várias partes do mundo.

Glória, imigrante pendular na condição de feirante, relata: “Pero era difícil, el dinero, la ropa, esas cosas, los zapatos, era difícil. Entonces pensé que sería mejor salir, tal vez mejorar. Pensé que era mejor irme, buscar otro lugar. [...] pensé que sería mejor venir aquí y como había tren allí fue más fácil”. (Glória, 54 anos, nascida em Potosi. Entrevista realizada em 2/08/2023).

Conclui-se a seção com o relato de Glória, que ajuda a entender a complexidade das mobilidades motivadas pelo trabalho ou pelas outras necessidades, como as educacionais e a saúde, que caracterizam a fronteira como lugar de movimento.

De forma breve, entende-se um pouco da geografia da história dessa fronteira e como ocorreram os fluxos migratórios de bolivianos em Corumbá. Observa-se que houve o

engajamento do fluxo migratório após a construção da ferrovia, no entanto, já existia um fluxo pequeno antes de sua existência.

A emigração predominante foi e continua sendo do ocidente boliviano para Corumbá, fato que caracteriza a seletividade migratória nas distintas populações bolivianas, especialmente os nascidos no altiplano, das etnias aymará e quéchua, que vieram em busca de trabalho, seja para a construção da ferrovia, seja outros diversos tipos e oportunidades que a fronteira oferece.

O contexto desta seção parte do modo de produção capitalista, que se insere nas condições econômicas e constituem o fenômeno das migrações, especialmente aquelas que serão trabalhadas, a partir de agora, com os imigrantes pendulares bolivianos. Nesse ponto, entra-se na seção que detalha a tipologia migratória e os contextos que levaram ao campo de pesquisa.

2.2 Migrante internacional pendular em fronteira

*Yo nací em Cochabamba e vivia en Santa Cruz;
Acá eu tengo minha clientela.
Yo vim quando tinha 15 anos, gostei daqui e resolvi ficar.
Volto na Bolívia pra passear, mas não fico, a gente acostuma
acá. ¡el vaivén de día a día.*
(Trecho de uma entrevista com Joana, feirante, 57 anos.
Entrevista feita em junho de 2023).

A fala dessa informante evidencia a trajetória migratória de uma feirante que veio de Cochabamba, Bolívia, para permanecer em Corumbá, Brasil. Mesmo com todos os desafios, ela acha bom morar na fronteira e isso se justifica pelo recurso social do trabalho, pois todos os dias, eles atravessam a fronteira para trabalhar e/ou acessar outros recursos sociais.

Há pluralidades de movimentos migratórios internacionais em fronteira, sendo diversos encontrados em outras regiões dos países. Contudo, alguns são específicos da analisada, como: os sazonais, que migram em determinadas épocas do ano para trabalhar, principalmente, em plantios e colheitas; os semiretornados, quando nascidos no país vizinho, mas que vão ao país de origem para fazer uso de políticas públicas específicas, como os brasileiros que retornam para estudar e voltam para seus lares diariamente; e, os pendulares, dos quais se tratará agora.

A constatação é que a existência de movimentos pendulares internacionais é uma realidade. Suas mobilidades é uma das manifestações mais importantes nas dinâmicas fronteiriças, e das que possuem condições mais precarizadas também, pela própria situação de

imigrante no trabalho informal e as vulnerabilidades expostas pelo fato de como o movimento é feito.

É importante evidenciar que, nesta pesquisa, o movimento migratório pendular em fronteira é indissociável da mobilidade. Nesse caminho, utilizam-se os termos movimento e mobilidade como sinônimos da representação da situação de imigrantes pendulares internacionais. Existe um sistema migratório instalado nas transterritorialidades. O sistema é precário, provisório, informal e estigmatizado.

A migração implica sempre mudanças socioculturais, tanto no processo de saída como também no processo de chegada. Sayad (1998) assegura que não se estuda a imigração sem se refletir sobre a emigração. A questão da resignação das práticas socioculturais e atualização de novas práticas constroem a fronteira e qualifica-a como lugar não só de hibridismo cultural, mas, especialmente, de lugar de identidades reformuladas com um propósito específico, seja de aceitação, negação ou a junção dos dois.

Para Cunha (1986, p.99), “a cultura original de um grupo étnico, na diáspora ou em situações de intenso contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função, essencial e que acresce às outras, enquanto se torna cultural de contraste”. Ao se dialogar com Cunha (1986), nota-se que essa nova função está atrelada ao uso do espaço geográfico que, pelas mobilidades, ganha novos contornos e contrastes no espaço reconfigurado pelas formas e funções espaciais. O espaço é a totalidade desse movimento e da própria sociedade que lhe dá a vida (Santos, p. 96, 1982).

Em se tratando de imigrantes pendulares internacionais, Mondardo (2018) explica que a situação deles é uma transterritorialidade, pois esse vai e vem em seu cotidiano que atravessa o limite internacional e retorna quando termina o trabalho pode ser interpretado como as transterritorialidades múltiplas. “A condição de fronteira é entre aqui e lá; entre o antes e o depois; entre o passado-presente; entre o território deixado e chegado”. O migrante, dessa forma, “está inserido “entre dois lugares”, que o fazem comportar a transterritorialidade entre aqui e lá (Mondardo, 2018, p. 111).

Assim, compreender as vivências e trajetórias dos migrantes pendulares é importante para distinguir migração e mobilidade pendular internacional (de pequena distância) de sujeitos em busca de um recurso social entre dois países.

Conforme explica Mondardo (2018), nos deslocamentos espaciais ocorrem mais do que mudanças físicas, pois “são descentramentos de sujeitos, de culturas e de modos de vida; são mudanças que transformam o sujeito em um ser trans-locado, num ser transterritorial (e de

múltiplos pertencimentos), sentimentos e de territórios que são construídos e/ou transpassados no cotidiano de espaço fronteiriços” (Mondardo, 2018, p.30). “Esses ‘entre-lugares’ [...] dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade.” (Bhabha, 2007, p. 20).

As ideias do antropólogo Home Bhabha (2007) sobre o conceito de hibridismo cultural é a que mais se aproxima do estudo com os imigrantes pendulares bolivianos em Corumbá. Bhabha é um crítico pós-colonialista, que mesmo não estudando a fronteira analisada, ajuda a pensar sobre os estigmas e preconceitos que existem na construção do Outro no território fronteiriço. Os pendulares estão à margem do acesso aos direitos, aos recursos sociais e à margem do centro, tornando-se os invisíveis de fronteira.

Os relatos das diferentes experiências de migrações permitem ter uma visão da complexidade do território e suas qualificações, sendo um processo difícil a tarefa de se territorializar ou reterritorializar, de pertencer ou de distanciar, de ser duas ou mais maneiras de ser, ou de se ter identidades de gavetas.

“Esses ‘entre-lugares’ [...] dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade.” (Bhabha, 2007, p. 20) Como Bhabha (2007) enfatiza, o hibridismo existente em uma sociedade não apenas descreve a interação de culturas, mas também como elas se modificam com a interação. Ademais, descreve o surgimento de um Terceiro Espaço, caracterizado por incorporar elementos de ambas as culturas ao mesmo tempo, porém, sem pertencer necessariamente a nenhuma delas.

Nesse último ponto, discorda-se de Bhabha (2007), pois o terceiro espaço seria o entre-lugar que a transterritorialidade constrói quando o imigrante pendular se movimenta no território fronteiriço, criando o terceiro espaço e/ou entre-lugar. Dessa forma, ele pertence a ambos os lugares, numa dinâmica de múltiplos pertencimentos, no processo frequente de construção/desconstrução/(re) reconstrução entre um e outro, formando o terceiro espaço.

Para Sayad (2000, p. 19), o migrante é um “entre-dois – entre-dois-lugares, entre-dois-tempos, entre-duas-sociedades, etc.”, sendo, sobretudo, também pessoas “entre-duas-man-eiras-de-ser ou entre-duas-culturas”.

No campo de pesquisa, percebe-se que o cotidiano faz com que eles esqueçam que estão atravessando o limite internacional. Milton Santos (1996, p. 228) explica sobre a “força do lugar”, que se expressa nas “ações mais ou menos pragmáticas e mais espontâneas,

frequentemente baseadas em objetos tecnicamente menos modernos e que permitem o exercício da criatividade”.

Entrevistou-se o chefe da Receita Federal do setor de migração em Corumbá. Ele relatou os desafios enfrentados no atendimento a imigrantes pendulares:

Os desafios recaem, sobretudo, na missão de consolidar a compreensão no imigrante de que ele está se deslocando entre dois países, e não entre dois municípios de um mesmo país. Boa parte deles ingressam no Brasil com mercadorias que são permitidas na Bolívia, mas têm sua importação proibida no País. Outros fabricam artesanatos na Bolívia e entram no Brasil para vendê-los, o que também não é permitido ao viajante que ingressa no País vindo do exterior, que é a situação deles neste caso. (Chefe da Receita Federal. Entrevista realizada em 06/11/2023).

Percebe-se, na entrevista com o agente público, como a fronteira formal é operada, com foco na questão jurídica em relação aos cumprimentos de leis, normas e obrigações, pois, na visão da Receita Federal, conforme a entrevista citada, o pendular é um imigrante, mas, na prática, ele é um fronteiriço. O cotidiano traz o distanciamento da noção de limites internacionais, a vivência na fronteira segue outra lógica, pois os fronteiriços vivem a fronteira com sentimento de pertencimento. Aqui, o sentido de fronteira não é o limite entre os dois países, mas as trocas interpessoais e culturais que nesse lugar se destacam.

É isso que incita o confronto entre as leis do Estado e o cotidiano das pessoas. A faixa de fronteira permite a circulação do fronteiriço sem a necessidade de um visto. Quando conversado com os agentes federais, observa-se que a visão deles está pautada em coibir o acesso de mercadorias vindas da Bolívia. O fronteiriço boliviano para o Estado se configura como o estrangeiro que tenta burlar a lei a todo custo.

Quando perguntado sobre a percepção de fronteira para os entrevistados, há diferentes respostas a depender das experiências individuais de cada um deles. No entanto, a questão do trabalho está em primeiro lugar, é elemento-chave para entender as transterritorialidades.

Quadro 7 – Algumas percepções sobre fronteira pronunciadas pelos migrantes bolivianos

“Cultura acá é misturado, sobre a língua (idioma) y o preconceito tem em cualquier lugar do mundo, acá tem um pouco de racismo, pero o boliviano vive bem acá, tiene casa, tiene familia”. (Bento, 46 anos, imigrante pendular, nascido em Tarija. Entrevista realizada em 3 de março de 2024).

“Aqui é só pra trabalho mesmo. Aqui é tranquilo, já sou acostumada”. (Vilma, 56 anos, imigrante pendular, nascida em Potosi. Entrevista realizada em 3 de março de 2024).

O que é fronteira para a senhora?

“Fronteira é um lugar que acolhe, que chega os imigrantes”. (Suzi, 56 anos, imigrante pendular, nascida em Potosi. Entrevista realizada em 3 de março de 2024).

“*Acá não é fronteira, acá é corumbá e a lha é fronteira, en Bolívia*”. (Ramon, 45 anos, imigrante pendular, nascido em Oruro. Entrevista realizada em 3 de março de 2024).

“*Acá vamos ficando para trabajar*”. (Suzi, 56 anos, imigrante pendular, nascida em Potosi. Entrevista realizada em 3 de março de 2024).

Fonte: Trechos retirados das entrevistas e organizados pela autora (2024).

Os filhos de bolivianos que nasceram em Corumbá têm certidão de nascimento registrada em cartório brasileiro, mas são vistos como estrangeiro na visão do corumbaense; isso é uma realidade empírica e científica. Os discursos recorrentes como: “Aqueles que vem para ocupar a nossa saúde”, “sujar as nossas ruas”, “vender produtos ilícitos”, “viver na corrupção” e assim por diante são falas que estão presente na memória da pesquisadora desde a tenra idade. Como ela nasceu e cresceu na fronteira, sempre ouviu que o boliviano é sujo, pobre ou corrupto. Esses conflitos levam a reflexão sobre a superioridade-inferioridade existentes na qualificação socioespacial da fronteira e de como esse espaço é produzido e reproduzido baseado nos modos da produção capitalista, tendo a reafirmação identitária com viés político e econômico.

No entanto, muitos filhos de bolivianos que nasceram no Brasil não se veem como brasileiros, conforme o quadro 8 a seguir:

Quadro 8 – Algumas percepções sobre identidade registradas no campo de pesquisa em junho de 2024

- Você é o descendente de brasileiro, assim como eu, mas você se considera boliviano?
- “Sim, eu sou boliviano.” (Carlos, 22 anos, filho de bolivianos).
- “Eu sou boliviana com orgulho.” (Catarina, 34 anos, filha de bolivianos).
- “Eu nasci em Corumbá, mas sofri preconceito por ser filha de bolivianos, e ter a fisionomia de boliviano; na escola o preconceito foi maior, eu sou brasileira e boliviana.” (Rubia, 25 anos, filha de bolivianos).
- “Tenho duas filhas que nasceram aqui e outra que nasceu em Puerto Quijarro, elas falam em espanhol, falam mais espanhol que o português. Elas estudam em Bolívia, já estudaram aqui, mas tem o racismo aqui, os alunos só chamam a eles de boliviano, e gritam: olha lá, lá vem o boliviano”. (Ana, 55 anos, boliviana).
- “Meus filhos todos estudaram na escola em Corumbá e tinha alguns racistas que perturbavam eles, chamava de collas, eu sempre reclamava na coordenação da escola, já tive que trocar de escola, por que estava difícil.” (Sônia, 48 anos, boliviana).
- “Dizem que somos bugres e que mijamos na rua, eu falo que sou brasileiro, mas não entendem isso”. (Lucas, 18 anos, filho de bolivianos).

Fonte: Trechos retirados das entrevistas e organizados pela autora (2024).

Decidir colocar essa pergunta no roteiro das entrevistas levou a refletir sobre a própria identidade da pesquisadora, que é neta de bolivianos. Ao parafrasear Sayad (1998), afirma-se que é uma filha ilegítima da imigração, com os seus traços, gestos, jeitos, costumes que foram construídos na trajetória de vida e herdada dos nossos avós. No entanto, não era vista como boliviana, não tinha essa visão, pois assim seria mais fácil a convivência com os Outros. Conforme Sayad (1998, p. 119): “Tem todas essas coisas que você carrega com você, que fazem parte de você, todas essas coisas, o andar, os gestos, o olhar... quando você está andando na rua e dizem olhem os imigrantes”! (relato de um imigrante, filhos ilegítimos da migração). Desse modo, mesmo nascido no Brasil, ainda assim será um estrangeiro.

2.2.1 Somos netas de bolivianos: “hablo un poquito pero no mucho”

“Os meus avós não passaram o idioma para os filhos e muito menos para os netos. Certo dia alguém me disse que o meu avô era ‘elitista’ e foi por essa questão que ele não quis ficar ‘por baixo’, pois sempre estava na roda de políticos, empresários da cidade e pastores, sendo

assim, queria mascarar a sua identidade. Mas eu não acho que o que me contaram sobre o meu avô seja verdade. Quem dera se eu pudesse ter a oportunidade de ter feito essa pergunta para ele antes do seu falecimento.

Entretanto, ficarei com a história que os meus tios me contaram: o meu avô fugiu da Bolívia por questões políticas, foi um refugiado político na época. Quando chegou ao Brasil, com apenas 18 anos, queria recomeçar a sua vida em outro país e esquecer a sua terra natal, como se isso fosse possível. Entretanto, deixar para trás tudo que causou sofrimento foi uma saída para a angústia vivida, e a Bolívia causava uma espécie de dor para ele. Quando chegou em uma terra estranha, as pessoas acolheram bem e ele decidiu não transmitir a sua cultura para os filhos e netos, pois pensava que, se vivessem como eles vivem, como brasileiros, seria bom.

No entanto, quando visitava os avós, sempre via o meu avô preparando as *sopaipillas* (uma espécie de pão frito regado com mel) e a minha avó servia no chá da tarde para os netos. Quando me sentava com a minha avó na sala de sua casa, ela já preparava o cafezinho, acomodava-se na cadeira de balanço e contava muitas histórias de sua infância na Bolívia, com os seus pais e irmãos. Ela relatava com entusiasmo as lembranças de dias que foram bons para ela.

Percebi que a sua infância na Bolívia foi boa, pois era tratada como uma princesa; os seus pais tinham condições financeiras, as empregadas cuidavam dela e ela se dedicava aos estudos. Na Bolívia, estudava em colégio de freiras e tirava ótimas notas. Minha avó ajudou todos os netos nas lições de Matemática e Geografia do Ensino Fundamental, na verdade, eu me lembro das idas a casa dela depois da escola e que fizemos mapas no “papel manteiga” que saíram ótimos (risos).

Entretanto, segundo a minha *abuelita*, a sua verdadeira vocação foi a de ser mãe e dona de casa. Eu não tive a curiosidade de aprender o idioma, pois também quis mascarar a minha identidade como boliviana. As pessoas ridicularizam o boliviano em Corumbá, na escola isso ainda é pior. Os meus traços físicos são de característica indígena: meu cabelo castanho escuro, liso e ralo, minha pele morena, tudo isso forma a minha identidade, mas tentei escondê-la por muitos anos. Já ouvi de alguém muito próximo a mim: quando presenciou uma boliviana andando na rua, a pessoa virou para mim e disse: “Lá vai a sua conterrânea!”. Em tom irônico, claro! Era o preconceito estampado que me fazia entender que eu precisava me calar (Relato da pesquisadora).

2.2.2 Meus pais sempre fingem que não veem nada

Lucas, nascido em Corumbá, 18 anos, filho de bolivianos, relata:

Eu sou boliviano sim, tenho descendência, mas nasci em Corumbá, na escola sofri preconceito pelo meu sotaque e porque trabalhava com meu pai na feirinha. Eu sempre trabalhei cedo, na Bolívia quem é pobre isso é costume, não tenho vergonha de ser que eu sou, mas os meus pais sempre fingem que não veem nada, não acha que o boliviano sofre preconceito aqui, mas sofrem. Dizem que somos bugres e que mijamos na rua, eu falo que sou brasileiro, mas não entendem isso. Eu tenho 3 irmãos, o mais novo não tem costume de boliviano, ele diz que é brasileiro, esse já perdeu, mas eu gosto de falar espanhol com meus pais, às vezes visito os meus tios que moram na Bolívia. (Entrevista realizada em 23 de agosto de 2024).

O novo território não condiciona o migrante a mudar, essa possibilidade é dada sempre socialmente, porém influenciada por todas as demais dimensões: econômica, política, religiosa, ambiental etc. (Costa, 2012, p, 25). Concorde-se com o autor, pois as territorialidades construídas no novo território transformam dialogicamente, as culturas e o novo ser são transformados nesse processo. Em Corumbá, fica evidente que a cultura se renova pelo movimento, relacionamentos, casamentos, enfim, é dinâmica e em constante processo de mutações na medida que a população também muda.

Santos (1980, p. 60) chamou de “rugosidades” as marcas que ficam no espaço, herança de um passado histórico baseado na divisão social do trabalho. O espaço, portanto, é um testemunho de um momento, de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim, há a acumulação da cultura herdada que é transmitida de geração em geração, mas, durante a trajetória de vida, existem mudanças a depender das interações sociais.

Saquet (2023) explica que a territorialidade é a manifestação do poder no cotidiano, sendo as relações de poder escalonada a diferentes esferas (políticas, econômicas e culturais) que buscam exercer domínio ou pertencimento. Existe ainda uma multidimensionalidade nas relações de poder, que também é um dado importante para identificar a cultura:

O território e a territorialidade são produtos do entrelaçamento entre sujeitos de cada lugar, destes com o ambiente e com o indivíduo de outros lugares, efetivando tramas transescalares em diferentes níveis territoriais. O território é uma construção coletiva e multidimensional, com múltiplas territorialidades (poderes, comportamentos, ações) (Saquet, 2012, p.118).

Seguindo a lógica do autor, os migrantes vivem relações sociais complexas no território fronteiriço, construindo territorialidades além das relações de poder, que se revelam nas atividades do cotidiano. Os dois relatos acima detêm particularidades e algumas semelhanças. O processo da migração e o trabalho são importantes indutores da mudança e dos costumes herdados. O avô da pesquisadora sofreu o processo de aceitação com o novo território, mudando os seus costumes e tradições, todavia, nem tudo foi perda nesse processo, pois permaneceram alguns hábitos culinários construídos na Bolívia, como o preparo e o compartilhamento das *sopaipillas*.

Conforme Costa (2012, p. 28), “alguns praticamente renunciam seus valores culturais do passado em favor de novos, outros se agarram nas tradições e modificam seus costumes em menor intensidade”. Contudo, permanecem alguns hábitos e valores que não são esquecidos com a migração. Conforme o segundo relato, Lucas, descendente de boliviano, ele sofreu preconceitos por ser filho de bolivianos, especialmente na escola, onde os valores estão sendo construídos e há a negação do Outro quando não são trabalhados, na grade curricular, a educação emocional e o respeito à diversidade. Lucas também permaneceu com alguns hábitos aprendidos, como a situação laboral desde a tenra idade, assim como os seus pais. O avô da pesquisadora sofreu a negação, não aquela de não ser compreendido como migrante, mas a negação pela própria imposição/renúncia de hábitos, restando apenas alguns. Talvez as influências externas, talvez os traumas vividos na Bolívia o transformaram em um ser que passou pela incorporação/aceitação de novos costumes. Costa (2012, p. 27) ainda ressalta que “essa opção não é dada apenas pela necessidade de trabalho, mas também pelas necessidades de relacionamentos sociais, políticos, religiosos e ambientais [...]”. Dessa forma, são acumulados na cultura dos bolivianos os múltiplos tempos de resistência/incorporação do cotidiano, frutos dos embates das relações de poder de lógica multidimensional.

Albuquerque (2010, p.51) considera que “os espaços de intercâmbio cultural não significam espaços de integração social. Hibridismo não é sinônimo de integração”. Sendo assim, o hibridismo pode ser uma ferramenta de estratégia política, sendo crucial para a resistência de grupos subjugados, ao mesmo tempo, constitui-se como uma ferramenta teórica para a compreensão da formação de identidades. O papel da teoria na resistência política é algo que Bhabha (2007) enfatiza. A política é um elemento evidente para a compreensão dos fenômenos migratórios, sendo ela a chave para as articulações e arranjos socioespaciais.

Esta seção trouxe algumas discussões e reflexões acerca do imigrante pendular internacional. Notou-se, no decorrer do texto, que há o hibridismo cultural e que as culturas se

encontram, chocam-se e se entrelaçam, formando um Terceiro-Espaço, cujas mobilidades o transformam.

O território fronteiriço, assim como a cultura, ganha contornos multidimensionais e, no processo dialógico, mudam-se os costumes, os hábitos, as vestimentas e os gostos culinários, que passam pelo processo de incorporação de novos hábitos e/ou aceitação, quase que completa, da cultura do Outro, como ato de negação da sua própria. Bhabba (2007) traz as identidades de gaveta, mostradas a depender das necessidades do imigrante, portanto, observa-se que os pendulares conhecem bem o seu território e detêm estratégias conforme a construção de suas territorialidades.

2.2.3 Imigrante pendular e “*bagallero*”

Nesta subseção, aborda-se a nomenclatura usada para caracterizar o migrante pendular em outras fronteiras: “*bagallero*”. Não é um termo conhecido pelos informantes, mas que foi revelado durante algumas entrevistas com policiais bolivianos e pesquisadores fronteiriços.

A categoria migrante pendular internacional é a forma organizada pelos estudiosos para nomear as mobilidades construídas no território. Sendo assim, o nome não é conhecido pelos informantes, conforme o quadro abaixo:

- Você sabe o que é um migrante pendular ou existe um nome que caracteriza quem são vocês?
- Vocês se consideram migrantes ou não?

Quadro 9 - Percepções sobre a categoria imigrante pendular internacional

- “No, no conozco o que é isso”. (Ramon, 45 anos, imigrante pendular, nascido em La Paz).
- “Acho que somos ambulantes”. (Ana, 45 anos, imigrante pendular, nascida em Cochabamba).
- “Somos trabajadores que vivimos en la frontera”. (Marisol, 54 anos, imigrante pendular, nascida em Tarija).
- “Não conheço esse nome, somos feirantes bolivianos”. (Pedrinho, 45 anos, imigrante pendular, nascido em La Paz).
- “Eu sou migrante boliviana e comerciante”. (Mônica, 62 anos, imigrante pendular, nascida em Cochabamba).

Fonte: Trechos retirados de entrevistas realizadas com imigrantes pendulares (2024).

Com base nos relatos feitos com os informantes, a nomenclatura não é conhecida por eles e não existe um único nome que os definem. A categoria imigrante pendular internacional é aceita por diversos estudiosos que se dedicam aos estudos fronteiriços no Brasil, segundo a revisão de literatura realizada no primeiro capítulo.

Entrevistou-se o sr. Gonzalo, boliviano, ex-comandante da polícia boliviana, nascido em Tarija, que atualmente emigrou como refugiado político ao Brasil. Perguntou-se se ele conhecia o termo utilizado na Bolívia para caracterizar esse tipo de mobilidade internacional, ele relatou:

El término español que se aplica a esta actividad comercial es “bagallero”. Se trata de personas que se dedican al transporte fronterizo local de mercancías. Se trata de una actividad de la economía informal en la que se paga por cada paquete transportado y en la que las personas, dentro del régimen simplificado de exportación e importación y en la modalidad de tránsito transfronterizo, pueden transferir mercancías de un país a otro. (Relato de Gonzalo, boliviano, nascido de Tarija).

O termo “*bagallero*” é um achado nesta pesquisa, pois foram feitas perguntas para os próprios comerciantes e para alguns professores fronteiriços se eles conheciam a nomenclatura mencionada e a resposta foi: “Nunca ouvi falar dessa definição.” ou “Desconheço esse termo.”.

A professora de Letras, com habilitação em Português e Espanhol, Suzana Vinícia Mancilla Barreda, relata sobre a definição “*bagallero*”:

Essa pergunta que você faz é o seguinte: não tem uma resposta se é isso mesmo, tal coisa, né? Porque vai entrar no campo semântico das gírias como se diz em português gírias, e nem sempre têm gírias que são sistematizadas, mas tem gírias que são, como essa é uma atividade que eles realizam, e que assim, principalmente os bolivianos. Eu nunca ouvi uma definição pra isso, nunca ouvi, então, talvez, isso aí que te falaram “*bagallero*”, se você perguntar pro outro, será que o outro entende? Seria interessante você fazer essa pesquisa, você fala assim: você sabe o que significa essa palavra? E mostra a palavra, aí se a pessoa entender, é porque já existe essa palavra com uma definição de maior uso, né, que assim que as pessoas começam a aplicar os neologismos, né, as palavras novas, eles começam dando um nome, aí o outro dá o mesmo nome, então vira uma gíria já sistematizada, mas eu não sei se esse termo “*bagallero*” está sistematizado. Seria interessante você mostrar a palavra para ver se eles entendem essa palavra, aí você vai ver as respostas. E depois você me diz qual foi o resultado que eu quero saber. Esse termo imigrante pendular é um termo acadêmico, né, que se usa nos artigos acadêmicos, nos trabalhos em geral, para designar esse movimento que a gente sabe que existe na fronteira e nas fronteiras. (Entrevista realizada com a

professora de Letras/Espanhol Suzana Vinícia Mancilla Barreda em outubro de 2024).

Na fala da professora, o termo mencionado pelo informante pode ser uma linguagem falada apenas no âmbito policial, não sendo sistematizada como uma definição conhecida pelos migrantes ou pela academia. Ela relata que a expressão migrante pendular é usada para designar o movimento transfronteiriço da fronteira, sendo de caráter acadêmico.

Seguindo a orientação da professora, foi colocada nos roteiros das entrevistas a pergunta se eles conheciam o termo discutido em questão, assim como imigrante pendular. As respostas foram as mesmas: “*No, no conozco*”.

No entanto, ao entrevistar o professor de espanhol, o senhor Ravyt, boliviano, que trabalha na escola de idiomas em Corumbá, *Wizard*, ele relata que o termo correto é “*bagayeros*”, que existe e se refere à pessoa que faz contrabando. Segundo Ravyt:

Este termo, sim, existe, e é utilizado em algumas manchetes e jornais da Bolívia, por exemplo, que se refere ao que faz contrabando, só que lá no sul, porque é um termo mais conhecido na Argentina, então a fronteira com a Argentina utiliza o termo, já a fronteira aqui com o Brasil não utiliza tanto esse termo, então deve ser por isso que quem mora por esse lado daqui não conhece, porque esse termo se utiliza mais na Argentina, né, nessa região da fronteira e também é conhecido no Uruguai, então tem essa parte de lá, nessa parte daqui não utiliza, porque feirante; o termo *feriante es una persona que trabaja en feira* e não necessariamente é uma persona que faz esse serviço de pegar um *producto* e levar para um outro país, que é uma *idea* do “*bagayeros*” é esse quem pega de um *país la mercaderia* e leva para outro, fazendo contrabando, né, se colocar nesses termos. (Entrevista realizada com o professor de Espanhol Ravyt, boliviano em fevereiro de 2025).

Conforme o relato do professor, descobriu-se que existe o termo, no entanto, ele é uma variante regional conhecido na fronteira com a Argentina. Assim, o ex-comandante da polícia geral boliviana certamente teve contato com esse país, pois a sua história de vida contém várias experiências de trabalho, inclusive, oito anos no setor das narcóticos nos Estados Unidos. Desse modo, a sua trajetória na profissão fez com que ele tivesse contato com países diferentes no cargo político e na atividade policial antes do refúgio.

Segue a mídia jornalística que explica o contexto do termo “*bagayero*”:

Figura 19 – Contexto do termo “*bagayero*”



La falta de dólares en Bolivia y Argentina hizo que los precios de productos de contrabando aumentaran. Los bagayeros están afectados por la falta de divisas, pero también están más vigilados por el tráfico de cocaína.

Fonte: El Deber (2026).

Na entrevista com o professor Ravyt:

Na verdade, ele é uma variante regional, né, seria mais comum uma expresión coloquial, porque ela é exclusivamente de uma região, né, de uma parte de uma zona da América Latina, pode ser que por exemplo lá no sul da Argentina não conhece esse termo, né, então esse que é o detalhe, né, é bem própria daquela região. A reportagem que fez a matéria talvez tenha contato com essa

região, por isso que utilizou essa expressão. (Entrevista realizada com o professor de Espanhol Ravyt, boliviano, em fevereiro de 2025).

Segundo o professor, por mais que seja um termo conhecido em uma parte do território da Argentina e do Uruguai, o jornal da Bolívia também menciona o mesmo termo, provavelmente, o repórter já teve contato com esses países.

No entanto, os informantes se identificam como migrante e fazem o trânsito transfronteiriço para o trabalho. Existe essa liminaridade e diferenças entre categorias. O comerciante lojista é o que possui pontos fixos de trabalho, alguns se movimentam pouco, outros mais, a depender da frequência e do meio de transporte utilizado para o trânsito transfronteiriço.

De acordo com as entrevistas, existe lojista que possui dupla residência e, pelo fato do seu comércio ser em Corumbá, vai apenas nos finais de semana para a Bolívia, utilizando um veículo. Já o feirante é aquele boliviano que se movimenta com mais frequência na fronteira, pois as feiras livres são realizadas todos os dias em pontos diferentes da cidade. O ambulante que só possui residência na Bolívia possui ritmo diferenciado em relação aos dois em questão, pois ele anda a pé, carrega as suas mercadorias dentro de um carrinho, o que faz com que a mobilidade seja lenta. Mesmo estando em constante movimento, indo e vindo, o ritmo é considerado vagaroso em relação aos outros dois, existindo essa liminaridade e diferenças, detalhadas por meio das tipologias. Com base nos relatos dos entrevistados, seguem trechos retirados das histórias de vida.

Daniel possui um sítio em Puerto Quijarro. Todos os dias, trabalha no sítio e retorna a Corumbá no final do dia. Ele possui dupla residência e a mobilidade é considerada alta. No entanto, para dona Euzira, que também possui duas residências, o trânsito transfronteiriço acontece todos os dias e em horários diferentes, pois ela leva e busca seu filho que estuda na escola CAIQ, em Corumbá, trabalha no seu comércio, no bairro Popular Nova, e retorna a Puerto Quijarro no final do dia. A mobilidade, nesse exemplo, é considerada maior em relação a primeira.

O relato de Suzi, boliviana, 62 anos, que possui dupla residência, mostra a dimensão espaço-tempo nos aspectos relacionais do cotidiano fronteiriço: [... “eu fico mais aqui e meu marido mais lá, eu fico aqui por causa das crianças, tem que ficar olhando, quando está só ele, o pai, só fica em celular, não vê nada, então eu fico mais aqui e finais de semana vou pra Quijarro”. (Suzi, boliviana, 62 anos. Entrevista realizada em 25/05/2024).

O próximo relato, de Jorge, 60 anos, ajuda a compreender que existem situações particulares de cada sujeito em relação ao espaço e tempo e que há movimentos por diferentes razões, até mesmo para visita a familiares:

Os meus pais moram na Bolívia e não se acostumam aqui, não adianta que nada que eu falar vai trazer eles pra cá. Meu pai tem vida dele lá, era empregado da Petrobrás, fazia manutenção de poço, hoje é aposentado. Eu vou a visitar eles, dia sim dia não eu tô lá, em Puerto, porque eles são idosos e então eu preciso ir quase todos os dias. (Jorge, 60 anos, nascido em Santa Cruz de La Sierra. Entrevista realizada em 26 de abril de 2025)

Ao se considerar esses relatos, pensa-se que as territorialidades possuem ritmos diferentes a depender das situações de cada tipologia migratória. Quando se pensa em meios de transporte (moto, carro, a pé), percebe-se que, por mais que o ambulante se movimente constantemente na fronteira, o tempo que leva é maior em relação àqueles que transitam de carro e a velocidade é maior para aqueles que usam moto.

O espaço geográfico é temporal, pois segundo Santos (1982), ele modifica historicamente suas formas-objetos. O tempo passado é igualmente tempo do presente como formas que abrigam uma essência dada pelo fracionamento da sociedade total:

Por isso, o momento passado está morto como ‘tempo’, não, porém, como ‘espaço’, o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização social.” (Santos, 1982, p.10).

Nesse sentido, dialoga-se com Santos (1985), que ajuda a entender a relação espaço e tempo. Mesmo não pensando em uma região de fronteira, não conseguindo encaixar a totalidade de sua teoria no texto, Santos (1982) se dedicou aos estudos do espaço pensado nos processos da globalização em torno das metrópoles e periferias. Contudo, ele se dedicou aos estudos dos lugares e a força do cotidiano, o que ajuda a compreender os processos relacionais de espaço-tempo na fronteira.

Tempo e espaço conhecem um movimento que, ao mesmo tempo, é contínuo, descontínuo e irreversível. Tomado isoladamente, tempo é sucessão, enquanto o espaço é acumulação, justamente uma acumulação de tempos. (Santos, 1992, p. 42). Dessa forma, o tempo está diretamente relacionado à ideia de espaço. Um evento acontece em um lugar e em um período, sendo impossível dissociar tempo e espaço.

Santos (1982) considera que o espaço geográfico é marcado pela coexistência de vários tempos. A paisagem é uma curva desigual de tempo. Assim, quando se olha para o espaço geográfico, as configurações das mobilidades na fronteira, a história, os fluxos migratórios do século passado e o do atual, as variadas tipologias que a fronteira aciona, notam-se objetos que coexistem, mesmo sendo de tempo históricos diferentes e ações que se renovam a cada movimento no território. Dessa maneira, as territorialidades possuem ritmos diferentes.

Observa-se que, na fronteira, existem os chamados “maioristas”, que são aqueles que abastecem os feirantes (são caminhoneiros bolivianos que trazem mercadorias de Santa Cruz de la Sierra todos os dias). A configuração da mobilidade é de longa distância, as mercadorias trazidas são volumosas e o ritmo é constante; esse movimento se diferencia das demais tipologias. Na pesquisa empírica, observou-se que as mercadorias também se movimentam em ritmos diferenciados dos migrantes pendulares internacionais. Assim, conforme um pequeno trecho do relato de dona Ana, 55 anos, boliviana, entende-se:

Hoje em dia eu compro mais aqui em Brasil mesmo, ganho pouco, pero é mais garantido, não hay mais federal que fica no pé da gente, minha mercadoria eu garanto que 95% é de procedência brasileira e 5% é de Bolívia. Esse alho é de Bolívia, o morango, a mostarda... é coisa pouca. Tem uma senhora que traz e abastece a gente aqui, uma sacola de alho, outra de morango. (Ana, 55 anos, boliviana. Entrevista realizada em 26/08/2024).

O fenômeno da mobilidade pendular internacional relaciona-se com a expansão do território, tornando-se elemento central para a compreensão das dinâmicas socioespaciais. A mobilidade pendular é uma categoria que pode dar conta da realidade móvel se for considerado o tempo e o espaço relacional e atrelados tanto às técnicas como à infraestrutura urbana, especialmente os transportes, comunicações, comércios e serviços. As mobilidades de curta distância possuem um padrão, mas com ritmos diferentes para o atravessamento de acordo com as tipologias migratórias. As mobilidades de longa distância possuem um padrão mais definido, pois o ritmo e o período das viagens são semelhantes. Nesse sentido, podem resultar em aumento por infraestrutura, manutenção das rodovias e estradas para o acesso ao trajeto, preços de passagens de ônibus mais acessíveis, diversidade da frota de transportes, como caminhão, ônibus, van, veículos particulares. Assim, há maior estrutura de mobilidade internacional.

A fronteira é um recurso social para os imigrantes bolivianos, pois tem a potência do trabalho, especialmente o trabalho informal. Corumbá possuiu diversos tipos de centralidades, originando a oferta de serviços, como saúde, educação, assistência social e oportunidade de

trabalho. Não há um número exato de quantos imigrantes pendulares existem na fronteira, pois a questão dos indocumentados impossibilita o levantamento fidedigno desse quantitativo.

Entretanto, eles existem e estão em movimento o tempo todo, estão no “*vaivén de dia a dia*” para a sobrevivência. Os bolivianos são revendedores de mercadorias e se dedicam ao comércio. De forma geral, no caso dos pendulares lojistas, foi constatado que eles possuem comércio em ambos os lados da fronteira, em especial, os casais. A esposa fica responsável pelo comércio do lado brasileiro, e o marido é responsável pelo comércio do lado boliviano.

É comum, na lógica do comércio de bolivianos, trazerem familiares da Bolívia para trabalharem nas lojinhas do lado brasileiro. Isso caracteriza o estabelecimento de redes de solidariedade e funciona como uma ajuda na melhoria da condição de vida. Na revenda no comércio, operam com uma margem de lucro baixa. Quando os familiares trabalham nos estabelecimentos, não conseguem preencher as vagas ou, quando o movimento está alto, devido às festas e datas comemorativas, como as festas de final de ano, eles pagam diárias para brasileiros para o atendimento nas lojinhas. Outra característica desse tipo de comércio é a conexão do informal com o formal, pois muitos supermercados na cidade são abastecidos pelos produtos de comerciantes bolivianos, especialmente os feirantes com as verduras, tendo a preferência de não apresentar nota fiscal nessas práticas comerciais.

Em relação ao consumo, conforme Kukiel (2022), Corumbá se apresenta no circuito inferior, abordado por Santos (2008), com variedades de pequenos comércios, como os “puxadinhos” de imigrantes bolivianos, as feiras de rua e mercearias que muitos fronteiriços consomem, especialmente os de baixa renda, que são beneficiários de Programas Assistenciais do Governo.

Dessa forma, Corumbá possui centralidade no consumo com as diversidades de elementos técnicos (conjunto de objetos e o conjunto de ações) que facilitam a entrada dessas mercadorias, como as rodovias, ferrovias e uma rede de internet funcionando razoavelmente bem.

Além disso, há o diferencial fronteiriço, apontado por Costa (2015), com os diferentes câmbios, fato que facilita negociações. Sendo assim, “o local onde se reside interfere na maneira como ocorre o acesso às mercadorias e serviços e aqueles que, com as mesmas necessidades, não estão em condições de satisfazê-las” (Kukiel, 2022, p.102).

Por fim, Corumbá detém características próprias para o recurso social do trabalho em razão de ser fronteira. Essas dinâmicas de passagens de produtos para ambos os lados e as

práticas comerciais que operam nos estabelecimentos de brasileiros e bolivianos caracterizam particularidades.

Outro ponto evidenciado na seção foi a definição do termo imigrante pendular, pois é uma categoria aceita na literatura, empiricamente, com os informantes, não é uma nomenclatura de fato conhecida. Muitos se identificam como feirantes bolivianos, lojistas, comerciantes ou ambulantes, existindo diferenças entre as categorias a depender das tipologias migratórias, como visto.

Um achado nas pesquisas foi o termo “*bagayeros*”, que se caracteriza pela atividade de contrabando ou descaminho, conforme as entrevistas com o professor de espanhol. No entanto, nem todos os informantes praticam o contrabando, assunto que será tratado, especificamente, nos próximos capítulos. Portanto, eles são fronteiriços, possuem o fluxo contínuo entre pessoas e mercadorias para acesso ao trabalho e aos demais serviços que na fronteira operam.

Quando se pensa no ritmo das mobilidades, consideram-se os meios de transporte utilizados (moto, a pé, carro, caminhão, ônibus). Assim, o fenômeno dos fluxos migratórios, historicamente, está diretamente relacionado aos objetos geográficos e à técnica empreendida no lugar.

2.3 Depois do limite: paradoxos de migrantes permanentes e provisórios

O território fronteiriço é constituinte de trocas materiais, imateriais e até mesmo de “hibridismo” cultural que vai além da economia e do dogma da soberania, como apontado por Costa (2015), construindo a vida na fronteira com dinamismo próprio, palco de conflitos, contradições e intensas mobilidades de pessoas e mercadorias.

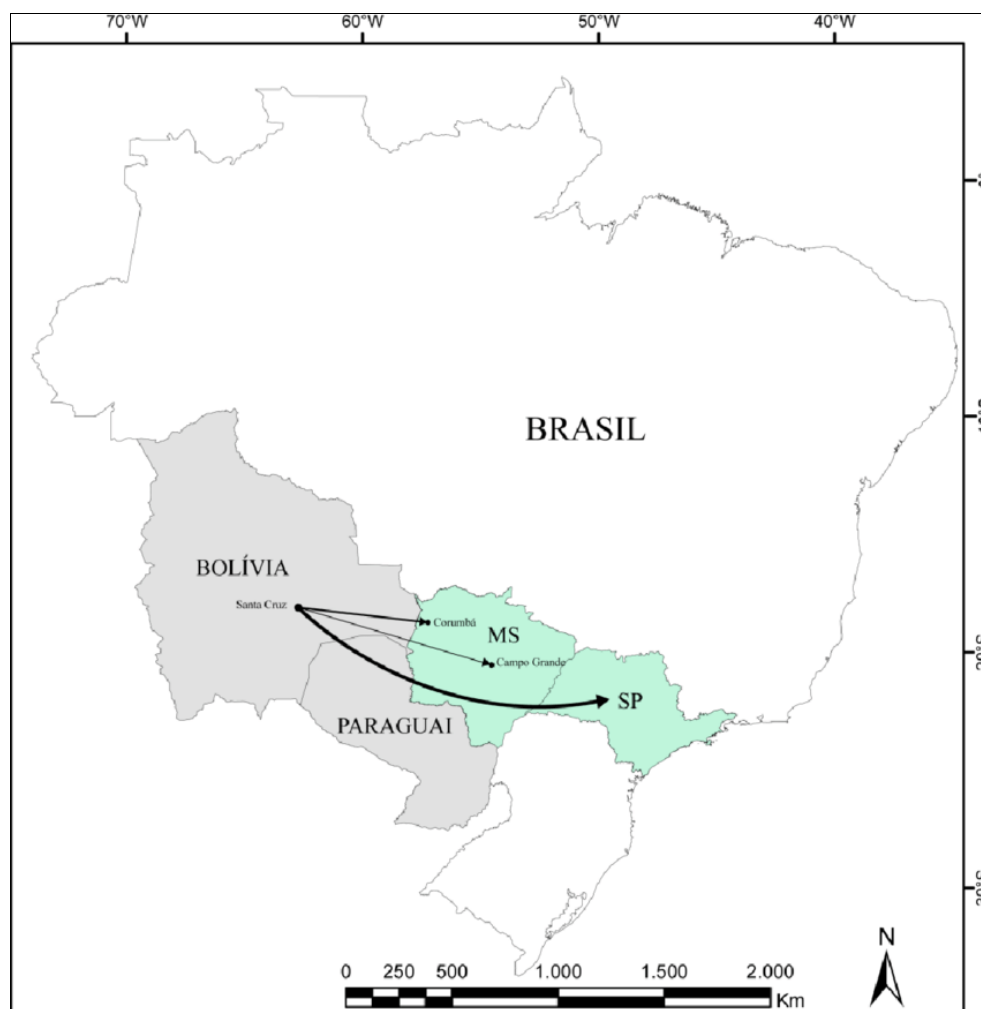
Em algumas fronteiras, a transitoriedade é a marca e característica destas. As identidades fronteiriças reconhecem as mobilidades existentes de ambos os lados do limite internacional como parte do processo que as constitui. Em outras situações, as assimetrias entre os países lindeiros geram sentimentos hierárquicos, a mobilidade transfronteiriça, conforme Sayad (96, 1998, p. 98), ocorre em “um estado provisório de direito, e que se gosta de prolongar indefinitivamente” ou em “um estado definitivo que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade”.

A situação do imigrante internacional que é atendido no Ponto de Migração Terrestre em Corumbá (PMTTC), da Polícia Federal (PF), pode ser entendida em seu estado de trânsito ou

de permanência na cidade de Corumbá. Foram verificadas condições particulares que não são as mesmas condições do fronteiroço.

Os migrantes que chegam no PMTC se configuram no estado de trânsito. Desse modo, a fronteira se constitui como lugar de passagem, pois a intenção é migrar para outros lugares e países. Normalmente, esses migrantes têm como destino São Paulo, para o trabalho nas fábricas de costura, conforme o mapa da Figura 19:

Figura 20 – Mapa de fluxos migratórios Brasil-Bolívia



Fonte: Araújo (2014).

Observa-se que Corumbá, Mato Grosso do Sul, consolidou-se como porta de entrada para outros estados, especialmente São Paulo, como demonstra a espessura da seta apontada para o estado. Araújo (2014) considera:

As informações da Polícia Federal têm revelado que, nos últimos anos, o fluxo migratório de bolivianos no Brasil vai além da região fronteiriça e, portanto, não se traduz em movimentos pendulares (ou diários). No ano de 2013, do total de bolivianos que entraram no país por Corumbá (MS), cerca de 85% migraram para a cidade de São Paulo. Em geral, essas pessoas já possuem familiares e amigos trabalhando na cidade, e buscam emprego e melhores condições de vida no Brasil. (Araújo *et al.*, 2014, p. 48).

Observa-se que a intensa mobilidade que caracteriza o trânsito transfronteiriço, especialmente para a cidade de São Paulo, apoia-se no surgimento e fortalecimento de redes de solidariedade como novas estratégias de luta na trajetória da imigração que, por meio de parentes e amigos já instalados na cidade, constituem-se em redes de apoio capazes de proporcionar novas mobilidades.

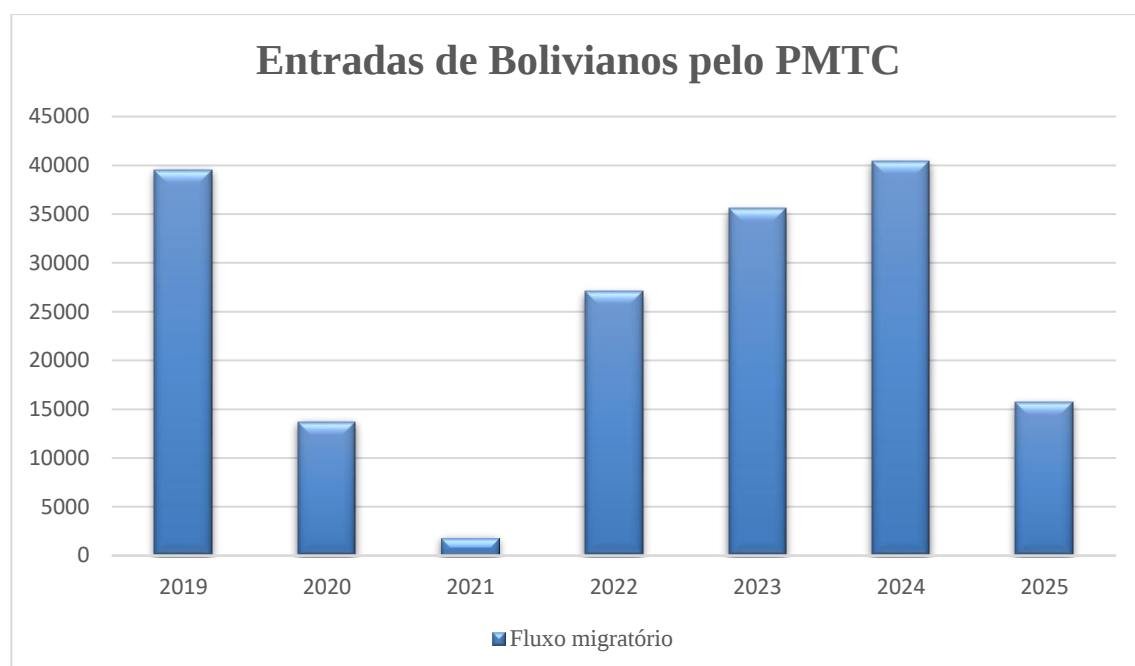
Conforme a entrevista com o agente público da PF:

Normalmente, é feito uma entrevista com esses bolivianos que chegam até o PMT e eles falam que vão seguir viagem para Belenzinho ou para o Brás, mas todos em São Paulo, né, ou eles vão quando é turismo para o Rio de Janeiro e vão muito para as Cataratas de Foz de Iguaçu, Bonito também segue a rota do turismo. Para tratamento de saúde eles procuram Barretos em São Paulo. Mas quando é para trabalhar, a gente já sabe, que a rota deles é em direção a São Paulo. (agente de PF, entrevista realizada em 02/03/2025).

Com base na entrevista com a PF, percebe-se que a vulnerabilidade de migrantes pode ser consequência do analfabetismo e poucos recursos econômicos, o que gera pobreza extrema e os levam a se submeter a trabalhos precários, exploração, ameaças e violências. Dessa forma, existem formas de trabalho que precedem jornadas exaustivas, em ambientes insalubres, retenção de salário e de documentos, ocasionando a desumanização.

Ao se analisar um trecho do relato de vida da dona Blanca, entende-se essa situação: “[...] eu acho que essas pessoas que vêm da Bolívia pra trabalhar em São Paulo, na costura, são maioria de zona rural de lá, conheci muitos de lá que vieram pra São Paulo” (Blanca, nascida em Potosi. Entrevista realizada em 30/08/2023).

Dona Blanca migrou da zona rural de Cochabamba e discutiu um pouco sobre as pessoas que migram para trabalhar em São Paulo. Ela tem amigos da zona rural de Cochabamba que saíram para fugir da pobreza extrema. No gráfico abaixo, com dados atualizados da Polícia Federal, verifica-se a quantidade de entradas de migrantes bolivianos entre os anos de 2019 até fevereiro de 2025:

Figura 21 – Entradas de Bolivianos pelo PMTC

Fonte: Ponto de Migração Terrestre em Corumbá (PMTC) da PF. Elaborado pela pesquisadora com dados da PF (2025).

Conforme a figura 21, o total de entrada foi de 696.868, com queda pontual das entradas no período da pandemia; em 2021, foram registradas apenas 1.793 entradas. As normas sanitárias da covid-19 em relações às restrições de fluxos migratórios ocasionaram essa queda, posteriormente, nos anos seguintes, 2023 e 2024, houve o aumento de entradas de bolivianos pelo PMTC. As entradas de 2025 foram de 15.742, baixas, porque estão registrados os meses de janeiro e início de fevereiro (uma semana de fevereiro), pois foi período em que se realizou a coleta dos dados com a PF.

Para Jesus (2020, p.44), as forças multicausais, como as políticas migratórias, a situação econômica nos lugares de destino e os projetos individuais e familiares dos migrantes, elegem, temporária ou definitivamente, espaços de trânsito e espaços de permanência. Jesus (2020) pontua os elementos que consolidam a migração haitiana no Brasil, diferente dela é a abordagem da migração boliviana. Assim, observa-se uma contrariedade na fronteira quando se trata de definir o status como provisório ou definitivo do migrante, pois parece óbvio seu estado de permanência, reforçado pelas redes de apoio familiar. Sua condição de fronteiriço é evidente e implica em múltiplas identidades e posições cambiantes. No entanto, diverge-se: o status provisório ou definitivo, de fato, será caracterizado como uma ilusão? Aquela ilusão apontada por Sayad, que a todos se impõe, uma

(...) ilusão coletiva de um estado que não é nem provisório nem permanente, ou, o que dá na mesma, de um estado que só é admitido ora como provisório (de direito), com a condição de que esse provisório possa se prolongar indefinitivamente, ora como definitivo (de fato), com a condição de que esse “definitivo” jamais seja enunciado como tal (Sayad, 1998, p. 46).

Em Corumbá, o trabalho para o boliviano ocorre na informalidade, sendo administrado por pequenas lojas instaladas em várias locais da cidade. Na região sul de Corumbá, há vários estabelecimentos improvisados; a garagem se torna um comércio com variedades de produtos *Made in China*. A construção de territorialidades e a reprodução fronteiriça se dão nas periferias, em limites preestabelecidos, sujeita a relações sociais de trabalho e de poder hierarquizadas, que, constantemente, são desconstituídas e reconstituídas pelas singularidades ali presentes.

Existe uma forma de quantificar quantos imigrantes bolivianos são residentes em Corumbá, que são dados oficiais registrados pela Polícia Federal, ou seja, de acordo com os aspectos formais do controle migratório, estabelecidos pela alta política e em conformidade com a Lei n.º 13.445, de 24 de maio de 2017.

A referida lei dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante. Regula a sua entrada e estada no país, estabelece princípios, diretrizes para as políticas públicas para o emigrante e estabelece a condição jurídica do migrante de acordo com o registro da classificação (provisório, temporário, residente) e as condições específicas que poderão ser estabelecidas para o residente fronteiriço.

É diferente o tratamento jurisdicional para o fronteiriço, que, segundo a lei da imigração, não precisa dar entrada e saída no PMTC, sendo permitido o trânsito livre na fronteira. O artigo 86, do Decreto n.º 9.199/2017, esclarece que “[a]o residente fronteiriço poderá ser permitida a entrada em Município fronteiriço brasileiro por meio da apresentação do documento de viagem válido ou da carteira de identidade expedida por órgão oficial de identificação do país de sua nacionalidade” (Brasil, 2017).

O porte do documento, como o CRNM, é importante para facilitar a vida civil do fronteiriço boliviano na cidade e os direitos, que são invioláveis para quem possui a documentação. A Lei de Migração n.º 13.445/2017 dispõe em seu regulamento:

O residente fronteiriço que pretende realizar atos da vida civil em Município fronteiriço, inclusive atividade laboral e estudo, será registrado pela Polícia Federal e receberá a Carteira de Registro Nacional Migratório, que o identificará e caracterizará a sua condição (Brasil, 2017, p. 36).

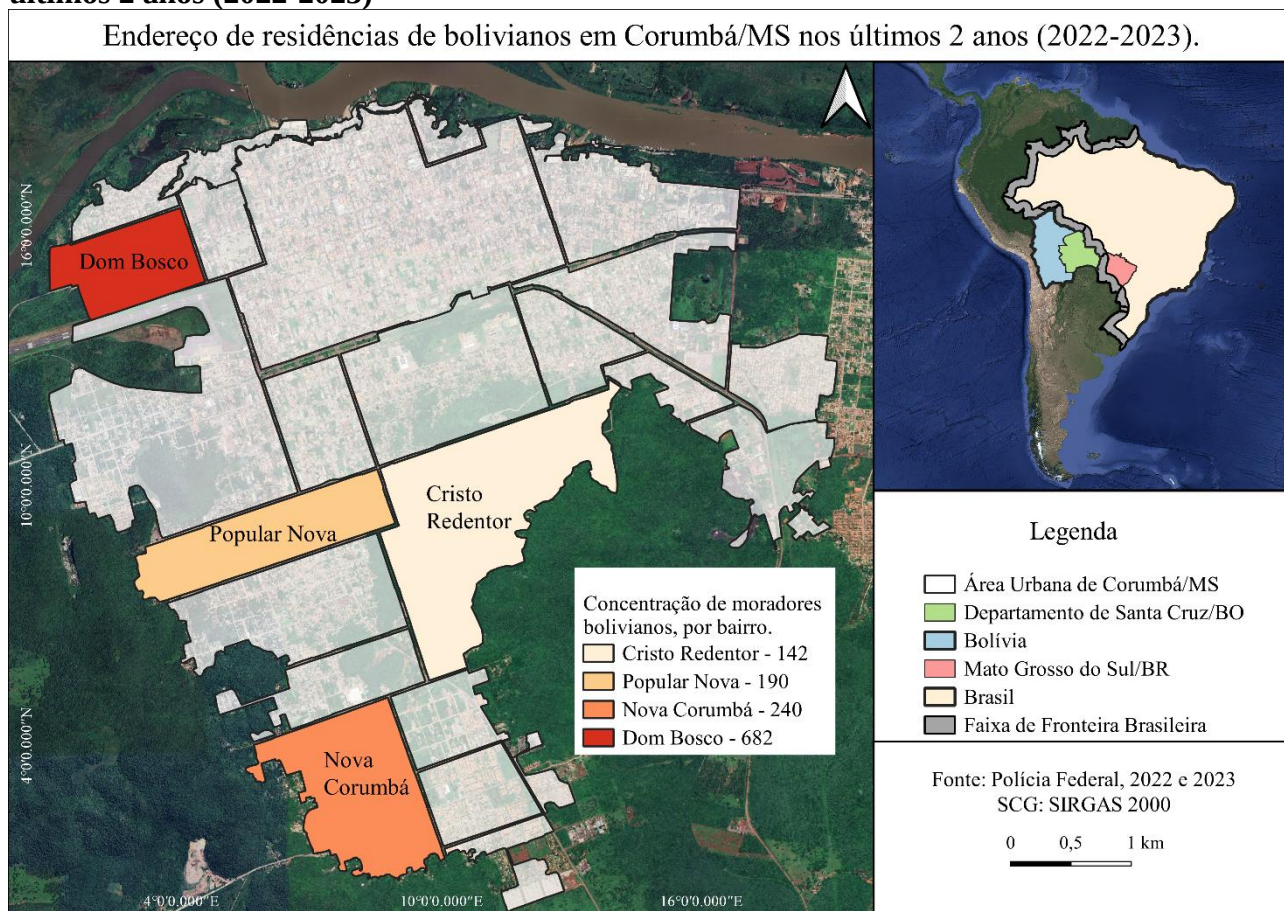
Ainda segundo a lei, essa autorização poderá ser concedida pelo prazo de cinco anos, prorrogado por igual período, ao fim do qual poderá ser concedida autorização por prazo indeterminado (Art. 90, do Decreto n.º 9.199/2017).

A liminaridade dessas situações de migrações insere o fronteiriço para além do limite estabelecido pela alta política refletida na baixa política. Ao se pensar na liminaridade pela questão documental, há os limites por questões de documento ou por questões do idioma. Reflete-se que esses sujeitos que estão ora dentro, ora fora, estão nos limites da liminaridade do migrante. No entanto, eles estão no entre-lugar, são fronteiriços, independentemente de documentação, eles possuem direitos.

O emigrante está caracterizado pela lógica do estado nacional por estar dentro. Quando deixa o seu país de origem, continua a ser definido como um estrangeiro ou provisório na nação, como evidenciado por Sayad (1998). Retoma-se que essa ilusão coletiva é caracterizada por um estado que não é nem provisório nem definitivo ou, o que dá na mesma, de um estado que só é admitido ora como provisório (de direito), com condição de que esse “provisório” possa durar indefinitivamente, ora como definitivo (de fato), com a condição de que esse “definitivo” jamais seja enunciado como tal (Sayad, 1998, p. 46).

Assim, paradoxalmente, segue-se no caminho do entre-lugar e/ou terceiro-espço onde a vida acontece no dinamismo singular. A seguir, apresenta-se mapa com os endereços residenciais de imigrantes bolivianos registrados em Corumbá nos últimos dois anos (2022 e 2023).

Figura 22 – Mapa de endereços de residências de bolivianos em Corumbá-MS nos últimos 2 anos (2022-2023)



Fonte: Dados de campo coletados na Delegacia de Polícia Federal em Corumbá-MS (2024).

A análise dos bairros é essencial para o entendimento da dimensão do cotidiano de imigrantes bolivianos que vivem na fronteira e possuem residência em Corumbá. O mapa revela que eles vivem mais na região periférica da cidade. O bairro Dom Bosco, com maior quantitativo de domicílios, é local de muitos imigrantes residentes e pendulares, cujos filhos estudam nas escolas do bairro. Silva (2017) fez uma análise com o colégio CAIC Padre Ernesto Sassida¹² e ressaltou que 40% das matrículas são de alunos pendulares.

¹² Há muitas pesquisas sobre a escola CAIC em relação à presença e alfabetização de alunos estrangeiros. No ano de 2022, encontrou-se Alcino Vernochi discutindo a “Xenofobia em ambiente escolar fronteiriço: uma análise de estudo de caso em Corumbá-MS”, que traz a Escola CAIC e acrescenta a Escola Estadual Dom Bosco, também localizada no bairro. No ano de 2021, tiveram duas dissertações cujo tema abordou a escola municipal CAIC no contexto fronteiriço. Mabel Aguilar defendeu “Transporte escolar em região de fronteira: aplicação e transferência de meios efetivos aos alunos da Escola Municipal CAIC “Padre Ernesto Sassida” e Cleber S. Jaime defendeu a Dissertação: “CAIC: a construção de uma escola na fronteira Brasil-Bolívia” (Dissertação de Mestrado em Educação) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, Corumbá, 2010. Gerson N. F. Moraes estudou a presença dos artigos lo – la no ensino fundamental da Escola CAIC, na região de fronteira. (Mestrado, Estudos Fronteiriços) UFMS – Campus do Pantanal, Corumbá – MS, 2010 e Norma B. P. R. Silva abordou a Escola de fronteira: proposta para alfabetização de alunos residentes na Bolívia que estudam na escola

CAIC, em Corumbá-MS. (Dissertação de Mestrado em Estudos Fronteiriços) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2016).

A escola recebe alunos com descendência boliviana e bolivianos todos os anos, sendo o maior quantitativo de matrículas de alunos estrangeiros, conforme a Secretaria Municipal de Educação de Corumbá (Semed). O CAIC, localizado no bairro Dom Bosco, possui o acesso mais facilitado por estar localizado na rodovia que segue para a Bolívia. Além da busca pelo recurso social de educação, os migrantes residentes trabalham no bairro Dom Bosco, assim como os feirantes e lojistas que possuem os seus comércios próximos do local de residência.

No bairro Cristo Redentor, região periférica, que há muito tempo abrigou bolivianos provenientes de Santa Cruz de la Sierra, conhecidos como *los cambas*, hoje possuem baixo quantitativo de residência, conforme o mapa. “Há quem diga que Corumbá não tem favela, mas quando percorremos o bairro Cristo Redentor no Reduto de São Francisco onde vive uma comunidade Kamba, presenciamos uma vida de ausências, seja de alimento ou do não reconhecimento do Estado perante o grupo étnico de Kambas na região” (Silva, 2012, p. 104).

Silva (2012) menciona a comunidade indígena Kamba que viveu no Reduto de São Francisco, no bairro Cristo Redentor. Com a ausência de política públicas e de acolhimento, houve o apagamento da cultura indígena na comunidade. Os primeiros estudos sobre o grupo indígena Kamba em Corumbá foi feito por Penteado, em 1980, que descreveu o aspecto de favela, também notado pela pesquisadora quando percorreu o lugar. Esteve-se no Reduto de São Francisco e percebeu a falta de bens básicos para sobrevivência e a ausência do Estado, que simplesmente silenciou as vozes dessa comunidade.

Entrevistou-se o Sr. Barnabé, pintor de letreiros, nascido em 1954, em Puerto Suarez, que atualmente é o líder indígena e residente há mais de 40 anos no Reduto de São Francisco. Ele relata que os jovens não se interessam pelas tradições culturais de seus antepassados e não possuem expectativa de prosperar nos estudos, muitos não completaram o ensino médio e trabalham “fazendo bicos” (serviços esporádicos).

O bairro Nova Corumbá e Popular Nova estão localizados na “parte alta da cidade”, região sul. Atualmente existem muitas lojinhas de bolivianos, conforme o quantitativo de residentes localizados no mapa, figura 22. Os migrantes vivem no bairro Nova Corumbá e Popular Nova (região periférica) como forma de resistência e re-construção da territorialidade. São residentes permanentes e provisórios que, por meio dos limites (físicos), rompem as barreiras e os “muros” (simbólico), enfrentando a postura do estado, do idioma e da falta de

acolhimento. Os bolivianos que estão construindo casas no bairro vivem ali com sentimento de pertencimento, pois a força do lugar movimenta-os a prosperar no novo território.

Conforme explica Milton Santos (1997):

A força desse movimento vem do fato de que, enquanto a memória é coletiva, o esquecimento e a consequente (re)descoberta são individuais, diferenciados, enriquecido as relações interpessoais, a ação comunicativa. Assim, o que pareceria uma inferioridade, na realidade é uma vantagem. Ao contrário do que deseja acreditar a teoria atualmente hegemônica, quanto menos inserido o indivíduo (pobre, minoritário, migrante...), mais facilmente o choque da novidade o atinge e a descoberta de um novo saber lhe é mais fácil. O homem de fora é portador de uma memória, espécie de consciência congelada, provinda com ele de um outro lugar. O lugar novo o obriga a um novo aprendizado e a uma nova formulação. A memória olha para o passado. A nova consciência olha para o futuro. O espaço é um dado fundamental nessa descoberta. Ele é o teatro dessa nova ação por ser, ao mesmo tempo, futuro imediato e passado imediato, um presente ao mesmo tempo concluído e incluso, num processo sempre renovado (Santos, 1997, p. 255).

Com base em Santos (1997), pode-se afirmar que a presença marcante de migrantes bolivianos na cidade se explica pela força do lugar mediante a relação entre espaço e movimentos sociais. O local é abrigo para os trabalhadores migrantes e os objetos que os cercam são responsáveis pela materialidade do espaço geográfico que “ao mesmo tempo, é uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação”. (Santos, 1997, p. 235).

É correto afirmar que Santos (1997) não tratou especificamente das cidades fronteiriças, pois seus estudos concentravam-se nas dinâmicas das metrópoles e o espaço como produto social que opera desigualdades, com uma abordagem de cunho econômico (dentre outros) que sustenta o uso do território como eixo definidor por excelência. Portanto, nem tudo pode ser problematizado com o referencial teórico selecionado, mas se pode ressaltar as relações comerciais e identitárias na produção da configuração social do território analisado.

Santos (1997) ainda assegura:

O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos. (Santos, 2005, p. 113).

De acordo com o autor, o espaço geográfico é como categoria de análise, sendo sinônimo do território usado e do território abrigo (como morada dos homens, mulheres, migrantes e instituições), ligado ao sistema indissociável de objetos e de ações. Assim, “a utilização do território pelo povo cria o espaço” (Santos, 1978, p.200), apresentando mudanças ao longo da história seja pelas novas tecnologias ou pela política dos mercados do sistema capitalista globalizado.

Os migrantes residentes em Corumbá localizados na figura 22 constroem a tensão do território fronteiriço como membros participantes do paradoxo da alteridade, conforme Sayad (1998), e da manutenção coletiva (sociedade e Estado) da ilusão. Desse modo, a permanência definitiva seria essa ilusão, pois o estado nega a eles o reconhecimento de uma presença reconhecida como permanente (de direitos), caracterizando-os como uma presença simplesmente tolerada a partir das necessidades e, a partir disso, nega-se também o reconhecimento da presença cultural.

Haesbaert (2004) trata a multiterritorialidade na forma de desterritorialização. Não no sentido de perda de território, mas na construção de novas territorialidades ligadas em redes. O conceito de multiterritorialidade é usado na teoria do autor, no entanto, de forma específica, nesta pesquisa, trata-se sobre as territorialidades fronteiriças que auxilia a compreensão do processo da construção de territorialidades migrantes em Corumbá, especialmente os bolivianos. Apoiar-se em Sack (1986) quando ele afirma que a territorialidade é um espaço de acesso controlado/organizado e que possui um valor simbólico no sentido de pertencimento e construção identitária. Assim, Sack (1986, p. 219) explica: “A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado.

Conforme Haesbaert (2004, 2008) e Sack (1986), entende-se que a experiência da multiterritorialidade forma as territorialidades precárias no movimento pendular de bolivianos na cidade. A discriminação étnica e as vulnerabilidades colocam esses sujeitos nessa situação.

A desterritorialização é uma territorialização precária. Paralelo ao processo de precarização dos territórios humanos está a reclusão territorial que, mundialmente, está crescendo, visto a política de fechamento das fronteiras e a construção de novos muros e cercas que estão sendo feitos na América do Norte.

A retomada desses princípios de reclusão territorial, com as chamadas velhas estratégias de controle territorial, está ligada ao imperialismo capitalista que gera exclusão,

miséria e desemprego e faz pensar que o mercado global está longe de ser integrado, pois são ditados pela política da securitização das fronteiras. Santos (2008) evidencia a chamada “globalização como fábula” em um mundo conforme faz vê-lo com a falsa impressão da globalização integrada ditada pelos agentes hegemônicos e reforçada pelos canais de comunicação e pelos princípios econômicos, fato que aprofunda as contradições sociais e alinha o sistema desigual e perverso nas sociedades contemporâneas. Alpires (2022, p. 22) ressalta o cenário mundial como “o imperialismo do capital no qual há uma nítida divisão entre os países em desenvolvimento e os desenvolvidos; e, claramente, uma divisão de trabalho mantém-se e recai sobre os trabalhadores que migram por melhores salários”, e, junto dele, a desumanização do migrante.

A globalização é apresentada como fábula disseminada pela máquina ideológica (midiática) de um mundo unido pelas técnicas e tecnologias a favor do Capital e das empresas globais, sendo considerada o ápice do capitalismo. Assim, as consequências dela resulta em perversidades de todos os tipos, como fome, miséria, violência, desemprego, falta de solidariedade, acolhimento. Junto de todas essas mazelas, há o fato da emigração como forma de atravessar ou tentar sair da pobreza anunciada pela globalização, pois o imigrante está inserido no mercado de trabalho em relações estruturalmente desiguais.

Santos (2008, p. 17) afirma que “vivemos num mundo confuso e confusamente percebido”. Na realidade fronteiriça há esse paradoxo, pois o fortalecimento da ciência e o surgimento de novas tecnologias causa a impressão de que existe a união entre povos e as infinitas possibilidades que a globalização pode oferecer, contudo, essas oportunidades e os lucros ficam nas mãos de poucos (agentes hegemônicos) e o mundo se torna essa confusão percebida por muitos (a massa excluída). Isto posto, as formas pretéritas do território foram organizadas para atender o sistema capitalista; o território fronteiriço foi impulsionado pelas formas perversas da globalização, analisada em Santos (2008), que acentua a precariedade do trabalhador migrante.

O quadro 10 traz o quantitativo de bolivianos registrados no período de 1/1/2024 a 31/12/2024. As legendas classificam-nos pelo amparo legal em provisório, permanente e/ou fronteiriço, sendo registros da Polícia Federal e dizem respeito aos que tiveram acesso ou foram impelidos à regularização – seja por políticas específicas de refúgio à alguma nacionalidade, seja por possuir recursos financeiros para tal e que passaram por todas as etapas que os protocolos administrativos determinam, excluindo sumariamente os que não tiveram condições de acessar essa regularização.

Em 2024, foram feitas 391 Carteiras Nacional de Registro Migratório (CNRM):

Quadro 10 - Quantitativo de bolivianos registrados no período de 1/1/2024 a 31/12/2024

UF	Situação	Amparo	Classificação	Total
MS	Ativo	209 - ACORDO RESIDÊNCIA MERCOSUL E ASSOCIADOS	Temporário	334
MS	Ativo	255 - ART. 159, DECRETO 9.199/2017	Provisório	2
MS	Ativo	290 - ART. 2, DECRETO 9.277/2018	Provisório	2
MS	Ativo	286 - ART. 37, LEI 13.445/2017	Residente	20
MS	Ativo	210 - DEPEND. ACORDO RESID. MERCOSUL/ ASSOCIADOS	Temporário	20
MS	Ativo	95 - PORTARIA INTERMINISTERIAL 08/2018	Temporário	12
MS	Ativo	273 - PORTARIA INTERMINISTERIAL N 19/2021	Temporário	1
Total de imigrantes na UF: 391				
Total Geral				391

Fonte: SISMIGRA (Sistema de Migrantes) (2024).

Os registros foram feitos no ano de 2024 para comprovar a entrada de bolivianos e a formalização da Carteira Nacional de Registro Migratório (CRNM). O atendimento para a expedição do documento é feito pela Polícia Federal em Corumbá. O agente de PF relatou que todos os dias são atendidos cinco estrangeiros para regularização documental.

Ressalta-se que esses 391 bolivianos tiveram acesso à regularização na situação migratória, classificada em temporário, provisório e permanente, sendo o temporário com maior

quantitativo e o residente, que é o fronteiriço (que possui residência em Corumbá), com apenas 20 entradas.

Esses dados revelam que esses migrantes tiveram acesso à regularização migratória, todavia, existem outros sujeitos (numerosos) que não possuem recurso financeiro e/ou informação clara e suficiente para buscar a regularização e vivem em uma situação precária com a ausência de direitos. O CRNM é necessário para um melhor atendimento na saúde, por exemplo, em consultas pré-agendas com especialistas, pois, para ter acesso ao cartão SUS, o migrante deverá ter em mãos o documento. Para possuir conta bancária e ter acesso ao Pix, que facilita as transações comerciais, é necessário o CRNM, para ter conta em loja e limite de crédito também só é possível com acesso à regularização. Dessa maneira, aqueles que não conseguem, vivem em uma espécie de “limbo documental” e ausência de direitos.

O Estado é reativo, essa é uma lógica funcional que tem resultados, sendo preservada e atualizada com recursos tecnológicos disponíveis, como o uso da Inteligência Artificial e de outros recursos. Porém, também tem seus limites.

Destarte, essa seção tratou sobre a liminaridade da categoria imigrante pendular, o que traz a problematização sobre o conceito de imigrante na visão do Estado e a situação dentro/fora do estado nacional, ter ou não a documentação ou residência/moradia em um outro lugar.

Por estarem fundamentadas no paradigma de controle e de vigilância, as lógicas de legalidade do território são atendidas com esses procedimentos. Dessa forma, torna-se possível saber quantas pessoas de certa nacionalidade ingressaram regularmente em um determinado território nacional a partir do acesso à regularização. Contudo, aqueles que não tiveram acesso aos ritos protocolares determinados pela alta política estão destinados a acessar serviços públicos de forma precarizada e se tornam invisibilizados perante as esferas administrativas. Essa condição que os migrantes internacionais enfrentam pode ser verificada, praticamente, em todo o território nacional. Entretanto, nas fronteiras, ganha contornos muito mais complexos, pois estão envolvidas outras questões relacionadas à política e aos meios de controle migratório.

A trajetória do migrante passa por complexas tramas e conflitos, especialmente na cidade que o recebe. Antes de nascer para a imigração e ser estigmatizado como estrangeiro, fora de seu país ou um imigrante trabalhador, ou, mais recente, como imigrante estudante, há uma cultura presente, um idioma, costumes e tradições desse ator que vive na fronteira.

Nesse contexto, sobre a imigração, Sayad (1998) considera:

É, por fim, a sociedade de imigração que, embora tenha definido para o trabalhador imigrante um estatuto que o instala na provisoriedade enquanto estrangeiro (de direito), mesmo se não o é sempre, ou, se o é pouco, de fato) e que, assim, nega-lhe todo direito a uma presença reconhecida como permanente, ou seja, que exista de outra forma que não na modalidade do provisório contínuo e de outra forma que não na modalidade de uma presença apenas tolerada (por mais antiga que seja essa tolerância), consente em tratá-lo, ao menos enquanto encontra nisso algum interesse, como se esse provisório pudesse ser definitivo ou pudesse se prolongar de maneira indeterminada. (Sayad, 1998, p. 46).

Sayad (1998) aborda a categoria de provisoriedade do migrante e entende-se que é a perspectiva deste estudo para a realidade fronteiriça abordada. Se, por um lado, é verdade que a razão essencial da emigração reside na busca de trabalho e que é também o trabalho que pode, sozinho, justificar a presença do imigrante; por outro lado, este se encontra, sob todos os pontos de vista e em todos os setores de sua existência, numa situação excepcionalmente diferente daquela do trabalhador nativo (ou nacional) (Sayad, 1998, p.73).

Concorda-se com Sayad (1998) quando se analisa a situação dos bolivianos, pois o imigrante vem servir como força de trabalho e passa a constituir um “problema” para o país que dele se utiliza. Esse pensamento, que segue a lógica europeia, vê o imigrante como um problema social. Consta-se essa questão mediante o trato de agentes policiais autorizados no atendimento ao imigrante. Torna-se importante entender como se dão os processos que mantêm as distinções entre “nós” e os “outros” na fronteira Brasil-Bolívia.

Quando se observa lado de cá da fronteira, ou seja, os brasileiros, percebe-se o poder da denominação sobre os outros – os bolivianos do lado de lá – e a criação de discursos preconceituosos que caracterizam uma relação superioridade-inferioridade apontada por Costa (2015). Paralela à reprodução de discursos que distanciam, existem práticas de intensa interação entre fronteiriços, que será visto no capítulo 3, em seção específica. Há a construção de um espaço singular de hibridismo cultural: o compartilhamento da culinária, como a típica *saltenã*, *chicha*, *majadito*, *sopa de maní*, entre outras comidas tradicionais da Bolívia, e o sarrabulho corumbaense que atravessa a construção simbólica do lugar.

A vida na fronteira se constrói, analisando a geografia do lugar, no sentir, no falar e no festejar. O tempo e o espaço na fronteira se desenrolam nas misturas: mistura-se o cheiro, o gosto, o sabor. Toda essa mistura pode até mesmo mascarar as diferenças, mas não por muito tempo: “A fronteira, sob qualquer modo ou olhar, jamais será um lugar banal. Senão, o contrário. É, sobre muito, um lugar complexo; de mensuração difícil; e, comparação pouco concreta por vezes invisíveis” (Oliveira, 2022, p. 19).

Os imigrantes têm reivindicado melhores condições de vida e o reconhecimento de seus direitos. Eles têm lutado pelo direito a uma existência plena, superando os direitos parciais de trabalhadores imigrantes. A Nova Lei de Imigração, 13.445/2017, garante ao imigrante internacional uma série de direitos trabalhistas e civis. Cabe à sociedade corumbaense introjetar tais mudanças e abandonar as práticas hierarquizantes e preconceituosas.

No processo de se (re)territorializar, os imigrantes que resolveram permanecer em Corumbá e reconstruir a vida encontram vários desafios para se estabelecerem e criar laços afetivos na cidade. No estado de Mato Grosso do Sul, mais especificamente em Corumbá, e especialmente para os imigrantes bolivianos, a negação dos direitos mais básicos, como o acesso à saúde, é evidenciada nas falas dos entrevistados. A dificuldade em formalizar o CRNM, a integração local, o domínio do idioma para os recém-chegados, diferenças culturais, preconceito, ausência de trabalho formal, de acesso à assistência e de proteção social são aspectos que retiram a dignidade da pessoa humana, fatos que caracterizam a desumanização.

Existem demandas urgentes que o estado tem a obrigação de resolver por meio de políticas públicas que os integrem, reconhecendo a dignidade humana. Cabe a reflexão para estudos futuros sobre o que é um imigrante face ao estado, retomando os estudos de Sayad. Em condição fronteiriça, cabe perguntar como o estado se constitui frente à migração, como ele produz práticas ligadas à imigração e ao atendimento desse imigrante e de que forma esse tratamento fala sobre outras periferias, outros marginalizados e outros excluídos.

Por fim, analisa-se que, nas territorialidades dos migrantes fronteiriços, pendulares ou sazonais, as mobilidades são uma marca e uma característica dessa fronteira. A liminaridade da categoria traz à luz problemas antigos sobre o conceito de imigrante na visão do Estado e a situação particular de cada sujeito. Chiaretti (2017) aborda:

O migrante desenvolve as atividades cotidianas que transcendem limites territoriais, mantendo residência habitual em um país enquanto trabalha, estuda ou exerce atos da vida civil em território brasileiro. Esta realidade, presente em extensas áreas de fronteira do Brasil com seus vizinhos sul-americanos, demanda tratamento jurídico específico que reconheça a fluidez das relações transfronteiriças (Chiaretti, 2017, p. 113).

Na lógica do autor, a faixa de fronteira permite que ele faça o ir e vir (eu sou fronteiriço e estou circulando no espaço que a lei me permite). No entanto, notou-se a visão do Estado, da alta política, que implica na baixa política. Quanto aos bolivianos pendulares, fica evidente a enorme importância da humanização do imigrante como requisito essencial de respeito a sua trajetória e permanência.

No próximo capítulo, aprofunda-se na lógica da fronteira como realidade relacional e paradoxal. Os bolivianos são odiados e amados a partir da existência da dupla face da presença boliviana.

3 TRAJETÓRIAS E PRÁTICAS COMERCIAIS NAS FEIRAS LIVRES E NAS LOJINHAS DE CORUMBÁ-MS

Aqui temos que ser favorável ao sistema fronteiriço, porque vivemos disso. Os bolivianos vêm aqui gastam aqui. O mercado é livre. (Pedrinho, 56 anos, nascido em Puerto Quijarro)

Os dados apresentados nesta seção são quase todos dados de campo, tendo como protagonistas os feirantes, ambulantes e lojistas. Essas categorias vão surgindo e serão discutidas durante o texto. É provável que muitos dados apresentados estão passíveis de crítica e reavaliações. No entanto, cada um deles foi construído e reconstruído num contexto permanente com os entrevistados, tendo suas vozes, assim também os seus silêncios, valorizados.

O objetivo deste capítulo é relatar o cotidiano dos feirantes e de lojistas nas práticas comerciais. As trajetórias, os desafios e as dores serão revelados no decorrer do estudo. Ao se analisar a dinâmica das mobilidades com os perfis de pendulares, as trajetórias sociais e narrativas, é possível concluir dois fatos: a maioria das bancas de feirantes e lojistas são compostas por trabalhadores pertencentes a uma rede familiar que se apoia em rede de solidariedade. No trajeto da migração, “um vai puxando o outro” e assim as redes se consolidam no espaço fronteiriço.

Outro ponto é a questão da dimensão do conflito envolvendo as autoridades policiais, especialmente a Receita Federal, que apreende cotidianamente as mercadorias sem comprovação fiscal provenientes da Bolívia. Além disso, serão relatadas a questão do sofrimento de imigrantes e a situação de precariedade da mobilidade internacional. Segue-se a análise com relatos de preconceito vivido na fronteira e situações da ausência de direitos trabalhistas pela falta de documentação e informação. Ver-se-á, de forma breve, a construção da metodologia que gerou o capítulo.

3.1 *¿Qué quieres que te diga?*

Quando se iniciou o trabalho de campo, foi uma descoberta tanto para a pesquisadora quanto para os entrevistados. Para a doutoranda, uma descoberta e um desafio: fazer com que eles a vissem como pesquisadora em Geografia e não como “*la fiscalización*”, situação comum

na lógica do trabalho informal de imigrantes feirantes que trabalham cotidianamente nas feiras livres em espaços/bairros diferentes da cidade.

Alguns viam como agentes da vigilância sanitária ou da Receita Federal. Normalmente, transitava-se por entre esses dois cargos, pois alguns nos reportavam como “*la fiscalización sanitaria*” e outros falavam entre eles que a pesquisadora estaria em uma missão secreta e que até a viu trabalhando no Posto da Receita Federal meses atrás.

Chegava-se bem cedo para realizar as entrevistas. Conforme Delgado, (2010), deve-se evitar locais que possam ser interrompidos ou barulhentos. É importante que haja uma entrevista bem-sucedida e, em uma situação de feira de rua, realmente existe muito barulho.

Em um momento importante das entrevistas, um senhor interrogou com a seguinte questão: *¿qué quieres que te diga?* Essa frase trouxe algumas interpretações. A primeira é que os pesquisadores finalmente conseguiram a confiança dos entrevistados, mostrando-se abertos para tratar sobre os assuntos da pesquisa com sentimento de confiança, sendo dignos para contar a própria história. A segunda interpretação é que eles poderiam relatar somente aquilo que se poderia saber, ou seja, poderia ser uma frase com abreviação de: *¿Cómo quieres que te diga?*, escondendo algumas questões por motivos de entender se tratar de uma fiscalização.

Nesse ponto da pesquisa, a pesquisadora ainda era uma estranha, por mais que fosse nativa, havia desconfiança por toda situação de traumas que eles vivem cotidianamente devido às apreensões que ocorrem. Certamente houve muitas dificuldades e desafios para conseguir a confiança deles. Então, começou-se a frequentar as feiras de rua quase todos os dias, no calor escaldante de sempre, apresentando como pesquisadora, conversando com eles sobre outras questões, fazendo-se presente em muitos momentos do trabalho de feirantes, até ajudando na construção das barracas, levantando uma armação da estrutura ou pegando um caixote de verduras no carro. Nesse momento, controlava-se ao máximo a reclamação do cansaço físico, isso porque a pesquisadora pratica atividade física e só ajudava no espaço da feira, agora imagina trabalhar de sol a sol todos os dias a partir das 3 da manhã?

Essas aproximações foram importantes para compreender o universo dos feirantes de rua e a situação de precariedade do trabalho informal. Não só isso, mas ajudou a descortinar muitas questões de preconceito pronunciadas pelos “nacionais” que estavam enraizadas e não se sabia. Nesse contexto, os horizontes foram se abrindo e passou-se a conhecer as várias trajetórias sociais, a se identificar com algumas delas e a conhecer a realidade de quem trabalha como feirante.

Milton Santos (2007) relata que a natureza do espaço cotidiano tem a força local de funcionar de acordo com as diversas relações e eventos diversos. A divisão do trabalho propõe ordens precisas de ações condicionadas de trabalhadores, firmas e instituições. Ao passo que, para os trabalhadores feirantes, a ordem é a sobrevivência, ou seja, conseguir trabalhar para dar o básico aos filhos. Dessa forma, o trabalho é instável e adaptável mediante situações de apreensões de mercadorias ilegais, sem documentação legal, que gera o crime de descaminho ou contrabando. Assim, a força do território fronteiriço gerencia a divisão do trabalho.

No lugar do cotidiano, compartilhado entre as mais diversas pessoas, nacionais e estrangeiras, firmas e instituições, existe a cooperação e o conflito. É a característica da base da vida em comum, por isso o receio dos feirantes com a fiscalização.

A solidariedade do lugar banal, de todos os fronteiriços, cria e recria o espaço, sendo ele movimento: “A forma atual supõe informação para o seu uso e ela própria constitui informação, graças à intencionalidade de sua produção” (Santos, 2001, p. 203). Desse modo, entendem-se as ambivalências e complexidade que existe em uma feira de rua. A solidariedade se cria e se recria ali mesmo, por meio da ordem da sobrevivência, enquanto a ordem imposta pela fiscalização é condicionada ao “vigiar e punir”, visto em Foucault (1987), e comandada de fora do meio geográfico e do meio social em que incide.

3.1.2 “Um vai puxando o outro”: redes de solidariedade e confiança

A partir das incursões pela feira, o primeiro contato que tivemos foi com o senhor Pedrinho, feirante, 56 anos, boliviano. Um senhor bem comunicativo, cujo relato dele durou cerca de 50 minutos, em 11 de novembro de 2023. Todas as entrevistas desta seção foram realizadas nas feiras livres de quarta-feira, de sexta-feira e de domingo, em Corumbá-MS, Brasil, no segundo primeiro semestre de 2023.

Estava quente, o termômetro marcava 39 graus em plena manhã e não ventava. A pele queimou neste dia, mas foi por uma boa causa. Percorreu-se a feira de quarta, que está localizada no bairro Dom Bosco, com a presença de imigrantes pendulares bolivianos, conforme visto no capítulo anterior. Assim, muitos bolivianos frequentam o bairro Dom Bosco, seja para trabalhar nas feiras livres ou para deixar os seus filhos nas escolas.

A conversa tida com Pedrinho foi de grande aprendizado. Ele contou a sua trajetória de vida junto com os seus pais, que vieram de Cochabamba, e que herdou a profissão de feirante

do pai. Assim, pode-se compreender as mobilidades a partir de uma rede de parentesco existente nas dinâmicas fronteiriças de imigrantes pendulares internacionais.

Pensar nos vínculos de parentescos entre os feirantes bolivianos remete à rede de apoio e solidariedade que sustenta esse tipo de comércio e a sua continuidade. No entanto, as mobilidades internacionais não apenas se apresentam no sentido do trabalho, mas em outras relações, como o casamento, a religião, a busca pela saúde, educação, lazer e demais vínculos intensos que as proporcionam. Ademais, o sistema de que “um vai puxando o outro” complexificam as relações e consolidam as redes sociais.

O relato que se segue é resultado de uma série de entrevistas realizadas com o entrevistado cuja contribuição fez entender um pouco sobre a sua trajetória de vida. É importante esclarecer que a entrevista com Pedrinho será discutida em todos os momentos desta seção, articulado com os assuntos que serão revelados no capítulo, e não somente neste parágrafo, estando o seu relato destrinchado do começo ao fim desta seção.

Pedrinho é boliviano, feirante, fala português fluentemente, sendo todas as falas transcritas em português. Esse informante ajudou a entender as configurações das mobilidades no cotidiano fronteiriço:

A história de vida do meu pai é igual a um filme. Meu pai veio de La Paz, veio com 12 anos pra cá, sozinho, ele fugiu de casa porque ele sofria maus-tratos do tio dele, batia muito nele. Ele embarcou no trem sozinho, escondeu nas ferragens e veio sem saber onde ia parar. Aí chegou, cresceu aqui e construiu família e ficou em pensão aqui na década de 60 e trabalhou na feira do boliviano, ficou na pensão paulista. Meu pai trabalhou na pensão como faz tudo. Ele adoeceu, teve um problema de má circulação nas pernas, o médico disse que ia precisar amputar as duas pernas, mas ele não precisou. Aí a minha mãe começou a viajar pra Santa Cruz para trazer as mercadorias. Eu não tô aqui não é porque não tenho estudo, eu tenho Ensino Médio eu cheguei a fazer um curso para ser bombeiro, mas desisti porque casei e a minha esposa engravidou. Então essa foi uma decisão que eu me arrependi, aí eu vivo aqui, eu acostumei com esse trabalho, mas é difícil. Eu não contribuo com nada, não tenho aposentadoria. Eu tenho esse aqui, mas eu não aconselho a ninguém a fazer isso aqui, isso é pra louco (risos). Hoje eu trabalho sem capital, então eu sempre falo pra esse pessoal vai estudar, vai se formar, por que isso aqui não é pra qualquer um, é sofrido. A minha vizinha de banca é dona Clarisse, conheço ela tem mais de 20 anos, ela já trabalhou na Bras-Bol, aí a Bras-Bol fechou e ela voltou pra atividade feirante. Aqui não tem competitividade, eu já tenho minha clientela, eu vendo as minhas mandiocas, minhas laranjas e ela vende as hortaliças dela, e mesmo se fosse os mesmos, não tem problema, o sol nasceu pra todos. Quando eu preciso ir ao banheiro, ela toma conta pra mim aqui, o mesmo é quando ela precisa também, trabalhamos bem. Minha banana é do pantanal, tem uma empresa chamada Fortaleza que antes trazia de São Paulo, agora não estão trazendo mais, então essa empresa traz verde também, a gente pede me traz 20 caixa de banana madura eles mandam e traz

verde também aí ele joga numa estufa e no outro dia estão maduras. Aí essa empresa agora que faz o caminho do pantanal e abastece aqui. Meu morango é de Santa Cruz, é grande, doce, tenho muitos clientes que vem comprar morango. Melancia de qualidade, couve. Aqui a terra não é boa. A melancia de São Paulo não dá pra comprar, é muito caro. Nem pra mandioca, o solo é ruim e não tem investimento, o veneno é caríssimo. Antigamente aqui ficava cheio de melancia agora acabou. Mas lá em Santa Cruz a agricultura investe, o clima é favorável, as batatas que vem de lá são boas pra fritura, os donos de restaurantes da cidade vêm tudo comprar as batatas aqui. Aqui nos assentamentos bate uma praga aí acabou, eles não investem. Quando bate fiscalização aí os cara prende. Esses tempinho atrás a Iagro prendeu 700 litros de leite dos meus vizinhos, a Iagro prende leite, prende queijo. Vários amigos meus perderam tudo, toda mercadoria. Aí eles falam que a desculpa é a gripe do frango, gripe disso, gripe daquilo, essa é a desculpa. E não são todos, é um elemento ali (agente) que faz essa maldade. Aqui temos que ser favorável ao sistema fronteiroço, porque vivemos disso. Os bolivianos vêm aqui gastam aqui, (não são os fronteiroços) o mercado ganha, o município ganha. Então ambos os lados são favorecidos. Pra mim o sistema fronteiroço precisa funcionar. Eu cativo os clientes, eu coloco banco. Na pandemia eu perdi muitos clientes de idade. A feira fechou, eu fiquei perdido e a minha irmã me deu a ideia de colocar a banca em frente de casa, eu coloquei e deu certo. Depois eu passei a vender nas casas, levava nas casas, era uma canseira, mas foi a saída. Menina, no passado eu era alcoólatra, escravo do álcool, sofri, tudo que eu ganhava eu gastava nos bares. Não sei se você tem religião, mas eu tinha esperança que a minha vida ia mudar através de um homem de Deus, de ouvir uma palavra, eu ia ser salvo, curado do álcool. Senhor, eu tenho um espírito imundo, tira de mim. Eu ouvi uma palavra e fui curado, através de uma palavra. Eu mudei da água pro vinho, o meu trabalho começou a ser próspero e tive uma vida liberta através de Deus. (Pedrinho, 56 anos, nascido em Puerto Quijarro).

Os feirantes e os lojistas estão em permanente relação com as categorias e grupos sociais: poder público, empresários, meios de comunicação e sociedade fronteira. Conhecer esses níveis de relacionamento é condição para entender as práticas comerciais. Quando se entra no campo semântico do poder público, conhecem-se os conflitos imbricados. A maior queixa dos feirantes, atualmente, são as condições de trabalho: não há banheiros químicos no âmbito das feiras, há, ainda, a reclamação da cobrança anual dos tributos municipais, pois a metragem da banca pode chegar a seis metros e o valor é o mesmo para o feirante que utiliza apenas um metro de largura. Há ainda o pedido de criação de um espaço definido, como um mercadão municipal, onde seus produtos pudessem ser armazenados sem haver a necessidade de mover mercadorias todos os dias como acontece hoje. Pelo relato de Pedrinho, conhece-se o cotidiano das feiras de rua. Na Figura 23, segue o mosaico de imagens do cotidiano de um dia ensolarado na feira de domingo:

Figura 23 – Mosaico de imagens da Feira livre de domingo



Fonte: Trabalho de campo (2024).

As feiras livres regulares são realizadas em todos os dias da semana, nos horários de 6h até as 13h. Entretanto, segundo o fiscal de posturas de Corumbá, existe uma feira livre irregular realizada no Bairro Maria Leite, no sábado, das 17h às 21h30min. Nas feiras, são encontrados diversos tipos de produtos, o que prevalecem são as roupas e os produtos de hortifrutis.

No relato de Pedrinho, entende-se que é fundamental nas feiras de rua a reciprocidade entre vizinhos de banca. Existe a ajuda mútua entre feirantes, pois, quando um feirante precisa ir ao banheiro, o seu vizinho fica cuidando da banca para ele.

Pedrinho tem a sua vizinha de feira, dona Clarisse. Trabalham lado a lado há mais de 20 anos na feira de rua. Ele relata:

Aqui não tem competitividade, eu já tenho minha clientela, eu vendo as minhas mandiocas, minhas laranjas e ela vende as hortaliças dela, e mesmo se fosse os mesmos, não tem problema, o sol nasceu pra todos. Quando eu preciso ir ao banheiro, ela toma conta pra mim aqui, o mesmo é quando ela precisa também, trabalhamos bem. (Pedrinho, 56 anos, nascido em Puerto Quijarro).

Assim também acontece quando a sua vizinha precisa sair. Há a constituição de redes de apoio com a seguinte fala: “Quando eu preciso sair, eu peço para ele ficar na banca, aí eu consigo fazer as coisas ou pegar meu filho na escola.”.

Segue o quadro 11 com algumas falas de feirantes sobre os vínculos de parentesco e redes de apoio que se complexificam nos espaços das feiras de rua:

Quadro 11- Relação de algumas falas selecionadas que foram realizadas nas feiras de rua com os imigrantes pendulares em 2023

“Cuando no tengo troco, peço para meu vecino, nos ayudamos siempre”. (Clarisse, 55 anos, feirante pendular, nascida em La Paz. Entrevista realizada em 23 de agosto de 2023 na feira livre de quarta).

“Estoy no lugar de mamita, ela foi uma das primeiras feirantes. Mamita ficou doente por trabalhar na feira, um sol, um cansaço adoeceu ela. yo vine para ajudar a ela que já estava acá e vine quando ela ficou doente, vine por ela”. (Joana, feirante pendular, 55 anos, nascida em La Paz. Entrevista realizada em 25 de agosto de 2023 na feira livre de sexta).

“Meu pai era feirante. Trabalhou na primeira feira do boliviano na época da construção da ferrovia. Meu pai veio pra trabalhar, casou aqui e teve família”. (Vilma, 57 anos, nascida em San José de Velasco. Entrevista realizada em 27 de agosto de 2023 na feira livre de domingo).

“A dificuldade é o dinheiro. Eu cheguei direto pra trabalhar na feira, sabia que tinha porque meus tios já moravam aqui” (Mário, 62 anos, nascido em Cochabamba).

“Sou feirante desde os 12 anos, vim de Chiquitos, comecei a trabalhar com minha mãe, ela mora em Puerto Suárez eu fico mais lá ajudando a ela”. (Ivan, 45 anos, nascido em Chiquitos).

“A minha mãe teve problemas de saúde por trabalhar na feira, teve trombose, viemos porque não tinha trabalho lá. Eu fiquei no lugar dela na feira.” (Joaquina, 56 anos, nascida em La Paz).

Fonte: Falas coletadas nas feiras de rua, com os imigrantes pendulares (2023).

A rede se faz e se refaz pelo trabalho, como é o caso de parentes de bolivianos que migram muitos anos depois de seus familiares para trabalhar juntamente com eles nos negócios e no comércio. Trata-se de um sistema de trabalho que funciona bem, apesar das dificuldades. O comércio de boliviano é complexo e multifacetado devido ao sistema fronteiriço existente no território. Segue o mosaico de imagens dos principais produtos comercializados nas feiras.

Figura 24 – Mosaico de imagens dos principais produtos comercializados na feira livre



Fonte: Trabalho de campo (2024).

Existe preferência culinária de alguns alimentos provenientes da Bolívia que somente são encontrados em terras bolivianas, como o tipo do alho, feijão, especiarias, batatas e morangos, vistos na figura 24. Assim, dona Ana relata:

Hoje em dia eu compro mais aqui em Brasil mesmo, ganho pouco, pero é mais garantido, não hay mais federal que fica no pé da gente, minha mercadoria eu garanto que 95% é de procedência brasileira e 5% é de Bolívia. Esse alho é de Bolívia, o morango, essa mostarda... é coisa pouca. Tem uma senhora que traz e abastece a gente aqui, uma sacola de alho, outra morango, eles gostam do produto boliviano, tenho fregueses que só compram alho e morango comigo porque gosta. (Ana, 43, nascida em Potosi. Entrevista realizada em 25/05/2024).

A escolha de onde comprar na fronteira não se limita apenas pela “lei do menor preço”, prevalecendo a questão financeira, especialmente para a população de baixa renda. Entretanto, existem preferências culinárias que não obedecem a critérios econômicos. Por exemplo, existem tipo de *papas* que são próprias para fritura, sendo procuradas por diversos empresários e donos de restaurantes; o morango de Santa Cruz é considerado doce e grande, sendo aceito pelos fronteiriços; o tipo do alho também tem a sua preferência; a cebola roxa ou um tipo específico de macarrão, que são de marcas bolivianas. Portanto, identifica-se um movimento pendular de melhor preço pelos entrevistados, sendo fundamental permanecer com certos produtos oriundos da Bolívia pela questão da preferência.

Para Lamoso (2016), as “práticas de fronteirização” é o lugar de dimensão simbólica e cultural que transcende a leitura econômica. Dialoga-se com a autora, a fim de compreender a fronteira em suas práticas do cotidiano, sendo necessária para visualizar o território na integração e complementaridade das relações que são traçadas pelos fronteiriços, bolivianos e brasileiros.

Quando se visitou a feira de quarta pela primeira vez, conheceu-se o presidente da Associação de Feirantes, que apresentou o projeto sobre uma feira cultural que acontecerá na cidade de Ladário-MS e ainda haverá uma reunião para definir a realização do evento. A proposta de feira cultural é divulgar a feira livre, juntamente com a integração dos povos, com a apresentação dos artesanatos, culinária típica boliviana e com a construção de um palco para *bailar* juntamente com os *hermanos*.

Segue o Quadro 12 com as falas do presidente de Associação de Feirantes:

Quadro 12- Relação de algumas falas do presidente de Associação de Feirantes nas feiras de rua

“Tem que haver integração, um feijão diferenciado, um feijão branco ou um tempero diferente, isso é cultura”.

- Ele me relatou sobre a existência da rede social de *WhatsApp*, como um grupo organizado tanto virtualmente quanto presencialmente, tendo como membros todos os feirantes, com o objetivo de passar informações e tomadas de decisões envolvendo o comércio da atividade feirante.

“Existe esse grupo para informação, assim, quando tem uma “batida” (apreensão) já vamos passando no grupo” (Entrevista realizada com o presidente da Associação de Feirantes em 23/08/2023).

Fonte: Falas coletadas nas feiras de rua com o presidente de Associação de Feirantes (2023).

Nessa época, estava acontecendo a Operação Fronteira, organizada por militares, com parceria da Receita Federal e Polícia Federal. Os bolivianos reclamaram sobre o excesso de fiscalização e apreensões. Em uma outra entrevista, foi dito que está tendo apreensões direto e que “eles não estão deixando passar nada”. (Delcídio, feirante, nascido em Potosi. Entrevista realizada em 23 de agosto de 2023).

Seguem os quadros 13 e 14 com as falas de migrantes relatando as dificuldades do trabalhador feirante.

Quadros 13 e 14 - Relação de algumas falas com dificuldades encontradas no trabalho de feirante em Corumbá-MS

“Estamos na fronteira por conta do livre comércio. A fiscalização já pegou três vezes, levaram tudo, ficou só pau e lona. Prejuízo! Mas o que podemos fazer, né? Tive um dinheiro guardado pra poder recuperar (se superar) é difícil, ainda com criança, o que vamos comer?”.

Quando se perguntou: **você recomenda a profissão de feirante para os seus filhos?**

“Não, eu sempre digo a eles, não parem de estudar, pra sair um profissional, arrume um trabalho seguro”. (Miguel, 45 anos, nascido em Potosi, feirante há 20 anos. Entrevista realizada em 11 de setembro de 2023.)

“Quando perguntamos sobre a procedência da mercadoria que o Pedrinho vende em sua banca, ele me respondeu: meu morango é de Santa Cruz, é grande, doce, tenho muitos clientes que vem comprar morango, melancia e couve de qualidade. Aqui a terra não é boa. Nem pra mandioca, o solo é ruim e não tem investimento, o veneno é caríssimo. A IAGRO vem aqui e prende leite e queijo. Vários amigos meus perderam tudo, toda mercadoria. E não são todos, é um elemento ali (agente) que faz essa maldade” (Pedrinho, entrevista realizada em 11/11/2023).

Fonte: Falas sobre as dificuldades encontradas no trabalho de feirante em Corumbá-MS (2023).

Sobre o depoimento do Pedrinho em relação ao uso de agrotóxico e a presença estatal no combate à entrada de alimentos da Bolívia, existem conflitos e resistência na territorialidade para continuidade da produção de hortaliças do lado boliviano. Conforme a entrevista do agente estatal, observam-se os conflitos cotidianos em relação ao uso de agrotóxicos proibidos no Brasil e produtos contrabandeados:

O que mais se encontra hoje nos comércios bolivianos são produtos descaminhados ou contrabandeados. Dentre os produtos contrabandeados, temos os alimentos, cuja procedência NINGUÉM pode atestar, pois se desconhecem os meios de produção, coleta, armazenamento e transporte. Não é como se estivéssemos importando regularmente e houvesse um órgão zelando pela procedência – como no caso dos produtos industrializados –, pelo contrário, não tem como garantir que a produção fora feita sem agrotóxicos, que o acondicionamento foi realizado seguindo padrões para evitar sua contaminação, e que o transporte seguiu normas mínimas de higiene. Além desses, temos os produtos contrafeitos, cujo dano à propriedade intelectual e industrial possibilitam que itens se passem por originais e coloquem em risco a segurança dos consumidores. (agente público da Receita Federal, aplicação de questionário realizado em 07/09/2023).

Contrariamente ao que foi dito pelo agente público, atualmente, os bolivianos compram produtos brasileiros e os principais atacadistas de Corumbá são os que abastecem as feiras bolivianas, com as hortaliças e os legumes, por exemplo. Conforme Santo, Costa e Beneditte (2018), esta pesquisa vem demonstrar que eles compram de vários locais, inclusive de assentamentos de Corumbá. Costa (2017) Salienta:

Tanto os feirantes bolivianos compram dos agricultores brasileiros como estes compram dos feirantes bolivianos e vice-versa, dependendo da disponibilidade de produtos e dos preços. Assim como chegam produtos dos agricultores bolivianos ao Brasil, também os produtos brasileiros chegam à Bolívia. No entanto, como o mercado brasileiro é maior que o boliviano, isto poderia aumentar a vantagem para os agricultores bolivianos, mas isso só seria

valido se todo o mercado fosse atendido por produtos locais (Costa, 2017, p. 25).

Outra constatação, conforme Costa (2017), é que hoje em dia as hortaliças que vem da Bolívia são mais confiáveis das que as produzidas em Corumbá em relação ao uso de agrotóxicos em grande escala. Consoante Feiden e Costa (2027):

As dinâmicas feitas junto com agricultores bolivianos mostram que eles são mais organizados, mais especializados, e em sua quase totalidade vendem seus produtos a atravessadores que vem buscar o produto na propriedade. Produzem basicamente alface, cebolinha, couve, salsa e tomate, produtos mais valorizados, e com exceção do tomate, mais fáceis e rápidos de serem produzidos. De maneira geral se aproximam muito mais da lógica empresarial que os agricultores brasileiros (Feiden; Costa, 2017, p.23).

Os estudos de Costa (2014) sobre os assentamentos rurais em Corumbá, especialmente o assentamento 72, objeto de estudo do autor, complexificam as relações do arranjo fronteiriço na produção e demanda. Os assentamentos, em sua história e trajetória, não suprem a demanda fronteiriça para o abastecimento das feiras e supermercados da cidade, pois a carência de água, a má qualidade das estradas e ausência de assistência técnica eram os principais problemas do assentamento (Costa, 2014).

Atualmente existem parcerias com a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e são adotadas estratégias de desenvolvimento territorial rural no assentamento 72, bem como o incentivo à produção, com estudos sobre o aumento da qualidade do solo, recursos tecnológicos e financeiros, para que eles terrorizassem os espaços de feira, assim como os bolivianos.

No quadro 15, percebem-se alguns relatos sobre as práticas feirantes no cotidiano dos entrevistados:

Quadro 15 – Relatos sobre as práticas feirantes

[...] “Tem a morangueira que abastece a feira, ela abastece toda feira, hoje em dia, ela chega cedo traz as caixas de morangos e volta pra Bolívia. Ela compra os morangos em Santa Cruz de la Sierra”. (Entrevista realizada com Suzi, imigrante pendular, nascida em Potosi em 08/05/2025).

[...] yo pego de Puerto Quijarro *miesmo* das maiores. yo negocio o preço com eles, quando a gente compra de Bolívia em Abastado (feira tradicional em Santa Cruz de la Sierra) é mais barato, claro, *pero como no estoy viajando, estoy* com artrose, então yo pego dos maioristas e compro nos atacados daqui *miesmo, cuando* o preço está *bueno*. (Entrevista realizada com Ramon, imigrante pendular, nascida em Potosi em 08/05/2025).

[..] Eu viajo toda semana pra Santa Cruz, vou na feira do abastado onde é uma feira grande só de verduras, frutas, todos meus *vecinos* de feira compra lá. (Entrevista realizada com Ana, imigrante pendular, nascida em Cochabamba em 08/05/2025).

[...] uma reclamação que eles nos ajudam a passar sem nenhum problema uma caixa de tomate, uma caixa de cebola é pouco, só pra abastecer as barracas. Eles ficam bravos com aqueles caminhões, não sei como que atravessa, mas passa, são os maioristas que abastecem os mercados de Corumbá e Ladário, não são feirantes, eles vendem por atacado. Esses que eles tinham que fiscalizar e não a agente que é vende só nas feiras, temos que trabalhar pra viver. Se você puder ajudar nós na sua pesquisa e pedir pra fiscalização deixar a gente passar. (Entrevista realizada com Dariuza, imigrante pendular, nascida em Oruro em 08/05/2025).

Fonte: Trechos retirados das entrevistas (2024).

Nos relatos, conhecem-se os chamados maioristas que abastecem as feiras todos os dias. São caminhoneiros bolivianos que comprem nas feiras de Santa Cruz de la Sierra e revendem para os comerciantes. Para os revendedores, existe a “lei do menor preço”, eles negociam com os maioristas ou buscam por melhores preços nos atacados de Corumbá ou realizam as viagens para Santa Cruz de la Sierra e comprem no mercado chamado Abastato, uma grande feira que possui variedades de hortifrutis.

Verifica-se, no último relato do quadro 14, os conflitos envolvendo os informantes e os agentes de fiscalização. Existe uma pressão dos feirantes com o poder de barganha sobre o poder público. Cotidianamente, os fiscais de posturas da prefeitura fiscalizam as feiras de rua.

Eles intensificam quando verificam irregularidades no pagamento da taxa do feirante, assim, quem está irregular recebe a multa. Já os agentes da Receita Federal prendem as mercadorias que não possuem nota fiscal.

Durante a entrevista com o Pedrinho surgiu, de repente, no local, um homem chamado Ronaldo. Percebeu-se que o seu tom de voz estava um pouco alterado, a ansiedade era nítida em seus olhos e gestos. Nesse instante, a entrevista com o Pedrinho foi parada e deixamos o senhor Ronaldo falar:

Moça, yo no tengo carro, vengo com frete todos los días. Tá difícil, não deixa passar nada, la policía fica em cima, a gente no é maiorista, a gente é pequeño, vende só aqui na feira. Os maioristas que la policia tiene que ficar em cima e não os pequeño. A feira sem os bolivianos no é feira, o pessoal do assentamento são poucos e não abastece a cidade. (Ronaldo, imigrante pendular feirante, nascido em La Paz. Entrevista realizada em 11 de novembro de 2023).

O depoimento do senhor Ronaldo possui algumas informações importantes. Primeiramente, ele desejava desabafar, foi dada a oportunidade e parecia que tinha tirado “um peso de suas costas”. Sobre o comentário de que “o pessoal do assentamento é pouco”, de fato, as feiras de rua hoje em dia são territorialidades de imigrantes bolivianos.

As territorialidades que Ronaldo gostaria de construir estão ligadas aos espaços funcionais onde existem a integração e interação entre as ações e os objetos, ressaltadas por Santos (1994). A funcionalidade do espaço da feira possui a eficiência e eficácia com a valorização do trabalho pelas técnicas e pelas redes estabelecidas nas transitoriedades. Há, sobretudo, a gerência do território fronteiriço a partir do trabalho de bolivianos que constroem as territorialidades e que por isso devem ser respeitadas, manifestando o domínio e o poder.

Segue o relato de dona Euzira, nascida em Cochabamba, há 40 anos é feirante em Corumbá:

Es difícil hacer algo, la Hacienda Federal nos tiene encima. Nos dejaron aquí, en la calle, nos rodearon con sus coches para que no pudiéramos salir. Se llevaron la mercancía, la tiraron al suelo y la pasaron por encima. Ahora díganme, ¿por qué hacen eso? Mucha gente pasa hambre, incluso en Taquaral. Se llevan y tiran la pasta, eso es grave. Ahora, ya saben que traemos nuestra mercancía directamente de Bolivia; aquí nadie dice nada, aquí todo está tranquilo, ¿por qué no podemos llevarnos un tomate? Les gusta la mercancía. Vimos que cambiaron a los agentes de la Hacienda Federal, junto con la policía; son nuevos y no conocen la frontera, no nuevos, el jefe es de Campo Grande. Ahora es difícil, nos van a controlar. Llevo 40 años trabajando en la feria, nací en Cochabamba, mi madre ya vivía aquí, cuando

ella vivía trabajaba, falleció y yo la sustituí. Estoy en el lugar de Mamita; Ela fue una de las primeras feirantes en llegar a Brasil para trabajar en las feiras livres. Mamita enfermó trabajando en el feira; el sol, la lluvia, el cansancio... todo le pasó, a má alimentación. Es difícil aquí; este trabajo no es para cualquiera. Tenemos que afrontar todo esto. Me despierto a la una de la madrugada para estar en el feira a las tres de la madrugada. Antes de atravesar la frontera, oro, faços minhas orações, llego, preparo todo y lo desmonto al final, y mañana es otro día de trabajo. Antes, hablaron del presidente de la asociación de feirantes—ya fallecido—, y dijo que las personas antiguas de feira livre poderia aposentar. Pago a prefeitura a mais de 40 anos y hasta ahora nada. Ahora dejo parar de pagar para poder pagar mi permanência. Quiero mi permanência para pagar o INSS y poder aposentar. Tengo 62 años y quiero conseguir esto para poder viajar a São Paulo. Tengo CPF y SUS. He sufrido discriminación varias veces y he sido agredido; ellos piden y yo doy; estos mendigos, tengo miedo y doy. (Euzira, 62 anos, nascida em Cochabamba. Entrevista realizada em 02/05/2023).

Percebe-se, nesse relato, que existe o território do medo, de ser pego pela fiscalização, ligado, nesse caso, pelas relações simbólicas e afetivas. Nesse ponto, não é possível dialogar com o referencial teórico, pois Milton Santos (1994) não se debruçou nas questões do simbólico, não era este o seu objetivo. Sendo assim, o autor priorizou a análise da materialidade do espaço geográfico pelo trabalho humano e pela técnica, sendo ligados ao fenômeno histórico e social e as dimensões políticas e econômicas, entendendo o espaço como um campo de forças e um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Dessa forma, nem todas as teorias pensadas no estudo são encaixadas com teorias pensadas fora da fronteira.

No entanto, entende-se que existe um método para compreender o território do medo envolvendo a fala da informante. A construção da territorialidade exerce o caráter simbólico e, nessa visão, o método de análise reflete as relações sociais travadas em um campo de forças entre bolivianos, população corumbaense, Prefeitura, empresas e instituições. A funcionalidade da feira de rua é derivada da forma de como é usada e o significado dado pelas relações sociais e processos que ali se desenrolam.

O que se observa é que existem formas de organização que obedecem a critérios de parentesco, gênero e redes de apoio nas feiras de rua. Além disso, percebe-se que prevalece a negociação nessas relações face a face, ao invés do uso da violência, sobretudo nos conflitos envolvendo apreensões de mercadorias de imigrantes bolivianos. Eles não reagem com violência e permanecem passivos, colaborando com a atividade policial no momento da apreensão.

Entretanto, existem redes de contato que informam sobre as grandes operações, dia e hora, para que se organizem no momento exato da abordagem. As redes são organizadas pela

formação do território do cotidiano a partir das relações sociais e vínculos afetivos de parentesco.

Há também muita desinformação que não são sanadas pelo colegiado de Associação de Feirantes, como o direito à aposentadoria sem realizar as contribuições para o INSS. O pagamento da taxa de permanência na feira pela prefeitura garante apenas a comprovação do trabalho, mas impede o direito da aposentadoria, pois possui exigência de contribuição. A fala de dona Euzira mostra essa desinformação em relação aos direitos para aposentadoria. A busca pela regularização de migrante na cidade, como o desejo de conseguir o CRNM permanente, demonstra a angústia da informante que, pela idade e o tempo de serviço, poderia estar próximo de se aposentar.

Volta-se aos relatos de Pedrinho, que assumiu a banca quando o seu pai ficou doente, teve um problema de falta de circulação nas pernas, talvez seria a trombose, pelo fato de ficar horas e horas em pé no trabalho. O seu pai foi um dos primeiros imigrantes que chegaram em Corumbá para trabalhar, na década de 50, período da construção da ferrovia.

Meu pai veio com 12 anos pra cá, ele sofria maus tratos dos meus avós, batia muito nele. Aí chegou aqui e construiu família. Ficou em pensão aqui na década de 60 e trabalhou na feira do boliviano, ficou na pensão paulista. Meu pai trabalhou na pensão com serviços gerais, depois foi para a feira e adoeceu e a minha mãe começou a viajar para Santa Cruz para trazer as mercadorias (Pedrinho, entrevista realizada em 11 de novembro de 2023).

Pedrinho chegou a fazer um curso para ser bombeiro, mas desistiu porque se casou. A relação com a esposa não permitiu que ele continuasse afastado da cidade. “Ela era muito ciumenta, eu me arrependo disso”. Pedrinho teve quatro filhos com ela e não quis passar o aprendizado de feirante para eles. “...eu acostumei com esse trabalho, mas é difícil. Sempre falo para os meninos, vai estudar, vai se formar, por que isso aqui não é pra qualquer um, é sofrido” (Pedrinho, entrevista realizada em 11 de novembro de 2023).

O feirante disse que foi liberto do álcool por conta da fé e da religião. Ele relata:

Menina, no passado eu era alcoólatra, escravo do álcool, sofri muito, tudo que eu ganhava eu gastava nos bares. Não sei se você tem religião, mas eu tinha esperança que a minha vida ia mudar. Menina, vou falar uma coisa pra você, foi através de um homem de Deus, eu ouvi uma palavra e fui salvo, curado do álcool”. **Ele expressou emoção nesse momento, os olhos lacrimejaram e apontou para a bíblia encostada no banco e disse com a voz trêmula:** “o Senhor me trouxe de novo a vida, me tornei nova criatura, eu orei pro senhor e disse, eu tenho um espírito imundo, tira de mim. Eu ouvi uma palavra e fui curado, através de uma palavra eu mudei de vida. O meu trabalho começou a

ser próspero e tive uma vida liberta através de Deus. (Pedrinho, entrevista realizada em 11 de novembro de 2023).

Esse episódio relatado, embora particular, atravessa o pessoal e adentra ao universo do trabalho informal. Para manter a mente lúcida diante do sofrimento e da invisibilidade da própria situação, os bolivianos se apegam à religiosidade e a fé católica com a devoção a Virgens, sendo a Virgem de Copacabana ou a Virgem de Urukupiña, tradicionais da Bolívia.

Outra situação apresentada por Pedrinho foi no período da crise sanitária que o mundo vivenciou com a covid-19 e a presença da solidariedade no vínculo de parentesco: “Na pandemia eu perdi muitos clientes de idade. A feira fechou, eu fiquei perdido e a minha irmã me deu a ideia de colocar a banca em frente de casa, eu coloquei e deu certo. Depois eu passei a vender nas casas, levava nas casas, era uma canseira, mas foi a saída”. (Pedrinho, entrevista realizada em 11 de novembro de 2023).

Por fim, pode-se concluir, nessa parte, que as redes de solidariedade estão consolidadas no sistema fronteiro do comércio informal da atividade de feirante. Para além das relações de parentesco e redes de contato, no trajeto da migração, existe a organização de trabalho com as múltiplas redes sociais e o sistema de confiança e ajuda mútua entre feirantes. Ir ao banheiro ou pegar o filho na escola envolve a mesma confiança por deixar o vizinho responsável para cuidar da banca.

É preciso conhecer alguém que é dono de comércio e que seja próximo à feira para que permita o uso do banheiro. Assim, são situações que são negociadas entre eles para que tudo funcione, bem como a negociação envolvendo a prefeitura e o anseio por melhores condições de trabalho no âmbito das feiras livres.

Ao se analisar a fronteira, constata-se o movimento pendular de bolivianos no território fronteiro. O arranjo de fronteira permite a constância do movimento para busca de um recurso social, seja o trabalho, estudo, saúde ou outras situações.

A qualificação socioespacial detém a alternância do espaço, pois ele se movimenta o tempo todo. A começar pela configuração das feiras de rua, que são cotidianas e transitórias. A feira de domingo, como dito no capítulo 1, é a maior da semana e a mais movimentada. A escolha do evento em um domingo se explica por haver menos movimento de carros nas ruas e pela capacidade de receber muitos fregueses, pois a maioria da população não trabalha aos domingos.

Existe uma feira que é noturna, acontece todos os sábados, na cidade de Ladário, pelo fato de ele ser pequeno. Essa feira se constitui também como lugar de encontro e há relações

sociais na noite de sábado por ser mais agradável em relação à temperatura. As pessoas se juntam para tomar um suco de laranja e comer pastel no tempo mais ameno. A mobilidade é a vida do território fronteiriço; o movimento se sobrepõe ao repouso. Os feirantes transitam, mudam de lugar no cotidiano do espaço, a regra é o movimento. Mas também os produtos, as mercadorias, o dinheiro, e as ideais.

Dessa maneira, migrar certamente é deixar a sua cultura para viver uma outra e criar múltiplas identidades. Sayad (1998, p. 118) indaga “o que o imigrante traz em sua bagagem e o que ele deixa para traz?”.

Verificou-se, nesta seção, que, nas práticas feirantes, existe a lei do “menor preço”, pois os revendedores (bolivianos) compram produtos que estão em promoção nos atacados da cidade e revendem nas feiras, como batatas, tomates, cebolas, laranjas, mandiocas, assim como todo tipo de produto de higiene, que são comercializados nas lojinhas. Mas existem produtos que são oriundos da Bolívia e comercializados nas feiras, conforme Feiden e Costa (2027), como “a cebola roxa, alho, banana da terra, uva, morango, couve-flor, brócolis, melão caipira, abacaxi ‘santa cruz’, em geral vem da Bolívia, onde há maior disponibilidade, mas se o produto for encontrado no mercado brasileiro por preço menor será adquirido aqui”. (Feiden; Costa, 2017, p.23).

No entanto, existem alguns produtos que não obedecem à lei do menor preço, como analisada por Lamoso (2016) em um estudo com a fronteira Brasil-Paraguai, pois possuem preferências pela questão do gosto para os fronteiriços. Desse modo, para compreender a fronteira em suas práticas do cotidiano, é necessária a observação pela ótica do lugar como dimensão simbólica e cultural.

Observou-se, nesta seção, os relatos dos entrevistados que migraram em diferentes épocas da Bolívia para o Brasil e consolidaram a vida na fronteira, tendo o comércio como principal sentido na construção das territorialidades. Durante a leitura desta seção, foi possível compreender as relações comerciais e verificar que existem conflitos entre migrantes e agentes públicos. Nesse território, são engendradas redes de apoio e solidariedade que conectam esses migrantes, constroem territorialidades e criam condições de sobrevivência.

Nessa trama de migrantes feirantes, a partir dos relatos acima, conclui-se, nesta seção, que a feira é um território que conflui territorialidades dos sujeitos fronteiriços. As territorialidades estão sendo entendidas como materiais e ideológicas. Com base em Raffestin (1976 e 1978), entende-se que são as trocas culturais e relacionamentos sociais que acontecem no cotidiano das práticas feirantes e que se fazem presentes no território, sendo elas históricas.

Com o passar do tempo, o migrante vai conhecendo as práticas sociais, os arranjos territoriais, as estratégias e vai se moldando ao território, como também muda seu jeito de ser.

Nesse contexto, o idioma muda, e oportunhol por vezes aparece, pois há o compartilhamento da comunicação entre bolivianos e brasileiros, bem como o sagrado e o profano se comunicam, há o compartilhamento da religião com a devoção das Virgens bolivianas e brasileiras, a fé cristã evangélica, há o compartilhamento de comidas e bebidas, as estratégias para o arranjo das feiras de rua, os relacionamentos familiares, casamentos, amizades e vínculos informais. No entanto, existem as diferenças, sejam elas raciais, de etnias e de signos.

Conforme Raffestin (1993, p. 7-8), há um “processo” do território quando se manifestam todas as espécies de relações de poder. Por uma abordagem territorial, que se traduz por malhas, redes e centralidades, cuja permanência é variável, mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias. Ainda segundo o autor, as territorialidades no contexto fronteiriço estão sendo entendidas no sentido de práticas socioespaciais dos feirantes entre si (relações de poder) e com o meio externo. Instituições (objetos e ações) que dialogam, lutam e resistem (Santos, 1998). As habilidades para construção das territorialidades de feirantes bolivianos são pensadas pelas motivações proporcionadas pelas assimetrias dos territórios fronteiriços, ou seja:

De acordo com Santos (2001, p. 204), “num mundo do movimento, a realidade e a noção de residência (Husserl, Heidegger, Sartre) do homem não se esvaem”. Por mais precária e provisória que seja a situação de imigrante, o fundamento permanente que traz significado é o trabalho. Assim, é pensar espacialmente e na alternância do espaço que se movimenta com o trabalho.

A migração de bolivianos é consolidada pelas redes, com a presença de redes transfronteiriças familiares, conflitos, sentimento de pertencimento e identidade, que estão presentes no trânsito cotidiano entre territórios, ou, em outras palavras, em modalidades de transterritorialidades.

A intensa mobilidade que caracteriza a migração boliviana em Corumbá se apoia no surgimento e fortalecimento de redes de solidariedade como novas estratégias de luta na trajetória da migração que, mediante informações, constituem-se em redes de apoio capazes de proporcionar novas mobilidades.

Ver-se-á, na próxima seção, a questão de gênero envolvendo as relações sociais de feirantes nas práticas comerciais.

3.1.3 Masculinidades nos espaços das feiras de rua

Ela tem macho pra falar que não é da vida. O macho é o provedor, ele fica à espreita dentro do carro, se acontece algum roubo ou furto, aí ele aparece. (Arturo. Entrevista concedida em 26/08/2023).

[...] Elas sabem que a vida é difícil para a boliviana no comércio, só porque é mulher acham que podem falar o que quiserem pra gente (Euzira, 43 anos, nascida em Potosi).

É difícil pra mulher trabalhar como feirante? “Eu acho que pra mulher é mais fácil. (Ana, 46 anos, nascida em Roboré. Entrevista concedida em 10/12/2023).

Quando se observa a situação de gênero nas feiras, conclui-se que existem papéis de trabalho que são próprios das mulheres e outros que são para os homens. Apesar de eles não concordarem com isso, a observação retratou aspectos contraditórios.

É importante evidenciar que a maioria dos entrevistados, comerciantes informais, são mulheres, pois, constata-se, de forma geral, que quem assumi a banca normalmente é a mulher. É a “**mamita**”¹¹ que está à frente, negocia com freguês, acolhe a clientela, enquanto o homem, que é o marido, está “nos bastidores”, sendo o motorista, aquele que abastece a banca.

As mulheres possuem uma vestimenta tradicional da Bolívia, como pode ser observado nas figuras 25 e 26:

¹¹ “Mamita” é uma expressão comum usada de forma carinhosa para cumprimentar ou quando nos dirigirmos às comerciantes bolivianas, sendo o mesmo tratamento usado também por elas, para nos invocar. Exemplo: “hola, mamita, ¿Cómo estás? Ou “o que vai querer hoje, mamita?” (referindo a produtos) ou “esse morango custa 10 reais a caixa, va llevar, mamita?” “mamita, tem alho hoje?”.

Figura 25 - Feirante de banca de roupas



Fonte: Registro de campo (2024).

Figura 26 - Ambulante, vendedora de alho



Fonte: Registro de campo (2024).

Segundo as imagens, as mulheres usam roupas coloridas, saias, chapéus e tranças, normalmente estão com um avental com bolsões na frente, o que facilita as trocas comerciais. Estão sempre à frente da banca e acompanhada de seus filhos pequenos que crescem e aprendem a profissão de feirante. Os bebês são carregados nas costas, com manta colorida no formato “canguru”, e ficam agarrados à mãe.

A maioria das bolivianas entrevistadas não completou o ensino fundamental, no entanto, administram a banca muito bem, realizam negociações, têm facilidade com cálculos, passam troco com facilidade. Percebe-se que, no âmbito de uma feira de rua, o ritmo é acelerado e elas fazem o movimento acontecer.

No cotidiano das feiras, pode-se constatar algumas separações claras no que tange aos papéis do homem e da mulher. Quando perguntado se existe diferença de trabalho entre marido e esposa, elas respondem ríspidamente que “*no, no hay diferencia*”. Logo, constata-se que existe uma negação do fato de reconhecer a diferença de gênero na organização do comércio informal. A esposa se encarrega em administrar a banca, cuida dos filhos enquanto trabalha, passa o troco e acolhe a freguesia. Já o marido tem a função de dirigir, carregar mercadorias pesadas e fazer a proteção da banca.

Esses aspectos foram se revelando no decorrer do campo de pesquisa e foi uma descoberta. Notadamente, foi possível observar o número relevante de mulheres nos espaços das feiras de rua e nas mobilidades de ambulantes, tendo em vista o trabalho informal e a relação com a figura feminina, sendo marcante nessa categoria de trabalho.

As entrevistas com as mulheres feirantes, lojistas e ambulantes revelaram a coragem da mulher boliviana em lidar com os desafios que a vida apresenta. Conheceu-se dona Ana em junho de 2024, que contou a sua trajetória de vida e as dificuldades enfrentadas como mulher migrante:

Ana, 43 anos, sou de Potosi, já tem 23 anos que moro aqui. Eu vim com meu irmão mais velho que veio pra trabalhar, vim criança, tinha 13 anos quando vim pra cá. Minha vida não era boa, mas também não era ruim en Bolívia. Eu fiquei órfã de pai e mãe, aí já tinha um tio que morava aqui e pediu pra meu irmão vir trabalhar com ele. Eu comecei a trabalhar com 15 anos como empregada doméstica, mas o trabalho não era valorizado, era muito maltratada. Depois comecei a trabalhar como ambulante, vendia alho e cigarros. Casei aqui com boliviano também, que veio de Cochabamba. Ele trabalha de taxista em Puerto Quijarro, não me ajuda no comércio em Brasil, ele fica mais lá mesmo, ele precisa ficar de olho nas meninas também, né, nas minhas filhas que estudam lá. Aqui tenho meu comércio, mas não tenho funcionário, porque o movimento está parado, antes tinha, pagava 100 reais a diária. Aqui vendo mais bebidas. Eu começo o trabalho 7:30 porque tenho

uma criança que levo na escola em Bolívia. Eu tenho casa em Bolívia, vou para dormir depois do trabalho. Eu sou um pouco brasileira e um pouco boliviana, gosto do Brasil porque é o povo que me acolheu bem. Mas tem momentos que eu não gosto, quando eles vêm em meu comércio e falam que estamos roubando, que somos ladrões, porque o preço não está bom pra eles, especialmente os de baixa renda, aí eu falo: eu compro do atacado aqui, compro do varejo, não compro de Bolívia, minhas verduras eu compro aqui, como vocês, e vendo *acá*, então quando o preço está barato eles não reclamam, mas quando não está bom pra eles, aí somos ladrões. Tenho duas filhas que nasceram aqui e outra que nasceu em Puerto Quijarro, elas falam em espanhol, falam mais espanhol que o português. Elas estudam em Bolívia, já estudaram aqui, mas tem o racismo aqui, os alunos só chamam a eles de boliviano, e gritam: olha lá, lá vem o boliviano. E minha filha é um pouco explosiva, deu um soco na cara do guri, o rosto dele sangrou e me chamaram na diretoria, isso foi na sétima série. Eu ia em reunião de escola com a diretora e ela falava sempre que a culpa era nossa, que minha filha era um monstro, falou assim, aí eu resolvi tirar e agora ela está *estudiando en Bolívia*, a do meio faz medicina em Quijarro e a mais velha já é formada em fisioterapia. Elas não me ajudam não e nem eu quero elas no comércio, porque elas sabem que a vida é difícil para a boliviana no comércio, só porque é mulher acham que podem falar o que quiserem pra gente, às vezes não tem respeito. Só estamos trabalhando, e tenho medo quando fecho tarde aqui, elas sabem que sou escravizada aqui, não pode sair, não tem férias, eu fecho às vezes 1 hora da manhana. Eu nunca ouvi falar nessa palavra pendular, *yo soy boliviana, soy migrante*, isso sim. Antigamente meus produtos era somente de exportación boliviana, era descaminho e sonegação de impostos, e na época eu nem sabia disso, e a dificuldade era com a Receita e Federal. A Federal pegou a primeira vez, depois veio a segunda vez e na terceira vez eu fui presa. Eles pegaram toda la mercadoria e colocaram em um caminhão. Ficamos 3 meses presos *yo* e minhas companheiras de loja. Não foi fácil sair, porque o juiz dizia que nós íamos fazer a mesma coisa, foi com *abogado*, que conseguiu o habeas corpus, porque não era crime hediondo, né. Eu fiquei grávida de minha filha e queria *documentación* para ficar acá, fui tentar na Federal e eles não me deram e me xingaram, diziam: “*documentación* pra quê? Pra você fazer a mesma coisa, vai voltar a fazer o descaminho!” Quando já estava pra ganhar bebê, chamaram eu para depor, o delegado Igor, aí ele me perguntou se minha filha ia nascer no Brasil, eu disse a ele que não consegui o documento, aí ele que me ajudou a ter *documentación*. Hoje em dia eu compro mais aqui em Brasil mesmo, ganho pouco, pero é mais garantido, não hay mais federal que fica no pé da gente, minha mercadoria eu garanto que 95% é de procedência brasileira e 5% é de Bolívia. Esse alho é de Bolívia, o morango, a mostarda... é coisa pouca. Tem uma senhora que traz e abastece a gente aqui, uma sacola de alho, outra de morango. Eu tenho hérnia de disco de tanto pegar peso. Na pandemia eu trabalhei, mas a prefeitura colocou horário pra gente trabalhar e quase todo mundo “quebrou” na pandemia, quando fechou a feirinha também, outra dificuldade, sofremos muito, mas continuamos. Eu nunca recebi *bonificación* do governo, porque tem que ir em reunião, minha filha tem que *estudiar acá*, tem tudo isso, então, não consegui. Eu moro lá, mas quando minha filha mais nova crescer mais, *yo* quero ter uma casita aqui também, porque todo dia esse vai e vêm não é fácil, tenho medo de assalto, às vezes fecho muito tarde e meu marido que vem ne pegar, então todos los dias quando para uma moto muito perto do carro eu já fico com medo; esse comércio aqui é meu mesmo, não é alugado, então mais pra frente eu quero comprar casa aqui e ficar aqui também. A minha maior dificuldade já enfrentada aqui foi quando fui presa,

eu pensei em voltar em Bolívia, mas aí falaram pra mim: pra quê? Suas filhas são brasileiras, então pensei e escolhi ficar e lutar aqui mesmo. E ainda tem os processos que ainda respondo, então se eu for, eles vão pensar que estou fugindo. (Ana, 43 anos, nascida em Potosi).

No relato de dona Ana, há muitas informações. Ela nasceu em Potosi, ficou órfã aos 13 anos, de pai e mãe. O seu irmão mais velho ficou cuidando dela nesse tempo. Migrou ao Brasil, porque havia um contato com o tio que já morava na fronteira. A sua vida laboral começou cedo, aos 15 anos era empregada doméstica, prática comum realizada em algumas décadas atrás; as famílias pegavam para trabalhar meninas menores de idade, sendo elas da zona rural ou migrantes, para o trabalho doméstico ou serviço de babás. Ana cansou de ser maltratada e decidiu sair da “casa de família” para ser comerciante. Começou a vender alho de porta em porta, aumentou a mercadoria para a venda de cigarros, sendo ambulante na fronteira.

Depois, casou-se com o boliviano que migrou de Cochabamba e trabalha como taxista em Puerto Quijarro. Ele fica mais na Bolívia, cuidando das filhas e trabalhando, ela mais no Brasil, sendo ambos pendulares. Ana é mais pendular que ele, pois todos os dias precisa retornar para Puerto Quijarro no final do dia. A entrevistada enfrenta algumas dificuldades na atividade comercial, o medo de sofrer assalto e/ou incômodo de ser difamada, desprezada pela situação de migrante. O preconceito existe das formas mais severas nos espaços de rua e no âmbito escolar, como mostra o relato que se trata de sua filha (será vista com mais profundidade a questão do racismo e do preconceito na próxima seção).

Quando trazia os produtos da Bolívia, sofria com a fiscalização. Os conflitos foram se intensificando ao ponto de não somente prender as mercadorias sem nota fiscal, como também prender a pessoa que estava praticando o contrabando. A maior dificuldade enfrentada por Ana foi a de ser presa. A garantia encontrada por ela em driblar essa situação foi encontrada em buscar produtos comercializados nos atacados da cidade. Outra situação envolve a liminaridade da categoria e situação dentro/fora do estado nacional ter ou não a documentação. Esses problemas quase fizeram com que a informante retornasse à Bolívia, mas decidiu ficar e lutar como as mães normalmente fazem, pelos filhos.

As maiores dificuldades enfrentadas na sua trajetória se concentram em três palavras que ajudam a compreender a complexidade de sua situação: ser mulher, comerciante e boliviana. Em geral, a mulher comerciante se encarrega de cuidar da loja, dos filhos, e, algumas, em passar o ofício para eles. No entanto, não é o aprendizado para seguir com a profissão de feirante ou lojista, mas ensiná-los para que, esporadicamente, eles possam ajudar no comércio.

Os maridos ficam “nos bastidores”, como mencionou Arturo. Quando as migrantes são feirantes, os homens ficam encarregados de levar as mercadorias, ajudar na montagem da barraca, e quando estão no comércio, ficam por ali, rodeando a banca, mas não se intrometem na organização. No entanto, elas são as responsáveis pela banca. A mulher boliviana é que, muitas vezes, está à frente do negócio.

Figura 27 - Mãe e filhos: trabalho de rua em família



Fonte: Registro de campo (2024).

Na figura 27, observa-se que os filhos das migrantes normalmente estão no comércio com elas, ajudam a cuidar dos menores e são suporte no atendimento. De acordo com algumas entrevistas realizadas em agosto de 2023, percebe-se: Ana fica na loja em Corumbá e seu marido toma conta das crianças em Puerto Quijarro, sendo também é taxista. Marisol cuida da banca de verduras, fica com os filhos, e seu marido leva e traz as mercadorias de Puerto Quijarro. Euzira fica responsável pela loja de brinquedos, seu marido viaja para Santa Cruz toda semana para trazer mercadorias.

Verifica-se, nesses exemplos, que os espaços territorializados pelas famílias de migrantes exercem papéis definidos: a mulher cuida da banca e o homem viaja ou fica de motorista e à espreita para protegê-la de todo perigo da rua. Assim, a via pública é mais do que um local de trabalho, é um lugar de viver, onde passam o dia, realizam refeições, as crianças dormem por entre as mercadorias, embaixo da banca, brincam e se divertem. Dessa forma, ficar na rua é semelhante a ficar em casa, por mais que existam perigosos, ainda pode ser seguro, pois existem os vizinhos ao lado que se ajudam, cabendo ao homem se aventurar em viagens ou tomar a direção do volante. Apesar do trabalho de rua ser conhecido como masculino, o papel do homem tem o seu valor; as esposas ficam em seus comércios como se fossem as suas casas, às vezes, passam de uma hora da manhã, e os maridos ficam ao redor, fazendo os “corres”, pois esse seria o papel do homem dito masculinizado.

Portanto, encerra-se esta seção e compreende-se a existência do sofrimento dessas mulheres. Na busca pela sobrevivência, trabalham de sol a sol, de porta em porta, carregando o seu carrinho ou à frente da banca de feira, onde atendem a freguesia, cuidam das crianças e ainda passam por situações conflituosas com os agentes de fiscalização.

Os maridos estão sempre em volta, realizando o “serviço masculino”, encarregando-se de levar e buscar mercadorias, dirigem os carros, viajam para buscar produtos na Bolívia e se aventuram no movimento pendular. O espaço da rua vira território, lugar de vida e de experiências, sendo produto das territorialidades.

Na voz de Ana, é possível afirmar que, apesar das dificuldades, as mulheres migrantes permanecem na luta dia após dia, as trajetórias e mobilidades se sustentam no trabalho, na busca por melhores condições de vida e nas mobilidades dos vínculos e relacionamentos. Nessa perspectiva, as mulheres deixam o país de origem para buscar trabalho e melhores condições de vida para cuidar dos seus filhos.

3.1.4 Territorialidades invisíveis designadas e elaboradas

Aqui não tem saúde, aqui é muito complicado, há discriminação pra quem é de outro país. Quem não tem a permanência (CRNM) não pode fazer nada, não existe aqui. Eu uso a saúde na Bolívia. A saúde na Bolívia também não é boa, a melhor saúde é um privado, mas não tenho condição (Marcos, 65 anos, lojista, imigrante pendular, nascido em Oruru).

Boliviano tá em todo lugar, fala que tá na rua, lugar de passagem, a gente finge que não escuta porque precisa trabalhar (Eliana, 34 anos, ambulante, nascida em Santa Cruz).

Existe preconceito, sim, mas eu não ligo pra isso não, somos todos iguais, perante papai do céu. O sofrimento é que divide a gente (Vilma, 59 anos, lojista, imigrante, nascida em Oruro. Entrevista realizada em 11 de novembro e 2024).

As territorialidades invisíveis se revelam nas mobilidades de bolivianos comerciantes informais que são precárias a partir do movimento, visto que há uma invisibilidade perante o estado e a sociedade. Estes não os enxergam como cidadãos fronteiriços em relação ao acolhimento, atendimento, políticas públicas, direitos, entre outros elementos, o que leva à reflexão deste estudo, designam e elaboram discursos envolvendo os comerciantes bolivianos que os colocam em situações de vulnerabilidade na fronteira.

O objetivo desta seção é discutir a fronteira como realidade relacional e paradoxal, uma vez que o espaço é relacional quando se relaciona com os outros objetos. Assim, a fronteira é conhecida por ter seus paradoxos, conflitos, contradições.

Por um lado, há a repulsão com os estigmas variados, coloniais, raciais, inferiorizando o outro. Do outro lado, há a atração pelos bolivianos como aqueles que barateiam a vida na fronteira com os produtos acessíveis economicamente. Será visto, no campo empírico, como se relacionam essa dupla face boliviana, na qual ora são amados, ora são odiados.

A fronteira, objeto geográfico, pode ser interpretada como um conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente (Santos, 1996). Isso quer dizer que cada lugar fronteiriço, em sua história, características e processos peculiares, combina objetos e ações, que se entrelaçam com processos originados tanto em escalas mais íntimas (do lugar e do pertencimento) quanto em escalas mais amplas, como as transnacionais e transterritoriais.

Segundo Haesbaert (2005, p. 6776), “[...] além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”. As territorialidades invisíveis podem ser interpretadas como mobilidades que são designadas e elaboradas no cotidiano dessas migrantes, assim como a dona Eliana e a dona Vilma, nas citações acima, produzem territorialidades.

Por essa razão, cada territorialidade apresenta uma condição fronteiriça em que se constroem as distinções entre “nós” e os “outros”. É nesse sentido que se pode interpretar a resistência ao “Outro” imigrante, especificamente a presença dos bolivianos na cidade de Corumbá, e a mobilidade espacial de grupos de outras nacionalidades, como representativas das relações socioespaciais.

Quando questionado a Eliana se ela já sofreu algum tipo de preconceito por ser boliviana, explica:

[...]Sim, muito, alguns passam e fala que boliviano tá em todo lugar, fala que tá na rua, lugar de passagem, a gente finge que não escuta porque precisa trabalhar, a gente paga as coisas aqui, a gente consome aqui, e os brasileiros também gostam de comprar na Bolívia, compra frutas lá, que é mais em conta, né. Preconceito tem mais não afeta pra mim, preciso trabalhar e criar meus filhos. (Eliana, Entrevista concedida em 05/12/2023. Corumbá-MS).

Conforme o depoimento da entrevistada, quando se observa o lado de cá da fronteira, ou seja, os brasileiros, constata-se o poder da denominação sobre os outros, os bolivianos do lado de lá, e a criação de discursos preconceituosos que caracterizam uma relação superioridade-inferioridade apontados por Costa (2015).

Joana menciona o barateamento que os bolivianos oferecem para os fronteiriços, e Euzira aponta pontos que causam aborrecimento em relação às situações de ser comerciante boliviana e o preconceito existente. Este é um trecho da entrevista realizada com ela na seção anterior:

A fronteira é livre, entra muitos caminhões de Santa Cruz, entra mercadoria e sai mercadoria, fronteira quando fecha o Brasil perde muito dinheiro. Falam que a feira pode mudar para noite, por causa do calor, se for assim, eu não vou trabalhar mais, porque é perigoso, muito malandro. Aqui vendemos barato, os brasileiros gostam, os preços das verduras são bons, aqui também gastamos, pagamos tudo aqui. **É difícil ser feirante?** Sim, mas não tem o que fazer, né, não tenho outra profissão, tenho que sobreviver com isso aqui. Já acostumei não tenho carteirinha, não tenho informação. A carteirinha de permanência tem que ter água e luz, residência aqui, eles vão visitar e ver. Aqui não tem saúde, aqui é muito complicado, há discriminação de pessoa de outro país, quem não tem permanência (CRNM) não pode fazer nada; não existe aqui. Eu uso a saúde na Bolívia. A saúde de lá também não é boa, a melhor saúde é um privado. (Joana, 47 anos, nascida em La Paz).

Eu sou um pouco brasileira e um pouco boliviana, gosto do Brasil porque é o povo que me acolheu bem. Mas tem momentos que eu não gosto, quando eles vêm em meu comércio e falam que estamos roubando, que somos ladrões, porque o preço não está bom pra eles, especialmente os de baixa renda, aí eu falo: eu compro do atacado aqui, compro do varejo, não compro de Bolívia, minhas verduras eu compro aqui, como vocês, e vendo acá, então quando o preço está barato eles não reclamam, mas quando não está bom pra eles, aí somos ladrões. Tenho duas filhas que nasceram aqui e outra que nasceu em Puerto Quijarro, elas falam em espanhol, falam mais espanhol que o português. Elas estudam em Bolívia, já estudaram aqui, mas tem o racismo aqui, os alunos só chamam a eles de boliviano, e gritam: olha lá, lá vem o boliviano. E minha filha é um pouco explosiva, deu um soco na cara do guri, o rosto dele sangrou e me chamaram na diretoria, isso foi na sétima série. Eu

ia em reunião de escola com a diretora e ela falava sempre falava que a culpa era nossa, que minha filha era um monstro, falou assim, aí eu resolvi tirar e agora ela está estudando em Bolívia. (Ana, 43 anos, nascida em Potosi).

Existe o barateamento que os migrantes oferecem na cidade, os produtos são acessíveis, especialmente para aqueles que recebem um salário-mínimo. O poder de compra está relacionado aos movimentos pendulares de brasileiros que, à procura do menor preço, compra nas feiras e nas lojinhas dos bolivianos e também em Puerto Quijarro, em lojas e bancas de verduras. Lamoso (2016) evidencia, em seu estudo com a fronteira de Ponta Porã com o Paraguai, a questão de não ser apenas o melhor preço que influencia na decisão de onde comprar, mas a confiança e preferência a certos produtos importados, conforme visto na primeira seção do capítulo.

Paradoxalmente, conforme a fala de Ana e o preconceito com a sua filha na escola, os discursos nacionalistas e preconceituosos se mantêm nas falas dessa fronteira: “Eles estão tomando conta de Corumbá”, “os collas são sujos”, “eles ocupam a nossa saúde, as nossas escolas e tomam a vaga de brasileiros”, demonstrando o juízo violento na expressão e entonação.

Conforme Grimson (2003, p. 18), a nacionalidade é uma categoria central na vida dos moradores fronteiriços, na base da organização do cotidiano, do acesso aos direitos, da definição da situação de estrangeiros e da aceitação como parte da vida do lugar.

Assim, há instituições e sociedade corumbaense, com exceções, que reproduzem os discursos sobre nação, fronteira, migração como princípios de poder exteriorizado no território. Ao se considerar o relato de Mônica, brasileira, filha de bolivianos, entende-se como funciona na prática os discursos preconceituosos que estão além do limite do migrante. É uma nativa, nascida no Brasil, porém, sente os mesmos dramas de um boliviano nato.

Tendo nascido eu em Corumbá, filha de pais bolivianos, minha língua materna é o castelhano, com influência do quéchua, porque meu pai é de Cochabamba e falava com os meus avós em quéchua. Eu falo Português, castelhano e entendo o quéchua, mas não falo. A minha mãe é descendente de aimáras, sendo meus avós maternos aimáras, minha mãe nasceu em La Paz. Eu fui alfabetizada na escola em português. Eu considero boliviana e brasileira. O português faz parte da nossa vida e agora da vida dos meus pais, já o espanhol sempre fez parte da minha vida e da minha infância, desde o ventre de minha mãe, porque em casa só falamos castelhano. Eu já estudei nos colégios de Corumbá, em duas escolas, na primeira sofria *bullying* acho que isso tem mudado, porque a minha irmã mais nova diz que não passa por isso e não sofreu com preconceito, mas antes, era muito mesmo. Eu estudei no CAIQ e depois formei no Dom Bosco. Uma vez eu cheguei atrasada, porque vinha de

Bolívia, aí a diretora me chamou para falar do meu atraso, eu expliquei pra ela que vinha da Bolívia e ela me respondeu bem grossa e falou: porque você não estuda lá, então? Fica por lá! Falou isso, eu sofri muito na escola, até a diretora falava da gente. Mas eu gosto daqui, já acostumei com isso, eu sou nascida e criada aqui. A minha mãe quer voltar, fica pensando em voltar, mas eu não acostumo lá. Eu tenho a minha vida aqui, minhas amigas; minha faculdade, estou no 6 semestre, faço enfermagem, estou no estágio no hospital. Os meus traços indígenas falam por mim: meu cabelo é liso preto, meus olhos são pretos um pouco puxados, minha pele é morena. Eu gosto de passar maquiagem e faço delineados nos meus olhos, o que aparenta mais meu jeito boliviana de ser. Eu vou pra Bolívia pra passear, gosto de Santa Cruz, às vezes vou, mas só passeio mesmo. Meus primos da Bolívia comentam do meu espanhol, falam que não é verdadeiro, porque junto tem o sotaque de português, aqui, meus amigos brasileiros entendem que sou boliviana hablando em português. Eu sou brasileira, mas sou imigrante (risos). Mas eu gosto daqui, aqui eu me sinto segura, com o bairro também, com a cidade, eu não vejo perigo aqui, é bom. Sobre o preconceito não tem o que fazer, né, eu fico com raiva às vezes, tudo tem limite. As vezes tenho crise de ansiedade, não sei o porquê. Eu entendo que eu não sou como eles, os brasileiros filhos de brasileiros, simplesmente a gente não é como eles, somos migrantes, e no fundo, eu vejo o que eles pensam da gente. Então tem um monte de coisinhas que são à toa mesmo, mas que a gente senti e eu sinto um pouco que não sou aceita. (Mônica, 28 anos, brasileira, filha de bolivianos).

No relato de Mônica, fica evidente que o preconceito existe na fronteira para quem nasceu no Brasil, mas que são filhos de bolivianos. A sua família migrou para o Brasil na década de 70, pois a sua mãe ficou órfã aos 13 anos, de pai e mãe. Primeiramente, ela veio morar em Puerto Quijarro com a madrinha que cuidava dela, lá conheceu o pai da Mônica, também migrante, proveniente de Cochabamba. Assim, resolverem se casar e tiveram seus filhos no Brasil. Os chamados “filhos ilegítimos da migração”, conforma evidencia Sayad (1998), são sujeitos que, apesar de possuírem certidão de nascimento brasileiro, vivem intensamente os paradoxos da alteridade e o reconhecimento do “não-lugar” ou do “não pertencimento”.

O relato se torna interessante quando ela fala dos idiomas e dos dialetos de seus ancestrais. É curioso quando se descobre, no campo de pesquisa, os bolivianos que falam quéchua ou aimára. No entanto, os falantes desses dois dialetos são invisíveis, até a sua língua é invisível e não representa méritos por quem desejaria aprender. Os traços físicos de Mônica são identificados como bolivianos e, desde a tenra idade, sofreu preconceito por ser filha de bolivianos. Conforme Sayad (1998), nota-se a figura do “eterno estrangeiro” sendo passada de geração em geração.

Mônica relata que sua mãe já pensou em voltar a La Paz, afirma não se sentir pertencente ao Brasil. Segundo um trecho do seu relato:

Eu não queria ficar aqui, quando minha filha nasceu as pessoas falavam: tem que ficar aqui, a sua filha nasceu no Brasil e vai fazer mal a ela voltar pra Bolívia, deixa ela estudar aqui. Então eu desisti, porque ela acostumou aqui mesmo e eu não queria prejudicar, ela já fala bem português. Mas por mim eu voltava. Eu gosto do bairro por aqui tem o comércio, tem que trabalhar, né, eu gosto daqui porque tem o trabalho, se não fosse isso, já estava lá e minha Bolívia. (Suzi, 62 anos, nascida em Cochabamba).

O sentido de pertencimento ao território fronteiriço se constitui de forma contraditória, pois o preconceito da nacionalidade se expressa na tentativa de degradar o outro (boliviano), sendo este outro parte do território fronteiriço e com direito de acessar os bens públicos, naturalizado ou não.

Sayad (1999, p. 210), evidencia que “todas as críticas dirigidas aos emigrantes assumem a forma de um discurso ‘nacionalista’, sujeito às categorias que opõem ‘nacional’ e ‘não nacional’”. Para os filhos “ilegítimos da migração”, o fator nacionalista ganha contornos mais complexos no território fronteiriço e expõe conflitos com os descendentes, conforme assegura Calabretta (2025):

This national characterisation of the social relations between emigrants and non-migrants becomes even more complex when it involves descendants who – having grown up and been socialised abroad – bear the mark of their foreign origins [...] however, as seen in cases of those who progressively distance themselves from their context of origin, the hybridity of this generation exposes them to more intense ‘national’ scrutiny, while providing them the ability to move across multiple national terrains with a freedom unknown to their parentes (Calabretta¹², 2025, p. 287).

Para Calabretta (2025), a hibridez dessa geração os expõe a um escrutínio “nacional” mais intenso, ao mesmo tempo que lhes proporciona a capacidade de transitar por múltiplos territórios nacionais. Como evidencia o autor, o emigrante e o descendente tornam-se uma figura estereotipada, vista pelos não migrantes. Paradoxalmente, tem-se a mesma visão entre os migrantes bolivianos, seguindo o trecho retirado do relato de vida de Jorge, nascido em Santa Cruz de la Sierra. Quando se perguntou: as pessoas te enxergam como boliviano ou como brasileiro? E como você se vê? Ele franziu a testa e imediatamente respondeu:

¹² Essa caracterização nacional das relações sociais entre emigrantes e não migrantes torna-se ainda mais complexa quando envolve descendentes que – tendo crescido e sido socializados no exterior – carregam a marca de suas origens estrangeiras [...]. Contudo, como se observa nos casos daqueles que se distanciam progressivamente de seu contexto de origem, a hibridez dessa geração os expõe a um escrutínio “nacional” mais intenso, ao mesmo tempo que lhes proporciona a capacidade de transitar por múltiplos territórios nacionais com uma liberdade desconhecida para seus pais.

Você já entrou no consulado da Bolívia aqui? Já percebeu a fotografia que tem logo quando você entra na recepção? É um poster de um indígena vestindo as vestimentas do pessoal do altiplano. É assim que as pessoas veem os bolivianos aqui em Corumbá. Eu sou de Santa Cruz, sou branco, meu cabelo é loiro, possuo sotaque sim, mas as pessoas não reconhece em mim a fisionomia do boliviano que já é conhecido. (Jorge, 60 anos, nascido em Santa Cruz de la Sierra).

Percebe-se que existe preconceito entre migrantes, os chamados “*collas*” (nome pejorativo), os bolivianos presentes no território fronteiriço que vieram do altiplano. As principais etnias são os quéchuas, os aymáras e os chamados “*cambas*”, provenientes das terras baixas, oriente boliviano, brancos de classe média a alta, nascidos em Santa Cruz de la Sierra. Apesar da divisão pendurar por décadas, além de étnica, que também é uma divisão política.

Outra contradição é que a maioria dos corumbaenses é formada por famílias mistas, assim como são feitos casamentos entre brasileiros e bolivianos, ou membros da família que possuem descendência boliviana. Mesmo assim, atribuem a eles o juízo de valor.

O preconceito étnico está atrelado à identidade do boliviano e toda a história de exclusão da etnia indígena no Brasil. Costa (2015) argumenta que essa é a dupla alteridade do boliviano em solo brasileiro: ao mesmo tempo em que ele é visto como um “outro” nacional (estrangeiro), é representado como um “outro” indígena, duplicando, em grande medida, o estigma social que recai sobre o grupo.

Também é comum descrevê-los como portadores de provisoriiedades e ilicitudes, especialmente os imigrantes pendulares que trabalham em Corumbá, mas residem na Bolívia. Estes, que são inseridos na economia local como trabalhadores imigrantes pendulares internacionais, enfrentam dificuldades documentais no âmbito das relações trabalhistas e veem os seus direitos sendo deturpados no sentido de produzir economicamente no Brasil e não ter o devido retorno em relação aos direitos sociais.

Na verdade, esses relatos escondem o medo que está nas entrelinhas, pois consolidam o discurso do medo. Existem conflitos nas territorialidades designadas. No entanto, o que eles esperam é ser aceitos no território que são deles, que reconhecem como fronteiriços e anseiam pelo pertencimento.

Paradoxalmente, existem situações em que a diferença pode ser esquecida no cotidiano do lugar, expressando acolhimento e mascarando as diferenças, conforme a sequência de figuras abaixo:

Figura 28 - Comidas típicas: culinária boliviana no Festival da Saltenha em Corumbá



Fonte: Registro de campo (2023).

Figura 29 - Banda de cúmbia boliviana no evento da “Saltenha Fest” no Porto Geral de Corumbá



Fonte: Registro de campo (2023).

O festival de *salteña* acontece anualmente em Corumbá e foi construído pelo Arturo Ardaya, informante com descendência boliviana. Os corumbaenses prestigiam esse evento todos os anos, compartilhando da culinária e *bailando* ao som de muita cúmbia.

Além dos eventos culturais, a religião produz mobilidades nos eventos e missas celebrados no território fronteiriço, como a conhecida Celebração da Virgem de Urukipiña.

Segue o conjunto de imagens da Celebração da Virgem de Urukipiña no território fronteiriço:

Figura 30 – Celebração da Virgem de Urukipiña em Corumbá



Fonte: Registro de Campo (2023).

Figura 31 – Apresentações culturais e danças na Celebração da Virgem de Urukipiña em Corumbá



Fonte: Registro de Campo (2023).

Figura 32 – Registro da pesquisadora com as cholas: apresentações culturais na Celebração da Virgem de Urukipiña em Corumbá



Fonte: Registro de Campo (2023).

Conheceu-se a festa da Virgem de Urukupiña, nas figuras 30 a 32, em frente à antiga feirinha BrasBol, em Corumbá. A homenagem à santa é feita no mês de agosto. As comemorações, em Corumbá, acontecem no dia 14, durante o dia, com apresentação dos grupos de danças e desfiles e, durante à noite, ocorre em Puerto Quijarro. A festa é grandiosa, com muita devoção, dança, cerveja e música.

As vestimentas das cholas são coloridas e revelam as origens dos povos andinos; quéchua e aymára. Devido às missões jesuíticas e mediante a influência e interferência da Espanha, na época da colonização, as cholas passaram a se vestir com as roupas observadas no mosaico, com saias e sobressais da moda europeia. Todavia, elas se revelaram com o colorido, reafirmando a identidade chola.

Sua história mostra a aparição de Nossa Senhora:

l relato, semejante a otros relatos de apariciones de la Virgen cuenta que una mujer con un niño en brazos se apareció a una niña campesina que cuidaba sus ovejas en el cerro de Qota, en las afueras de Quillacollo. Un día la niña llegó al lugar de la aparición acompañada de sus padres, el cura y vecinos de esa localidad, al ver a la Virgen exclamaron: ¡Orqopiña!, expresión quechua que significa “ya está en el cerro” y que devino luego en Urukupiña.

Pero al acercarse la Virgen desapareció dejando en su lugar una “piedra” en la que quedó grabada su imagen con el niño. La piedra fue llevada a la Iglesia de San Idelfonso en Quillacollo (Barelli, 2001, p. 71).

Consoante a autora, o Calvário é o local onde a Virgem foi vista e, em alusão à pedra encontrada no lugar da Santa, os devotos fazem promessa e empréstimos, ofertando miniaturas de casas, carros, dinheiro e outros objetos, esperando que a Virgem seja a intercessora para devolver os bens materiais ou espirituais.

Assim, o território usado nas práticas religiosas pode ser transformado em territorialidades, sendo uma estratégia cultural de integração fronteiriça. Conforme Mera y Sassone (2010):

A religiosidade popular como estratégia cultural transnacional. As práticas religiosas, juntamente com festivais, danças, culinária e mídia étnica, são utilizadas pelos migrantes em seus países de destino como uma forma de adaptação que os conecta simbolicamente aos seus locais de origem. Essas adaptações não apenas geram identidade étnica, mas também constroem novas territorialidades. (Mera y Sassone, 2010, p.80).

Carballo (2009) e Bararelli (2001) pontuam que as crenças religiosas fazem parte do território como espaço apropriado para as práticas de cultos e rituais sagrados e constituem território do poder simbólico:

La apropiación del espacio puede ser de carácter instrumental o simbólica/ expresiva. La primera se trata de una relación utilitaria del espacio, centrada en las relaciones políticas, económicas y sociales. Mientras que, la segunda enfatiza el papel del territorio como una sedimentación simbólico-cultural del espacio. Por lo tanto, el territorio no se reduce ni se entiende únicamente en su función instrumental, sino también como objeto de operaciones simbólicas. Es decir, se puede caracterizar al territorio como el marco de prácticas culturales objetivas (fiestas, rituales, etc) y como objeto de representación, como símbolo de pertenencia social. En éste último caso, los sujetos no solo interiorizan al territorio a su sistema cultural superando la visión del territorio como objeto, sino que “se construye por una realidad social “interna” y pasa a convertirse en un territorio “invisible” resultante de los procesos de interiorización del sujeto” (Carballo, 2009, p. 29).

Nesse sentido, nota-se que a religiosidade que eles trazem nos corpos, nas vestimentas, nas danças e nas falas são entendidas como parte da identidade dos povos andinos, especialmente os aymáras, que cultuam as suas Virgens. O sentido das danças e das vestimentas

usadas nas apresentações das cholas traz uma narrativa de resistência, identidade e conexão com o sagrado.

Para Martins (2016), as *polleras* (saia extensa usada pelas mulheres) não são apenas fantasias para as festividades religiosas, mas representam uma linguagem sagrada que comunica a relação com as montanhas (Cordilheira dos Andes) e com *Pachamama*, Mãe Terra, deusa da cultura andina. As mulheres exibem suas *polleras* e joias, trazendo o significado de um corpo feminino adornado pela Virgem como sinônimo de terra fértil e prosperidade. Dessa maneira, elas exibem roupas coloridas, muitas camadas de saias, joias e muito brilho que trazem uma devoção performática, expressão artística nas danças folclóricas. Conforme Segato (2007, p. 38), “estas prácticas rituales dan forma a la variación en el orden territorial dentro del ámbito de la experiencia y los valores considerados ‘sagrados’”.

Os festejos à Virgem de Urukupiña são originários do município boliviano de Quillacollo (distante, aproximadamente, 364 quilômetros de La Paz), província de Cochabamba. Essa Virgem também tem devotos em Tarija, a cidade de nascimento do avô paterno da pesquisadora. Os avós contavam histórias sobre a procissão que ocorria na cidade de Tarija. A procissão durava cerca de dois dias e muitos devotos acampavam na beira de estradas para continuar a procissão no dia seguinte.

Na fronteira, as mobilidades de fiéis para os festejos da Santa são intensas no período de agosto, pois, diferentemente da festa matriz, em Quillacollo, que acontece nos dias 14 a 16; na fronteira, ela faz parte de todo o calendário do mês de agosto.

Dias (2015) ressalta:

A festa em comemoração à Virgem de Urukupiña é a celebração que se manteve mais fortemente em seus hábitos culturais na mudança de local de residência de um país para o outro. Nesse evento, os grupos tradicionais da Bolívia se deslocam para a cidade de Corumbá, para apresentações em desfiles e celebrações religiosas, como missas (que são realizadas em igrejas locais) e desfiles. A participação em novenas e festas também foi relatada como uma prática comum e são realizadas durante os nove dias que antecedem a essa data comemorativa (Dias, 2015, p. 233).

Em Puerto Quijarro, as festividades iniciam-se dia 14 com a entrada (apresentação dos grupos de danças e desfiles). Conforme Martins (2016, p.35), a procissão se estende desde o Centro Comercial de Arroyo Concepción até a igreja Nossa Senhora do Rosário, em Puerto Quijarro. São mais de três quilômetros percorridos a pé, de forma dançante, com grande

entusiasmo, alegria, roupas típicas, diversidade de grupos, ritmos e danças e farto consumo de cerveja, visto o calor intenso.

Souza (2018) explica:

O dia 15 é reservado às missas, depois um segundo desfile; por último, há a celebração com muita bebida e comidas típicas após o término das cerimônias religiosas, as fraternidades realizam um segundo desfile, dessa vez rumo aos espaços reservados onde ocorrem suas festas particulares [...] o dia 16 de agosto, acontece entre os municípios de Puerto Quijarro e Puerto Suárez, num morro chamado de Calvário, conhecido localmente como “Paradero”, em virtude de ser próximo à parada do terminal ferroviário municipal (Souza, 2018, p. 203).

As mobilidades de fiéis para os festejos da Santa dinamizam o território fronteiriço, construindo a materialidade com a corporeidade nas danças, com a expressão performática e rituais que elevam o território do poder simbólico. Conforme a figura abaixo, observam-se as mobilidades que caracterizam a celebração da Virgem de Urukupiña:

Figura 33 – Músicos durante apresentações da celebração da Virgem de Urukupiña atravessando o PMTC, limite entre Brasil-Bolívia



Fonte: Registro de Campo (2023).

As apresentações dos festejos da Virgem são mobilizadas na fronteira. Em um dia, começam em Corumbá e terminam, no outro dia, em Puerto Quijarro. Assim, todos os devotos atravessam a fronteira, realizando a procissão em homenagem à Santa, na qual são dinamizados muitos sons, com instrumentos musicais, danças, suor, alegria, colorido e fé.

Existe a figura do passante, que é o organizador da celebração. Todos os anos ocorre a troca de passante, que será o responsável pela festa no próximo ano. Os dançarinos e músicos são os comerciantes, os entrevistados, que celebram a Virgem com muita devoção; são idosos, adultos e crianças que fazem a festa acontecer, juntamente com todos os fiéis.

Os devotos percorrem intensas peregrinações ao Cerro Cota, que é o Monte Calvário, localizado em Puerto Quijarro, em Paradero, onde acontecem alguns rituais, como oferenda à Virgem. Na fronteira, as apresentações começam em Corumbá, durante a manhã, e terminam no outro dia, na cidade boliviana, com muita música, dança, bebidas e comidas típicas. Observou-se que o esforço físico é extremo sob o sol escaldante e o peso das vestimentas, conforme Martins (2026), as roupas que eles usam nas apresentações podem chegar a 30kg e são alugadas no sudoeste da Bolívia, feitos com materiais de veludo e lã. Todos esses apetrechos misturados com o calor intenso na fronteira, são vistos como uma forma de purificação. O suor e a dor física são a "moeda de troca" pela bênção solicitada pela Santa.

Segue a figura 34 com o movimento de pessoas nos festejos em Puerto Quijarro.

Figura 34 - Festa da virgem de Urukupiña em Puerto Quijarro-Bolívia



Fonte. Elaine Dupas Disponível em: <https://www.instagram.com/>. Acesso em: 8 ago. 2023.

A fronteira é abrigo para as festividades religiosas e alguns brasileiros participam, como foi observado no campo de pesquisa. Assim, a harmonia entre brasileiros e bolivianos ocorrem durante os festejos que fazem parte do território fronteiriço. Há união dos povos por meio da religião; os corpos se entrelaçam e se materializam em rituais sagrados, rezas, danças, suor, alegria e lágrima, elevando a fronteira a um patamar de poder simbólico revelado pela celebração das Virgens bolivianas.

Oliveira (2009) afirma:

...temos constatado que a ampliação da condição fronteira, na junção semi-conurbada, vem estabelecendo vetores para consolidação de uma nova consciência mais integracionista (em ambos os lados); tem mexido com as tessituras e as redes territoriais e, como efeito, em embaralhado as definições e ambiguidades das cidades brasileiras e bolivianas. E, mesmo com todo o preconceito existente, observa-se: a ampliação do convívio social, as participações institucionais de autoridades em festejos comemorativos, a presença dos dois povos em festas culturais, as constantes facilitações na circulação e comunicação entre as cidades etc. Constata-se visivelmente: animações que confluem para possibilidades de consórcios variados, estudos científicos, ligações associativas, além de outros movimentos de aproximação, respaldando um ânimo otimista sobre a derrocada da disjunção daquela fronteira” (Oliveira, 2009, p. 41).

De acordo com Oliveira (2009), nesses eventos religiosos, percebe-se a presença, mesmo que pouca, de corumbaenses que celebram a Virgem. Existem muitos que são também devotos da Santa, conforme entrevistas realizadas no momento da celebração em Corumbá.

Portanto, paralela à reprodução de discursos que distanciam, existem práticas de intensa interação entre fronteiriços, re-construindo o espaço singular de hibridismo cultural e produzindo territorialidades. Conforme o quadro a seguir, a força do cotidiano se revela nas vozes dos informantes:

Quadro 16 - Narrativas de migrantes bolivianos em Corumbá

“¿Piensa regresar a Bolivia: difícil?, Yo vini pra conviver”

“La cultura es mixta, hay prejuicios en el lenguaje en cualquier parte del mundo, hay un poco de racismo. El boliviano vive bien aquí, tiene una casa, trabajo, una familia”. (Mamani, entrevista concedida em 3/10/2023, Corumbá-MS).

Por que o senhor veio pra cá? *“Pra buscar melhores dias”.* (Pedrinho, Entrevista concedida em 08/12/2023, Corumbá-MS).

“yo salir pero no gustava de frio, vini por curiosidad e fiquei en la frontera. Na pandemia foi difícil pero saia pra trabajar assim mismo. A frontera fechou, mas eu conseguia salir por outros caminos; aprendi o idioma trabajando”. **Tem dificuldade no trajeto com fiscalização?** *“Graças a Dios la Policía Federal no mexe com quem vende alimentos prontos, acá é tranquilo”.* (Dariuza, entrevista concedida em 12/12/2023, Corumbá-MS).

“Antes aquí el trabajo era mejor, aquí solo había 6 comerciantes cuando llegué a la frontera y comencé a trabajar en el mercado boliviano”. (Mamani, entrevista concedida em 03/10/2023, Corumbá-MS).

“Domingo también estaba parado o movimiento. É difícil salir la gente no sale porque aquí hace calor, entonces prefieren comprar en las lojas y pagar a plazos con tarjeta, porque aquí solo se paga en la plata. No tengo acceso a la atención médica en Brasil”. (Joana, entrevista concedida em 03/10/2023, Corumbá-MS).

Fonte: Entrevista concedida em 3/10/2023.

Portanto, ao encerrar a seção, entende-se que a existência da mobilidade internacional é uma das manifestações mais importantes nas dinâmicas fronteiriças e das que possui condições mais precarizadas também. Conforme Oliveira (2019, p. 56), “O cotidiano dessas pessoas é tal que, tudo em suas vidas, incluindo a ausência e a presença, está diretamente ligado a essa circularidade e suas decorrências”. A qualificação espacial da fronteira Brasil-Bolívia, por meio da geografia das cidades gêmeas de Corumbá, Brasil, e Puerto Quijarro, Bolívia, deve ser observada como elemento essencial na elaboração de um raciocínio a respeito das presenças.

O território fronteiriço traz elementos do poder simbólico e da religião presente na corporeidade de imigrantes, nos pensamentos, comportamentos, vestimentas, entre outros, construindo identidades e pertencimento ao território, conforme visto na celebração da festa da Virgem de Urukupiña. Conforme o quadro 15, percebe-se que eles pertencem ao território, considerando as falas na maioria das entrevistas. O território é o produto das territorialidades alcançadas também na religião. A escolha da invisibilidade faz parte da construção da territorialidade; é uma estratégia imposta pelo próprio território fronteiriço e de seus agentes e instituições. Assim, ela não é apenas um estado passivo, ou seja, de um sujeito paciente em meio a construção de preconceitos expressadas no território, mas pode ser visto como estratégia territorial de um grupo de migrantes que usa e se relaciona com o território.

Ao se considerar os “filhos ilegítimos”, observa-se a expressão máxima da contradição da imigração. Conforme Sayad (1998), os filhos de bolivianos são vistos como estrangeiros de acordo com fisionomia, traços, jeitos, cabelos, sotaques, entre outros, que são elementos estereotipados na fronteira. Nesse entre-lugar, o grupo desafia a fronteira e a identidade cultural e vive a experiência da angústia de ser considerado “Outro” em todos os lugares.

Por um lado, há repulsão com a presença da migração boliviana em Corumbá e todos os estigmas mais variados visto na seção. Por outro lado, existe a atração aos bolivianos, como aquele que barateia a vida na fronteira com os produtos acessíveis economicamente e com a presença da cultura e da religião como interação entre fronteiriços.

3.1.5 Condições de trabalho de migrantes bolivianos e a informalidade

A gente é simples, a gente só trabalha de segunda a segunda, não tem feriado, não tem aposentadoria, isso aqui não é fácil, viver assim não é bom. Eu vim pra cá pequena, trabalhei desde pequena como empregada doméstica, mas me exploraram, não me pagavam como deveria, porque eu não sabia da lei. (Lucinda, 56 anos, lojista, nascida em Sulcre. Entrevista realizada em 16 de agosto de 2024, Corumbá-MS).

Eles (Receita Federal) me levaram tudo, tudo, limpam a minha loja (choro) e a gente não pode fazer nada, porque eles falam que tá dentro da lei, é mandado. (Dalva, 48 anos, lojista, de La Paz. Entrevista realizada em 16 de agosto de 2024 Corumbá-MS).

Eu acostumei com esse trabalho, mas é difícil. Eu falo que eu sou um profissional, mas eu não aconselho ninguém a fazer isso não, sempre falo, vai estudar, vai se formar, porque isso aqui não é pra qualquer um, é sofrido” (Pedrinho. Entrevista concedida em 08 de novembro de 2023, Corumbá-MS).

Percebe-se, nas vozes dos imigrantes bolivianos, emoção ao expressar dor e sofrimento. O objetivo deste item consiste em compreender todas essas falas pronunciadas acima pelos informantes, entender a precarização do trabalho e mostrar que o informal e o formal são partes integradas das dinâmicas fronteiriças, sendo funcionais na totalidade socioespacial. Contudo, antes de entrar nessa discussão, estabelecem-se algumas bases para o que é chamado de informalidade e mostrar como tal categoria é vista pelos entrevistados. Assim:

A informalidade segue atrelada à condição de trabalho precário, pois mescla práticas legais e ilegais, baixa proteção social, rápida adaptação do sujeito às oportunidades do mercado, flexibilidade nos processos de trabalho e nas formas de remuneração, falta de garantias e, geralmente, constitui-se como alternativa para gerar renda diante do desemprego (Morrone; Mendes, 2003, p. 59).

O trabalho informal, em termos gerais, abarca todas as formas de emprego que não estão previstas nas Leis Trabalhistas (CLT). Sendo assim, não obedecem às normas contratuais entre empregador e empregado. Muitas vezes, não há contribuição previdenciária, não possuindo cobertura de riscos ou benefícios complementares concedidos pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INSS).

A formalidade, ao contrário, garante todos os direitos trabalhistas e previdenciários do trabalhador, assim como a remuneração e direito à greve, além de, no âmbito do INSS, cobrir o salário maternidade, invalidez, aposentadoria e auxílios. Os entrevistados migrantes bolivianos, juntamente com milhões de brasileiros, estão à deriva e vulneráveis a todo tipo de

cobertura. Por isso, o trabalho informal também é conhecido como trabalho precário. A situação de trabalhadores migrantes bolivianos ganha contornos ainda mais complexos, pois estão envolvidas com a questão da falta de documentação, com os chamados indocumentados de fronteira, limitando ainda mais o acesso a serviços públicos, benefícios assistenciais e serviços bancários.

Nas conversas com um lojista, foi dito que se queria conhecer o funcionamento do comércio e as relações sociais e comerciais existentes. E eles respondiam: “Então você quer *conocer la atividade informal de nosotros*”? Evidentemente, outras autopercepções ocorrem e, normalmente, há uma visão negativa do trabalho vivido pelos bolivianos, conforme o quadro 17:

Quadro 17 – Narrativas de feirantes sobre a dificuldade do trabalho informal

É difícil ser feirante? “Sim, mas não tem o que fazer, né, não tenho outra profissão, tenho que sobreviver com isso aqui. Já acostumei, não tenho carteirinha (CRNM), não tenho informação. A carteirinha de permanência tem que ter água, luz e residência aqui, eles (Polícia Federal) vão visitar e ver”. **(João, 54 anos, ambulante, nascida em Potosi. Entrevista realizada em 6 de dezembro de 2023).**

Quando perguntado sobre a dificuldade de se trabalhar na feira livre: “a dificuldade é malandro, yo saio pra trabalhar 3 horas da madrugada, armo e desarmo a barraca sozinha. Agora temos segurança privada, antes a Prefeitura colocava segurança, agora não coloca nada”. **(Suzi, 54 anos, ambulante, nascida em Potosi. Entrevista realizada em 6 de dezembro de 2023).**

A senhora contribui para previdência para ser segurado? Não, porque é mais uma coisa pra pagar, né. Precisa de la plata, né. Na pandemia não recebemos nada de auxílio. **(Susan, 45 anos, feirante, imigrante pendular, nascida em Oruro. Entrevista realizada em 5 de dezembro de 2023).**

Fonte: Entrevista sobre a dificuldade do trabalho informal em dezembro de 2023.

Diante desses relatos, observa-se que a condição de trabalho informal na qual estão inseridos, segundo Bernardino e Andrade (2015), gera insatisfação e pouco retorno financeiro, condições que dificultam o acesso à saúde, educação, boa alimentação, além de diminuir a qualidade de vida do indivíduo.

A autorrepresentação do boliviano inserida na qualificação socioespacial e no trabalho informal fica evidente nesta afirmação: “*Acá é só pra trabajo mesmo. Acá é tranquilo, já soy acostumbrada. A senhora procura saúde no Brasil? No, só en Bolívia, porque é mais perto da*

minha casa, é mais fácil” (Dariuza, 45 anos, ambulante, nascida em Potosi. Entrevista realizada em 6 de dezembro de 2023).

As queixas em relação às dificuldades na profissão variam de migrante a migrante. Cada feirante ou lojista tem a sua percepção de acordo com a experiência vivida. Quando se conheceu a dona Dariuza, ela reclamava da falta de informação para aderir à previdência social e a burocracia para conseguir a regularização da situação de estrangeiro na Polícia Federal.

“*No tengo derecho aqui, derechos nada*”. (Dariuza, 45 anos, nascida em Potosi, imigrante pendular, vendedora de empanadas). A migrante sai de Puerto Quijarro, Bolívia, diariamente, para vender as empanadas de porta em porta em Corumbá. Dariuza trabalha há 10 anos vendendo empanadas.

Segue o registro da entrevistada:

Figura 35 – Ambulante, vendedora de empanadas



Fonte: Trabalho de Campo da pesquisadora, agosto de 2023.

A informante usa o território fronteiriço como recurso para o trabalho de ambulante. Conforme a entrevista: “*Yo pego táxi para venir e ônibus cuando termina no trabajo acá*”. Dariuza faz todos os dias o mesmo trajeto para trabalhar em Corumbá no serviço de ambulante. Muitas vezes, precisa suportar o calor ou a chuva para garantir o mínimo necessário no sustento de seus filhos. Ela se preocupava com o dia que vier a falecer: “*No tengo nem onde cair morta*”.

Quem possui um contrato de trabalho formal consegue, algumas vezes, aderir a um plano de saúde, assim como quem trabalha sob condições inseguras recebem a gratificação de insalubridade. No entanto, em se tratando de direitos para migrantes, os bolivianos se encontram

à margem da sociedade, à margem de direitos trabalhistas, previdenciários e acesso aos serviços públicos, como a saúde, por exemplo, pela situação de indocumentados, além do sentimento de insegurança, pois, a qualquer momento, as suas mercadorias poderão ser apreendidas pelos agentes da fiscalização. Desse modo, as vulnerabilidades são acentuadas para esses cidadãos, que não têm o direito à cidade.

Para entender essa qualificação, ao retomar o “urbano como horizonte” e como “problemática” (Lefebvre, 2004, p.103), é preciso considerar as contradições que marcam o uso do território, como o conjunto de objetos e conjuntos de ações, concentração e dispersão, centralidade e segregação, historicidade e História, desenvolvimento e crescimento, apropriação e dominação, entre outros fatores que sustentam o direito à cidade para imigrantes.

Ao reconhecer as posições do “urbano como horizonte”, percebe-se a divisão de trabalho como importante para a organização e funcionamento do capitalismo. O binômio formal-informal estabelece as normas e impõe obstáculos aos migrantes pendulares internacionais, afastando-os do “Direito à cidade, afastando, sem extinguir por completo, o ‘essencial do fenômeno urbano’, ou seja, a centralidade” (Lefebvre, 2004, p.110).

Quando foi perguntado quais direitos ela tem mais acesso e quais os que ela tem menos acesso no Brasil, ela respondeu: “*No tengo mucho derecho aqui, salud tan poco, no tengo documento, quisera ter, mi hija estudia en Bolívia, sempre en Bolívia*”. (Dariuza. Entrevista concedida em 12/12/2023, Corumbá-MS). Dariuza é um dos sujeitos considerados indocumentados, por não possuir CPF e/ou CRNM, e a falta de informação e de *la plata* faz com que ela viva em uma espécie de limbo documental e de ausência de direitos.

Um estudo feito por Barreto (2022), no Mestrado de Estudos Fronteiriços em Corumbá, considerou a falta de informação em acessar a Previdência Social pelos trabalhadores migrantes, especialmente os feirantes bolivianos. Os dados mostram a fragilidade no processo de comunicação por parte dos Estados Nacionais quanto à importância da previdência para o trabalhador migrante.

Ao se perguntar a Glória se foi difícil conseguir o CRNM, ela respondeu:

Foi difícil no começo, porque eu não tinha toda documentação que eles pediam, mas já consegui, tenho Pix, pago MEI (Microempreendedor Individual). Só não consegui o auxílio aqui, falam que eu não posso ter o Bolsa Família. Queria muito conseguir o Bolsa Família pra pagar meu MEI. Eu corri atrás desse MEI e consegui, faz tempo queria, agora posso ter conta em banco e facilita no comércio, ganho mais tendo o Pix. (Glória, 35 anos, ambulante, nascida em Potosi. Entrevista realizada em 15 de dezembro de 2023).

Segue os tipos de pagamento que atualmente são usados nas feiras de rua:

Figura 36 – Pagamentos via Pix e cartões de crédito dinamizados entre os feirantes



Fonte: Trabalho de Campo da pesquisadora, setembro de 2023.

O Bolsa Família¹³ é uma segurança nos momentos em que há uma baixa no movimento do comércio. Todavia, os entrevistados que têm dupla residência (uma no Brasil e a outra na Bolívia) enfrentam dificuldades para conseguir o benefício. Alguns feirantes possuem conta em banco ao lado do Brasil que mobilizam as vendas conforme a figura 36.

Conforme Antunes (2014):

A informalidade do trabalho resulta na ruptura dos laços formais de contratação e regulação da força de trabalho, apresentando um mecanismo similar à condição de precarização. Assim, tornam-se desprovidas de direitos, constituindo-se em um mecanismo central do capital para ampliar a intensificação dos ritmos e movimentos do trabalho, desencadeando um

¹³ As feiras livres representam para as famílias que recebem os benefícios sociais uma importante forma de se ter acesso a frutas, legumes e verduras. Por conhecerem a dinâmica comercial de uma fronteira, conseguem oferecer produtos com menores preços. A sua especialização é outro elemento que contribui para a preferência dada a elas, pois basicamente estão presentes em todos os bairros, em Corumbá e Ladário, semanalmente. Essa especialização, juntamente com os menores preços praticados, permite que as famílias de baixa renda tenham acesso a esses hortifrutis e roupas, pois não precisam se deslocar para realizar essas compras (Kukiel, 2022, p. 164).

importante elemento propulsor para a sua precarização estrutural (Antunes, 2014, p. 89).

Desumanamente, existem jornadas de trabalho que atingem 15 horas por dia, especialmente nas lojinhas, onde, normalmente, não existem janelas, pois os locais de comércio são improvisados nos galpões e garagens. Nesse sentido, a precarização do trabalho se estende na falta de humanização do sujeito, que precisa suportar o calor do ambiente sem ventilação. As crianças são as mais vulneráveis e sofrem com a insalubridade nesses espaços.

Segue quadro 18 com relações de doenças causadas pela vida na rua de trabalhadores na ordem da tipologia migratória abordada na pesquisa:

Quadro 18 - Relações de doenças causadas pela vida na rua de trabalhadores bolivianos

Complexidade da doença	Relações de doenças causadas pela vida na rua	Quem atinge?
As mais simples	Stress	Todos os feirantes entrevistados, lojistas e ambulantes de qualquer idade.
	Enxaqueca	Todos os feirantes entrevistados, lojistas e ambulantes de qualquer idade.
	Gripes e resfriados	Todos os feirantes entrevistados, lojistas e ambulantes de qualquer idade.
	Problemas de pele	Quatro feirantes e ambulantes entrevistados.
	Alterações na pressão sanguínea	Cinco feirantes de idade avançada que foram entrevistados.
As mais graves	Problemas no coração	Seis feirantes, dois lojistas e um ambulante de idade avançada que foram entrevistados.
	Covid	Todos os feirantes entrevistados, sendo quatro lojistas e dois ambulantes de qualquer idade que foram entrevistados.
	Doenças na coluna vertebral	Alguns feirantes e lojistas de qualquer idade.

	Insolação	Quinze feirantes e ambulantes entrevistados.
	Artrose	Quatro lojistas a partir de 58 a 65 anos que foram entrevistados.
	Trombose	Cinco feirantes entrevistados a partir de 60 anos de idade.

Fonte: Organizada pela autora (2025).

É importante salientar a presença da trombose nos feirantes entrevistados em idade avançada, um dado que deixou surpresa pelo fato da gravidade da doença e por não ser tão comum. A artrose também foi um achado nos lojistas entrevistados, quem tem a doença salienta que a má alimentação, deficiência nutricional e a obesidade são fatores que provocaram a enfermidade.

O relato da Suzi, boliviana de 62 anos, que está à espera de uma cirurgia pelo SUS, demonstra preocupação com a morosidade nos atendimentos: “...eu tenho Artrose, eu vou no SUS, mas pra fazer cirurgia demora muito.” (Entrevista realizada com Suzi em 28/08/2023).

A insolação, de fato, é a mais comum, pois faz muito calor em Corumbá e a situação de exposição diária ao sol pelo trabalho deixa essa situação mais evidente. A doença cardíaca foi observada, sendo maioria nos homens feirantes que alegaram tomar medicamento para pressão arterial. A covid-19 foi outro alarmante, pois todos os feirantes entrevistados contraíram e alguns deles necessitaram de internação no Brasil ou na Bolívia.

Outro fato importante de mencionar é que dados reforçam a maior vulnerabilidade das mulheres à divisão sexual do trabalho, pois são as mães que cotidianamente estão à frente da banca ou da lojinha, com a responsabilidade de gerência e, juntamente, do cuidado dos filhos. Quando estes ainda não estudam, permanecem com as mulheres no comércio. Junta-se a isso a dupla jornada de trabalho com os cuidados e manutenção da casa, função que cabe histórica e culturalmente às mulheres, deixando-as mais sobrecarregadas. “As mulheres passam por um conjunto de pressões que ocorrem ao se desempenhar os papéis profissional, pessoal e familiar, fazendo com que o atendimento a todos esses papéis desempenhados simultaneamente torna difícil a conformidade entre eles” (Lemos; Barbosa; Monzato, 2020, p. 45).

No depoimento da dona Vilma, destaca-se a situação do trabalho informal para as mulheres e a forma de precariedade do movimento internacional feminino.

Eu cheguei aqui com 8 anos, trabalhei como babá, depois como lavadeira, faxineira, já fiz de tudo pra trabalhar. A gente não tem tempo pra ir no médico, amanheço e anoiteço trabalhando, fecho aqui, às vezes, 22 horas da noite. Não volto pra Bolívia porque não tem mais nada lá, não tenho casa, aqui tenho casa e trabalho, por mais sofrido que seja, estamos aqui lutando pelo pão de cada dia, com ajuda do papai do céu. (Vilma, 55 anos, lojista, imigrante, nascida em Oruro. Entrevista realizada em 11 de novembro e 2024).

Nos estudos de Moraes (2023), no Mestrado em Estudos Fronteiriços em Corumbá, a negação, a sublimação, a racionalização, o uso de brincadeiras no horário do expediente, a passividade, o distanciamento do cliente são exemplos de estratégias defensivas que podem ser empregadas pelos trabalhadores de forma coletiva ou individual e evitam que o indivíduo tome consciência do próprio sofrimento, podendo levar a uma falsa sensação de estabilidade.

Enfim, se as doenças são fruto de um trabalho informal precário, visto a vulnerabilidade dessas pessoas, até que ponto a busca por alternativas de cura está relacionada a essa condição, haja visto que o acesso à saúde no Brasil para imigrantes tem suas limitações? Outros trabalhadores populares formalmente não agem assim? Parece que este tipo de visão está ligado à lógica de acumulação e da divisão social do trabalho a que os imigrantes estão assujeitados.

4 “O QUE ELES FAZEM É MUITO INJUSTO COM A GENTE”: CONFLITOS E TENSÕES SOCIAIS

Eles jogam creolina nos queijos dos feirantes, não é todos que fazem esse tipo de maldade (Pedrinho, feirante. Entrevista realizada em 11 de novembro de 2023).

Sai-se de uma esfera local de análise para entrar em uma outra mais ampla, baseada nos princípios da alta política, nomenclatura conhecida nos grupos de estudos de Oliveira (2020) e que norteiam toda atividade policial no combate ao contrabando e descaminho.

Aqui, os entrevistados são vistos como sujeitos que infringem a lei, conhecidos como contrabandistas, ou seja, aqueles que importam ou exportam mercadoria proibida, no todo ou em parte, e não paga o imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria.

Visitaram-se os órgãos públicos da Polícia Federal, Receita Federal e Polícia Rodoviária Federal seis vezes durante a pesquisa para a entrevista. No entanto, as conversas¹⁴ mais proveitosas foram fora das instituições, nos diálogos informais feitos nas rodas de amigos, nos bares, restaurantes e em casa.

O registro desse material se fez com anotações no Diário de Campo e escritas posteriores. Priorizava-se, sempre que a ocasião fosse possível, a entrevista realizada na casa do informante, e não em lugar público. Quando ela era previamente agendada, principalmente, a conversa era gravada e, posteriormente, transcrita.

Com os informantes mais próximos, foi possível retornar as questões que geraram dúvidas várias vezes e checar mais apreensões a fim de relatar as informações. Os episódios apresentados aqui, embora tenham suas especificidades locais, são comuns em outras fronteiras e centros urbanos, pois o estabelecimento e ampliação de mercados de rua, bem como a comercialização de drogas e contrabando estão em escalas transnacionais.

De um lado, tem-se a fiscalização federal e municipal, a Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Receita Federal (RFB), a Prefeitura Municipal de Corumbá, os lojistas e os empresários locais; de outro, os imigrantes pendulares internacionais bolivianos, feirantes (regulares e irregulares), lojistas e ambulantes. Num polo, está o mundo das leis e

¹⁴ As entrevistas não se distinguem das conversas, aproximando vários pontos da trajetória do indivíduo, apresentando sempre um cunho informal, errático mesmo, aberto à subjetividade e aceitando a memória com a sua parcela de invenção e reflexividade (Cardoso, 1986).

regras norteado pela “alta política”, legalidade e formalidade. Noutro, desafiando limites e barreiras internacionais, estão os migrantes, trabalhadores informais e os ilegais.

Sendo assim, um dos pontos que se abordada nesta seção é a questão do legal e o ilegal para além da ordem jurídica e como categorias relacionais de pensamento, compreendendo a relação estabelecida pelas autoridades que o ilegal é o outro; legal deste lado, ilegal do outro lado.

Outra questão é o discurso legitimador do trabalho e da sobrevivência contra as ordens de apreensão (ideias morais e de justiça contra os atos de estado) e a produção da configuração social do trabalho, ou seja, os sentidos de trabalho que são mobilizados como trabalho-sobrevivência, trabalho-ascensão, trabalho como discurso moral e de combate ao estigma, trabalho como a ideia que está somente cumprindo ordens superiores (os fiscais que apreendem mercadorias), bem como a reflexão de trabalhadores *versus* clandestinos/ilegais/contrabandistas/mulas, entre outros.

Entretanto, o objetivo aqui não é justificar a ilegalidade dos informantes, muito menos dar juízo de valor ao binômio legal-ilegal, uma vez que se pretende interpretar essa dualidade e a dimensão do conflito existente. Embora essa divisão seja real e operacional, ela não é tão rígida assim, pois, no âmbito das trocas cotidianas, a baixa política, que são os agentes públicos que estão em fronteira, face a face, os dois extremos (formalidade-informalidade, legalidade-ilegalidade) interpretam-se e complementam-se.

No campo de pesquisa com as autoridades, percebe-se a lógica que está por trás das grandes operações policiais e de fiscalização, especialmente a Receita Federal. Parte-se da análise dos atores sociais (agentes públicos) que percebem a fronteira como lugar de controle e vigilância, compreendendo as mais diferentes atividades lícitas ou ilícitas e como essas atividades constituem as interações entre as populações de fronteira.

A partir daí, analisar-se-á a dimensão do conflito entre policiais e imigrantes bolivianos por meio das vozes das diferentes formas de como esses migrantes usam a fronteira. Ademais, como a qualificam como recurso econômico e social na lógica do diferencial fronteiriço, produzindo redes de sociabilidade por meio dos negócios ilícitos que geram dinheiro e mobilidade, a partir da formação de redes do contrabando e do comércio de drogas na fronteira.

4.1 As instituições de fronteira: a questão das autoridades

Os maiores desafios para o atendimento das normas estabelecidas pela Receita Federal não consistem essencialmente no custo do adimplemento, mas na cultura tendente à burla das normas fiscais e da persistência na

indocumentação. (Entrevista realizada com agente público da Receita Federal em 18/10/2024).

Segundo Moretti (2015, p. 28), a fronteira é a passagem para o desconhecido, do interior do Estado-Nação para suas margens, de um território a outro, onde se desenrolam processos de construção do estrangeiro. Ao caricaturar os habitantes das fronteiras, estes são excretados do corpo da nação, contidos em subclasses.

Moretti (2015) retrata ainda a figura do Outro, do estrangeiro que está em processo de aprendizado com o novo espaço, reconhecendo o território com estratégias de uso. Esse processo de construção pode fazer com que as pessoas sejam vistas pelos nacionais (brasileiros) como quem está sempre querendo “dar o golpe”, consolidando-os como eternos portadores de provisoriiedades e constituintes de ilicitudes.

A invisibilidade aqui é operada a partir da questão da construção da territorialidade, visto que a inferioridade do migrante é dada como uma vantagem no território, pois existe o direito de ser lembrado (políticas públicas), mas também existe o direito de ser esquecido.

O direito ao esquecimento se traduz na liberdade do movimento, afinal, se existe a regra, existe também a possibilidade de a burlar mediante as relações sociais. No entanto, nem sempre é possível manter um bom relacionamento entre os atores, pois existe o conflito de interesses e desequilíbrios de poder entre as partes, é nesse sentido que nasce o confronto. Quando a solidariedade falha e a diferença se sobressaem, o conflito aparece (Velho, 1996, p.200).

Entrevistaram-se policiais federais, policiais rodoviários federais, agentes de fiscalização da Receita Federal e fiscais de posturas municipais que atendem especificamente as demandas de imigrantes bolivianos. As instituições têm atribuições diferentes, mas a lógica é mesma: combater ilegalidades. No entanto, a complexidade existe, pois, apesar do conflito, a qualificação socioespacial permite relações de trocas e solidariedade entre imigrantes e policiais. Em um dia, a barraca do Pedrinho foi interditada e todos os seus produtos apreendidos por agentes de fiscalização da Receita Federal; no outro dia, os mesmos agentes passeavam na feira de domingo para comer pastel com suco de laranja e comprar verduras; o sr. Pedrinho os avistou e acenou com a mão.

Isso parece ilógico, mas é como funciona essa fronteira com as autoridades institucionais que seguem a alta política¹⁵ e estão vinculados hierarquicamente ao patamar de

¹⁵ Anderson (1994) identificou uma hierarquia política muito interessante; nela, a alta política é definida como a esfera onde a Defesa e as relações exteriores são as principais responsáveis pelos aspectos mais elevados da administração do Estado. Ao passo que a baixa política está no campo cotidiano das esferas que lidam diretamente com as políticas traçadas pela alta política (Oliveira, 2022, p. 15).

cima. Desse modo, as normas, as regras institucionais, a forma de abordagem, a postura para agir diante de uma batida, tudo está vinculado à rede institucional que eles aprenderam e a qual são pertencentes. No entanto, a contrariedade se impõe no espaço, pois as relações sociais da fronteira vivida independem da lógica da alta política.

4.1.1 Combate ao contrabando de mercadoria e ao narcotráfico

Até o momento, discorreu-se sobre a transterritorialidades de imigrantes pendulares internacionais. Agora, qual é a mola propulsora desse movimento? O que leva os bolivianos a atravessarem a fronteira e a adentrarem ao grande centro urbano na cidade de Santa Cruz de la Sierra, Bolívia? Certamente são as mercadorias, os produtos falsificados que geram o mercado transnacional. São produtos, em sua grande maioria, provenientes da China (fabricação *Made in China*), que chegam a Bolívia e são escoados no Brasil por milhares de pessoas. Tais produtos podem ser encontrados tanto em uma lojinha de boliviano quanto em uma rede de supermercados da cidade de Corumbá.

Essa prática não é apenas uma realidade vista nas fronteiras, pois é comum em muitas partes do Brasil e do mundo, porém, ela pode ser mais notada em uma região de fronteira, seguindo a condição fronteira conhecida. A história se apoia na experiência de uma fronteira com pré-disposição ao contrabando.

Há muitas facilidades na comercialização desses produtos. Primeiramente, não há cobrança de impostos fiscais, visto serem produtos contrabandeados que atravessam a fronteira e entram em Corumbá por vários caminhos e diversos esconderijos. A porta de entrada são as estradas vicinais (chamadas de cabriteiras) ou até mesmo a “porta principal”, que é o Posto de Fiscalização Terrestre, conhecido como Posto Esdras.

Dorfman (2009) fez um estudo sobre os contrabandistas na fronteira gaúcha. Nesse território:

Há uma sobreposição entre a prática do contrabando e a cultura da fronteira, que articula ainda outros índices como o portuñol, as famílias mistas, a política transfronteira, a música e a literatura gaúchas. O folclore e a poesia da margem atribuem à região fronteira valores como liberdade, autenticidade, criatividade e tradição, alinhando-se aos marginais para exaltar suas iniciativas. (Dorfman, 2009, p.233).

De acordo com a autora, existe uma aproximação entre mobilidade em estudos de fronteiras a partir do cotidiano, que são as práticas sociais e culturais exaladas no território. A

repetição do movimento não se resume ao caráter de pendularidade, pois a base da mobilidade não é a repetição no território propriamente realizado, mas a motivação que determina essa repetição. Assim, cria-se o jogo de mobilidades na fronteira.

A condição fronteiriça está atrelada “à cultura tendente à burla das normas fiscais”, como mencionado pelo agente da Receita Federal. Dessa forma, dá-se a essa condição as particularidades da vida local. Considerando Dorfman (2009):

Às opções disponíveis e restrições impostas aos moradores da fronteira, correspondem habilidades por eles adquiridos em vários campos, que permitem que os fronteiriços se comuniquem, se relacionem, trabalhem, produzam bens materiais e imateriais adequados ao lugar em que habitam. As especificidades da fronteira podem ser resumidas na expressão condição fronteiriça (Dorfman, 2009, p. 245).

Conforme a autora, as especificidades em escala local partilham dos aproveitamentos de ordem econômica, que favorece ao abastecimento das redes internacionais ilegais. É preciso, portanto, entender a dupla condição da fronteira (condição fronteiriça e diferencial fronteiriço): ora como passagem, ora como barreira; ora como local de trocas e fluxos, ora como limite dos Estados, onde operam os aparatos de controle e vigilância.

Assim como Dorfman (2009) analisou a condição fronteiriça em Santana do Livramento/Rivera, para esta pesquisa, a condição fronteiriça influencia na qualificação socioespacial do território fronteiriço, sendo organizado pelos agentes territorializados. Nesse sentido, existe a unificação de um conjunto de objetos (como acontece com as redes de fornecimento de gás natural da Bolívia para o Brasil). Há casos em que se duplicam objetos (como as feiras livres que abastecem as redes de supermercados em Corumbá com hortaliças, por exemplo), casos em que se constroem novos objetos (para demanda de imigrantes na fronteira foi criada a Casa do Migrante, em Corumbá, em 2020), casos em que se reforçam os mesmo objetos (com a construção da Delegacia de Polícia Rodoviária, em Corumbá, demandado um contingente de agentes públicos, civis, militares e administrativos para administrar as barreiras e limites nacionais), casos em que a diferença é ampliada (pela construção do Outro) e casos em que a diferença é esquecida (seja pela construção familiar mista, compartilhamento culinário, trocas e relações sociais que aproximam os povos, legalidades limítrofes, entre outros). Há ainda casos em que a diferença atrai formas extraterritoriais e agentes internacionais (zona franca, free shop, imigração).

As redes transfronteiriças ligadas pela ordem econômica (regulares, informais, lícitas ou ilícitas) gerada pelo diferencial fronteiriço qualifica a fronteira. Assim, é o comércio

transfronteiriço ilegal e legal (contrabando, descaminho, narcotráfico, empresas transnacionais, como as transportadoras e de produtos químicos, sendo muito comum no território pesquisado) que movimenta e produz relações sociais interdependentes entre o formal e o informal, bem como o legal e o ilegal. Logo, sob esse aspecto, conjuntos de objetos e conjuntos de ações indissociáveis determinam a condição fronteiriça, favorecendo a economia das cidades gêmeas, fortalecendo sua centralidade.

As mercadorias são encontradas pelos agentes públicos em sacos usados por “sacoleiros”, misturados com vestuários e produtos alimentícios típicos da Bolívia, como o *chuño*, por exemplo, carnes suínas e *quesillo cochabambino* enrolados em roupas. Quando perguntado a um agente qual foi o produto mais inusitado que ele encontrou durante uma fiscalização, a resposta dele, rapidamente, foi essa: “É muito comum o boliviano carregar feto de lhama empalhado¹⁶ em suas sacolas”.

A partir das observações no campo com as autoridades policiais e com os migrantes, percebe-se que, ao mesmo tempo em que a fiscalização é rigorosa e intensa nessa fronteira, ela acaba concentrando os seus esforços sobre determinados produtos, relaxando em outros.

Quais os produtos que são mais apreendidos pela Receita Federal de imigrantes bolivianos?

Os produtos mais apreendidos são combustíveis, vestuário, artesanato e pneus. (Chefe da Receita Federal do setor da migração. Entrevista realizada em 18/10/2024).

Quais os produtos que são mais apreendidos pela Polícia Federal de imigrantes bolivianos?

Vestuário e produtos alimentícios como os chuños, milhos e queijos. (Chefe da Polícia Federal do setor da migração. Entrevista realizada em 18/10/2024).

Segue o mosaico de apreensões de mercadorias de bolivianos na fronteira pelos agentes da Polícia Federal, no ano de 2022, em Corumbá-MS:

¹⁶ A cultura boliviana atribui ao feto de lhama o significado de “amuleto da sorte”. Na casa das bruxas que vivem em La Paz, a feitiçaria promete que coisas boas vão acontecer na vida de quem seguir a receita com feto de lhama mumificado. “Pegue um feto de lhama empalhado, enrole com tecidos, queime com álcool e enterre em sua casa, se quiser ter coisas boas em sua vida”. (Vilma, lojista, nascida em La Paz. Entrevista realizada em 04/10/2024). O feto é comprado nas casas de feitiçaria e podem ser cobrado por valores entre R\$ 4 e R\$ 150, dependendo do tamanho da “sorte” que se deseja.

Figura 37 - Apreensões de mercadorias de bolivianos na fronteira pelos agentes da Polícia Federal, no ano de 2022, em Corumbá-MS





Fonte: Arquivo da pesquisadora. Registros concedidos pela Polícia Federal em 22 de outubro de 2024.

No caso da Polícia Federal, o que está no topo das apreensões é a cocaína e é por este motivo que eles verificam o caminhão com transporte de milho (A), revistam malas (D) e reviram os sacos de roupas (C), pois a prioridade está em encontrar droga escondida nos lugares mais inusitados. Conforme Pedrinho, feirante, “os *chuños*, os brinquedos e as sacolas de roupas são porcarias para eles”, ou seja, não são a prioridade no trajeto das apreensões.

Essas imagens foram concedidas pela Polícia Federal, no dia 22 de outubro de 2024, e revelam as principais apreensões predominantes de mercadorias de bolivianos. Contudo, o foco está na droga, mas quando são encontrados muitos sacos de roupas **(E, F)** ou um caminhão contendo milho, conforme as imagens, essas mercadorias contrabandeadas são apreendidas e os bolivianos presos.

Os combustíveis, conforme **a figura B**, são produtos que normalmente são apreendidos na fronteira, existe o comércio de combustíveis realizados em galpões ou em casas próprias de bolivianos para a venda de gasolina. Assim, eles compram da Bolívia e revendem para brasileiros. Muitos corumbaenses abastem os seus carros com esses combustíveis, pela questão do baixo custo em comparação aos preços de combustíveis no Brasil. No entanto, quando achados pela PF, os galões são apreendidos.

Conforme as imagens a seguir, segue o principal crime combatido na fronteira Brasil-Bolívia e as diversas formas de esconderijo da cocaína ou pasta base:

Figura 38 - Apreensão de cocaína



Figura 39 - Cocaína encontrada na capa da mala

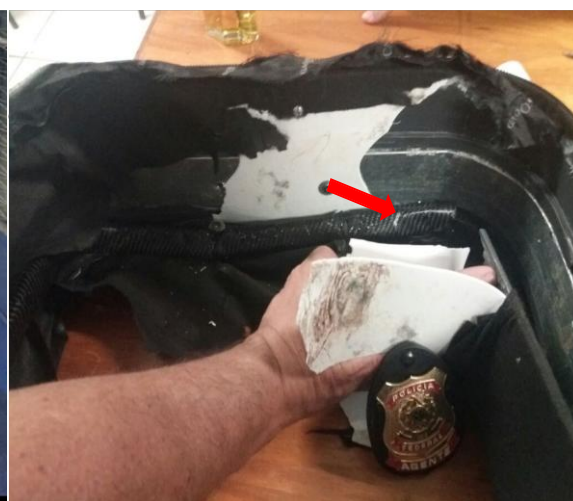


Figura 40 - Narcoste positivo nas folhas de papel e mantas

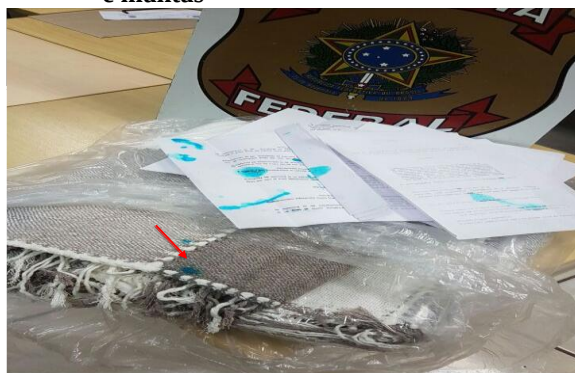


Figura 41 - “Mocós” em veículos (ônibus)



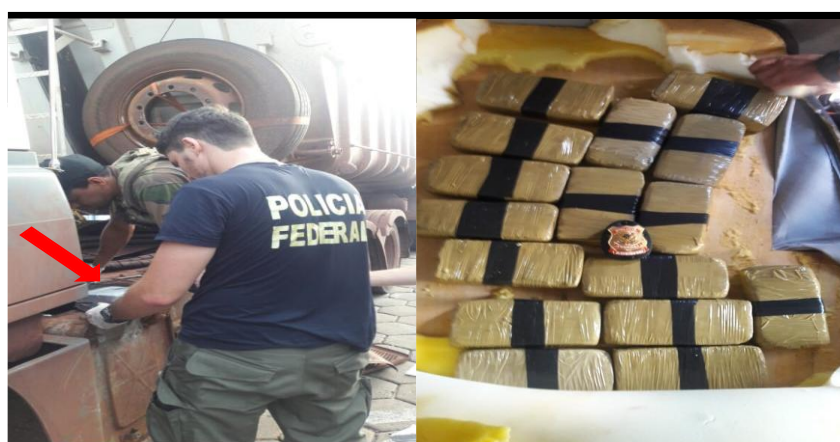
Figura 42 - Droga encontrada em chinelos



Figura 43 - Droga encontrada em embalagens de sopa



Figura 44 – Cocaína localizada nas ferragens de um caminhão



Fonte: Arquivo da pesquisadora. Registros concedidos pela Polícia Federal em 22 de outubro de 2024.

A cocaína é a principal apreensão da PF nessa fronteira pelo fato de Corumbá ser uma das principais porta de entrada de cocaína e pasta base boliviana, o que torna em alto grau o comércio de drogas na cidade nas chamadas bocas (pontos de droga). Assim, com os registros da PF e as apreensões que ocorrem diariamente, seja por brasileiros e/ou bolivianos, percebe-se que as mobilidades são mais fluidas nesse tipo de trabalho.

As mobilidades existem no comércio de drogas, tanto no atacado quanto no varejo, transformando o território-rede em redes do narcotráfico, como ensina Hasbaert (2015), dividindo em facções criminosas que configura territorialidades e níveis de estratégia usados na organização.

São diversas as possibilidades para esconder a droga, conforme as figuras 39 a 44: em mocós de ônibus (que são locais feitos de forma artesanal para o esconderijo da droga), capa de mala, cocaína em papéis sulfites, em chinelos, em envelopes de sopa, nas ferragens de um caminhão. Esses são alguns exemplos de esconderijos com os quais os policiais já se habituaram por serem recorrentes na fronteira.

Pedrinho relatou que “eles jogam creolina nos queijos dos feirantes, não é todos que fazem esse tipo de maldade” (Pedrinho, feirante. Entrevista realizada em 11 de novembro de 2023). Foi-se investigar sobre o uso de creolina nos produtos de feirantes, e o agente público da Polícia Federal (PF) respondeu que, na verdade, é um produto chamado narco teste, figura 40, que serve para identificar entorpecentes presente em qualquer tipo de mercadoria. Conforme a imagem, foi feito o teste nas mantas e em folhas de papel. Os agentes pingam o produto nas mercadorias que eles desconfiam que podem conter entorpecentes e, quando existe a presença da droga, a mercadoria ou o papel, conforme a imagem, ficam azulados, mostrando que o teste foi positivo para a presença de droga.

Percebe-se que esse tipo de comércio tem as próprias configurações no território e diversos atores atuando no crime organizado. As normas são gerenciadas pelos esquemas e a junção com os agentes estatais garantem a segurança da mercadoria. Oliveira (2013) denomina de mercadoria política:

A mercadoria política vem aumentando nos últimos anos, justamente pelo aumento da fiscalização das fronteiras, principalmente após a demonstração de força do PCC nos grandes centros urbanos brasileiros, como também devido à pressão internacional, sobretudo estadunidense, para um maior controle das fronteiras contra esse tipo de crime e da divulgação de reportagens sobre as fronteiras como áreas da “criminalidade”. (Oliveira, 2013, p. 96).

Entretanto, quando não existe a segurança da mercadoria, o risco de “cair na fiscalização” é grande. Existem a presença dos “mulas”, que são o elo mais fraco na organização criminosa, visto que são pagos para “cair” mesmo numa apreensão, pois eles vão à frente com uma pequena quantidade de droga escondida no corpo ou engolida para distrair a fiscalização e conseguir passar um caminhão ou um carro com maior quantidade de droga.

Entender como funciona as modalidades do trabalho “ilegal” é afastar-se de qualquer tipo de julgamento, pois eles estão inseridos no trabalho, mesmo que ilícito. São pertencentes às territorialidades e às mobilidades que caracterizam a dinâmica do cotidiano no território fronteiriço.

Pedrinho esclarece: “Aqui temos que ser favorável ao sistema fronteiriço, porque vivemos disso. Os bolivianos aqui gastam aqui, o mercado é livre”. (Pedrinho, feirante. Entrevista realizada em 11 de novembro de 2023). O que Pedrinho gostaria de apontar é que o primeiro fator de possibilidade de negócios ocorre pelo diferencial fronteiriço, seja a partir da existência de câmbios distintos de moedas, seja a partir da existência de legislações diferentes

entre os países (Oliveira; Costa, 2012). Assim, os diferentes câmbios e moedas – real, boliviano ou dólar – facilitam negociações e trocas comerciais. No interior do universo da comercialização, nas feiras ou nas lojinhas de bolivianos, existem redes interligadas entre si.

Telles (2009) explica:

São redes que atravessam fronteiras, articulam centros comerciais espalhados em vários pontos do planeta e se territorializam sob as diversas modulações do chamado mercado informal em expansão nos centros urbanos do Primeiro Mundo, em particular nas cidades de fronteira, situadas nos pontos de conexão entre esses vários circuitos, muitas delas ponto de chegada de vagas migratórias anteriores e que agora se redefinem nessa cartografia mutante do mundo contemporâneo (Telles, 2009, p. 159).

Costa (2014) explica que muitos cruzam as fronteiras diariamente, o que configura a fronteira como um lugar privilegiado

para pensar sobre negócios, sobre limites, sobre intercâmbios no limite do regulamentado, sobre as vidas daqueles que ganham sua vida através desses limites (é no aproveitamento dos diferenciais derivados desse pertencimento a espaços econômicos diferentes, que encontramos uma das motivações que mobilizam o comércio. (Costa, 2014, p.216).

É, sobretudo, a solidariedade e ajuda mútua que mantêm coeso o sistema fronteiriço. Em tais princípios, existem feirantes e lojistas que burlam as regras formais estabelecidas pela alta política e passam dificuldades com a fiscalização, com o transporte de mercadorias no “corredor” do contrabando, descaminho ou narcotráfico.

Há mobilidades entre migrantes que fazem “bico” para o crime organizado, são os “mulas”, aqueles que atravessam a fronteira com drogas escondidas em várias partes do corpo ou dentro do estômago. Conforme o agente da PF, 80% das prisões de mulas são de nacionalidade boliviana. Seguem as imagens de “mulas” com droga no corpo:

Figuras 45 e 46 - Mulher com droga escondida nas costas e no peito, e na figura 46, uma criança transportando droga nas partes do abdômen, tórax e costas



Fonte: Arquivo da pesquisadora. Registros concedidos pela Polícia Federal (2024).

As imagens revelam as mobilidades de “mulas”, imigrantes bolivianos que transitam o território com drogas escondidas pelo corpo ou dentro do estômago, chamados de “engolidos”. As mulheres carregam os filhos com tablets de cocaína que são colocados nos corpos dos pequenos. Essa prática é comum na fronteira por achar que não serão pegas, essas mobilidades de mães com seus filhos são recorrentes. Assim, as mulas bolivianas têm um número alto nas apreensões e não precisam do serviço de inteligência para o descobrimento, pois os policiais possuem um protocolo de abordagem e revistas que identificam os corpos com a presença da droga.

Aqui a fronteira se revela por meio dos corpos, como uma dimensão corpórea da fronteira. A razão de ser migrante, como Sayad (1998) explica, é complexa, dado que o viés econômico não sustenta a permanência desses migrantes na cidade e eles se sujeitam a transportar droga. A predominância está nas mulheres, sendo o maior número de apreensões nessa categoria de trabalho.

Conforme a pesquisa de Giovanni¹⁷(2013):

¹⁷ Giovanni (2013) analisou o comércio de drogas na fronteira e fez a etnografia das bocas na cidade de Corumbá, ou seja, como funciona o comércio de drogas na cidade na lógica da rede familiar e geracional do comércio de cocaína e pasta base. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços (2013). Para esta pesquisa, a linguagem é mercadoria contrabandeada, todavia, tanto o combate ao narcotráfico quanto o combate ao contrabando seguem a mesma lógica.

O mula corresponde a todas as pessoas que levam alguma quantidade de droga (pasta base ou cocaína) para fora da fronteira. Penso que há um paradoxo em torno do mula, ao mesmo tempo em que é uma peça descartável, é também fundamental para o elo instável dessas redes. Descartável e fundamental, mas como explicar sua condição? Tentando entender essa dinâmica de envio observa-se dois tipos de mulas; o primeiro é o que cai em operações policiais, o “boi de piranha”, aquele que “cai”. E que é de sabedoria popular e engodo policial-midiático, que mostram essas prisões de forma espetacularizada, a fim de demonstrar que suas funções estão sendo feitas e estão surtindo efeito no combate e repressão do tráfico de drogas. Esses mulas são frequentemente presos nos postos da polícia rodoviária na BR-262, na saída de Corumbá, no posto policial do lampião acesso. Geralmente são presos com pouca quantidade de drogas e na sabedoria popular “são entregues para passar uma quantidade maior” (Giovanni, 2013, p.60) .

Conforme entrevista realizada com agente público da Polícia Rodoviária Federal (PRF), ele explica:

Aqui, na Delegacia de Polícia Rodoviária, prendemos todos os dias mulas de nacionalidade boliviana. Sabemos que eles não são os donos da droga, porém, eles estão transportando o entorpecente. São pessoas altamente vulneráveis e que o crime (a rede de narcotráfico) coagem essas pessoas, valendo-se das suas vulnerabilidades. Então, são muitas mulheres, até mesmo com filhos, que são presas com drogas. As migrantes com filhos passam pela fiscalizando achando que não serão pegadas, no entanto, o serviço de inteligência já acompanham essas situações e conhecem, de fato, que existe. (Agente de Polícia Rodoviária Federal em Corumbá. Entrevista realizada em 25/10/2024)

Quando questionado como funciona a abordagem policial de rotina (ou não) para imigrantes de nacionalidade boliviana, o agente respondeu:

A fiscalização com estrangeiro e com o brasileiro ela é praticamente a mesma. Trabalhamos numa rota internacional de tráfico. A delegacia de Corumbá é responsável pela maior quantidade de cocaína apreendida do país que entra pela fronteira. Só no ano passado (2023) foram apreendidas mais de três toneladas de cocaína, e diferente da maconha, a cocaína tem um valor de mercado muito alto. Portanto a fiscalização com estrangeiro ela costuma ser mais meticulosa, mas detalhada, justamente pela estatística presente aqui de estrangeiro trazendo esses ilícitos (Agente de Polícia Rodoviária Federal em Corumbá. Entrevista realizada em 25/10/2024).

Conhecendo os entrevistados, nota-se muita passividade deles diante de uma apreensão, eles cooperam com os policiais, ajudam a carregar a mercadoria e não agem com violência. O agente público da PRF confirmou essa postura em relação à passividade:

Realmente, essa sua pergunta é interessante, porque essa fronteira Brasil-Bolívia é bem diferente da fronteira Brasil-Paraguai em relação à abordagem policial, pois os bolivianos não agem com violência em relação aos paraguaios, por exemplo. Então, durante a fiscalização, de fato, eles são muito passivos, eles contribuem com a fiscalização, eles, de pronto, já informam ali quanto que eles vão receber pra transportar a droga, de onde que veio a droga. Então, eles são bem solícitos, aqui, eu atuo desde 2015, quando inaugurou a Delegacia de Polícia Federal em Corumbá, e, durante esse tempo, não vi nenhum caso de violência em relação ao boliviano durante a fiscalização e/ou prisão. Normalmente, são os brasileiros que agem com desrespeito e violência. Diferentemente dos colegas de Dourados-MS e Ponta Porã-MS, lá a violência é muito maior em relação ao estrangeiro, no caso de eles trocar tiro com a polícia, diante dos “cavalos doidos”, né, que são os carros “recheados” de maconha. (Agente de Polícia Rodoviária Federal em Corumbá. Entrevista realizada em 25/10/2024).

As “mulas” ganham por quantidade de droga a ser levada e, normalmente, são pessoas extremamente vulneráveis, assim como mães e filhos que passam por dificuldades financeiras e se arriscam para conseguir *la plata* no corredor do narcotráfico. No entanto, quando são pegos, cooperam com a fiscalização e não costumam agir com violência, conforme a entrevista com o agente público.

Cabe lembrar que as mobilidades internacionais de “mulas” nessas redes, no atacado ou no varejo, estão situadas em meio a um campo de várias forças com atores que lucram com a atividade ilícita, cada um do seu jeito, transformando em territorialidades e território-rede. Um policial no meio da entrevista relatou a seguinte questão: “Nós somos treinados para desconfiar de tudo e de todos” (agente da Polícia Federal, entrevista realizada em 10/09/2024). No entanto, a desconfiança é maior e mais intensa para os entrevistados por serem de nacionalidade boliviana, e essa prática não deixa de ser diferente em outras fronteiras, como Brasil-Paraguai. Dessa forma é que funciona com outros estrangeiros, ou seja, com os “Outros”.

Cotidianamente, os fiscais da RFB realizam operações agendadas por semana. Existe um cronograma seguido para a fiscalização em estabelecimentos comerciais já conhecidos pelo órgão (lojas de bolivianos localizadas no centro da cidade, normalmente, são alvo de apreensões todos os anos).

Segue a figura 47 das mídias jornalísticas sobre apreensão de mercadoria nas lojinhas de bolivianos localizadas no centro de Corumbá.

Figura 47 - Mídias jornalística da apreensão da Receita Federal

diarionline.com.br

Operação Terminus apreende seis toneladas de mercadorias irregulares

Rosana Nunes em 16 de Agosto de 2024

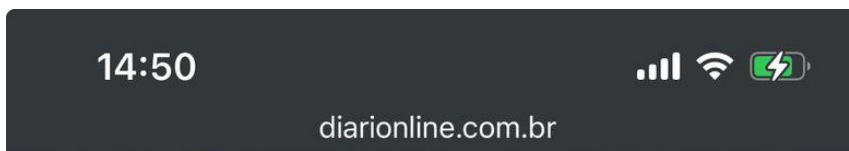
Divulgação/Receita Federal



Ação conta com atuação da Receita, PF, PM e Mapa

Cerca de seis toneladas de mercadorias irregulares foram apreendidas pela Alfândega da Receita Federal de Corumbá, na 2ª fase da *Operação Terminus*, em parceria com a Polícia Federal, Polícia Militar e o Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento.

Divulgação/Receita Federal



Anabolizantes apreendidos durante operação

Durante a operação, foram realizadas fiscalizações no Posto Esdras, fronteira com a Bolívia; estradas vicinais; no Posto Fiscal Lampião Aceso, na BR-262 e em lojas do comércio local.

As ações aconteceram nesta semana e resultou na apreensão de diversas sacas contendo produtos in natura, grande quantidade de anabolizantes para equinos, brinquedos, madeiras nobres, eletrônicos, vestuários contrafeitos (marcas falsas), todos sem documentação legal.

Além de combater ilícitos transfronteiriços, a operação facilita a troca de experiências entre as equipes, que contribuem com expertise e especialização.

O nome *Terminus* faz alusão ao deus romano protetor das fronteiras.

Siga o **Diário Corumbaense** também no **Instagram**. Acesse o [link e clique em seguir](#).

A pesquisadora estava presente na apreensão que resultou essa mídia jornalística, conversando com os entrevistados exatamente quando chegaram as viaturas da Receita Federal, com a Polícia Federal e a Polícia Militar. A abordagem foi respeitosa e não houve conflito, mas havia muito sofrimento por parte dos entrevistados que, nesse dia, perderam todas as mercadorias.

Percebe-se que o termo “Términus” (nome da operação conjunta entres instituições) está vinculado ao poder e a fronteira como barreira. Quando se perguntou quais são os desafios enfrentados no atendimento aos imigrantes pendulares bolivianos no cumprimento de normas estabelecidas pela Receita Federal, o agente da Polícia Federal respondeu:

O maior desafio não é a desinformação. As normas existem há pelo menos 60 anos, porém são descumpridas deliberadamente por distintos fatores. Há quem advogue que o custo com a conformidade no Brasil é muito elevado, mas pessoalmente discordo. Muitos bolivianos atuam regularmente no País, assim como inúmeros imigrantes que buscam seguir as leis e agir conforme os regulamentos estabelecidos. O maior desafio, a meu ver, é cultural. O que um faz de errado, todos que infringem as regras fazem. O *modus operandi* das irregularidades cometidas é quase sempre o mesmo. Dificilmente é algo muito rebuscado. Em geral consiste em omitir a logística (transposição irregular de mercadorias pela fronteira por meio de estradas vicinais), o que se gasta e o que se ganha (ausência de escrituração contábil-fiscal). Ou seja, são estabelecidos centros comerciais ou de prestação de serviços que não prestam declarações exigidas pelo Fisco e que se esquivam da fiscalização por todas as formas. Com isso, de forma reiterada – e extremamente organizada – os distintos estabelecimentos vão cometendo a prática de crimes (descaminho, do contrabando, sonegação fiscal, apropriação indébita) e irregularidades fiscais (omissão de rendimentos, ausência de registros contábeis e fiscais). (Entrevista realizada com agente público da Receita Federal em 18/10/2024).

Nessa fala, observa-se a operacionalidade burocrática por trás das barreiras impostas pela alta política. É possível afirmar que existem, nas relações interpessoais, policiais que toleram um volume pequeno de mercadorias contrabandeadas. Essa observação pode ser analisada pela atuação de policiais federais, pois eles procuram por entorpecentes nas sacolas de bolivianos e, quando encontram um saco de roupas ou um saco de *chuños*, decidem por não operar, no sentido “de deixar passar” a mercadoria de pequeno volume contrabandeada do lado boliviano.

A população corumbaense também estabelece uma relação compensatória com os pendulares internacionais e não julgam por estar contrabandeando produtos falsos e hortifrutis, pois são os fronteiriços que ganham nas trocas comerciais, economizando por comprar do boliviano, uma vez que os produtos são “mais em conta”.

Assim, a questão do volume de mercadoria interfere na operação do agente de Polícia Federal, mas, quando existe uma operação da Receita Federal, um quilo de mercadoria é semelhante a seis toneladas. O volume não é uma questão a ser considerada ou tolerada, pois é fiscalização aduaneira, sendo atribuição prioritária.

Existe ainda uma outra questão sobre as invisibilidades elaboradas dos contrabandistas *versus* fiscais/policiais, como bem explica Dorfman (2009):

Nessa fronteira, rompe-se o sigilo em torno do saber contrabandista apenas quando se trata de pequenos volumes e agentes modestos. Há níveis de segredo, conforme o tipo de contrabando, a violência envolvida e, especialmente, a inserção social do contrabandista. Recupero a diferenciação entre contrabandistas pequenos, a elite local e os estrangeiros: as práticas dos pequenos podem e são discutidas e folclorizadas. Quanto os outros, mantêm-se o sigilo, posto que implicaria na denúncia de pessoas importantes, com poder sobre os policiais, sobre os trabalhadores da fronteira, sobre os burocratas municipais. Os estrangeiros, quando pegos, são simplesmente criminosos, mas em geral eles têm poder econômico suficiente para comprar seu trânsito e sigilo, salvo nos raros casos em que protagonizam as páginas policiais. (Dorfman, 2009, p. 237).

Certamente, existem negociações de ambos os polos, porém, mais uma vez, a alta política permanece ligada à baixa política com os dispositivos de poder, controlando e estabelecendo regras para coibir ou para tolerar: “Extrapolando mais uma vez, é possível afirmar que o contrabando na fronteira, como um todo é, por vezes, usado como acobertamento para outras ilegalidades de maior monta, em outros pontos do território”. (Dorfman, 2009, p. 245).

A Polícia Federal em Corumbá possui muitas atribuições e baixo efetivo. Ela opera no setor de migração, no controle de entrada e saída de estrangeiros e brasileiros no PMTC. Atende as demandas da documentação, produz os CRNMs, passaportes brasileiros, carteira de solicitante de refúgio e de antecedentes criminais, sendo essas demandas feitas diariamente. Há o patrulhamento pelo Rio Paraguai, no setor Nepom (Núcleo Especial de Polícia Marítima), apurando crimes ambientais, contrabando e descaminho. Ainda, atua no combate ao narcotráfico em área urbana e rural, trabalham no setor de inteligência, apurando e investigando crimes, no combate ao tráfico de pessoas, tráfico de armas, migração ilegal (coiotes), evasão de divisas, pornografia infantil e trabalhos forçados (semelhante à escravidão). Ademais, na fiscalização de aérea portuária, fiscalização do plano de segurança dos bancos de Corumbá e Ladário, fiscalização de empresas de segurança privada e transporte de valores, fiscalização das empresas que trabalham com produtos químicos controlados, empresas de transporte

internacional de cargas, autorização de compra de arma de fogo (posse e porte) e, por meio do Grupo de Capturas (GCAP), cumpre mandados de prisão em aberto em diversas esferas.

Assim, a oscilação no volume de mercadorias apreendidas pela PF está envolta na lógica institucional que prioriza o combate ao narcotráfico e a outras situações, como já mencionadas. Liga-se a isso a gestão da baixa política, ou seja, aqueles agentes públicos que estão atuando no “chão da fronteira” e acomodam-se aos elementos fronteiriços, pois estão familiarizados com as especificidades locais.

Essa instituição em região de fronteira tem uma rotatividade muito grande e, todos os anos, os agentes são removidos para outras localidades do Brasil. Ao mesmo tempo em que se abre o edital para um novo concurso da Polícia Federal, abre-se também o edital para o concurso de remoção. Sendo assim, aqueles policiais que já estavam “acostumados com a fronteira” e até mesmo sentindo-se pertencentes a esse lugar, removem-se para os grandes centros urbanos. Então, chegam os novos agentes, deslocados desses mesmos centros ou da academia de polícia, detendo visões desconexas da realidade fronteiriça.

Na Receita Federal, a questão da regularidade da mercadoria está na ordem do dia e deve ser cumprida para os menoristas e maioristas (a depender dos intensões desses atores). Percebe-se que as apreensões falam mais sobre a aduana do que as próprias mercadorias apreendidas.

Portanto, é possível afirmar que o contrabando nessa fronteira é de subsistência para os pendulares imigrantes internacionais e é inerente à condição fronteiriça, pois há facilidades econômicas nas diferentes mobilidades e trocas comerciais (formal, informal, legal, ilegal) que se materializam nos preços, no câmbio e no abastecimento de mercadoria que colaboram com o comércio internacional, fomentando a economia de ambos os países.

4.1.2 Os indocumentados de fronteira

Posso dizer que a maior dificuldade é cultural, seja porque a natureza do trabalho não exija a regularidade (um contrabandista, por exemplo), seja porque a praxe do contratante não impõe a regularidade. (Entrevista realizada com agente público da Receita Federal em 18/10/2024).

Nesta seção, tratar-se-á da questão dos indocumentados, especialmente os imigrantes pendulares internacionais, que são os informantes e que estão em maior número na situação de indocumentados. Conforme entrevista com o agente da Polícia Rodoviária Federal (PRF)

sobre os desafios enfrentados no atendimento a esses imigrantes, ele ressaltou o descumprimento das normas:

Nós enfrentamos algumas dificuldades com os estrangeiros, dificuldades essas que não sentimos com os brasileiros, explico isso, pois, começa porque eles alegam o desconhecimento da legislação, né, mas hoje aqui na nossa região, até pela migração pendular, não faz muito sentido eles alegarem que não conhecem a lei, porque eles vivem aqui já há muito tempo, né. Uma questão muito importante aqui pra gente é a fiscalização de trânsito e a questão da habilitação deles, pois aqui no Brasil temos a CNH (Carteira Nacional de Habilitação), acontece que o veículo deles é de placa boliviana e a habilitação deles também é boliviana, então eles querem dirigir no Brasil por tempo indeterminado, mas a legislação nº 360 do Contram¹⁸ (Conselho Nacional de Trânsito) diz que o estrangeiro pode ficar até 180 dias dirigindo aqui no Brasil na condição de turista. Só o que a gente sabe que nessa fronteira vivida eles moram tanto na Bolívia, como também no Brasil. Muitos moram em Corumbá e em Puerto Quijarro (dupla residência) e eles se comportam aqui como eles querem. Eles dirigem esses veículos estrangeiros com a CNH estrangeira por anos e isso viola a nossa lei que diz que tem que ser até 180 dias na condição de turista, mas como eles moram aqui e lá (Brasil-Bolívia) eles vivem dessa forma e segundo o código de trânsito brasileiro eles devem ser atuados por não estarem habilitado, assim sendo, passou o 180 dias deve ser atuado, isso é comprovado pela migração lá na Polícia Federal, pois eles dão o carimbo de entrada no país, né, só que vimos que não é assim que funciona nessa fronteira. Vamos dizer que 99% deles não tem essa entrada no Brasil, porque eles moram lá e moram aqui, vivem cotidianamente esse fluxo. Existem uma estatística feita pela Prefeitura Municipal de Trânsito que atualmente passa por aqui, em frente à delegacia, mil veículos por dia, sendo que 90% desses veículos são de bolivianos. Ou seja, eles ficam nesse movimento pendular, né, e eles tem os seus filhos estudando nas escolas de Corumbá, assim, eles utilizam a educação da cidade e vem buscar os seus filhos no final do dia e voltam para a Bolívia, então existe esse fluxo intenso deles, além do comércio. (Entrevista realizada com agente público da PRF, em 25/10/2024).

Aqui, há informações desconcertadas, pois o imigrante pendular não é turista de modo algum, ele é fronteiriço, a não ser casos de bolivianos que moram em Corumbá. Isso é diferente. Trata-se do imigrante pendular que mora na Bolívia e trabalha no Brasil e/ou acessa serviços públicos em ambos os lados da fronteira.

O agente da PRF relatou sobre a dificuldade do condutor estrangeiro em emitir a Carteira Nacional de Trânsito (CNH) se este é residente no Brasil. No entanto, não é o caso dos informantes. A dificuldade maior está em retirar o CRNM na Polícia Federal. Existem dois documentos que são essenciais para requisito do CRNM: antecedentes criminais e certidão de nascimento apostiladas.

¹⁸ A Resolução n.º 360, de 29 de setembro de 2010, dispõe sobre a habilitação do candidato ou condutor estrangeiro para direção de veículos em território nacional.

O agente pontua: “E esses dois documentos eles não conseguem ser emitidos aqui em Porto Quijarro, eles são emitidos em Santa Cruz, então esse documento vai ser feito lá em Santa Cruz e vai ser enviado para cá, olha a demora! A mesma coisa acontece com os médicos brasileiros que estudam lá, eles têm que ir lá, tudo se resolve em Santa Cruz”. (Entrevista com agente público da PF feita em 18/11/2024). Conforme a fala do agente público, esses dois documentos são os mais difíceis de conseguir, pois exige que o imigrante se desloque para Santa Cruz, Bolívia, ou entre em contato com o consulado para dar encaminhamento e prosseguir com o requerimento.

O agente da RFB reitera a “persistência na indocumentação” quando relata:

Viver na fronteira, seja de qual lado for, exige o mínimo de controle do Estado, que precisa conhecer sua população e seus estabelecimentos (comerciais, industriais e prestadores de serviços) para desenvolver estratégias que fomentem seu desenvolvimento. Muitos bolivianos valem-se de documentos estrangeiros apenas. Isso pode ocorrer tanto por falta de dinheiro – se analisarmos, o custo para emissão do Registro Nacional Migratório não é elevado, mas o custo para reunir toda a documentação necessária talvez o seja – como por falta de vontade. Não é raro que durante abordagens os migrantes não estejam portando documento algum. (Entrevista realizada com agente público da Receita Federal em 18/10/2024).

A questão da indocumentação gera a “cultura do contrabando”, segundo o agente público da RFB:

Especialmente se o trabalho exercido consiste em praticar irregulares, como a transposição irregular de produtos pela fronteira ou pela cultura estabelecida (por exemplo, no caso da prestação de serviços de curta duração). Exemplo simples: Em regra, que brasileiro contrata um pedreiro brasileiro, assina a carteira de trabalho e recolhe o FGTS, o INSS e o IRRF? Quase nenhum. Se a maioria não o faz para um trabalhador brasileiro, por que faria para um estrangeiro? Não estou dizendo que esta prática é correta e nem aceitável, mas sim que ela existe e é aplicada não porque o trabalhador é um migrante pendular, mas pela natureza do serviço prestado. Diante desse entendimento, posso dizer que a maior dificuldade é cultural, seja porque a natureza do trabalho não exija a regularidade (um contrabandista, por exemplo), seja porque a praxe do contratante não impõe a regularidade (um construtor que acredita que a relação trabalhista com um pedreiro prescinde de qualquer regularidade além do acordo verbal e de um recibo de pagamento). (Entrevista realizada com agente público da Receita Federal em 18/10/2024).

No entanto, a dificuldade está na informação, na forma como ela é transmitida. Os imigrantes, grande maioria, não possuem computador para acesso ao site da PRF (eles possuem

os *smartphones*, porém, a tela é pequena para visualização) para pesquisar os procedimentos a fim de retirar o documento fronteiriço. Muitos têm dificuldade com o idioma, falam oportunhol e até mesmo não aprenderam o português, como os recém-chegados. Assim, existe o desconhecimento, como ressaltado na fala do agente da PF:

Agora, tem pessoa que chega, até pergunta para a gente, quanto é a imigração? Eu falo, não amigo, é de graça, eles não sabem nem que a imigração é um serviço gratuito, e justamente por causa dessa falta de conhecimento, dessa baixa instrução que eles têm, eles acabam caindo por vários golpes de coioite. Eles são abordados, na própria fronteira ali, por outros bolivianos, e falam pra eles, olha só, eu consigo para você a imigração da Polícia Federal por 200 reais. E aí, ele paga esses 200 reais, recebe uma imigração falsa, e aí tenta entrar no Brasil com aquela imigração falsa, e pegamos aqui na fiscalização, explicamos que o documento é falso. Eles nem sabem que aquilo ali é falso, e nem sabem que aquilo ali era de graça, era só passar pela gente. Então, quando chega uma pessoa bem humilde, ela pensa que só vai chegar aqui e atravessar a fronteira, ela não vem com o documento, ela nem dá a saída da Bolívia, ela acha que ela pode entrar para estudar ou para trabalhar sem ter o visto, então você vê que é a baixa instrução mesmo. E a falta de informação, né, no caso, né? Percebe que realmente eles não têm informação necessária. E você vê que a maioria entra no Brasil não é para visitar, pois eles querem trabalhar, só que trabalho ou estudo, eles precisam de um visto específico. Então, eles chegam na fronteira, explicamos sobre a legislação, o prazo de 90 dias, só se for para turismo, e para turismo tem que ter requisito para comprovar, realmente, se a pessoa está entrando para visitar mesmo, mas muitos, não precisa nem mentir, eles já falam na cara da gente que está entrando para trabalhar. (Entrevista realizada com agente público da Polícia Federal em 18/10/2024).

A questão de ser baixa renda precede a vulnerabilidade em todas as áreas da vida do imigrante, especialmente no esclarecimento sobre as normas e na tendência que muitas autoridades têm de mostrar os preconceitos¹⁹ pelos migrantes de etnia indígena.

É, a gente até vê, tipo assim, aquela famosa divisão que tem lá de camba e colla, então, quando você vê que a pessoa é bem vestida, chega no “carrão” com a família, você percebe que todos estão bem vestidos, vimos que esse pessoal entende e que realmente eles chegam para fazer turismo, muitos vão conhecer Bonito-MS. Então, esse pessoal é até mais fácil de entender, porque eles sabem da legislação, ele vem com a identidade certinha, ele vem com a saída da Bolívia certinha, ou seja, eles sabem que a imigração não precisa ser paga. (Entrevista realizada com agente público da Polícia Federal em 18/10/2024).

¹⁹ Um fato não mencionado é sobre a forma como os agentes da PF nomeiam os informantes quando eles estão de serviço ou não, chamando-os de “mamanis”, pois é um sobrenome comum na Bolívia, assim como é o “Silva”, sobrenome comum no Brasil. Percebe-se, no tom da voz e na expressão, o preconceito pela etnia indígena Aymará e Quéchuas, conhecidos como collas, sendo um termo pejorativo e preconceituoso.

Confirma-se que existe o preconceito reafirmado pelo poder da dominação no espaço organizado. Em primeiro lugar, observa-se que grupos dominantes, sobretudo no lado brasileiro, impõem seu poder de dominação aos bolivianos, objetivando suas classificações dos “outros”, e criam, a partir dos discursos, os próprios grupos sociais e suas hierarquias (Bourdieu 1989).

Assim, estruturam a construção socioespacial com a presença do preconceito pela nacionalidade boliviana, especialmente os informantes de etnia indígena (nascidos no altiplano). As possibilidades de acesso ao trabalho formal e aos direitos também definem a construção do preconceito e da dominação simbólica na fronteira. Conforme Costa (2015):

A nacionalidade constitui uma categoria central na vida dos moradores fronteiriços, que organiza o espaço cotidiano, determina o acesso a direitos ou define a situação de estrangeiros, e é condição para tornar-se pessoa na vida local. No entanto, diferentemente da fronteira Brasil-Argentina estudada por este autor, a identidade na fronteira Brasil- -Bolívia pode ser problematizada não apenas por critérios de nacionalidade (brasileiros/ bolivianos), mas também por critérios étnicos (índios/ não índios) (Costa, 2015, p. 37).

As relações entre autoridades e imigrantes bolivianos nascem no conflito e nas tensões sociais produzidas com o tempo. Observa-se, então, que a questão da indocumentação tem a ver com a “cultura do contato” e de como esses agentes públicos configuram as mentalidades quando se direcionam aos estrangeiros pobres e índios, favorecendo a vulnerabilidades (acesso a direitos e ao trabalho formal).

Observa-se também que os atores sociais são identificados por outros com um conjunto de representações simbólicas que geram conflito e resistência. A dimensão do conflito está no porte ou não do documento, nas expressões, no contato social e no valor que o imigrante tem nessa fronteira. Percebe-se, nas entrelinhas, ou na forma “escancarada” mesmo, o jeito de denegrir o Outro.

Portanto, foram vistos nesta seção os desafios e as dificuldades encontradas pelos migrantes pendulares para acesso à regularização e as contradições de opiniões manifestadas pelos agentes institucionais. Conforme entrevistas com agentes públicos da PF, a centralidade de Santa Cruz de la Sierra não está apenas na procura por mercadorias, mas também no acesso aos documentos necessários para conseguir o CRNM. A outra situação envolve as queixas, pelos agentes da RFB, de que o migrante não queira de fato a regularização, uma vez que a atividade laboral informal precede as irregularidades, conforme analisado nas entrevistas.

No entanto, notou-se que o boliviano carece de informações que não são supridas no atendimento aos imigrantes, como será visto na próxima seção, assim como a falta de recursos financeiros, baixo grau de instrução – como a habilidade em buscar informações na internet –, ausência de recursos para agendamento de entrevistas e falta de documentos necessários, como os antecedentes criminais, por exemplo. Todos esses desafios geram a indocumentação e os colocam em situações de vulnerabilidades e ausência de direitos.

4.1.3 Atendimento aos imigrantes: demandas, melhorias e acolhimento

Quando o estrangeiro entra na delegacia eu logo pergunto: você quer ser tratado como boliviano ou como brasileiro? (Entrevista realizada com agente público da PRF, em 25/10/2024).

O objetivo desta seção é demonstrar como o atendimento é realizado nos órgãos públicos federais para imigrantes bolivianos, quais as melhorias realizadas e se existe o acolhimento nas formas de conduzir o atendimento ao estrangeiro. O agente da PRF esclarece:

Eles procuram muito para tirar a dúvida sobre o documento de habilitação, especialmente os que vem de Santa Cruz e a pergunta deles é sempre assim: “Nós que somos bolivianos podemos dirigir no Brasil com o nosso carro estrangeiro?” Então a gente sempre esclarece em relação aos normas do Contram e informamos que se eles vão residir no Brasil por mais de 6 meses eles tem que tirar a CNH brasileira e tem que fazer todo o procedimento para regularizar a situação. Dar entrada na Polícia Federal, o veículo deles tem que estar regularizado na fiscalização aduaneira. Então o estrangeiro precisa regularizar a situação da entrada na Polícia Federal, regularizar o seu veículo na Receita Federal, já na Polícia Rodoviária Federal eles são submetidos a fiscalização de trânsito. As instituições federais elas se complementam e possuem grande interação, até mesmo a fiscalização municipal, a AGETRAT (Agência Municipal de Trânsito e Transporte) de Corumbá e além dessa questão da fiscalização de trânsito né, das dúvidas que eles têm em relação ao trânsito, mencionamos também a reincidência que eles têm em não obedecer a legislação de trânsito, ao uso do cinto de segurança, os dispositivos de retenção de criança (as cadeirinhas e bebê-conforto). Então eles insistem em não utilizar esses dispositivos que é obrigatória no nosso país, porque muitas vezes, lá no país deles de origem, não é obrigatório, então eles dirigem aqui achando que pode também. Mas esse desconhecimento que vimos é daqueles estrangeiros mais distantes, que vem de Cochabamba, La Paz, por exemplo, os fronteiriços eles conhecem. (Entrevista realizada com agente público da PRF, em 25/10/2024).

Um dos maiores desafios da pesquisa é trabalhar com as interações sociais (migrantes e agentes públicos) na questão da política institucional e as práticas ligadas ao atendimento

como um espaço de ambiguidade e tensão. Essas interações são entendidas não apenas nos sentidos negativos, pois também favorecem a imaginação do espaço nos processos criativos de interação e reinvenção cultural e identitária, sendo possível a qualificação socioespacial.

Nesse processo de trocas e negociações, existem os arranjos espaciais e as estratégias em escala local. O agente público da PRF relatou: “Quando o estrangeiro entra na delegacia, eu logo pergunto: você quer ser tratado como boliviano ou como brasileiro?” (Entrevista realizada com agente público da PRF, em 25/10/2024).

A pergunta do PRF deixa claro que existe a dupla identidade. Alguns dos informantes possuem duas residências, uma no Brasil e a outra na Bolívia, assim como possuem documentos brasileiros e bolivianos. Normalmente, os filhos são nascidos e estudam no Brasil, a família recebe benefícios do governo brasileiro e, algumas, também, benefícios na Bolívia.

Retrato de dois casos sobre uso do espaço e as estratégias socioespaciais:

- O caso de Damiana (A fronteira usada como estratégia)

Damiana, feirante há mais de 20 anos, nascida em Potosi, veio para trabalhar em Corumbá quando a sua tia, que já morava na fronteira, pediu para que ela viesse ajudar no comércio. Dariuza possui duas residências, uma em Puerto Suarez e a outra em Corumbá, no bairro Dom Bosco. Na pandemia, ela recebeu o auxílio emergencial do governo e, como têm filhos pequenos, que estudam no Brasil, na escola CAIC, recebe também o Bolsa Família.

- O caso de Genilson e Verônica (formas de atendimento no espaço usado)

Genilson, brasileiro, tem uma loja de suplementos alimentares em Corumbá e os seus produtos possuem nota fiscal. Já a esposa dele, que é boliviana, nascida em Santa Cruz, tem uma lojinha de quinquilharias que fica exatamente ao lado da loja de Genilson. A Verônica comercializa brinquedos de origem “*Made in China*”, juntamente com desodorantes e perfumaria, misturadas com eletrônicos. A Receita Federal, todos os anos, apreende as mercadorias dela, mas não entra na loja do esposo, pois ele é brasileiro, vende suplementos com nota fiscal. Os agentes concluem, então, que lá não há irregularidade. No entanto, Genilson viaja uma vez na semana para Santa Cruz e compra algumas bolsas esportivas para atletas de musculação. Essas peças entram no Brasil sem nota fiscal. Ele também comercializa anabolizantes comprados no “mercado negro”. Genilson aproveita o diferencial fronteiriço e as práticas comerciais da esposa para abastecer a sua loja com alguns produtos “*Made in China*” e camufla essa prática com os seus produtos “legais”.

Ns estudos de Dorfman (2013), as fronteiras são lugares da contradição. Ao mesmo tempo, periféricos aos estados-nação, marcados por relações geopolíticas definidas a partir de outras escalas e plenos de alternativas políticas e econômicas oferecidas pelo trânsito fronteiriço. Concorde-se com a autora, pois o território fronteiriço é periférico a depender de quem dele usar, a partir de interesses e possibilidades. Os imigrantes que estão à margem do território definem as territorialidades, tendo o diferencial fronteiriço como potência no mercado informal, pois permite um espaço de negociação entre atores sociais.

O atendimento aos imigrantes está relacionado a um fato que merece atenção: documentação, como vimos na seção anterior. Essa questão é vista como um problema (pensamento europeu) e causa tensões em múltiplas escalas, impondo às esferas ligadas à “alta política” desafios descomunais para compreendê-la e promover políticas que não estejam restritas ao binômio controle-vigilância exercidos pelos agentes locais da “baixa política”.

Santos (1998) explica a dimensão espacial do cotidiano e o papel que a informação e a comunicação alcançou nos mais variados aspectos da vida social. Assim, o cotidiano de todas as pessoas se enriquece de novas dimensões. Entre estas, ganha relevo a dimensão espacial ao mesmo tempo em que esse cotidiano enriquecido se impõe como uma espécie de quinta dimensão do espaço banal, o espaço dos geógrafos (Santos, 1998, p. 203).

O entendimento da quinta dimensão do espaço banal é revelado nas formas de atendimento/acolhimento de migrantes em fronteira. Quando questionado sobre quais são as principais demandas quando eles procuram a Polícia Federal, o agente público relatou:

A principal demanda é tirar o seu CRNM porque principalmente aqui no Brasil são vários fatores que precisa do CRNM. Então eles querem regularizar a situação deles que está ilegal, porque se ele entrou como turista ele passa dos 90 dias e já está ilegal, passível a tomar multa se ele quer morar no Brasil ele precisa ter a carteira então ele quer regularizar. Muitos benefícios sociais do governo só são permitidos, segundo a constituição federal de 88, aos brasileiros natos naturalizados e aos estrangeiros residentes. Então quando a Constituição fala residente não é o estrangeiro que mora no Brasil, é o estrangeiro que mora legal no Brasil e para morar legal tem que portar do CRNM. Apenas morar aqui por muito tempo não garante a permanência, então o boliviano que mora há 20 anos e o outro que mora há 5 anos, para poder fazer a naturalização esse estrangeiro que tem 20 anos não vai conseguir porque ele não tem carteira e o outro que está morando há 5 anos com a carteira (CRNM) vai conseguir a naturalização, vai ter o benefício do governo, até pode fazer um financiamento, comprar um imóvel, ter conta em banco, consultar no SUS só se tiver carteira, pois se ele chegar lá e querer uma consulta seletiva com o médico em específico só com a carteirinha do SUS, mas se for uma emergência claro que ele vai conseguir. (Entrevista realizada com agente público da PF, em 25/11/2024).

Sobre o posicionamento da Receita Federal, fez-se a mesma pergunta: qual é a principal demanda de imigrantes bolivianos quando procuram a RFB?

São 2 demandas, sendo a maior, sem dúvida, a geração do CPF. A segunda é a devolução de mercadorias. No que tange à Receita Federal, acredito que não haja dificuldades para o imigrante realizar sua inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). Esta documentação pode ser solicitada pela internet, a partir do acesso ao endereço eletrônico do Governo Federal. A obtenção do CPF ajudará o imigrante tanto se ele tiver a intenção de importar mercadorias, situação em que se exigirá dele um cadastro de pessoa jurídica; quanto se o seu interesse for o de celebrar um vínculo empregatício no País. (Entrevista realizada com agente público da PF, em 25/11/2024).

As situações de atendimento ouvidas pelos policiais revelam as estratégias de corumbaenses de lucrar às custas de migrantes bolivianos:

Então, como eu falei esses dois documentos aí, (Antecedentes Criminais e Certidão de Nascimento apostilados) são fundamentais para conseguir o CRNM, porque nós não temos um banco de consultas que é mundial, eu não consigo saber se “fulano” acabou de cometer um crime na Bolívia, por isso que a gente pede uma certidão de antecedência criminal. Essa certidão tem que estar apostilada pelo nosso consulado para provar que aquilo ali é verdadeiro, só que essa certidão e a de nascimento não são emitidas aqui e precisa ir em Santa Cruz ou procurar o consulado da Bolívia aqui no Brasil para solicitar isso, por isso a demora, os outros documentos são mais simples. Na unidade de Polícia Federal é tudo autoexplicativo, existe um *checklist*, vai estar lá, todos os requisitos, a gente informa para eles, explico sobre o pagamento das taxas, explico que tem que vir nesse dia com os documentos. Então é um negócio tranquilo, mas para eles não é tranquilo, então eles preferem terceirizar para que alguém faça isso para eles. Assim, o pessoal daqui do Brasil “morre de ganhar dinheiro”, o boliviano que chega em uma *lan house* e pede para o dono da *lan house* ajudar ele a tirar o CRNM. (Entrevista realizada com agente público da PF, em 25/11/2024).

- Ah, então é como se fosse um despachante, né? E quanto eles cobram para fazer isso?

Eles cobram 500 reais do estrangeiro, é uma fortuna para eles. E pelo falo de ser uma coisa simples, é só juntar um documento e enviar para o *site*, ou seja, é bizarro, como que o pessoal da *lan house* ganha às custas deles. Tem até empresas especializadas nisso para ajudar o estrangeiro a tirar o CRNM, mas é um negócio que a pessoa está extorquindo, pois é um dinheiro muito alto para uma coisa que ele mesmo poderia fazer. (Entrevista realizada com agente público da PF).

- Mas eles pagam por que eles não têm tempo para correr atrás disso?

Não, eles pagam porque eles desconhecem que eles mesmo podem fazer de graça. O mesmo não acontece quando você paga um despachante lá para o Departamento Estadual de Trânsito (Detran), você paga porque você não quer pegar fila. Assim, no Detran é diferente, eu não quero pegar fila, então eu pago o despachante. Agora, no caso dos estrangeiros, eles pagam porque acham que pagando vai dar certo. (Entrevista realizada com agente público da PF).

- Você não acha que talvez a dificuldade seria ter acesso à internet, no sentido de não ter um computador e não saber usar a máquina? Ou até mesmo a dificuldade em compreender o idioma, mesmo eles morando na fronteira há muito tempo, ou os recém-chegados, né, os novos imigrantes. Não seria esses os desafios?

Então, porque se eles têm dificuldade em olhar *o site*, eles vão na Polícia Federal para tirar as dúvidas, temos o *Checklist* nas línguas portuguesa e espanhola. Então, o estrangeiro chega lá e quer tirar a carteirinha, a gente entrega um *Checklist* que está na língua dele, então facilita para eles. (Entrevista realizada com agente público da PF, em 25/11/2024).

Nesse processo de representação da alteridade na fronteira, a construção negativa do “outro” sustenta a própria identidade brasileira, uma vez que o boliviano se constrói no imaginário brasileiro fora dos parâmetros que definem os valores “civilizados” (Costa, 2015, p. 42). Nesse contexto, observa-se a tentativa de tirar vantagem com o “outro”, isso ganha contornos específicos em Corumbá, na medida em que o boliviano desconhece as normas ou não acessa um bom atendimento em relação às instituições públicas.

Percebe-se que não há o acolhimento no atendimento ao boliviano, apenas as descrições de normas e regras que permeiam a identidade institucional. Por outro lado, a melhoria no atendimento foi vista pelos agentes como um caminho para o acolhimento, conforme a fala do PRF:

Inclusive, um fato importante a mencionar é que, desde a instalação da delegacia da PRF, em Corumbá, em 2015, muita coisa mudou em relação à aparência dos veículos de estrangeiro que eles dirigiam de lá pra cá. Eles dirigiram veículos com banco de cadeira de fio nos bancos dos carros. Nestes não havia cinto de segurança e assim com o tempo e o incremento da fiscalização foi melhorando a própria segurança viária deles. Então, você vê estrangeiro com carros em melhores condições, sistema de iluminação perfeito. Então, essa fiscalização tem contribuído muito para segurança viária do condutor boliviano na nossa região de fronteira. Outra questão aí dos estrangeiros com as identidades de fiscalização é a questão do crime. Aqui, a nossa delegacia de Corumbá é a delegacia que mais apreende e cocaína no país, isso é muito fruto da entrada desses ilícitos trazidos pelos estrangeiros. (Entrevista realizada com agente público da PRF, em 25/10/2024).

Outra questão foi sobre o uso do *WhatsApp*, rede social que tem contribuído para a agilidade do atendimento na PF na produção de CRNM, pois, antes, o imigrante agendava pelo *site* o dia que iria à instituição dar entrada no requerimento. Acontece que era comum o agendamento com documentação pendente. E, como são feitos cinco agendamentos por dia para solicitar o CRNM, acabava que ficava uma fila de espera no *site*, pois os agendamentos realizados sem a documentação completa tinham que esperar para ser reagendado, o que se tornou ineficaz. No entanto, o uso do *WhatsApp* ajudou para que o agente público pudesse entrar em contato com o estrangeiro antecipadamente para verificar se a lista de documento está completa e, assim, prosseguir no agendamento.

Encerra-se esta seção, e as considerações feitas baseiam-se no entendimento sobre as relações entre os polos (migrantes e autoridades). Analisou-se o espaço do cotidiano e o conteúdo geográfico que permeiam os movimentos sociais, visualizando o conjunto de objetos e de ações que envolvem as práticas no atendimento às normas. Conforme Santos (1998):

Enxergando na materialidade, esse componente imprescindível do espaço geográfico, que é, ao mesmo tempo, uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação. Nada fazemos hoje que não seja a partir dos objetos que nos cercam. E enquanto outros especialistas podem escolher, na listagem de ações e na população de objetos, aqueles que interessam aos seus estudos setoriais, o geógrafo é obrigado a trabalhar com todos os objetos e todas as ações. (Santos, 1998, p. 236).

Ademais, Santos (1997) analisa que as ações têm o propósito hegemônico e

são cada vez mais precisas e, também, mais cegas, porque obedientes a um projeto alheio. Em virtude do papel dos objetos técnicos, a ação é cada vez mais racional, mas a sua razão é, frequentemente, uma *razão* técnica. Dentro de uma ordem pragmática, a racionalidade do que é fim para outrem acaba sendo a racionalidade do meio e não a do sujeito (Santos, 1997, p. 248).

As ações humanas não se restringem aos indivíduos, incluindo, também, as empresas e as instituições. Os propósitos relativos às ações são realizados por meio dos indivíduos. Assim, “Os sistemas de objetos dependem da descrição de um sistema de práticas. Não basta definir os objetos em sistema. Temos de definir qual o sistema de práticas que sobre ele se exerce. Há uma interferência contínua entre os dois”. (Santos, 1997, p. 248).

Dessa maneira, o autor discute a relação da ação intencional sobre o espaço-tempo. A cada momento histórico, os sistemas de objetos mudam de valor e significado, tomando novas roupagens e novas significações. Os arranjos socioespaciais são importantes para

compreender a categoria de análise dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações, mediante outras categorias, como a forma, função, processo e totalidade, que são alicerces do espaço. “Os objetos mudam e propõem novas Geografias” (Kant, 1802). Em outras palavras, quando há mudança morfológica, junto aos novos objetos criados para atender a novas funções, velhos objetos permanecem e mudam de função. Os bolivianos em Corumbá estão inseridos em uma rede institucional que gera o conflito por meio de assimetrias do poder dessas instituições e de seus agentes.

Portanto, o território precisa, estrategicamente, de esforços para mantê-lo mediante influências das ações de grupos sob outros, moldado o comportamento de um grupo com interesses próprios, assim o lugar transforma-se em território. Uma pessoa ou um grupo pode controlar mais de um território. Os agentes públicos, bem como os migrantes e fronteiriços, manipulam o território estrategicamente; ligam-se os pontos, por meio dos objetos e das ações, transformando o espaço e, dialeticamente, sendo transformados por ele. Como Santos (1998) evidencia:

A localidade se opõe à globalidade, mas também se confunde com ela. O Mundo, todavia, é nosso estranho. Entretanto se, pela sua essência, ele pode esconder-se, não pode fazê-lo pela sua existência, que se dá nos lugares. No lugar, nosso Próximo, se superpõem, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente, as noções e as realidades de espaço e de tempo. No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (Santos, 1998, p. 230).

Novamente, a força do lugar do cotidiano se move em direção a novas possibilidades de um espaço que está sempre em construção, reinventando-se por meio de atores que se utilizam dele. Observou-se que os comportamentos ligados à diferença e a tensões entre os grupos (polos) muitas vezes expressam-se numa tentativa de reforçar as alteridades numa roupagem nacionalista e institucional.

Ao retomar os conceitos abordados por Lefebvre (1974), constata-se que a fronteira “vívda” é para os atores sociais que se reconhecem fronteiriços. Logo, não se identificam

apenas como corumbaenses, mas como cidadão fronteiriço. Existe uma “cultura de fronteira” vivida por aqueles que não reproduzem preconceitos e estigmas a respeito dos bolivianos, mas que enaltecem sentimentos de pertencimento ao território fronteiriço. O lugar está em primeiro, assim, existe a alteridade, que é o respeito absoluto às diferenças, se não existe essa alteridade, tem-se a construção do Outro.

Essas identidades definem a fronteira muito além do Estado. Ela passa a ser “percebida” para os atores que vêm de outros lugares do Brasil e precisa residir na fronteira, talvez por força maior, como trabalho ou estudo, caso da maioria dos agentes públicos entrevistados neste estudo. Esses atores “percebem” a fronteira, ou seja, não a vivem, não constroem relacionamentos afetivos e simbólicos. Estão na fronteira, mas não pertencem a ela, e sim, aos seus estados de origem e suas relações.

Outro ponto analisado é que as instituições não foram feitas para o diálogo, mas para operar diante das situações de crimes. Diferentemente de outros órgãos, as autoridades que foram entrevistadas não dialogam sobre os assuntos de fronteira e melhores atendimentos para os imigrantes pendulares, não há o interesse na melhoria do atendimento, quanto mais para o acolhimento.

4.1.4 Feirantes regulares e irregulares

Na entrevista com agente público da Prefeitura Municipal, o que difere o feirante regular do irregular é o pagamento de taxas e recolhimento aos cofres públicos pela utilização do espaço da feira e a extensão da barraca. Outra questão envolve a solidariedade entre feirantes, pois, no cotidiano da feira livre, presencia-se o feirante regular avisando ao irregular de uma possível fiscalização dos agentes de posturas municipais.

A união entre regulares e irregulares é comum e não existe conflito entre eles. No entanto, entra-se em uma ambiguidade, pois, apesar do mercado ser informal, existem os regulamentados que estão aparados pela prefeitura. Já os outros, são os irregulares, que não possuem as mesmas garantias, sendo denominados ilegais, conforme a fala da informante Dalva:

[...] Já tivemos conflito por conta do tamanho da banca, porque a minha é maior e a outra é menor, o valor é o mesmo, aí fica esse conflito. Eu pago a feira Bras-Bol ainda, por conta dos atrasados, pago a feira Bras-Bol e pago aqui todos os meses. Tem gente aqui que não paga a prefeitura, fica irregular acá. Eu pago pra deixar tudo certo. (Dalva, 55 anos, nascida em Potosi).

Questionou-se ao chefe de posturas municipais sobre a quantidade de feirantes irregulares. Foi perguntado se eles trabalham circulando no local da feira ou têm barracas. E ele relatou: “Diariamente, 30 a 50 feirantes irregulares, pelos motivos de falta de documentação pessoal (CPF) e outros por dívidas tributárias perante o município de Corumbá. Grande parte dos feirantes irregulares trabalha com barracas e outros trabalham de forma circulante na feira” (Chefe de posturas municipais da Prefeitura Municipal de Corumbá. Entrevista realizada em 16 de outubro de 2023).

Verifica-se que as operações de fiscalização recorrem aos ditos irregulares que atuam nas feiras livres, controlando o espaço para gerenciar os impostos. Os que trabalham ilegalmente são expulsos do espaço controlado.

Foi feita outra pergunta: qual é a principal demanda dos feirantes atuantes em feiras livres?

Que a cobrança anual dos tributos municipais fosse por metragem, pois, atualmente, o feirante pode ter até seis metros de banca, e o valor é o mesmo para o feirante que utiliza um metro ou seis metros. E ainda a criação de um espaço definido como a criação de um mercadão municipal, onde seus produtos pudessem ser armazenados e não haver a necessidade de mover mercadorias todos os dias como acontece hoje. (Chefe de posturas municipais da Prefeitura Municipal de Corumbá. Entrevista realizada em 16 de outubro de 2023).

Nesse sentido, os feirantes relataram que, se as essas demandas fossem atendidas, haveria qualidade de vida no trabalho, especialmente com a criação de um mercadão municipal para o armazenamento dos produtos.

A última pergunta destinada ao chefe de posturas foi: qual o valor da taxa retida para os feirantes regulares? Há problemas de falta de pagamento?

Quanto à questão de valores de taxas de feirantes, o recolhimento não é efetuado pela fiscalização de posturas e sim Central de Atendimento ao Contribuinte (CAC), no qual o valor é aferido conforme a quantidade de dias trabalhados nas feiras livres. Sim, há problemas de falta de pagamento por parte dos feirantes, pois muitos para poder recadastrar precisam apresentar Certidão de Quitação de Débitos, e muitos não se recadastram por não apresentar tal certidão, outros passam o ano inteiro sem pagar os devidos tributos e no momento do recadastramento, procuram a Central de Atendimento ao Contribuinte (CAC), para realizar a regularização, parcelam o valor, pagam apenas a primeira parcela para poder ter a emissão da Certidão de Quitação de Débitos e posterior emissão do Alvará de Feirante e depois passam o ano inteiro sem fazer o recolhimento e posteriormente repetindo o

mesmo procedimento no momento de um novo recadastramento. (Chefe de posturas municipais da Prefeitura Municipal de Corumbá. Entrevista realizada em 16 de outubro de 2023).

Nesse sentido, com base em Costa (2013, p. 34), entende-se que a gestão das regras, como ferramentas de poder, está inserida em um campo de disputa pela sua aplicação, seja nos mercados de rua ou entre agentes do Estado. Há, portanto, uma gestão diferencial desses ilegalismos; Foucault (1979, p. 199) ajuda a entender como a lei e a penalidade configuram uma “maneira de gerir as ilegalidades, de riscar limites de tolerância, de dar terreno a alguns, de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de tornar útil outra, de neutralizar estes, de tirar proveito daqueles”.

Na fronteira, segundo Costa (2013, p.177), os atores sociais ora toleram transgressões a lei, ora agem coercitivamente, definindo ainda quem pode e quem não pode infringir a norma legal, o que abre espaço para o manejo da lei, bem como de sua transgressão de acordo com os interesses e possibilidades dos atores sociais.

As batidas possuem um duplo sentido: se por um lado interessa aos policiais combater o tráfico de drogas, por outro, controlam a atuação de feirantes e lojistas, observando a procedência das mercadorias. No entanto, para os agentes de fiscalização da prefeitura municipal, o que importa não é a procedência da mercadoria do feirante, mas a questão da regularização na prefeitura para o recolhimento de tributos municipais para a utilização do espaço da feira, seguindo a metragem de até seis metros de extensão da barraca.

Nessa perspectiva, para os informantes que são feirantes regulares ou irregulares não importa a situação entre eles no sentido da formalidade ou informalidade, pois os critérios adotados pela Prefeitura Municipal, conforme as entrevistas, não são os mesmos critérios que os feirantes abordam. A diferença está em permanecer trabalhando, pois até mesmo aqueles que são ilegais perante as leis brasileiras em relação aos produtos contrabandeados não se veem como contrabandistas, mas, como trabalhadores “que buscam seu ganha pão”, como empreendedores, inseridos na economia urbana da cidade de Corumbá.

Entende-se que existem critérios de trabalho que não se limitam a questão do binômio legal-ilegal, mas que são mobilizados na fronteira por variados significados. Assim, mudam-se os critérios no cotidiano do trabalhador migrante pendular, pois o que qualifica a mobilidade é o trabalho de feirante.

Na próxima seção, ver-se-á como se dão os conflitos entre migrantes e instituições da segurança pública e os significados de trabalho que na fronteira operam.

4.1.5 A produção social do trabalho: Só queremos trabajar y nos molestan pero no arrestan a los delincuentes

A gente amanhece aqui, anoitece aqui trabalhando e eles chegam aqui, de boa, e pegam tudo, parece que somos ladrões, mas só estamos trabalhando, porque não vão perseguir ladrão, tem tantos por aí. (Vilma, 59 anos, lojista, nascida em Oruro. Entrevista realizada em 03 de novembro de 2024).

É o trabalho deles né, eu sei que é contrabando, mas a gente precisa trabalhar. (Dalva, 45 anos, nascida em Potosi).

Nos últimos anos, segundo a percepção, as fiscalizações em comércios de bolivianos aumentaram não só as disputas pelo espaço público, mas as disputas pelo espaço num público consumidor. As batidas que acontecem não diminuem os comércios nem a compra de produtos. É um “enxugar gelo”, visto que, a cada dia, nota-se mais lojistas e ambulantes nos bairros, todos os dias dão entrada no Brasil centenas de imigrantes bolivianos para trabalhar, e muitos permanecem em Corumbá.

Presenciou-se alguns (chocantes) episódios de conflitos entre lojistas e agentes da fiscalização. Segue o mosaico de uma apreensão da Receita Federal, juntamente com a Polícia Federal e Polícia Militar:

Figura 48 – Mosaico: Agentes da fiscalização nas lojas do centro da cidade de Corumbá realizando apreensão de mercadorias contrabandeadas



Fonte. Registros de campo coletados em 23 de outubro de 2023.

Em relação aos lojistas, os fiscais da aduana (RFB) controlam as mercadorias sem comprovação fiscal que entram no Brasil pela fronteira, mas não fecha o estabelecimento por não possuir o alvará de funcionamento e todas as licenças que um comércio regular deveria ter. Em relação aos feirantes, a prefeitura municipal atua nos limites físicos da banca, pois, se o comprimento da barraca exceder o limite, são considerados irregulares, assim como, se não houver o recolhimento de taxas para trabalhar nos espaços de rua, também são considerados irregulares.

A construção da identidade do grupo de migrantes bolivianos que trabalham no comércio informal se dá a partir de uma fala já consolidada na cidade que deprecia e degrada o Outro (estrangeiro). Os agentes de fiscalização reproduzem essa visão juntamente com a sociedade corumbaense.

O interessante é que, quando os bolivianos estão no lado oposto da relação, ou seja, quando são eles os consumidores que compram nos comércios da cidade, movimentam economicamente, pagam seus impostos, o discurso muda totalmente. Assim, esses indivíduos jogam com os seus papéis e resposanbilizam os bolivianos por toda desordem no Centro e falta de cumprimento com as leis brasileiras. Por sua vez, os informantes só querem trabalhar e pronunciam a honestidade e a dignidade como valores fundamentais nas práticas de trabalho.

Esteve-se presente no momento da apreensão e senti-se o sofrimento dos entrevistados quando dona Vilma relatou: “O que eles fazem é muito injunto com a gente (choro)” (Vilma, 59 anos, lojista, nascida em Oruro. Entrevista realizada em 03 de outubro de 2024). Retornou-se à loja da dona Vilma depois de um mês, e ela se lembrou da última apreensão: “Depois daquela apreensão grande que você viu, eles vieram aqui outra vez e pagaram tudo de novo. A gente aceita né, é o trabalho deles”. (Vilma, 59 anos, lojista, nascida em Oruro. Entrevista realizada em 20 de novembro de 2023). No momento da apreensão de mais de seis toneladas de mercadoria, o agente público da RFB foi entrevistado e relatou: “Só estamos fazendo o nosso trabalho” (em um tom de impaciência), (Entrevista realizada em 23 de outubro de 2023).

Por mais que não fosse presenciada a violência física, houve a violência simbólica (psicológica) em todas as operações presenciadas. Havia dor, sofrimento e prejuízo durante as batidas. As crianças choravam, filhos dos lojistas, as mães tentavam acalmá-las, porém, elas mesmas estavam desesperadas. Observou-se a reação dos consumidores, que não se importavam com a situação conflituosa no momento da operação policial, eles compravam normalmente e saíam com as mercadorias, pois o que importa para eles são os produtos baratos.

As operações policiais nem sempre terminam sem atos de violência física com os imigrantes. Segue a reportagem jornalística, realizada em 2013, no conflito da feira Bras-Bol.²⁰

Figura 49 – Notícia jornalística: “apreensão de mercadorias de feirantes bolivianos acaba em confusão”



Fonte: Diário Online. <https://www.diarionline.com.br/?s=noticia&id=59346> Acesso em: 17 dez. 2024.

O momento efervescente de conflitos entre grupos de fiscalização e lojistas foi na época do fechamento da feira Bras-Bol. Os lojistas não aceitaram a tomada de decisão, que partiu da

²⁰ A antiga “feirinha”, como era conhecida a feira BrasBol (abreviação de Brasil - Bolívia), existia há 18 anos, era uma espécie de “camelódromo” onde se comercializam produtos “Made in China”. Esse espaço, construído pelos imigrantes bolivianos, vinha, há um tempo, segundo Telles (2009), negociando a sua permanência e legitimidade no espaço fronteiriço. Percorrendo limites entre o legal e o ilegal, fazia parte da paisagem urbana da cidade e da memória dos corumbaenses.

prefeitura municipal, juntamente com a vigilância sanitária, e reivindicaram o espaço de rua, territorializados em frente à antiga feirinha.

O conflito que ainda hoje assombra muitos imigrantes pendulares, como os lojistas e até os feirantes, que passou a reconstruir a vida e re-territorializar novos espaços, como a construção de lojas em locais improvisados no bairro Popular Nova. A disputa por espaço público para trabalhar é uma realidade entre os lojistas e feirantes, e o poder público manifesta todo o desinteresse no atendimento as demandas dos migrantes bolivianos.

Pensa-se nos sentidos de trabalho, que são mobilizados nas falas: “Só queremos trabajar y nos molestan pero no arrestan a los delincuentes” ou o policial que afirma: “Só estou fazendo o meu trabalho”. Não está em discussão a falta de trabalho, mas como esses migrantes pendulares foram vistos nesses outros trabalhos. O boliviano que é mula e faz parte da rede de narcotráfico não é diferente daquele contrabandista que possui as lojinhas na cidade? Ou o policial que menciona só estar fazendo o trabalho dele, atuando nas apreensões de mercadorias, também não seria um trabalho?

Observam-se os trabalhadores *versus* clandestinos/ilegais/contrabandistas, entre outros, e os discursos morais sobre o trabalho. Quando se iniciou a pesquisa, pensava-se que só seriam encontrados migrantes na condição de subsistência, ou seja, na situação de sobrevivência. Mas, com o passar do tempo e nos avanços da pesquisa, foram verificados diversos sentidos de trabalho que são acionados na fronteira. É um conceito vasto e que pode ser visto como sobrevivência, mas também é uma categoria moral e/ou o trabalho para ascensão social e/ou para rebater o estigma.

Paulo, lojista, relata: “Nós somos trabalhadores, não somos contrabandistas”. (Entrevista realizada em 05/03/2025). Nessa fala, já esclarece que existe um rótulo que foi dado para os feirantes e lojistas entrevistados. Assim, a dona Maria menciona: “Sé que esto es contrabando”. (Entrevista realizada em 20/03/2025), ou quando a dona Vilma diz: “Eu só estou aqui trabalhando, porque eles não vão mexer com os ladrões?” (figura do Outro) (Entrevista realizada em 04/05/2024).

Nesse contexto, os sentidos de trabalho são diversos. A mulher rotulada como “mula” faz esse tipo de trabalho para sobreviver e/ou cuidar dos filhos, diferentemente é a situação do feirante na condição de contrabandista, mas que não se vê como tal, pois é um trabalho, assim como qualquer outro, ele não é um ladrão, mas um trabalhador informal. O policial que aborda está na situação de estar “fazendo o trabalho dele”, visto que, independentemente do crime, é o papel dele outorgado pelo estado.

Nas considerações finais deste capítulo, percebe-se a dupla condição de fronteira, externando em um jogo de mobilidades intencionais. Nesse processo de trocas e negociações, existem os arranjos espaciais e as estratégias em escala local e global. Viu-se a ação da alta política e a visão do Estado que implica na baixa política. Observou-se como o cotidiano influencia na construção das mobilidades, sendo esta combustível para as territorialidades na fronteira Brasil e Bolívia. Os operadores de múltiplas escalas participam do jogo das mobilidades entre pessoas e mercadorias. Os migrantes operam em diversas escalas, como o entrevistado Paulo, que mora na Bolívia, tem negócios em Corumbá, traz suas mercadorias da Bolívia e do Paraguai e as vendem em São Paulo. É preciso, portanto, entender esse jogo de mobilidades hierarquizado pelas redes do narcotráfico e contrabando que ora são mobilizados os pendulares, ora são mobilizadas as mercadorias e os dois ao mesmo tempo, e essa estratégia se choca com os limites do Estado.

Dessa maneira, pensa-se nas questões do formal e informal, do legal e ilegal como categoria relacional de identidade e alteridade, pois o ilegal é sempre o outro, conforme o caso do brasileiro Genilson e a venda de mercadorias contrabandeadas e os anabolizantes, que ficaram isentos de fiscalização. Por outro lado, a sua esposa, boliviana, vizinha de loja, teve toda a sua mercadoria apreendida. Há, portanto, o jogo de acusações para além da gestão de ilegalismo.

Machado (2000, p. 11) esclarece que o conceito de legalidade varia de acordo com cada sociedade: “a noção de legalidade/ilegalidade é intrínseca a toda a organização social, mas a condição de legalidade ou ilegalidade de qualquer ação é mutável no tempo e no espaço”. Segundo a autora, a concepção da questão legal e ilegal depende das normas jurídicas, que também se modificam a partir dos dois elementos. Aquilo que o agente público “deixa passar” para buscar o que realmente para eles é prioridade faz parte desse jogo complexo, envolvendo o Estado, a força policial, a gestão do município e os atores locais.

A circulação de mercadorias ganha contornos expressivos no jogo de identidades e no jogo de ilegalismos. Quando o agente policial faz a pergunta diante de um crime em flagrante feito por um migrante e menciona: “Você quer ser tratado como brasileiro ou como boliviano?”, os arranjos estrategicamente se organizam no território e, a depender dos interesses, certamente haverá uma resposta rápida diante da situação de legalidade ou ilegalidade.

Conforme pontua Albuquerque e Jardim (2018):

Formam-se arranjos que superam o binômio do legal e o ilegal. Para os autores, “todo controle gera formas de contornos, válvulas de escape e fugas

à fiscalização fronteiriça. Os fenômenos do contrabando e do tráfico transfronteiriço se configura justamente como o outro lado da moeda da fronteira estatal” (Albuquerque; Jardim, 2018, p. 120-121).

Portanto, considerando os autores, esses sujeitos que estão ora dentro, ora fora, estão nos limites da liminaridade do migrante. Há um jogo complexo na fronteira que funciona como um espaço de constante negociação, nas quais o legal e o ilegal se cruzam. Também os conflitos aparecem pelas ambiguidades que são criadas em escala local, no chão da fronteira, onde a baixa política atua sempre em conexão com a alta política desconexa da realizada.

Telles (2013) esclarece:

O fato é que essa ampla circulação de bens, produtos e populações que transitam nesses mercados depende, em grande medida, dos agenciamentos políticos que se fazem justamente nas dobras do legal-ilegal, formal-informal: corrupção, mercados de proteção e práticas de extorsão que variam conforme circunstâncias, contextos e microconjunturas políticas e, sobretudo, dos níveis de tolerância ou incriminação que pesam sobre essas atividades. (Telles, 2013, p. 23).

Observou-se que a ação do Estado é bem pontual e possui limites definidos, protagonizados pelos informantes. As batidas policiais possuem sentidos a depender das necessidades de cada instituição que ora coíbe, ora tolera e/ou protege os mercados que querem proteger.

Pensa-se também na questão do trabalho e os diversos significados. O trabalho não é só visto como sobrevivência, mas como questão de honra, dignidade e situações que se complexificam na relação com o “outro”. Então, conclui-se que não entra no mérito apenas a sobrevivência, mas planos extensos de significados que são acionados no território.

Observa-se que as instituições responsáveis pelo controle fronteiriço e seus agentes de segurança pública não são estruturados nem capacitados para desenvolver práticas voltadas ao diálogo, ao acolhimento de migrantes. Sua atuação institucional está predominantemente orientada para a prevenção, fiscalização e repressão de ilícitos, em consonância com a lógica de segurança que fundamenta essas organizações. Paralelamente, verifica-se a ausência de políticas públicas capazes de reconhecer e valorizar o trabalho desempenhado pelos imigrantes pendulares internacionais, o que contribui para sua permanência em condições de vulnerabilidade. Nesse contexto, evidencia-se que as principais barreiras existentes em Corumbá não se restringem à dimensão física da fronteira, mas se manifestam, sobretudo, no

âmbito político-institucional, por meio da insuficiência de ações estatais voltadas à inclusão e ao reconhecimento dessa população.

5 CONSTRUÇÃO DA TERRITORIALIDADE NA “PARTE ALTA DA CIDADE” DE CORUMBÁ: AS LOJINHAS DE BOLIVIANOS

A parte alta de cidade é a nova Bolívia, né, o comércio aqui na Popular Nova é o comércio de bolivianos. (Entrevista com o presidente do bairro realizada em 03/07/2023)

O objetivo deste capítulo, pretende compreender as novas territorialidades de lojistas na “parte alta” da cidade e conhecer as ambivalências que se complexificam nas relações do cotidiano. Será observado os limites da territorialidade por meio de uma problemática relacional que tem como questão central os conflitos e tensões sociais na dinâmica dos operadores de múltiplas escalas.

Abordou-se a re-construção da territorialidade na região sul do município, conhecido como a “parte alta da cidade”, localizada região periférica, tendo os bairros Nova Corumbá e Popular Nova como referência no estudo.

Na “parte alta da cidade” existe a presença numerosa de lojinhas de bolivianos espalhadas pelas ruas e calçadas dos bairros. A seção compreende identificar esses espaços, sendo estes improvisados e, muitas vezes, insalubres, mas que com o passar do tempo foram modificados para atender as demandas dos comerciantes. Foi feito o mapeamento do bairro através do uso de *Drone* para análise da dimensão espacial do cotidiano.

As entrevistas neste capítulo são baseadas em histórias de vida, não apenas no interior do comércio, mas serão vistas experiências de vida, sofrimento, alegrias e superação.

Nesse sentido, buscou-se nesse último capítulo explorar mais as trajetórias migratórias e pensar o imigrante como operador de simultâneas escalas. A revisão de literatura, o campo de pesquisa, entrevistas, figuras e mapas irão complementar as reflexões durante o percurso do texto.

Verificou-se também a centralidade de Santa Cruz de la Sierra que faz parte do fluxo pendular que articula e amplia as escalas, para além da escala local. Com os estudos foi entendido que existe outro tipo de espacialidade e territorialidade mais ampla que aparece nas escalas locais, com a pendularidade de longa distância.

Em relação aos depoimentos e as histórias de vida, voltava-se mais de uma vez para fechar a entrevista, pois percebeu-se algumas desconfiças. Quando eles começavam a desenvolver o relato, de repente paravam e perguntavam: “pra quê é isso mesmo? Ou “para que mesmo essa informação”? “Não vai aparecer a minha voz, né?” Então, assim como foi no âmbito das feiras livres, tiveram-se algumas dificuldades em manter um diálogo sem intercorrências ou desconfiças, mas que foram supridas a cada visita ao campo de pesquisa.

5.1 Fronteiriços periféricos e a construção do limite

Na “parte alta da cidade” existem numerosas lojinhas de bolivianos situadas na perversa lógica T-D-R (Territorialização-desterritorialização-Reterritorialização). Segue o mosaico das lojas de bolivianos no bairro Popular Nova:

Figura 50 – Mosaico de imagens. As lojinhas de bolivianos no bairro Popular Nova



Fonte: Trabalho de campo (2025).

A perversa lógica T-D-R vem do pensamento geográfico dos autores Gilles Deleuze e Félix Guattari (1976). Eles entendem que existe a contradição na atuação do Estado na territorialidade neurótica de Édipo, que passa pelo processo de esquizofrenia e produção de desigualdades, pois a desterritorialização causa a ruptura de uma territorialidade para um deslocamento, gerando assim, processos que tentam enquadrar esses indivíduos às novas territorialidades. Saquet (2013) evidencia:

O Estado territorializa através inscrição da residência. Esta, ao mesmo tempo, é resultado da desterritorialização, na qual, a divisão de terras condiciona os homens a uma nova inscrição. Neste novo, há elementos que permanecem, como códigos e alianças territoriais. Há territorialidade (fixação de residência) e desterritorialização. Há fluxos decodificados, de produção e mercantis, que escapam ao quadriculado do Estado. “fluxo de propriedades que se vendem, fluxo de dinheiro que escorre, fluxo de produção e de meios de produção que se preparam na sombra, fluxo de trabalhadores que desterritorializam (...)” (Deleuze e Guattari, 1976, p. 283).

Há, nessa abordagem, o processo de re-territorialização, como reconstituição e restituição de poder. Assim, a reterritorialização é determinada no bojo da desterritorialização. “(...) o capitalismo não cessa de re-terrotializar o que ele desterritorializa em primeira mão” (Deleuze e Guattari, 1976, p. 330).

E esses processos são simultâneos, como abordado em Saquet (2013), e o que o homem desterritorializa de um lado, ele re-territorializam do outro, ou seja, sempre haverá o processo de reconstrução, mesmo que precária, considerando Haesbaert (2004), construindo novas relações sociais.

Conforme Haesbaert (2004):

Toda desterritorialização, enquanto processo, implica uma reterritorialização concomitante, seja em novas bases materiais e/ou construída por novas relações sociais (e de poder). Podemos pensar a desterritorialização como um movimento que longe de fazer desaparecer territórios, deve ser visto como um processo relacional sempre aberto ao devir (no sentido de vir a ser tornar-se, transformar-se em fluxo permanente), des-re-territorializador, em que o território se torna mais múltiplo e complexo, podendo ser mais híbrido e transcultural, imerso em redes multiescalares e de múltiplas dimensões sociais. (Haesbaert, 2004, p. 185)

Considerando os autores, compreende-se que os migrantes passaram por uma re-territorialização precária comandada pelo Estado, interferindo em suas atividades comerciais, passaram a se reinventar na “parte alta da cidade”, construindo um mundo possível.

Assim, as mobilidades de lojistas foram se intensificando no bairro Popular Velha, após o fechamento da feirinha, ocasionando uma re-territorialização precária mediante a crise enfrentada pelos informantes, após conflitos com o governo municipal e seus aparatos institucionais.

Esses movimentos consolidaram o território como manifestação de poder, constituindo territorialidades com os operadores de múltiplas escalas.

Durante o trabalho de campo em uma banca de verduras, foi realizada uma conversa com o presidente do Bairro Popular Nova, que se encontrava no local efetuando compras. Na ocasião, o interlocutor relatou:

A parte alta de cidade é a nova Bolívia, né, o comércio aqui na Popular Nova é o comércio de bolivianos, tem restaurantes, lojas, salões de cabeleireiros. E houve essa concentração aqui quando fecharam a feira Bras-Bol por decisão judicial, na época, o prefeito Paulo Duarte fechou aí o Ruiter ganhou, Marcelo Iunes assumiu, porque Ruiter faleceu, aí começou a liberação, porque temos mais de 4 mil eleitores bolivianos que votam aqui em Corumbá. Então automaticamente é vantajoso liberar o comércio aqui. Por exemplo, ela vem pra cá clandestina, (nesse momento ele apontava para a lojista, comerciante de verduras), não tô falando que a senhora é clandestina, tá, é só um exemplo), aí vem pra cá clandestinamente, aí começa ter filho, nasce na maternidade, aí automaticamente eles começam a tirar documento brasileiro, aí eles ficam com a dupla nacionalidade. (Entrevista com o presidente do bairro realizada em 3/07/2023).

O presidente do bairro relatou que o comércio de migrante expandiu após o fechamento da feira Bras-Bol, pois antes não havia muitas lojas de bolivianos, mas hoje há novas construções e também residências.

Entrevistou-se a dona Gina, dona da banca de verduras, localizada no bairro Popular, nasceu em Cochabamba e trabalhou na feira Bras-Bol, mas com o seu fechamento, relatado pelo presidente do bairro, ela teve que se reteriorizar.

A senhora tem vontade de voltar para Cochabamba? “[...]É difícil voltar, meus *hijos* estão acá estudiando. Eu trabalhava na feira BrasBol com roupa, acabou a feira e cada um procurou seu canto pra sobreviver”. (Gina, imigrante pendular. Entrevista realizada em 3/7/2023).

Segue a história de vida de dona Gina:

Eu moro há 30 anos aqui, tenho 55 anos e tenho 8 filhos que nasceram em Corumbá. Eu vim de La Paz porque meus pais morreram, meus avós morreram e não sobrou ninguém lá, então eu vim e fiquei primeiro em San José de Chiquitos e depois descobri que tinha muitas amigas que estavam indo para Corumbá para trabalhar na feira. Eu comecei a trabalhar na feira do boliviano, onde as barracas eram feitas de madeira, depois trabalhei na Bras-Bol. Sempre trabalhei com comércio. Quando a feira Bras-Bol fechou, na época era o Paulo Duarte, né, então eu fiquei perdida, com 8 filhos pra criar, e peguei uns cobertores, meias e luvas para vender na Cuiabá (rua), em frente onde era a feira, né. Mas aí chegou um guarda de posturas municipal e me arrastou dali, eu estava com minha filha de 6 meses de idade, ele me arrastou com minha filha nos braços e prendeu tudo que eu ainda tinha. Foi difícil naquela época, agora o Paulo Duarte está de novo no governo, né, aquele outro não manda em nada, a gente sabe. Em 2013 muitos amigos ficaram sem ter o que comer, passamos muita dificuldade. Então eu fiz esse comércio aqui, tenho minha casa aqui e outra casa na Bolívia, o meu marido fica mais na Bolívia cuidando da casa, eu vou pra lá 3 vezes na semana, mas fico mais aqui, por que meus dois filhos ainda estudam no Dom Bosco. Eu recebo bolsa família, na época da pandemia recebi auxílio; tenho sim o RNE. Eu trabalhei na pandemia em frente a um comércio, com barraca de roupas, mas a filha da dona do comércio não gostava de vender as coisas ali, implicava comigo, aí não deu certo, tive que sair. Agora fico aqui na loja, já trabalhei muito na feira de domingo, mas eu não aguento mais o calor, as minhas pernas doem de ficar em pé por muito tempo; agora a minha filha está fazendo feira e tem loja de roupas aqui ao lado. Eu pego minhas mercadorias em Quijarro, com os maioristas, já viajei muito pra Santa Cruz, agora estou cansada, minha filha que viaja para comprar as roupas. (Gina, 55 anos, nascida em La Paz, Bolívia).

Gina menciona a antiga “feirinha”, como era conhecida a feira Bras-Bol (abreviação de Brasil - Bolívia), ela existia há 18 anos, era uma espécie de “camelódromo” onde se comercializam produtos provenientes da China. Este espaço construído pelos imigrantes bolivianos vinha há um tempo, segundo Telles (2009) negociando a sua permanência e legitimidade no espaço fronteiriço. Percorrendo limites entre o legal e o ilegal, fazia parte da paisagem urbana da cidade e da memória dos corumbaenses. A feirinha fez parte da infância da pesquisadora, sempre visitava e procurava brinquedos. As “barbies”, mesmo àquelas falsificadas, era a sensação de toda menina.

Conforme Costa (2012) grande parte dos vendedores da feira Bras-Bol, distribuídos em mais de 200 “bancas”, era composta por bolivianos que vieram sobretudo do altiplano para Corumbá e para a fronteira em busca de oportunidades de trabalho. Havia brasileiros que também trabalhavam no local, assim como alguns libaneses dividiam o mesmo espaço da feirinha. Considerando Costa (2013):

Antes da criação da Feira Bras-Bol, há duas décadas, os comerciantes bolivianos eram vendedores ambulantes, em pontos de rua da cidade de Corumbá e lutaram para conseguir um lugar próprio para trabalhar. Foi então que esses comerciantes foram realocados em um espaço próprio, com alguma infraestrutura, atrás do cemitério Santa Cruz, formalizando-se, parcialmente na Feira Bras-Bol, pagando inclusive ICMS e formando a “Associação dos Pequenos Comerciantes Bras-Bol”. Embora os feirantes da Bras-Bol pagassem ICMS, tivessem um CPNJ, alvará da Prefeitura de Corumbá e possuam, ainda, uma Associação, nos últimos anos houve cada vez mais questionamentos sobre a legalidade da feira. (COSTA, 2013, p.5).

Assim, houve duas operações em 2013 na repressão ao comércio informal deflagrada pela Polícia Federal, Receita Federal e apoio do Exército brasileiro, no entanto, a decisão do encerramento da atividade comercial e rompimento de acordos de permanência da feira foi uma medida municipal. Sendo assim, o local foi interditado no dia 18 de maio de 2013 para atender às disposições do Código de Posturas do Município e as recomendações técnicas do Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária e jurídico do Ministério Público.

Segue o noticiário do diário online na época do fechamento da feira Bras-Bol:

Diante deste cenário, é possível perceber que a interdição da Feira Bras-Bol, aproveitando uma conjuntura nacional favorável, foi fruto de uma ação articulada por setores sociais da cidade de Corumbá, especialmente a partir da Associação Comercial, que levou suas questões ao Ministério Público e Receita Federal, considerando que a “feirinha”, “vendia todo o tipo de produto importado e questionamos a legalidade desses produtos vendidos e também sua procedência” (Diarionline, 16/05/2013)

Nesse sentido, ao realizar a readequação das instalações visando à defesa do princípio da legalidade e proporcionando segurança, conforto e qualidade de atendimento para os trabalhadores e pessoas que frequentam a feira haveria a reabertura, fato que não ocorreu.

Até então, seria um fechamento provisório, mas foi discutido no decorrer do conflito como uma decisão política e não por fatores técnicos, fato que, o prefeito na época, não conseguiu a reeleição devido a consequência do fechamento da feira Bras-Bol. Foi discutido, ainda em 2013, a alocação de um novo espaço para os comerciantes.

Segue a mídia jornalística:

Figura 51– Feirantes da Bras-bol vão à Prefeitura protestar contra interdição



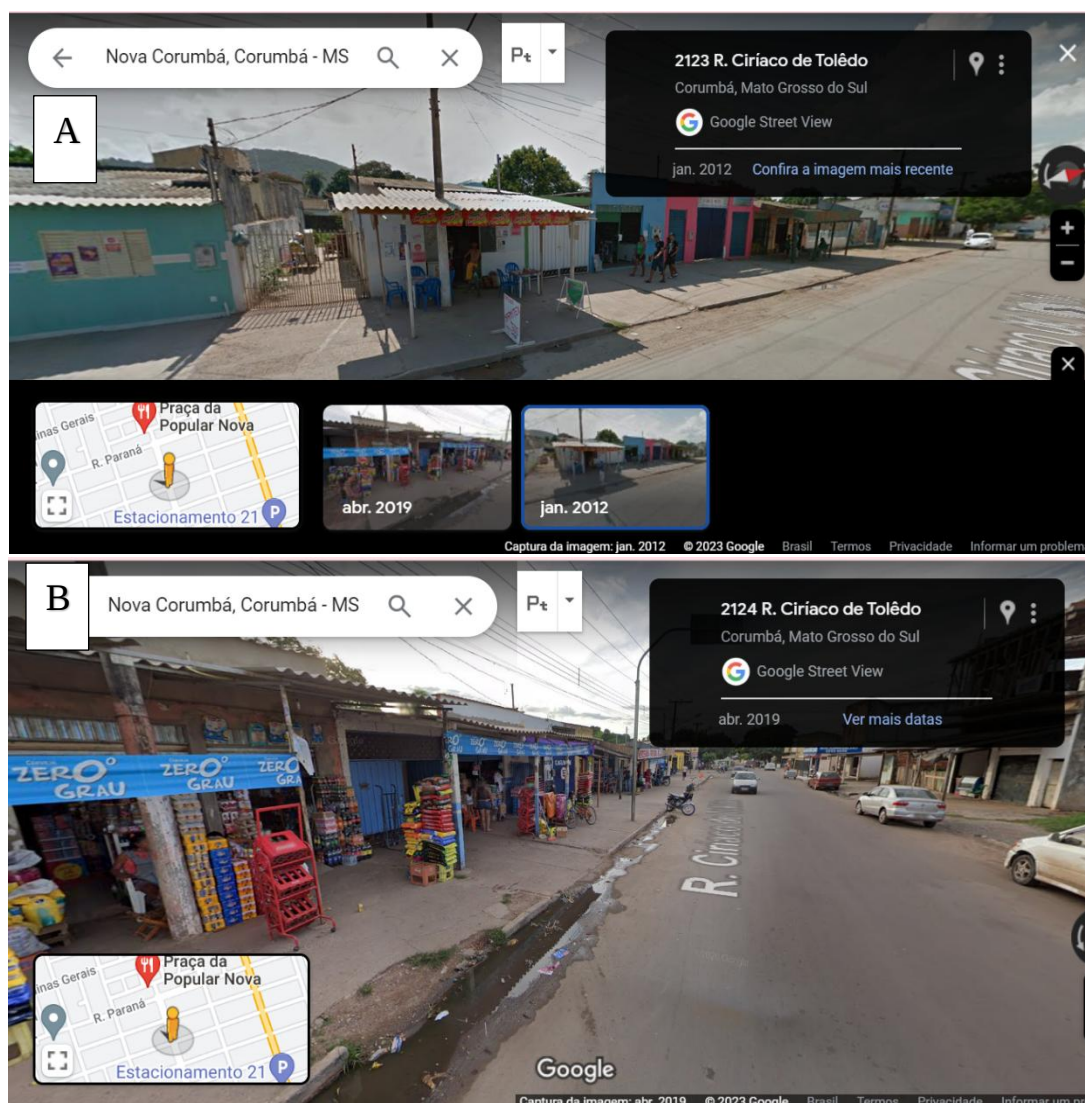
Fonte: Diário Online. <https://www.diarionline.com.br/?s=noticia&id=59346> Acesso em 17/12/2024._

Na época, o prefeito foi alvo de duras críticas e não reeleito no ano seguinte:

Paulo Duarte não foi capaz de reconhecer que ele próprio criou e se meteu sozinho nessa situação POLÍTICA desastrosa e muito menos admitir sequer a hipótese de voltar atrás, ou pelo menos amenizar a situação terrível em que deixou os feirantes. Quem sabe agora seu “coração de pedra” só pode ser “amolecido” pela diminuição da pressão das redes sociais, das reações do vereador Buxexa e das ameaças de tomada de medidas radicais pelos feirantes prejudicados (que incluem o corte do fornecimento de gás, fechamento da fronteira e até greve de fome, pelo que já contam com voluntários) (Noticiário Jornal Fronteira, 8 de junho de 2013)

O conflito que ainda hoje assombra muitos imigrantes pendulares, como os lojistas e até os feirantes da feira de rua que passou a reconstruir as suas vidas e re-territorializar novos espaços, com a construção de lojas em espaços improvisados no bairro Popular Nova e Nova Corumbá. Segue as imagens que mostra em um período que não havia lojinhas na rua Ciríaco de Toledo, mas que após o fechamento da ferinha, observa-se muitas construções.

Figura 52 – Mosaico – Bairro Nova Corumbá, rua Ciriaco de Toledo em 2012 e em 2019



Fonte. *google street view*. Organizada pela autora

Considerado o mosaico, foi utilizado o recurso do *google street view* e feito a comparação temporal, para explicar essas mudanças no território, assim, a imagem **A** do ano de 2012 (ano do fechamento da feirinha) serviu para comparar com a imagem **B** do ano de 2019 (6 anos após fechamento), e as mudanças trazidas pela re-territorialização.

Considerando a figura registrada pelas imagens de satélite mostra a Rua Ciríaco de Toledo em dois momentos: a primeira imagem foi feita em 2012, período que estava em processo de fechamento da Bras-Bol e não havia a presença de lojinhas de bolivianos, já na segunda imagem, percebe-se numerosas lojas instaladas no ano de 2019, após o processo de reterritorialização na “parte alta” da cidade.

Esses comércios foram feitos em espaços improvisados onde antes havia galpões ou garagens, que foram alugados pelos lojistas da feira Bras-Bol. Assim, cria-se a metamorfose do espaço; galpões e garagens se transformam em lojas de roupas, calçados, brinquedos, bebidas, quinquilharias, tudo se transforma para as novas demandas dos imigrantes pendulares internacionais. Dalva, imigrante pendular relata:

“Cuando el mercado cerró, tuvimos que seguir trabajando y ganándonos la vida, así que construimos una loja aquí. Hicimos nuestra vida en este barrio, construimos una casa para nuestros hijos, ¿por qué crece aquí?”.” (Dalva, 45 anos, nascida em Potosi)

A liminaridade do migrante se relaciona com o dinamismo do espaço, assim, os fronteiriços periféricos construíram seus territórios “na parte alta cidade”, como resistência e (e)xistência, reteriorizaram o bairro Popular Nova.

Considerando Costa (2013):

Tanto o discurso da Associação Comercial de Corumbá, quanto o do prefeito estão calcados na questão do legal e do ilegal, argumentando sobre a origem das mercadorias, sobre a concorrência desleal e sobre o pagamento de tributos, cuja separação absoluta se torna uma ficção na vida na fronteira e não apenas para os comerciantes da feira Bras-Bol. [...] O fechamento da “feirinha” foi acionada por outros discursos e justificativas de cunho “universalizantes”, em torno de segurança e do ordenamento urbano como uma estratégia para instaurar uma nova “ordem jurídica”. [...] As atividades comerciais identificadas pela lei como “contrabando” ou “descaminho” indicam, portanto, uma ação do Estado que estabelece uma sanção punitiva de alcance moral. (Costa, 2013, p. 458)

Entende-se com as idas a campo e considerando a literatura local que o aparato de segurança pública na fronteira, na maioria das vezes, não distingue o informal do ilegal, fato que reproduzem discursos criminalizando a atividade comercial dos lojistas, feirantes e ambulantes bolivianos na cidade. Assim:

Este caráter moral, que criminaliza as atividades de comércio, tidas como “contrabando” (especialmente em uma cidade fronteiriça como Corumbá), se difunde pela sociedade, pela opinião pública e pelo direito, que visa punir a atividade de modo a permitir a intervenção da opinião pública como sancionadora, ou seja, com o beneplácito da sociedade. (Costa, 2013, p. 478)

A fronteira pela ótica dos agentes públicos pode ser vista como lugar de ameaça, perigo, caos, contágio, entre outros elementos que dão força ao Estado para a intensificação do controle e vigilância. Nesse sentido, as diferentes instituições e grupos da sociedade fronteiriça estabelecem relações de poder e negociações que interferem nas territorialidades, criando novas forças e estratégias de organização.

Considerando o relato de dona Blanca, vendedora de roupas no bairro Popular Nova foi observado a angústia sofrida pelos migrantes em 2013:

[...] Fiquei na Bras-Bol mais de 10 anos, aí a feira fechou e ficamos perdidos, né, e tivemos que lutar novamente. Eu comprei um box no centro comercial, mas não deu certo, porque não tem movimento lá e o ponto é bem pequenininho. As minhas amigas da Bras-Bol na época compraram também, mas poucas ficaram lá. Aí meu marido voltou para as feiras livres e eu continue ainda no centro comercial e na pandemia saímos das feiras de novo, porque tivemos muitas dificuldades, tinha horário de funcionamento, quando chovia não vendia nada e a situação foi apertando. Pra mim o centro comercial não deu certo, porque eu sou daquele tipo de pessoa que quero sempre mais, sabe, quero crescer. Então eu aluguei um espaço ali na frente com minha amiga, quando sai do centro comercial. Meu marido depois da pandemia voltou pra as feiras livres (risos) e agora só fica ele lá, com banca de roupas. Aqui o bairro começou a crescer em lojas, então eu vi uma esperança nesse bairro de ter meu próprio negócio. Fiquei alugando um espaço ali na frente até eu construir aqui, esse é meu mesmo. Já vai pra 12 anos que eu viajo pra São Paulo pra trazer mercadoria de lá, vendo roupas femininas e masculinas. Antes eu comprava em Santa Cruz, mas agora precisa de nota de fiscal, né, então prefiro comprar em São Paulo pra não ter problema com a Receita, porque é perda pra mim. Eu compro em Goiânia também que é pras feiras, para abastecer a banca do meu marido, eu viajo sozinha, algumas vezes com as minhas amigas de loja, e ele fica em casa com as crianças, ele não viaja porque só eu sei as lojas pra comprar lá em São Paulo, no Bras, ele não sabe escolher as roupas (risos), então prefiro que seja eu mesmo. Eu já perdi minha mercadoria uma vez, quando viajava pra Santa Cruz, perdi quando trabalhava nas feiras, aí eu não quis mais trabalhar assim sem nota, então eu não pego mais roupas da Bolívia, só em São Paulo e Goiânia agora. [...] Eu nunca na minha vida imaginei que teria casa aqui, mas quando a gente coloca Deus na frente, né, as coisas vêm. Estou aqui na minha casa própria desde outubro (3 meses tem). Eu gosto desse bairro, porque se não gostasse não estaria aqui, então eu gosto de Corumbá, desde que cheguei, fui curiosa pra querer ver tudo, e minha madrinha me apresentou as feiras livres e eu gostei daqui, queria aprender o português, e nem sei como eu aprendi, acho que foi falando com as pessoas, meus clientes, fui aprendendo [...]. (Blanca, 55 anos, nascida em Cochabamba)

Considerando o relato de dona Blanca, verifica-se que ela enfrentou dificuldades quando a feira Bras-Bol fechou, mas se superou e buscou o novo espaço, que a prefeitura ofereceu aos imigrantes após o fechamento da feirinha, chamado centro comercial. Ela disse que o espaço era muito pequeno e não havia movimento de cliente, assim resolveu alugar, juntamente com a amiga, um espaço improvisado no bairro Popular Nova, assim, o seu comércio cresceu e ela construiu na mesma rua a sua loja. O seu marido continua sendo feirante, vendedor de roupas, ela já teve problemas com a fiscalização e atualmente realiza as compras em São Paulo e Goiânia.

Com esse relato compreende-se que mercadoria sofre metamorfose, pois não é só os migrantes que passam o status de ilegal para legal, ou vice-versa, a mercadoria também muda a depender do local e com quem se encontram.

Nesse sentido, temos a dupla “legal e ilegal”, para pensar as mercadorias comercializadas pelos lojistas. Entende-se que a noção de ilegalidade é mais fluida que a de informalidade para as instituições de segurança pública. Segue o quadro que demonstra essas questões:

Quadro 19 – Tipo de atividade e status da mercadoria

Tipo de Atividade		Status da mercadoria
1	Lojista boliviano, tem que tem comércio em Corumbá, contrabandeia mercadorias da Bolívia	Ilegal
2	Feirante boliviano, tem que tem comércio em Corumbá, contrabandeia mercadorias da Bolívia	Ilegal
3	Boliviano vendendo mercadoria em sua loja em Puerto Quijarro	Legal
4	Lojista brasileiro, comprando e obtendo nota fiscal, mas que possui, também, em sua loja, mercadorias provenientes da Bolívia	Legal
5	Lojista de roupas boliviano comprando em São Paulo e em Goiânia	Legal
6	Feirante boliviano comprando em São Paulo, em Goiânia e alguns produtos em Puerto Quijarro	Legal e informal
7	Ambulante boliviano contrabandeia mercadorias da Bolívia	Ilegal
8	Ambulante vendendo alimentos prontos de Puerto Quijarro e comercializando em Corumbá	Legal e informal
9	Maioristas bolivianos exportam produtos de Santa Cruz de la Sierra para Puerto Quijarro	Legal
10	Maioristas bolivianos exportam produtos de Santa Cruz de la Sierra e atravessam a fronteira, abastecem os feirantes em Corumbá.	Ilegal

Fonte: Organizada pela autora.

Analisando o quadro, a mesma mercadoria vai mudando de status conforme ela vai circulando no espaço entre os fronteiriços. É interessante que o lojista vai mudando de status junto com a mercadoria. Essa metamorfose se relaciona com o espaço-tempo no território.

O caráter de legal e informal, conforme o quadro, visto nas **colunas 6 e 8**, se constitui como plano de fundo de negociações por vezes, normalizada pelas instituições de segurança, envolvendo os comerciantes e agentes de fiscalização, conforme entrevistas, assim, o status informal máscara o caráter ilegal e metamorfoseia a mercadoria para o status legal. Como visto a seguir:

Dona Blanca, antigamente, comprava na Bolívia, agora ele passa a comprar no Brasil, pelas batidas policiais que já sofreu, mudando o status de ilegal para legal.

Dona Gina compra as mercadorias em Puerto Quijarro, com os maioristas, sua filha viaja para São Paulo e traz as sacolas de roupas para a loja dela e abastece a loja de sua mãe.

Dona Dalva compra produtos nos atacados da cidade para a sua banca, mas busca poucos produtos bolivianos pela preferência dos clientes.

Dona Dariuza, ambulante, atravessa a fronteira com o seu carrinho de empanadas, os ingredientes utilizados para o preparo das empanadas são da Bolívia, mas, segundo ela, para os agentes da Receita Federal seus produtos são legais. “Eu sou ambulante há 20 anos, nunca prenderam meu carrinho de empanadas, porque eles não mexem com produtos prontos.” (Entrevista realizada em 12/12/2023).

A circulação de mercadorias oferece possibilidades de trabalho aos ambulantes, pois existem as “morangueiras” que compram dos “maioristas” em Puerto Quijarro e abastecem as feiras de domingo, há também a “dona da caixa de alho”, que também compra dos “maioristas” e abastece as feiras.

Após as compras atravessar a fronteira sua condição muda, corre-se o risco de ser pego pela fiscalização. Contudo, se uma mercadoria pirata é vendida em uma loja formal ela é legal, no entanto, se for vendida na feira ou nos espaços improvisados dos lojistas bolivianos se torna ilegal.

As mercadorias podem ser mobilizadas em ritmos e em espaços diferentes, sendo que elas se movimentam sem estar junto com os proprietários delas no mesmo tempo-espaço. Esses exemplos são mais evidentes entre lojistas e ambulantes, pois no caso dos feirantes, eles movimentam as mercadorias no mesmo espaço de tempo em que são mobilizados.

Quando perguntado para dona Ana, ambulante: **a senhora leva as mercadorias?** “não levo, deixo aqui em uma loja e pago pra deixar as minhas mercadorias”. (Entrevista realizada em 04/05/2024).

Dona Ana tem o seu carrinho de quinquilharias no centro da cidade, em frente as lojas de empresários, no final do expediente ela deixa o seu carrinho em uma dessas lojas e paga por mês para deixar os produtos seguros naquele espaço “formal”.

Ou seja, o conceito de legalidade varia de acordo com o status de formalidade de cada um desses estabelecimentos, como é o caso do Genilson, brasileiro, que possui loja de suplementos, mas que viaja toda semana para Santa Cruz de la Sierra para comprar malas esportivas e as vendem em sua loja. A sua esposa, boliviana, possui uma lojinha ao lado da dele, mas todos os anos as suas mercadorias são apreendidas pela Receita Federal.

Portanto, a dupla formal-informal é convertida para a dupla “legal-ilegal”. Essa situação fluida de uma mercadoria e também de uma pessoa, é o que tem insistido o capítulo anterior, e que traduz o território fronteiriço em práticas trabalhistas informais e estudos que desmitificam a sua marginalidade e mostrem a importância para a sociedade.

Percebe-se, que o fechamento da feira Bras-Bol no ano de 2013 ocasionou novas possibilidades de reconstrução da territorialidade dos informantes. Considerando os estudos fronteiriços entende-se que o novo espaço territorializado pelos migrantes pendulares produzem mundos possíveis a partir do dinamismo urbano e situações que propõem estratégias para que os migrantes criam novos lugares para os seus comércios e para as suas vidas.

Conforme Cortês (2025):

A cidade é constantemente construída e reconstruída por meio de relações de poder, negociação e conflito entre diferentes grupos e interesses – grupos sociais diversos, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, além da própria gestão pública em interação com esses atores políticos. São diferentes forças que têm papel ativo na transformação do espaço urbano, na criação de redes de solidariedade, na defesa de direitos e na promoção de demandas específicas. (CORTES, 2025, p. 03)

Considerando o autor, as relações de poder estabelecem limites entre normas jurisdicionais da alta política, que influencia na baixa política, na prática que marginalizam grupo sociais, com o tratamento das normas sob o viés da legalidade ou ilegalidade envolvendo os mercados informais dos entrevistados. São diferentes forças que transformam o espaço urbano e produzem territorialidades com a criação e apoio das redes de solidariedade a ajudam mútua entre os migrantes pendulares bolivianos. Assim, entende-se que apesar das dificuldades

eles conseguem através da superação e da própria experiência de vida o combustível necessário para traçar novas estratégias de luta e resistência.

Portanto, essa seção analisou os processos que levaram o grupo de migrantes a se re-territorializar aos mandos do Estado que, questionando os limites da legalidade da feirinha, passaram a deslocá-los o que gerou tensões e conflitos enraizados até hoje, no coração e mentes dos entrevistados. Essa nova territorialidade abriga hoje muitos imigrantes bolivianos que reconstruíram suas vidas e seus comércios na “parte alta cidade” de forma precária, com desigualdade socioespacial. No entanto, através das novas práticas em um novo espaço, houve a transformação do território, sendo múltiplo, complexo, híbrido e cultural. Verifica-se na próxima seção os limites da territorialidade por meio de uma problemática relacional que tem como questão central os conflitos e tensões sociais na dinâmica dos operadores de múltiplas escalas.

5.1.1 Conflitos e tensões sociais e a construção de novas territorialidades

O objetivo desta seção é analisar como os lojistas da “parte alta da cidade” estabeleceram seus comércios no Bairro Popular Nova, consolidando sua permanência nesse espaço em conjunto com a comunidade fronteiriça. Os traçados das ruas mudaram com o passar do tempo, novas construções surgiram, assim como novas residências e comércios mais estruturados também. Serão apresentados os operadores de múltiplas escalas e, por meio de imagens e reflexões, verifica-se a importância de Santa Cruz de la Sierra como centro comercial que mobiliza diariamente imigrantes pendulares. Portanto, através dos relatos de vida, imagens e mapas percebe-se que o território é fluido e o que mantém essa fluidez é a circulação de mercadorias para além dos limites territoriais.

Considerando Mondardo (2008) e Haesbaert (2004) o conceito de território é amplo com variados temas, na Geografia, verifica-se historicamente como o território foi pensado e produzido, Hasbaert (2004, p.40) identifica três vertentes básicas para o entendimento de território, assim:

Política (referente às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-político (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, em que o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.

Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo,

como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo. (Hasbaert, 2004, p.240).

No entanto, as vertentes não tem o mesmo enfoque, sendo projetadas nas relações de poder. A cultura, por sua vez, tem ganhado destaque nos estudos fronteiriços, como categoria que prioriza a questão do simbólico e a valorização da dimensão cultural e o sentido de pertencimento ao território.

Considerando Saquet (2013):

Todo conceito tem uma história, seus elementos e metamorfoses; tem interações entre seus componentes e com outros conceitos; tem um caráter processual e relacional num único movimento do pensamento, com superações; as mudanças significam, ao mesmo tempo, continuidades, ou seja, dê-s-continuidades (descontinuidade-continuidade-descontinuidade), num único movimento; o novo contém, pois, o velho e este, aquele” (Saquet, 2013, p.13).

Saquet (2013) evidencia que o conceito de território foi construído ao longo da produção científica da geografia e a metamorfose aparece como novas abordagens e perspectivas acerca do pensamento e novas formas de interpretação, ou seja, existe um processo na construção ou reconstrução da categoria de análise.

Raffestin (1993) para o geógrafo o território é produto das relações sociais, assim os atores produzem as tessituras (os nós e as redes), constituindo o território como materialidade, sem considerar o conceito do espaço. Assim:

[...] o próprio sistema sêmico é marcado por toda infraestrutura, pelas forças de trabalho e pelas relações de produção, em suma, pelos modos de produção. O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si. (Raffestin, 1993, p. 144).

Raffestin (1993) se apoia em Lefebvre (1974) e evidencia que o território, desse ponto de vista, é um local onde há trabalho, o qual conduz à produção e reprodução territorial. É onde os indivíduos estabelecem trocas, retiram os bens naturais necessários para sua sobrevivência e produzem bens artificiais necessários à sua subsistência. Vale reforçar que tal atividade acaba dotando essa fração do espaço de poder, o qual é exercido pelos indivíduos que ali habitam.

Portanto, por mais que o território se apoie no espaço, ambos não são sinônimos, pois possuem características e finalidades únicas que os diferenciam. Todas essas relações apresentadas acima remetem a um denominador comum, o poder, que acaba se tornando o cerne do território, ou seja, sua principal característica. Para que tenhamos um território, é necessário que haja uma relação de poder exercida por um Estado, empresas, pessoas (em sociedade) ou indivíduos.

Para Saquet (2013) o território é produto da organização social e a territorialidade corresponde as ações de influência e controle em uma área do espaço, tanto de indivíduos como de suas atividades e relações, o que pode ocorrer em diferentes níveis escalares. Para o geógrafo a categoria de análise é o espaço geográfico.

A territorialidade está intimamente relacionada ao como as pessoas usam a terra, como organizam o espaço e como dão significado ao lugar. (Sack, 1986, p. 2). Assim, para Sack (2013), a definição da territorialidade contém três facetas interligadas, sendo elas:

- A) a classificação ou definição de áreas;
- B) a comunicação (equivale às redes)
- C) uma forma de controle social (relações de poder)

Nesse sentido, a vivência e o trânsito multiescalar dos bolivianos por diferentes territórios (nacional e/ou internacional) permitem, assim, refletir sobre a possibilidade de analisarmos as territorialidades fronteiriças na ordem socioterritorial, multidimensional e multitemporal. As mobilidades territoriais são intensas e, complexificam, cada vez mais os arranjos locais.

Portanto, a territorialidade é um componente do poder, não significa somente criação e manutenção da ordem, mas é um esquema para criar e manter o contexto geográfico através do qual experimentamos o mundo e lhe damos significados (Saquet, 2013, p. 84).

Haesbaert (2016) propõe um aprofundamento teórico:

[...] aquilo que numa geometria mais simples, euclidiana, é lido como espaço-ponto, transforma-se automaticamente em espaço-conexão, as linhas são recheadas por fluxos e até mesmo as extensões ou zonas não só são constituídas por (ou “contêm”) redes em movimento como também, em conjunto, movimentam-se –como na metáfora da mancha de óleo ou na realidade de uma massa de ar –que se desloca e se transforma. O espaço, assim, torna-se, sobretudo, fruto de conexões e, além disso, incorpora de forma indissociável o jogo entre os mundos material e mental, superando outra dicotomia que vê o espaço apenas como materialidade, “exterior”, e o tempo como incorpóreo, “interior” (Haesbaert, 2016, p. 09).

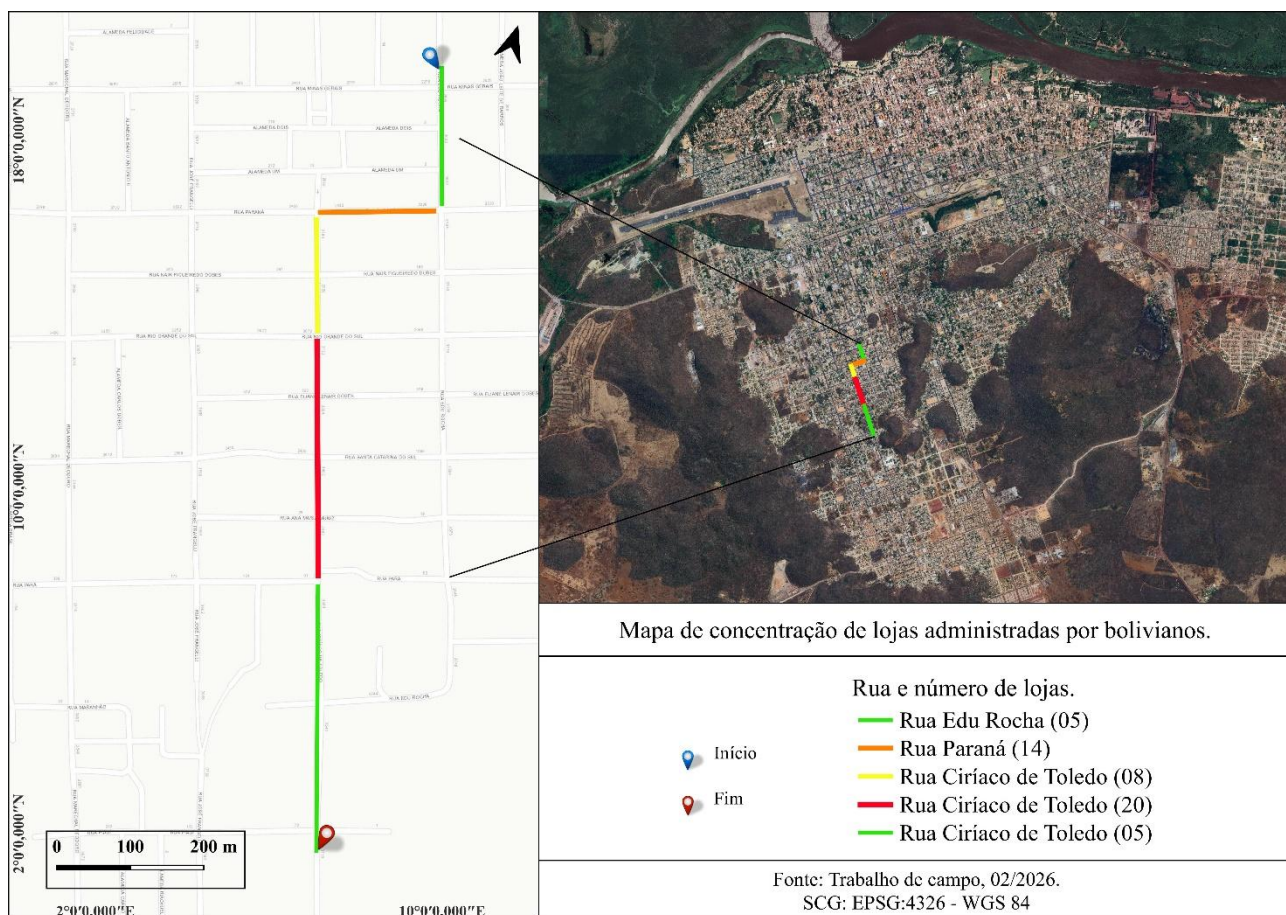
Considerando Haesbaert (2016), o espaço geográfico é o conceito mais amplo do território, este não é fixo, ao contrário, é dinâmico e contem fluxos, conexões e movimentos, o território é a apropriação do espaço que está sob o controle de um ator ou um conjunto de atores. Assim, Haesbaert (2004) entende a função do simbólico na construção da territorialidade; o valor identitário-simbólico de cada indivíduo ou um grupo de indivíduos; “o território pode desempenhar múltiplos papéis, como abrigo, recurso, controle e/ou referência simbólica”. (Haesbaert, 2004, p. 96)

Enquanto a territorialidade, Haesbaert (2004) referencia Saquet (2013) no que tange ao entendimento de que a qualidade de ser território está relacionada aos processos simbólico-culturais da formação/mutação das identidades territoriais e a capacidade de criação de relações simbólico-afetivas.

A territorialidade dos lojistas na “parte alta da cidade” tem um sentido de ser território abrigo e território recurso, sendo necessária a análise da relação simbólica-identitária.

Segue o mapa de concentração de lojas administradas por bolivianos no bairro Popular Nova:

Figura 53 –mapa de concentração de lojas administradas por bolivianos



Fonte: Trabalho de campo. 02/2026
SCG: EPSG: 4326 -WGS84

A mobilidade de bolivianos é entendida como forma de atividade laboral, pois a cada entrevista entende-se como as relações são dinamizadas no território fronteiriço, através do trabalho. Considerando a **figura 53** a rua Ciriaco de Toledo é onde se concentra numerosas lojinhas, com o total de cinquenta e três.

O trajeto percorrido da espacialidade das lojas foi feito por sequência de quadras, somando o total de 1,233 km. No início do trajeto entrou-se a rua Edu Rocha, com o total de 5 lojas. Seguindo a sequência; na rua Paraná foi observada 14 lojas. Na rua Ciriaco de Toledo, na primeira quadra, verificou-se o total de 8, na segunda 20 lojas e na terceira foram registrados 5 estabelecimentos. Nesta rua a concentração de comércios é maior, sendo uma ao lado da outra e estando elas ao lado direito e esquerdo.

Segue algumas imagens realizadas pelo uso do *drone* da organização das lojas por essas ruas, conforme a legenda da figura 54:

Figura 54 – Início da rua Paraná no bairro Popular Nova



Fonte: Trabalho de campo. 04/2026

Ao lado esquerdo da via observa-se a presença da filial de um mercado popular que foi fundado em 2017 para atender as demandas do crescimento relevante do bairro a partir da construção dos comércios de bolivianos. Ao lado direito percebe-se lojinhas com pouca estrutura, sendo formadas por “puxadinhos” para ampliação dos espaços de venda.

Figura 55 – Comércios de bolivianos na rua Paraná, Popular Nova



Fonte: Trabalho de campo. 04/2026

Neste outro ângulo registrado pelas imagens do *drone*, há algumas lojinhas, tanto do lado direito, quanto do lado esquerdo da rua. Observa-se a construção de casas na parte de cima, algumas delas são dos próprios comerciantes. Aqui, ainda são vistas estruturas improvisadas, onde as garagens ou galpões se transformaram em comércio, observamos ambientes com pouca ventilação e muitas mercadorias nas calçadas, nos “puxadinhos” criados.

Figuras 56 e 57 – Rua Ciríaco de Toledo, paralela com a rua Rio Grande do Sul



Fonte: Trabalho de campo. 04/2026



Fonte: Trabalho de campo. 04/2026

Na rua Ciríaco de Toledo verifica-se comércios mais concentrados e com algumas modificações enquanto a infraestrutura. À esquerda da imagem foram observadas construções mais antigas e à direita construções novas; com mais estrutura, tendo instalações de janelas que

deixam o espaço arejado, ambientes com mais iluminação, sendo amplo e tendo espaço entre a calçada e os manequins.

Vistos nas imagens, anteriormente havia muitos espaços improvisados que os bolivianos faziam de loja, como os galpões e as garagens de casa, por exemplo, não havia ventilação nesses espaços e as mercadorias ficavam expostas nas calçadas, sendo alvo de batidas da fiscalização municipal, pois ocupavam todo o espaçamento das calçadas. No interior das lojas, os produtos não tinham uma organização, pois havia caixas de verduras, misturadas com roupas, bebidas e quinquilharias, não sendo divididos por setores.

Segue o mosaico de imagens de construções antigas feitas pelos bolivianos:

Figura 58- Mosaico de construções antigas feitas pelos migrantes



Fonte: Trabalho de campo. 04/2026

Figura 59- Estabelecimentos comerciais antigos no bairro Popular Nova



Fonte: Trabalho de campo. 04/2026

No entanto, atualmente percebe-se construções mais elaboradas. Essas novas estruturas comerciais são conquistas dos informantes que almejaram a realização de construir o seu próprio comércio e o sonho de crescer economicamente, tendo o bairro Nova Corumbá como receptáculo.

Na imagem a seguir, observa-se uma construção comercial com arquitetura contemporânea, demonstrando a mudança de muitos espaços que antes eram improvisados pelos bolivianos, mas que hoje, são constituídas por construções elaboradas.

Figura 60 – loja de roupas na rua Ciríaco de Toledo, bairro Popular Nova



Fonte: Trabalho de campo. 02/03/2026

Assim, os traçados das ruas mudaram com o passar do tempo, novas construções foram surgindo, as velhas permaneceram nas territorialidades. As ruas do bairro ganharam novas formas desde 2013 até hoje.

Muitas construções estão sendo feitas no bairro pelos comerciantes; as estruturas antigas estão dando espaço para as novas e novos comércios estão surgindo, ampliando as territorialidades. As lojas não são como antes, pois são construções novas com espaços organizados, divididos por setores, como as lojas de roupas femininas, masculinas e infantis. Há ventilação, com uso de amplas janelas, ventiladores, portas largas, extintor de incêndio, espaçamento entre os produtos e as calçadas, enfim, entre outras melhorias que não havíamos observado nas lojinhas antigas.

Marcado pelo desenvolvimento urbano periférico o bairro Popular Nova é caracterizado pela presença de comerciantes bolivianos que construíram e que atualmente constroem casas no bairro, juntamente com os seus comércios. Há variedades de lojas a preços populares,

mercadinhos, igrejas, pequenos restaurantes, escolas, residências populares, posto de saúde, borracharias, entre outras construções e serviços.

Observa-se as mobilidades se intensificando na “parte alta da cidade”, moldando uma dinâmica comercial com a circulação de mercadorias entre as lojas; onde a linguagem se faz pelo diferencial fronteiriço e a presença do idioma, fortalecendo a cultura e os vínculos da rede de solidariedade. A dinâmica relacional do bairro também se apoia nas territorialidades nutrindo o sentimento de pertencimento e o poder simbólico na construção dos novos objetos geográficos.

A localização do bairro permite boas conexões de transporte com a região central, com presença de linhas municipais funcionando bem. O bairro tem se expandindo historicamente, com as novas construções residenciais, casas populares e investimento em habitações no setor imobiliário, sendo um dos principais motivos a espacialidade atraente para os migrantes que trabalham e moram no bairro.

Não é o caso, nos limites deste trabalho, de reconstruir história e cronologia dos processos de urbanização dessa área. Por sua vez, é importante esclarecer que através da lei municipal nº 1.516/1997 dispõe sobre a criação e denominação oficial do bairro no final da década de 1990, no entanto, o bairro já existia como área de ocupação, com a presença de pequenas casas em meio ao matagal e lagos que existiam, segundo relato de moradores, a presença de antigos lagos até hoje constitui um problema de infraestrutura com a formação de minadouros que ocasionam infiltrações nas paredes das casas. A gestão ambiental relacionada a limpeza urbana e pavimentação também são problemas que afetam a vida da população.

Os comércios mais antigos carecem de infraestrutura, pois são construções improvisadas onde as mercadorias ocupam as calçadas, conforme visto **na figura 59**, sendo frequente a presença de fiscais de posturas municipais para a manutenção da organização da via pública. Segundo a mídia jornalística:

Figura 61 – Mídia jornalista. Fiscalização reforça a organização e segurança no bairro Popular Nova

10/03/2026, 15:30

Fiscalização reforça organização e segurança no bairro Popular Nova

Fiscalização reforça organização e segurança no bairro Popular Nova

09 de Dezembro de 2025 - 13h32



Foto: Divulgação PMC



A Prefeitura de Corumbá, por meio da Fiscalização de Posturas e com apoio da Guarda Municipal, realizou nesta terça-feira, 09 de dezembro, uma ação preventiva em estabelecimentos comerciais do bairro Popular Nova.

A atividade teve como objetivo verificar a documentação necessária para o regular funcionamento dos comércios, além de orientar sobre a desobstrução de vias públicas, garantindo melhor circulação e segurança para moradores e consumidores da região.

De acordo com a equipe, a iniciativa busca assegurar mais organização urbana, comodidade e tranquilidade aos munícipes, fortalecendo o compromisso do Município com um ambiente comercial seguro, acessível e em conformidade com as normas vigentes.

Galeria de Imagens

<https://corumba.ms.gov.br/noticias/fiscalizacao-reforca-organizacao-e-seguranca-no-bairro-popular-nova/#~:text=Foto: Divulgação PMC,conformidade com as normas vigentes.>

1/3

Fonte: prefeitura de Corumbá, acesso em <https://corumba.ms.gov.br/>

O tom das publicações das mídias jornalísticas é sempre catastrófico, pois os comerciantes bolivianos aparecem como operadores da desordem, gerando marginalidade para o bairro. A revolta de moradores consolida o que está presente nas mídias jornalísticas, como produtores de mal-cheiro, pois sujam as ruas e causam desordem nas vias públicas, ocupando as calçadas, onde deveria ser lugar de passagem.

As publicações jornalísticas são alarmistas e depreciam os lojistas. “De acordo com a equipe de fiscalização, a iniciativa busca assegurar mais organização urbana, comodidade e tranquilidade aos munícipes, fortalecendo o compromisso do Município com um ambiente comercial seguro, acessível e em conformidade com as normas vigente”. No entanto, junto com eles, aparecem sempre as palavras insegurança, irregularidades e sujeira, estruturando o cenário atual do bairro Popular Nova.

Além disso, as matérias não diferenciam lojistas regulares e irregulares, fala-se em “verificar a documentação necessária para regular o funcionamento dos comércios” como se todos estivessem sem documentação, sendo assim, irregulares.

Conforme o relato de Raquel:

“O boliviano aqui todos nós tiramos a permanência, nós somos MEI, mas eles não acreditam que você mora aqui, boliviano aqui não tem SUS, quando temos doença alguma coisa, nós vamos na farmácia ou na Bolívia. Como estrangeiro não trata da mesma forma.” (Raquel, 40 anos, nascida em La Paz).

No entanto, existe a contribuição dos comerciantes bolivianos para a cidade de Corumbá, pois a presença deles com as suas lojas, produtos e serviços são fundamentais para a economia da cidade, como já abordado na pesquisa e visto em estudos de bibliografias locais, como Kukieli (2022). Nessas lojinhas todo mundo encontra o que precisa, assim, retomando o **capítulo 2: “vai lá no boliviano!”**. É lá que encontramos produtos acessíveis e é o lugar onde todos frequentam, independente de renda ou classe social, pois as pessoas precisam de produtos que muitas vezes só encontram nas lojinhas.

As mobilidades de migrantes em Corumbá, em especial no bairro Popular Nova, nos últimos anos, têm sofrido alterações em suas múltiplas escalas. A questão com a fiscalização é o que justifica essa mudança de rota e de suas mercadorias. Assim como existem os operadores de simultâneas escalas que conectam diversas cidades e países para atividade laboral, como é o caso da ambulante Euzira.

Segue o registro da entrevista:

Figura 62 - Entrevista com dona Euzira - imigrante pendular ambulante



Entrevista realizada no dia 07/06/2024

A entrevistada acomodou-se em uma cadeira localizada na garagem. Na ocasião, foram apresentados os objetivos da pesquisa e solicitada autorização para a realização de uma conversa sobre sua trajetória de vida e mobilidades. A interlocutora consentiu com a entrevista, autorizando também o registro fotográfico e a utilização de gravador. Percebemos que dona Euzira estava tão exausta que começou a chorar durante a entrevista, mas não era um choro apenas do cansaço físico, pois a sua saúde mental estava comprometida com as situações que vivenciava. Ela tem 45 anos, nasceu Cochabamba, Bolívia, mora em Santa Cruz de la Sierra, pois o seu marido adoeceu e não pode trabalhar.

Euzira relata:

“Vengo acá a cada 15 días a trabajar, tengo una comadre que vive en la frontera y me quedo en su casa. Mi marido es discapacitado y en Bolivia no hay trabajo, acá el trabajo es mejor, pero no es fácil, necesito mantener a mi familia”. (Euzira, 45 anos, imigrante pendular internacional).

Euzira é uma operadora de múltiplas escalas, pois as mobilidades para o trabalho estão além dos limites territoriais, assim, as simultâneas escalas é a base das transterritorialidades na experiência das narrativas de migrantes bolivianos em Corumbá que sobrevivem na adversidade.

Ela é uma ambulante que comercializa prontos provenientes de Santa Cruz de la Sierra, assim, relata:

“Vendo medias, paños de cocina, ropa de niños, as veces vuelvo a Santa Cruz sin nada, es difícil” (Euzira, 45 anos, imigrante pendular internacional)

A entrevistada lembrou de um episódio com muita tristeza vivenciado no trajeto de lá pra cá (Brasil-Bolívia):

El policía me paró en el camino y me pidió el nota de mis cosas, no las tengo y luego se me encima y me empujó, solo porque estaba sosteniendo mi carrito, incluso le pidió a alguien más que viniera a ayudarlo. Estoy trabajando acá hace un año, mi comadre me ayuda y me quedo en Puerto, pero fíco no vai e vene, tengo dos hijas una de 8 años y la otra de 16, quiero vivir acá cuando la mayor termine sus estudios en Bolivia”. (Euzira, 45 anos, imigrante pendular internacional)

O conflito entre os agentes de fiscalização e os ambulantes bolivianos permite compreender o que aparece estar em jogo nos campos de resistência no território fronteiriço. Importante evidenciar as diferenças de tratamento com os ambulantes bolivianos que não são os mesmo quando comparados com ambulantes brasileiros. Observa-se mais uma vez as duplas legal-ilegal, formal-informal se invertem na lógica das “tecnologias securitárias” como modo de gestão do espaço urbano, conforme Hirata (2016), colocando sempre em foco as irregularidades dos informantes, quando não a ilegalidade dos modos de operação dos agentes de fiscalização, pois, pela questão de “só estar fazendo o trabalho deles” abre para o manejo da lei, pronunciando desacato de autoridade, permitindo abusos de poder.

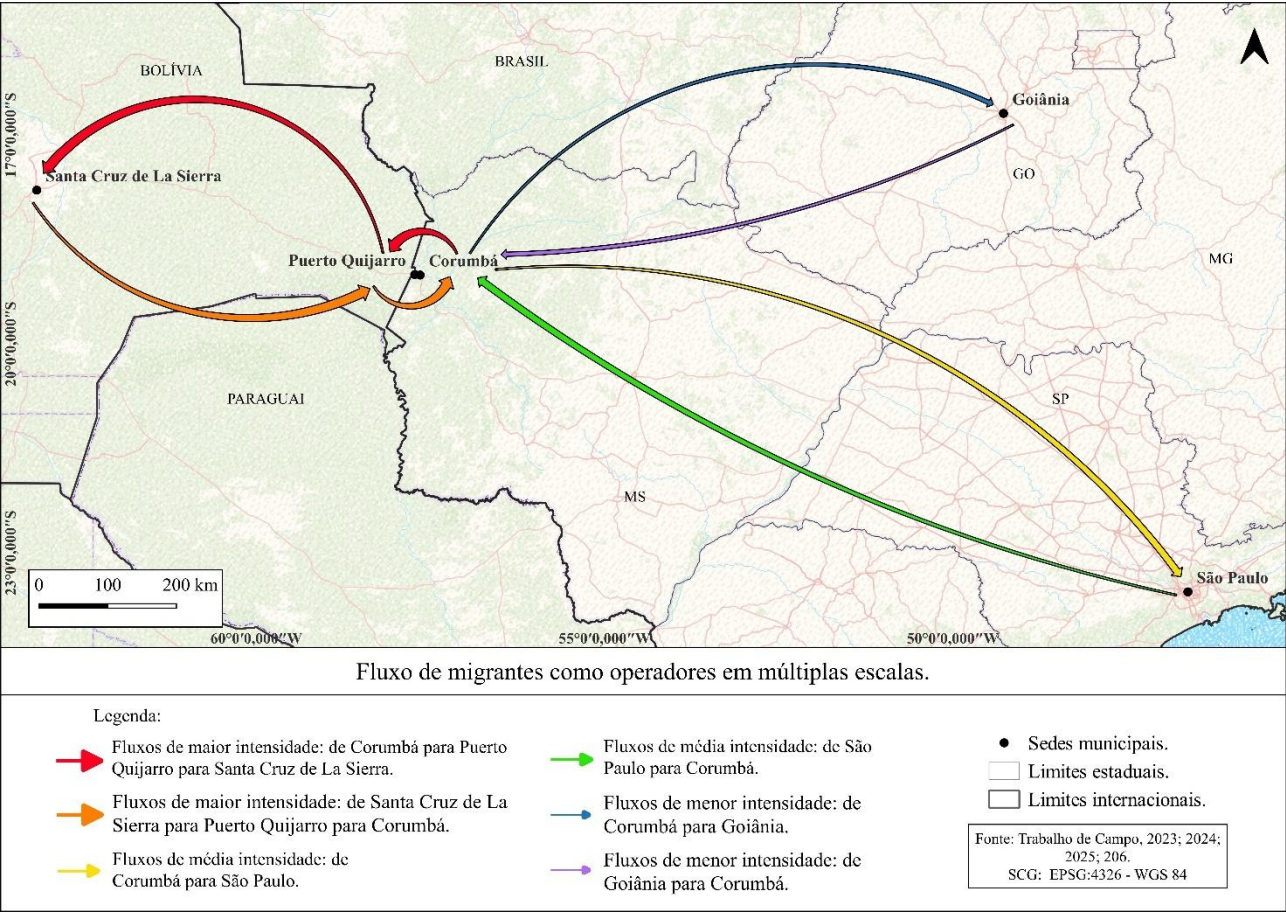
O mais interessante de acompanhar episódios de crise social é perceber que existe as múltiplas escalas de poder, em relação a atuação da segurança pública. Assim, por exemplo, para contornar as formalidades legais e ampliar o raio de busca contra ilegalidades, a polícia, juntamente com a Receita Federal, não abre mão de combater o contrabando na fronteira, especialmente dos entrevistados, pois a pirataria, a sonegação de impostos, os alimentos sem controle sanitário, entre outros, são geridos pelos comerciantes bolivianos, no entanto, observa-se os mesmo produtos falsificados em uma loja formal de brasileiros, ou as comidas preparadas com os mesmos alimentos da Bolívia em um restaurante, sem o mesmo controle existente, fato que amplia o jogo de ilegalismos, conforme evidencia Telles (2013), gerenciando o poder discricionário dos agentes de fiscalização. Assim:

Na prática, há uma legislação de exceção que amplia os poderes discricionários da polícia na execução dessas operações, alterando as formas de controle e os modos de incriminação das transgressões legais ou

irregularidades urbanas do comércio de rua. Trata-se, certamente, de um endurecimento das formas de controle. Mas é também importante notar o modo como as forças de ordem operam. É nesse plano miúdo e cotidiano que se pode flagrar o poder discricionário de que dispõem as forças policiais nos modos de aplicar (ou não aplicar) a lei e que de duplica e se amplia na própria medida de imprecisão inscrita nos códigos legais, ainda mais quando se referem a situações também elas muito embaralhadas e intrincadas quanto ao estatuto das atividades desenvolvidas. (Telles, 2013, p. 452)

Através dos relatos dos comerciantes bolivianos, verifica-se que a mobilidade de longa distância permite a consolidação das simultâneas escalas existentes na fronteira. Os operadores das múltiplas escalas conhecem o manejo da lei e as estratégias para driblar a fiscalização, pois permitem as negociações, definindo as rotas por onde atravessam as mercadorias, analisando a quantidade que é permitida ou tolerada pelo aparato de segurança pública. Conforme o mapa a seguir observa-se o fluxo de migrantes e a circulação de mercadorias como operadores de múltiplas escalas.

Figura 63 – Mapa de Fluxos migrantes na rota de acesso as mercadorias em simultâneas escalas



Fonte: Trabalho de campo, 2023, 2024, 2025, 2026

Conforme o mapa, as mobilidades transnacionais para as cidades de Puerto Quijarro e Santa Cruz de la Sierra, consolidam as redes multiescalares que possibilitam por meio das mobilidades de longa distância conexões em simultâneas escalas para além dos limites fronteiriços. Considerando Çağlar e Glick Schiller (2018, p. 39) os migrantes formam múltiplas novas relações sociais e mantêm outras à medida que se estabelecem em lugares específicos.

As redes em que vivem contribuem para a reformulação do nexos institucional de atores em nível municipal, regional, nacional, supranacional e global. Conforme as autoras, o conceito de campos sociais multiescalares permite “abordar e capturar aspectos das relações sociais por meio das quais forças sociais mais amplas possibilitam, moldam, restringem e são influenciadas pelos indivíduos”. (Çağlar e Glick Schiller, 2018, p. 39)

O mapa revela que há a predominância do fluxo de maior intensidade (seta maior) para a cidade de Santa Cruz de la Sierra com o objetivo de compras de mercadorias. No entanto, vimos que o fluxo de migrantes tem acrescentado novas rotas no percurso de São Paulo e Goiânia, para revenda de vestiários femininos, masculinos e infantis.

Conforme o mapa percebe-se que a rota de maior intensidade (seta vermelha) para Santa Cruz de la Sierra é consolidada, assim, dos informantes que atravessam a fronteira, chegam até a rodoviária de Puerto Quijarro, embarcam nos ônibus e vão em busca das mercadorias na metrópole boliviana. A consolidação está pela facilidade de encontrar produtos baratos que poderão ser revendidos também a um preço acessível para os fronteiriços, assim, como também, pela diversidade de alimentos, frutas e verduras que são encontrados em terras bolivianas, visto a agricultura diversificada.

Nesse sentido, as mobilidades de longa distância se consolidam nessa fronteira e quando terminam o dia, eles retornam com as sacolas de compras para Corumbá, conforme a seta laranja, pois há também a facilidade do movimento pela distância, em torno de 656 km, entre Corumbá, Brasil e Santa Cruz de la Sierra, Bolívia .

No entanto, atualmente, observa-se novas rotas sendo criadas e consolidadas nas simultâneas escalas; observamos na **figura 63** os fluxos de média intensidade de Corumbá para São Paulo, conforme a seta amarela e os fluxos de menor intensidade de Corumbá para Goiânia, conforme a seta azul.

Nos anos 70 a 80, os informantes mais velhos começaram a trabalhar nas feiras livres – Salomé, Pedrinho e Suzi, como as suas mercadorias não estavam legalizadas, sofriam com a fiscalização, mas hoje, eles resolveram mudar a rota de compra, suas mercadorias não são mais exportadas de Santa Cruz de la Sierra, sendo a principal rota Corumbá-São Paulo.

Segue os relatos de entrevistados imigrantes pendulares exemplificando a mudança de rota nos últimos anos:

Trabalho sozinha, moro aqui e volto pra Bolívia nos finais de semana. Meu marido é taxista em Bolívia, fica mais lá. Antes comprava em Bolívia, agora compro aqui mesmo, nos atacados quando está barato compro aqui, algumas mercadorias vêm de Bolívia, pego em Puerto mesmo, pero no compensa mais, o real está baixo. Antigamente eu viajava em Bolívia, vendia sem nota fiscal, aí sempre pegavam minhas mercadorias, ficava vazio aqui, tomavam tudo. Aí Federal falava se tem nota fiscal vai devolver, senão tem vai perder, aí ficávamos no prejuízo. Agora já temos nota, pagamos a secretaria da fazenda, eu sou MEI, pagamos e eles já sabem. Eu tenho documentação, tenho RNE, CPF. (Salomé, 60 anos, nascida em Oruru)

[...] Meus produtos são maioria do Brasil, pouca coisa compro em Bolívia, lá compro em Puerto mesmo, de comerciantes, não compro muito por que la policia quer ver la nota e já prenderam minhas mercadorias muitas vezes. (Ana, 45 anos, nascida em Cochabamba)

Já vai pra 12 anos que eu viajo pra São Paulo pra trazer mercadoria de lá, vendo roupas femininas e masculinas. Antes eu comprava em Santa Cruz, mas agora precisa de nota de fiscal, né, então prefiro comprar em São Paulo pra não ter problema com a Receita, porque é perda pra mim. Eu compro em Goiânia também que é pras feiras, para abastecer a banca do meu marido, eu viajo sozinha, algumas vezes com as minha amigas de loja, e ele fica em casa com as crianças, ele não viaja porque só eu sei as lojas pra comprar lá em São Paulo, no Bras, ele não sabe escolher as roupas (risos), então prefiro que seja eu mesmo. Eu já perdi minha mercadoria uma vez, quando viajava pra Santa Cruz, perdi quando trabalhava nas feiras, aí eu não quis mais trabalhar assim sem nota, então eu não pego mais roupas da Bolívia, só em São Paulo e Goiânia agora. (Blanca, 43 anos, nascida em La Paz)

Eu compro as mercadorias do atacado e do varejo aqui mesmo, tem mercadorias que eu compro em Quijarro dos maioristas. Não viajo mais pra Santa Cruz, por que estou velha. Tenho MEI, tenho nota fiscal, tenho documentação. O contador falou que Federal já olha no sistema quem está regular, eles nem batem aqui, agora se traz muita mercadoria, aí Federal já sabe o que tem. Eu pego pouco agora, então tem que diminuir o contrabando, pra que não venha federal aqui. Mas quem compra de mim prefere, porque comprar do boliviano é barato é bom, tem essas batatas que só são plantadas em Bolívia e eles gostam. E quando eles pegam eles prendem tudo, você sabe o que eles fazem com as mercadorias apreendidas? Eles jogam fora, pelas normas da vigilância sanitária. Eu acho que isso é injusto, e acho que Deus castiga, porque tem gente que está morrendo de fome, porque tem gente que precisa comprar mais barato, acho que eles deveriam doar. (Suzi, 62 anos, nascida em La paz)

Em diálogo com uma literatura de autores (Cortês; Çağlar e Glick Schiller, 2018) que trabalham na interface entre estudos migratórios e estudos urbanos, propomos aqui uma abordagem relacional do território fronteiro com os operadores de múltiplas escalas no

movimento dialético, sendo que o grupo de migrantes atuam na transformação da cidade e eles são transformados por ela, através das relações sociais.

Considerando a perspectiva de Çağlar e Glick Schiller (2018), em vez de reproduzir a lógica da alta política que concebe os migrantes como grupos marginalizados que precisam se “integrar” à sociedade receptora, as autoras defendem que esses sujeitos são agentes ativos na construção e reconstrução dos territórios onde vivem. Nesse sentido, os migrantes participam diretamente do processo de fazer-cidade (city-making), influenciando a economia local, as dinâmicas sociais e culturais, o desenvolvimento urbano, as redes institucionais e a formulação de políticas públicas. Dessa forma, são protagonistas na produção do espaço urbano e desenvolvem vínculos de pertencimento com a cidade. Essa abordagem contrapõe-se à visão que os reduz à condição de estrangeiros marginalizados e rotulados. No caso dos informantes desta pesquisa, tais estigmas manifestam-se em classificações recorrentes que os associam à condição de collas, portadores de ilicitudes ou indocumentados da fronteira.

Considerando Genova (2008) o termo “ilegalidade” não é simplesmente dado pelo contexto de estar “fora da lei”, mas é uma condição socialmente produzida que funciona para vigiar e punir a força de trabalho migrante.

Essa condição se estende também para os limites da raça, ou seja, o preconceito com a etnia mantém os fronteiriços bolivianos em posições vulneráveis e, por serem provenientes de um país que historicamente é conhecido pela pobreza, a espacialidade urbana fronteiriça mantém traços que discrimina e separa os nacionais e os não-nacionais no limite das suas diferenças e ampliam-se as desigualdades.

Assim, considerando as territorialidades dos operadores de múltiplas escalas, nota-se no mapa (63) que historicamente a rota das mercadorias se mantém em evidência (fluxo de maior intensidade) nas cidades de Puerto Quijarro e Santa Cruz de la Sierra, mas, que, ultimamente, tem mudado a direção, com o fluxo de média intensidade para as cidades de São Paulo e Goiânia.

Em Corumbá também existe a procura por produtos nos mercados da cidade, quando estes estão a um preço acessível, os comerciantes compram para revenda em suas lojinhas,

Segue o quadro dos principais mercados atraídos pelos migrantes:

Quadro 20 – Principais mercados para revenda

Corumbá	Puerto Quijarro	Santa Cruz de la Sierra	São Paulo	Goiânia
Atacado Mega (preços promocionais)	Caminhoneiros (maioristas)	Mercado Abasto Novo e Antigo	Brás	Região 44
Varejo “Viva” (preços promocionais)	Varejo	Feira do bairro Lindo	25 de março	-
Varejo “Rede Fernandes” (preços promocionais)	-	Feira Cumavi	-	-
-	-	Feira Americana/Santos Dumont	-	-
-	-	Centro Comercial “7 calles”	-	-

Fonte. Trabalho de Campo 2025. Organizado pela autora

O quadro especifica os principais mercados que são mobilizados pelos migrantes operadores de múltiplas escalas. Os atacados da cidade diariamente recebem produtos com preços promocionais e tem dias específicos da semana em que ocorrem promoções. Nesses dias, não é raro de ver, dezenas de veículos com placa boliviana estacionados no interior dos atacados, abastecendo os carros com centenas de produtos, assim como engradados de cerveja, refrigerante, leite, fardos de arroz, macarrão, entre outros, que são para revenda e também para o consumo. Em Puerto Quijarro, os maioristas são aqueles que compram de Santa Cruz de la Sierra e abastecem os feirantes, lojistas e ambulantes em Corumbá. Eles são caminhoneiros que moram em Puerto Quijarro ou em Corumbá e realizam esse fluxo. Já o varejo oferece as feiras com diversidade de frutas e verduras, conforme a imagem a seguir:

Figura 64 – Feiras de verduras em Puerto Quijarro



Fonte. Trabalho de Campo 2025.

Conforme a imagem, percebe-se a riqueza alimentar que existe na Bolívia; com frutas até mesmo desconhecidas pelos pesquisadores, mas que enriquece a mesa de fronteiriços. Toda essa diversidade de alimento com suas cores, sabores e beleza contribuem para complementaridade alimentar na fronteira, sendo fundamental o trabalho informal dos entrevistados nessa construção. Assim, retomando estudos do **capítulo 2**, a importância do comércio de bolivianos não está apenas no barateamento de seus produtos, mas na preferência

culinária de certos alimentos e a riqueza de frutas que complementam a alimentação na fronteira analisada.

Durante o trabalho de campo realizado em Santa Cruz de la Sierra, visitou-se o mercado localizado no bairro Lindo. A feira do “lindo” é a maior da cidade, onde encontra-se uma variedade de roupas, brinquedos, móveis, produtos eletrônicos, entre outros. Segue a imagem:

Figura 65– Movimentação no início do dia na feira do bairro Lindo em Santa Cruz de la Sierra



Fonte. Trabalho de Campo, 2024.

A centralidade de Santa Cruz de la Sierra nas dinâmicas da fronteira é reconhecida como o papel estratégico para os imigrantes pendulares que importam diariamente mercadorias. As

pessoas migram daquela cidade, diversas mercadorias são provenientes de lá; produtos preferidos pelos fronteiriços são ali encontrados; e os documentos necessários para a regularização também são emitidos na metrópole, como os antecedentes criminais para gerar o CRNM. Em síntese, tudo se resolve em Santa Cruz. Ela é o principal motor da economia boliviana com forte presença de agroindústrias e tecnologias de plantio e colheita, indústrias de alimentos e um comércio bem ativo e diversificado.

Ao percorrer os mercados do bairro Lindo, é comum encontrar pessoas comercializando os mais diversos produtos. Trata-se de um bairro marcadamente comercial, caracterizado por uma rede de becos e passagens que conectam inúmeras lojas e estabelecimentos. Um dos aspectos mais intrigantes observados durante o trabalho de campo foi a presença de uma feira de animais domésticos instalada em meio à intensa dinâmica comercial do bairro. Nesse espaço, encontram-se vestuário, alimentos, móveis, eletrônicos e uma ampla variedade de mercadorias a preços acessíveis. A oferta inclui tanto produtos importados originais quanto itens falsificados, evidenciando a diversidade e a complexidade das práticas comerciais presentes no local.

As ruas são estreitas e em forma de anéis, devido ao seu design urbano radioconcêntrico. O chão encontra-se frequentemente coberto por pedaços de papelão, restos de alimentos e outros resíduos descartados ao longo do dia. O cheiro é desagradável, pois forma uma mistura de comida que são servidas prontas no interior das feiras; com outros resíduos, urina e suor, visto a movimentação de pessoas naquele local.

Segue o mosaico de imagens da feira do bairro Lindo:

Figura 66 - Mosaico de imagens da feira do bairro Lindo em Santa Cruz de la Sierra



Fonte. Trabalho de Campo 2024

Foi realizada também uma visita à Feira Americana Santos Dumont, conhecida pela comercialização de roupas e calçados usados de diversas marcas importadas. De acordo com informantes, muitos comerciantes adquirem mercadorias provenientes dos Estados Unidos da América (EUA) nesse espaço para posterior revenda em Corumbá. A feira ocorre todas as quintas-feiras e, já nas primeiras horas da manhã, é possível observar uma intensa movimentação de compradores e vendedores, evidenciando sua importância para as dinâmicas comerciais locais.

Segue o mosaico de imagens da feira americana Santos Dumont:

Figura 67– Feira americana Santos Dumont, movimento no início da manhã. Santa Cruz de la Sierra- BO



Fonte. Trabalho de Campo 2024

Durante o trabalho de campo, foi possível experimentar a culinária boliviana com o famoso Majadito feito com arroz, carne de sol, banana da terra e ovo, o prato típico condimentado. Outra especiaria é a sopa de *mani*; uma sopa de amendoim com pedaços de carne e batata, que foram aprovados pelos pesquisadores. Conforme a imagem a seguir

Figura 68 - Pratos típicos bolivianos



Fonte. Trabalho de Campo 2024

Existe a feira do Abastado, sendo a maior de Santa Cruz em hortifrutis. Os feirantes operadores de múltiplas escalas compram verduras, frutas e os alimentos preferidos dos fronteiriços nesse local. Os produtos são bem acessíveis e de boa qualidade.

Ao usar o termo “socioespacial”, especifica-se o interesse nas dinâmicas relacionais entre pessoas e o espaço, assim, a abordagem de escala é relacional, conforme Kalb e Taz (2005):

As redes em que vivem contribuem para a reformulação do nexos institucional de atores em nível municipal, regional, nacional, supranacional e global. Esses processos não podem ser reduzidos a vários modos de acumulação de capital que interagem em lugares e tempos específicos, mas também não podem ser compreendidos sem entender a dinâmica desses modos. Uma perspectiva global multiescalar oferece uma leitura do capitalismo que não o reduz a forças econômicas anônimas, mas aborda as relações de capital como múltiplas relações sociais desiguais constituídas em campos sociais de poder (Kalb e Tak 2005; Clarke 2014; Hart 2001).

Os migrantes cujas vidas foram acompanhadas durante a pesquisa formam múltiplas novas relações sociais nas dinâmicas fronteiriças e mantêm outras à medida que se estabelecem em lugares específicos. Foram identificados informantes que migraram da Bolívia, residiram por determinado período em Corumbá, posteriormente em São Paulo, e retornaram à cidade de Corumbá. Os motivos são diversos, como a não adaptação em São Paulo, os preços dos aluguéis, o trânsito acelerado, o trabalho pouco remunerado e outras questões que fizeram abandonar a metrópole brasileira.

No entanto, eles escolheram essa cidade como rota alternativa para compra de produtos, que são diferentes daqueles encontrados em Santa Cruz, mas que possuem qualidades como o preço popular, encontrado em São Paulo “na 25 de março” ou em Goiânia “na região 44”

Assim, as simultâneas escalas vão se ampliando, conforme as setas de média intensidade e setas de menor intensidade, observadas na **figura 63**. Alguns entrevistados mudaram a rota (pararam de viajar para Santa Cruz) e escolheram esses locais de compra, com motivos claros, como pela regularidade das suas mercadorias, possuindo comprovação fiscal.

Constata-se que é mais barato os produtos encontrados em Santa Cruz de la Sierra, o que explica a mobilidade de comerciantes na fronteira, no entanto, não é apenas o barateamento dos produtos, como já observado, retomamos os principais motivos que são o preço, distância, variedade de alimentos e diversidade de vestimentas, no entanto, o que o prepondera é a questão do menor preço.

Assim, observa-se o percurso para São Paulo e para Goiânia (setas indo e vindo) com a possibilidade acessar produtos com comprovação fiscal com o motivo de não perder a mercadoria diante das “batidas” dos agentes de fiscalização nos comércios e nas feiras livres de Corumbá.

Conforme Cortês (2023) a escala é relacional e reconhece que estruturas de poder desigual existem dentro de múltiplas hierarquias em rede, que não são aninhadas.

Conclui-se nessa seção que os informantes possuem relacionamentos com o país de origem, conforme Sayad (1998) os imigrantes que possuem laços com o seu país é uma realidade contemporânea em que identidades e relações são mais fluidas e transnacionais. Outro ponto é que a globalização intensifica essa dupla pertença dos informantes. São as conexões que eles fazem mediadas pelas redes de apoio e as tecnologias que se torna possível a construção de territorialidades.

Os operadores de múltiplas escalas conhecem bem o “manejo da lei” das instituições de segurança pública e atualmente preferem comprar em São Paulo, no Brás, ou na cidade de

Goiânia na “Região 44”, pois é melhor estar legalizado a perder tudo, no entanto, eles conhecem as preferências alimentares dos fronteiriços e decidem comprar alguns produtos provenientes da Bolívia pela questão do gosto culinário aceito na fronteira.

Nota-se que ao longo dos últimos 10 anos houve mudanças em relação a rota para busca de mercadorias, pois a exigência de nota fiscal na alfândega foi uma das justificativas apontadas pelos entrevistados.

Durante o percurso da pesquisa e em meio ao trabalho de campo observa-se que o dinheiro está sempre presente nesses mercados, pois é ele que faz a circulação acontecer. Sem ele os estabelecimentos mercantis não sobreviveriam. Existe uma infinidade de produtos que são comercializados nas feiras de Santa Cruz de la Sierra, como já visto, e nesse vai e vem de comerciantes a linguagem predominante é o dinheiro. Os informantes vão para Santa Cruz pela rodoviária de Puerto Quijarro, carregam-se de mercadorias, retornam a Puerto Quijarro, atravessam a fronteira, vendem-se tudo e assim retornam-se novamente na busca de mais mercadorias, assim, acontecem as mobilidades dos operadores de múltiplas escalas que fazem a rota da economia dos mercados de Santa Cruz de la Sierra e o dinheiro gira. Por isso que perder mercadoria para a polícia é um verdadeiro drama e conflito latentes. Não é só o prejuízo econômico, já que para os informantes o dinheiro raramente sobra, ao contrário, atualmente eles não acumulam, mas é toda a estrutura comercial que desorganiza, rompendo a estrutura de um ciclo que não será refeito na circulação de mercadorias, **conforme a figura 63.**

Como demonstrado na seção anterior, durante mais de uma década a feirinha (Bras-Bol) predominou em Corumbá com dezenas de migrantes bolivianos que trabalhavam lá, por muito tempo foi o único sustento para a estrutura familiar do grupo de migrantes. Com o seu fechamento, houve mudanças na trajetória de vida e reconstrução das territorialidades para a “parte alta” da cidade, especialmente no bairro Popular Nova, com novas estratégias, eles territorializaram o bairro, construindo a vida e o trabalho.

As autoras Çaglar e Schiller (2018) propõem a noção de *emplacement* (localização) como categoria de análise que descreve a relação que os migrantes estabelecem no território. E, para além dos limites territoriais buscam mercadorias e trabalho, como operadores de múltiplas escalas. As autoras colocam em evidência os modos pelos quais os migrantes criam lugares e formas de habitar o espaço urbano e mobilizam redes transnacionais situadas em diferentes territórios.

Portanto, a presença boliviana em Corumbá, dos sujeitos periféricos do bairro Popular Nova, com as suas práticas cotidianas, seus relacionamentos e iniciativas laborais locais afeta a dinâmica da cidade e é afetada por ela.

5.2 Trajetórias e narrativas de imigrantes

O objetivo das seções seguintes compreende explorar algumas trajetórias de imigrantes, especificamente as narrativas que foram realizadas em Corumbá com os comerciantes bolivianos. Entender os motivos da migração e as ambivalências em torno da vida e do trabalho. Como dito no primeiro capítulo da construção da metodologia, os nomes dos entrevistados são fictícios, para manter suas identidades preservadas, salvo algumas exceções que serão reveladas durante a seção.

Inicialmente, serão apresentadas as transcrições dos relatos, identificadas por seus respectivos títulos. Posteriormente, proceder-se-á à análise das entrevistas, buscando compreender as experiências, trajetórias e dinâmicas que permeiam o universo migrante.

Conforme Hirata (2010) os migrantes “produzem sentidos de pertencimento e modificam a cena urbana na qual se inserem. Nesse território são engendradas redes de relações e teias relacionais que constroem mundos e concatenam vidas, em que se criam condições de sobreviver na adversidade” (Hirata, 2010, p. 256).

Portanto, os imigrantes pendulares conhecem bem sobre a arte de sobreviver na fronteira entre territorializações, desterritorializações e re-territorializações construíram a vida na fronteira e suas trajetórias estão na memória de quem precisou emigrar para sobrevir e escolheu a fronteira como o lugar de destino.

5.2.1 “Vimos sem destino. Embarcamos no trem e esperamos até a última parada”

“Eu sou Blanca, tenho 65 anos. Eu vim de Cochabamba, lá eu morava na zona rural e fui pra Quijarro pra trabalhar, moro 20 em Quijarro, eu vim com 17 anos pra cá, vim com meu marido, ele terminou a escola, na época, e decidimos vir pra cá sem conhecer nada aqui, vimos pra cá sem destino certo. Embarcamos no trem e esperamos até o ponto em que ele iria parar a viagem e parou em Puerto Quijarro.

Achamos lá um conhecido e dormimos lá na casa dele e depois alugamos um quarto pra morar com banheiro. Esse nosso conhecido é taxista e meu marido também começou a trabalhar com táxi, eu trabalhava como empregada doméstica, na época, fiquei 3 anos como doméstica, aí eu engravidei e deixei o trabalho.

Depois eu queria sair de táxi e disse ao meu marido, vamos lá em Corumbá conhecer, né, aí conhecemos as feiras, e eu disse pro meu marido que queria o meu negócio. Então eu vim um dia na feira, comecei primeiro nas feiras livres, depois conheci a Bras-Bol e tive uma banca lá de roupas. Fiquei na Bras-Bol mais de 10 anos. Aí a feira fechou e ficamos perdidos, né, e tivemos que lutar novamente.

Eu comprei um *box* no centro comercial, mas não deu certo, porque não tem movimento lá e o ponto é bem pequenininho. As minhas amigas da Bras-Bol na época compraram também, mas poucas ficaram lá. Aí meu marido voltou para as feiras livres e eu continue ainda no centro comercial e na pandemia saímos das feiras de novo, porque tivemos muitas dificuldades; tinha horário de funcionamento, quando chovia não vendia nada e a situação foi apertando.

Pra mim o centro comercial não deu certo, porque eu sou daquele tipo de pessoa que quero sempre mais, sabe, quero crescer. Então eu aluguei um espaço ali na frente com minha amiga, quando sai do centro comercial. Meu marido depois da pandemia voltou pra as feiras livres (risos) e agora só fica ele lá, com banca de roupas. Aqui o bairro (Popular Nova) começou a crescer em lojas, então eu vi uma esperança nesse bairro de ter meu próprio negócio. Fiquei alugando um espaço ali na frente até eu construir aqui, esse é meu mesmo. Já vai pra 12 anos que eu viajo pra São Paulo pra trazer mercadoria de lá, vendo roupas femininas e masculinas.

Antes eu comprava em Santa Cruz, mas agora precisa de nota de fiscal, né, então prefiro comprar em São Paulo pra não ter problema com a Receita, porque é perda pra mim. Eu compro em Goiânia também que é nas feiras, para abastecer a banca do meu marido, eu viajo sozinha, algumas vezes com as minhas amigas de loja, e ele fica em casa com as crianças, ele não viaja porque só eu sei as lojas pra comprar lá em São Paulo, no Bras, ele não sabe escolher as roupas (risos), então prefiro que seja eu mesmo.

Eu já perdi minha mercadoria uma vez, quando viajava pra Santa Cruz, perdi quando trabalhava nas feiras, aí eu não quis mais trabalhar assim sem nota, então eu não pego mais roupas da Bolívia, só em São Paulo e Goiânia agora. Eu tenho dois filhos, a menina nasceu no Brasil e o menino em Quijarro. Meus filhos nunca estudaram em Corumbá, só na Bolívia, porque como tem a minha filha que começou a estudar lá, e aqui não tenho quem me ajude pra

levar na escola, pegar da escola. Então lá na Bolívia ela ajuda, já tem 18 anos, então ela levava ele, cuidava dele. Agora ela já está na faculdade e foi fazer odontologia em Cochabamba.

O meu filho nasceu aqui, mas eu falo que é só no documento mesmo, porque ele é boliviano (risos), e ele se considera boliviano, filho de pai e mãe e irmã bolivianos, tem sangue boliviano. Na minha casa a gente fala espanhol direto. O meu filho fala espanhol, quanto português, mas ele embola um pouco no português, por isso a dificuldade também em estudar aqui.

Na minha casa tem comida boliviana e brasileira, porque a minha funcionária é brasileira, então ela faz tudo o que é brasileiro, e o meu guri gosta de lasanha, gosta de feijão, já eu gosto mais da comida da Bolívia, né, mas eu tenho que cozinhar o que ele mais gosta, né.

Eu gosto daqui, mas também gosto de lá, eu não desapego de minha cultura não, porque senão eu não estaria aqui na fronteira, né, porque quase todos os dias estou na Bolívia, tenho casa lá, tenho casa aqui, que fica aqui na loja mesmo, então se eu fosse para um outro estado aí muda né, talvez não seria tão boliviana assim. Eu sou evangélica, congrego em Bolívia, tudo em Bolívia (risos). Eu nunca na minha vida imaginei que teria casa aqui, mas quando a gente coloca Deus na frente, né, as coisas vêm.

Estou aqui na minha casa própria desde outubro (3 meses tem). Eu gosto desse bairro, porque se não gostasse não estaria aqui, então eu gosto de Corumbá, desde que cheguei, fui curiosa pra querer ver tudo, e minha madrinha me apresentou as feiras livres e eu gostei daqui, queria aprender o português, e nem sei como eu aprendi, acho que foi falando com as pessoas, meus clientes, fui aprendendo.

Eu pessoalmente nunca sofri preconceito, mas escutando assim no geral, nos comentários, nas trocas, eu vejo que existe preconceito, e eu acho também que isso tem em todo lugar, as pessoas não pensam tudo a mesma coisa. O meu filho eu não coloco ele aqui na escola, porque eu nunca vou querer isso pra ele, de sofrer com preconceito, então eu deixo ele lá, porque lá ele tá tranquilo.

Eu tenho que levar ele na escola agora, porque a minha filha está em Cochabamba e depois pego ou meu marido pega, mas ele fica mais em Bolívia, só eu e meu marido que ficamos aqui e lá todo dia. Eu tenho amigas brasileiras, eu gosto de conversar com elas, amizade que fiz de pessoas que comprou de mim, a gente conversa, tem professora amiga minha, aí ela vem aqui e fala, coloca seu filho na escola porque abriu vaga, aí eu falo aqui não, melhor não (risos).

Eu não converso muito com as às bolivianas, companheiras de loja, a gente quase não conversa muito, só dá bom dia, boa noite, porque não tem tempo mesmo. A gente abre cedo e

fecha tarde. Eu tenho as minhas amigas bolivianas que a gente conversa mais quando viaja, aí no caminho a gente conversa bastante.

Eu quando estou falando com o meu marido, falo em espanhol e vou falando, falando, falando e do nada estamos falando em português. Eu dou graças a Deus por estar no Brasil. Porque na Bolívia eu não via uma saída. Eu já pensei em voltar, e já voltei também pra Cochabamba, mas não me acostumei mais. Lá é grande e tem cidade sim, não é só zona rural, a cidade é boa mesmo, igual Campo-Grande. Eu acho que essas pessoas que vem da Bolívia pra trabalhar em São Paulo, na costura, são maioria de zona rural de lá, conheci muitos de lá que vieram pra São Paulo. Eu não acostumei mais lá, eu voltei pra lá tem uns 11 anos, mas voltei e agora vou ficar só aqui mesmo”.

5.2.2 “De Cochabamba, Santa Cruz para Corumbá e São Paulo: problemas na rota e vacíos jurídicos na fronteira”

“Eu sou Reina, tenho 46 anos, nascida em Cochabamba, mas criada em Santa Cruz, lá nasceram meus dois filhos em Santa Cruz. Tenho uma empresa de produtos químicos em Santa Cruz que é a matriz e filial em São Paulo. Exportamos produtos químicos da Bolívia, como acetato, ácido, tudo para indústria, para açucareira, termoeletricas, só para indústria. Acá venia de muitos anos, mas era esporádico, pelo trabajo, ahora tem 2 anos que venho com mais frequência. Eu tenho uma amiga aqui e quando venho fico na sua casa. Agora este ano, sim, me postulei para o estúdio em maestría. Eu conheci o professor de maestría e ele me fez a convitação. Inicialmente eu ia entrar como convidada e a Elisa (secretária do curso) me ajudou e disse para enviar o meu projeto para que entrasse como aluna regular. Entrei no edital para aluno estrangeiro.

Meu projeto nasceu de uma dificuldade que tivemos em fronteira com a minha importação. E aí vi que não havia informação correta tanto daqui como do lado de Bolívia. E meus produtos ficaram muito tempo retidos neste lado por falta de informação. Porque não houve um cruzamento correto de informação com a Polícia Federal. E a raiz disso foi que nasceu o meu tema.

Porque aqui a Federal pediu, como são produtos controlados. Eles pediram informação ao lado de Bolívia e eles mandaram informação errada.

Que não era, não era a correta. Mandaram informação da empresa que não era a minha e a documentação que pediram não era correspondente.

Então por isso tivemos que ver um advogado, nos ocasionaram gastos. Onde o advogado já foi e explicou que essa informação que tinha não era da empresa.

Então nós vimos através do consulado que se faz a informação correta para apresentar. Mas isso levou tiempo, no. Que a empresa esteja em suscetibilidade, que os produtos não estejam corretamente importados. Foi uma burocratização.

E o problema nem foi de nós, mas do transporte que estava levando a mercadoria. Eles se envolveram em uma falta. Mas não tinha a ver nem comigo, nem com a empresa que estava provedora.

Mas nós estávamos envolvidos os três, não é? Por causa do produto. Ficou muitos meses, mais de 5 meses para regularizar a situação com minha mercadoria. Como é um produto controlado, delicado. A informação que tinham que verificar e até demonstrar que o que mandaram, o que nós dizíamos era correto, levou muito tempo.

E até que resolveu, regularizou isso. Eles entenderam a información correta, né? E meu tema em maestría é vacíos jurídicos na fronteira. Aqui tem a normativa legal, mas ela não se coordena com a da Bolívia. Não é o mesmo centro de información. Ou seja, a información que têm de fazer, de pedir não daqui pra lá não da policía boliviana. Não pedem às pessoas corretas o que deveriam pedir. Por exemplo, lá quem nos regulariza é um ministério do governo que se chama Ministério de Substâncias Controladas. Então, eles pediram informação à policía.

A policía não tem a información, porque ela não regula as empresas como faz a policía federal. Elas têm as permissões que nos dão a nós, porque apresentamos folhas de notas, selhadas, a quantidade de produtos que estamos ingressando. Todas as documentações.

A importação aprovada, de quanto produto, todo. Regulam as substâncias controladas, as empresas que fazem esse rubro. Então, o que fez a policía daqui? Pediu para a policía de lá. E a policía não podia dar a informação, porque eles não sabem nada dessas empresas. Então foi aí que surgiu todo o problema.

Sobre viver em la fronteira é tranquilo pra mim, me encanta o Brasil, mas eu vou muito a São Paulo, sempre estou a São Paulo. Eu tenho muitas viagens pra lá, fico dias lá. Sempre viajei, desde muitos anos atrás. Depois, comecei a vir aqui à fronteira, conheci vários amigos. A Fiorella é minha amiga, da pizzeria Fiorella. E tenho outros amigos mais, então, já para mim foi mais fácil vir aqui. Antes só ia a São Paulo, depois comecei a vir aqui. Na verdade, vim estudar maestría em São Paulo, mas depois do que aconteceu com a empresa, conheci gente aqui, conheci o professor aqui e fiz a inscrição no máster en estudios fronterizos.

Então foi bom porque também fiquei mais perto para retornar para a Bolívia para ver meu filho, que tem 12 anos. Ele estúdia em Santa Cruz, está terminando o último ano do primário, minha mãe fica em Santa Cruz para ver a ele.

A única dificuldade que acho na viagem são os bloqueios. E é constante esses bloqueios do lado da Bolívia. Às vezes passo bem. Por exemplo, quando eu cheguei no último ano, quando tinha as classes com o professor, cheguei bem, e no outro dia, havia bloqueio. Então o que eu fiz, eu resolvi pagar, me levaram para outra ruta, me fizeram descer, porque eu desci por um rio, havia montes. Eu desviei uma via para passar esse bloqueio que havia.

Mas tive que pagar, paguei a três pessoas, estava solita. E paguei mais caro que o bus. Como eu estava na caminhoneta, manejando, o que eu fiz? Segui uma moto que ia por mim adelante e eu ia detrás deles. Porque me estavam ensinando a ruta. Nossa, foi horrível.

Eu venho a cada 15 dias para estúdio e trabajo em Brasil. Eu vim aprender isso, sobre fronteira, porque, não sei, se eu tenho um conceito errado, não sei. Fronteira para mim é o país onde termina um limite, tanto de Bolívia como de Brasil. E seria para mim, este lado de Corumbá e Brasil, fronteira. Não sei se está errado o meu conceito.

Eu, particularmente, nunca tive problemas. Nem aqui no Brasil, eu nunca me vi discriminada, nem em São Paulo. Viajo para o México, viajo para Santo Domingo. Tenho constantes viagens todo o ano. De verdad, eu nunca me senti discriminada.

Sempre digo que sou boliviana que vivo em Santa Cruz. E sempre aviso que, porque aí já tem muito problema, por exemplo, os que nascem em Cochabamba e nascem em Santa Cruz. Aos cochabandinos, lhes dizem los collas.

E em Santa Cruz lhes dizem los cambas. Então, tenho amigos que começam a lutar. E às vezes um deles diz: esos collas? E eu digo, às vezes me molesta. Eu digo, não se esqueçam que eu sou a colla? E ninguém responde nada. Mas é algo que particularmente não me afeta. E tem uma questão política entre cambas e collas, mas principalmente eso já é questão de cultura. E não entendo o porquê. Na roda de meus amigos eu sou a única colla.

Não me afeta que me acha colla ou me acha camba, porque eu vivo do meu trabalho. E não, na verdad, não me afeta o que eles falam. Porque se falam, tenho até amigas, mulheres, que estamos no grupo. Eles dizem: essas collas hediondas! Elas nem respondem.

Na fronteira, sim, os collas são chamados de sujos e são pobres. Eu vi que tem muito problema mesmo em Quijarro e Puerto Suárez, por exemplo. Tem muita discriminación em Quijarro, porque aqui tem mais gente do lado dos vales, que são gente da Cordilheira e são collas, como eu, já por outro lado, em Puerto Suárez, tem mais gente camba.

Daí vem a questão de colla, sujo, pobre. Em La Paz, gente Colla é Paceña, que lhe chamam. Que também são collas, porque são do lado do vale, mas são gente de muito dinheiro. Sabem disso? Coé, Paceña.

Paceña se lhes diz aí: Paceña são collas, são gente de muito dinheiro. Lá eles gostam muito de ter caminhões, volvos, trailers, flotas. Então são gente collas, mas são gente de la plata. Então tem um pouco mais de respeito.

Agora conheço em Cochabamba também, gente que tem indústria, tem empresas. Por exemplo, de minhas amigas, elas sabem que eu tenho minhas cinco empresas e muitos empregados.

Mas eles sabem que eu não causo alarde. Eu nunca lhes digo, eu tenho isso, eu tenho outro. Eles sabem, me conhecem, quem eu sou.

Mas eu nunca me mobilizei para lutar com eles, porque eu penso que já é algo cultural, sabe. E não vou lutar com algo que não me afeta, não tem sentido. O mesmo que aqui em São Paulo, penso que há gente de dinheiro e há gente que não tem dinheiro, então eu vejo que a discriminación está aí, pois existem àqueles que tem dinheiro àqueles que não tem. E existe preconceito de classe. Eu penso que as pessoas com poucos recursos são as que mais se afetam, que lhes digam coisa.

Quando deveriam ensinar ao seu filho que não é algo que não deve afetá-lo, se lhes dizem porque não definem o que estão dizendo. Eu não sei por que isso existe aqui, né? Nessa fronteira, existe muito isso. Igual em Santa Cruz, é o mesmo.

Quando há algum bloqueio na estrada, agora, por exemplo... Há uma rivalidade política entre partido político de governo. Começou lá a disputa presidencial e isso já afeta a fronteira, com os bloqueios. E aqui mesmo já são discriminados porque dizem: Ah, vocês são do partido de colla, mas eu não vejo partido de colla sendo partido de esquerda.

O partido de esquerda, porque eu sempre tenho o conceito que se fosse a esquerda, teria que ser outra forma de viver e de ver a vida, no? Mas quando os mesmos governantes têm uma outra vida que não é da esquerda, então deixam um conceito entre parênteses que é errôneo o que eles têm. Pelo menos isso é o que eu vejo. Mas eu e minha família, particularmente, não temos partido. Não somos de nenhum partido político.

Eu tenho amigos deste partido e deste outro partido. Mas eu não luto com nenhum, porque não me afeta.

Eu também não vivo do Estado, nem da política. Assim sempre tivemos isso claro na minha família. E essa questão de quebrar tudo, derrubar tudo que eles fazem é rivalidade entre

partidos. O que acontece é que entre este partido ou o outro partido é o mesmo problema de destruir tudo.

Então esse é o problema de todos os governos que entram, não é? Não são corretos. Penso que não só acontece em Bolívia. Acontece no Brasil, no México, há muita corrupção.

Por exemplo, o que aconteceu na Argentina com o partido que saiu, disseram que ia melhorar o país, mas se mantiveram. Agora estão com a esperança de que entre outro partido resolva.

Então se você se pergunta, dê 10 anos que estava na Argentina com essa situação, não acredito que este partido que entra consiga salvá-lo, porque vem muito destruído. Então para recuperar a Argentina, não é o partido que salva. Não, não vai ser.

Porque é a mesma gente, é o trabalho da gente. E na Argentina a gente é conformista, porque quer viver do que o Estado lhe dá, não quer trabalhar. Igual no Brasil, eu vejo.

Então precisa ensinar essas crianças que estão no colégio, essas crianças de agora, que tem que estudar, tem que trabalhar, que o seu país saia da fome, da miséria e não viver da política e não esperar que o governo o mantenha, ou que o político nos salva. É importante ensinar as mulheres a buscar oportunidade, assim como agora, por exemplo, você é jovem, mas está se preparando, está estudando, crescendo, fazendo doutorados. Não é ruim ter filhos, mas se você se prepara, você tem mais oportunidade de criar filhos, penso eu.

Daí vem essa gente medíocre, com filhos, não se prepara, não faz nada, e não quer trabalhar, que quer viver do que o governo lhe dá, esperando que alguém o mantenha, esperando um auxílio do governo, um bolsa-família, um bolsa-tal.

Eu creio que existe integração fronteiriça entre Brasil e Bolívia, nessa fronteira, está caminhando em políticas públicas. Eu posso colaborar quando concluir maestria com alguma coisa que poderíamos fazer para que tenha integração.

Porque vi que há muitos problemas na fronteira, eu não o senti, mas ouvi de muitos que dizem que os filhos aqui são discriminados na escola. Mas também ouvi que o filho que vai de Brasil para Bolívia também é discriminado.

Então, não sei, talvez essa luta tinha que começar nas escolas, não importa se é boliviano ou brasileiro tem que ter respeito.

A minha vida em Santa Cruz profissional é a seguinte: eu tenho duas carreiras. Sou auditora, minha primeira carreira. Estudei muito jovem em 1995 e sou *abogada* e empresária.

Formei graças aos meus pais, o capital que nos deram, trabalho de família com as empresas. Começamos com uma empresa bem pequena e crescemos, abrimos outra e outra... sempre procurando oportunidades de crescer e trabalhar.

Eu acho que economicamente estou bem, não tenho problemas, tenho meus filhos em boas universidades. Minha filha está formada em uma universidade boa. Eu tenho dois filhos e tenho uma filha que eu crio, que é filha da minha irmã, que tem vinte dois anos, vive comigo, então são três.

Santa Cruz está crescendo e é uma cidade próspera, Cochabamba também é muito bonita, vale a pena conhecer, tenho trabalho lá, também, e tenho minhas casas também em Cochabamba. Eu sou uma viajante, amo viajar e conhecer vários lugares do mundo.

Na pandemia não sentimos, porque tínhamos autorização para trabalhar. Então, igual, eu seguia viajando, nós seguíamos indo à empresa, levávamos gente para que trabalhe, porque tinham que se preparar para a indústria, levando os produtos. Então, com a permissão que tínhamos, recolhíamos o pessoal, levávamos à oficina, levávamos as empresas que tinham que fazer o trabalho.

Particularmente, eu não vivi a pandemia, porque eu seguia trabalhando. Continuou, vida normal. O único que se estressou foi meu filho que dizia que já queria sair para a rua. Tem um dia que não aguentou e saiu, deu uma volta na manzana, gritando quero ser livre! (risos) Esse é o único que sofreu.

5.2.3 “Tem o migrante que busca melhorar a vida e tem o migrante que busca um charme”

“Sou Jorge, tenho 60 anos, vim de Santa Cruz. Esse povo das feiras, né, esses comerciantes eles são mesmos diferentes de nós, se você olha bem vai ver que eles são indígenas né?! Existe duas raças na Bolívia: o ocidente e o oriente, e a parte oriental, eu me encaixo nessa que vim de Santa Cruz, que são as partes baixas, e depois de Cochabamba pra lá que é o ocidente que começa outra linhagem, vamos falar assim, e são um povo muito fechado, não sei como você consegue falar com eles, porque, não são todos, mas a maioria sim é, vejo que é um povo fechado.

Eu vim morar no Brasil em 85, por opção mesmo, não por necessidade, foi uma atração eu diria ou uma oportunidade que recebi. Eu me formei em Puerto Suarez, porque meus pais vieram em 71 para morar em Puerto Suarez para trabalhar na Petrobras, então vim com eles, assim como meus irmãos, todo mundo junto. Eu vim com 7 anos para morar em Puerto Suarez.

Aí eu comecei a vida, estudei lá, terminei o terceiro ano, e depois voltei pra Santa Cruz pra fazer faculdade lá. Na Bolívia, naquela época em 84, tinha muito golpe de estado e eu fui fazer a faculdade justamente nesse período e aí lá fica difícil pra tudo, não tem transporte, não tem aula, não tem nada, o país quebra; aí eu fiquei um mês lá e não dava certo, aí eu liguei pra minha mãe e resolvi voltar pra Puerto Suarez para trabalhar e depois quando melhorasse em Santa Cruz eu voltava para a faculdade.

Aí em 85 o meu amigo que já trabalhava no Brasil me chamou para trabalhar com ele no ramo de transporte, eu sempre trabalhei com transportadora, né. Aí esse meu amigo me disse: o que você tá fazendo? Eu falei nada, então quer vir pra cá me ajudar? Aí começou assim, aí foi indo 85, mas eu sempre ia e vinha (voltava pra Puerto). Aí em 86 arrumei um quartinho aqui (no Brasil), mas sempre voltava pra Bolívia, né, aí em 88 conheci no Brasil a Soraya e nos casamos. A Soraya é boliviana também, mas ela já morava aqui, ela veio pra estudar na faculdade em São Paulo, ela formou lá, ela é instrumentadora cirúrgica. Eu conheci ela porque os pais dela moravam em Corumbá, e toda vez ela visitava aqui e passava as férias, e aí acabamos nos conhecendo e em 91 a gente casou. Casamos e formamos a vida aqui. Temos dois filhos já formados, uma fisioterapeuta e o outro é engenheiro.

Os meus pais moram na Bolívia e não acostuma aqui, não adianta que nada que eu falar vai trazer eles pra cá. Meu pai tem a vida dele lá, era empregado da Petrobrás, fazia manutenção de poço, hoje é aposentado. Eu vou a visitar eles, dia sim dia não eu tô em Puerto, porque eles são idosos e então eu preciso ir quase todos os dias.

Eu comecei a trabalhar como funcionário, aí depois eu comecei a trabalhar sozinho, montei um negócio meu, aí arrumei um sócio que também trabalha bem, aí foi assim que eu comecei, depois montei a empresa, a transportadora, e separamos a sociedade, porque sempre aparece um problema, né, mas não saímos brigados, só por opção mesmo. Aí comecei com a empresa e fazia despacho de mercadorias, especialmente insumos e equipamentos agrícolas e fazia o despacho de Brasil para a Bolívia. Eu fazia só pra Bolívia, era daqui pra lá, porque lá cresceu muito a soja, então o pessoal precisava e eu na confiança dos caras, eu fazia tudo para os caras, fazia toda papelada e o transporte.

Eu não tinha tempo nem pra participar de reunião de escola, não viajava, porque não tinha tempo mesmo, era muito trabalho. Eu não tinha férias, a pior coisa é o autônomo, porque não tem tempo, não tinha férias, nada, por um bom tempo ficamos assim. Soraya ficava em casa, porque o trabalho dela tinha que pegar plantão no hospital e ainda ganhava pouco, então não valia a pena.

Então o que posso dizer que no Brasil eu aproveitei a oportunidade que me deram e em um instante a minha vida mudou de repente, eu vim por não tinha nada a perder, foi um fascínio e não foi por necessidade, foi por escolha, aí de repente eu estava em um outro país e acabei ficando porque deu certo ficar, se eu tivesse visto antes que não daria certo, talvez, eu voltava pra Bolívia. Não sei, minha vida poderia ser totalmente diferente dessa, né. Se eu tivesse feito a faculdade lá, se não tivesse as revoluções lá, eu ficaria, nem voltaria, só apenas para visitar meus pais em Puerto. E eu não ia conhecer ninguém aqui, hoje eu posso te falar que eu conheço muita gente e pessoas que você nem imagina.

Eu joguei bola no Corumbaense, era bom de bola. Eu conheci o seu avô antes de conhecer o seu pai (ele está se referindo sobre os parentes da pesquisadora). Conheci o seu avô em uma reunião no centro comercial e ele estava lá. **(sim, o meu avô andava a cidade toda, risos.)** Eu me considero 80% brasileiro, porque país não se perde, né, está no sangue. Eu não tirei a nacionalidade porque não quis, eu tenho a definitiva (CRNM sem validade). A minha mulher também considera um pouco brasileira. Mas ela troca as palavras, né, esses dias ela pegou a abóbora pra cortar e me pediu: pegue ali o Zapallo; e eu disse, você não está em Santa Cruz, você está em Brasil. (risos). Mas na minha casa falamos em espanhol; a minha filha desde pequena fala e entende o espanhol, já o meu filho, esse, até pode entender, mas você não tira uma palavra dele em espanhol. Aí ele começou a estudar na UNIDERP em Campo-Grande, né, aí ele falou comigo e com Soraya, e disse pra gente, se ele não poderia estudar Engenharia Sistêmica em Santa Cruz. E isso pra gente foi um baque, como assim, né?! Eu Comentei com a minha esposa, se esse guri não fala um “pão” em espanhol, porque quer fazer faculdade na Bolívia?! Aí conversamos eu e Soraya e decidimos, vamos tentar, né. Aí ele começou os contatos, já tinha primos lá e acabou formando lá. Depois ele voltou pra cá na pandemia e ficou aqui trabalhando.

Não tive dificuldade grande no Brasil, não, pouca coisa, sempre tivemos condições. Eu me acho realizado. Os meus irmãos moram em Bolívia, mas eu não volto não, impossível voltar a morar em Santa Cruz, só pra passeio mesmo. Então. Jacke, como você mesmo disse sobre as situações do migrante, né, isso é verdade, o migrante não é só pra buscar comida, tem a questão política, financeiro, trabalho, tem o migrante que busca trabalho, melhorar a vida e tem o migrante que busca um charme (risos), é uma oportunidade e vejo que esse é o meu caso”.

5.2.4 “Eu vim porque queria mudar de país”

“Marisol, 65 anos, nasci em Santa Cruz, moro tem 4 anos em Corumbá, mas já morei 15 anos em Puerto. Regressei acá, para cambiar de vida, porque em la Bolívia a vida está difícil com esse governo. Na verdade, não presta mais para o boliviano vivir em su país, lamentavelmente, com esse governo de esquerda não dá mais.

Eu vim porque queria mudar de país e meus netos já moravam aqui e senti muita falta deles. Eu vim para o Brasil por causa dos meus netos que vieram morar aqui, e eu como sou sozinha, decidi com meu filho de vir morar a cá. Eles vieram por que meu genro falou que queria uma vida melhor para os filhos *pequeños*. O trabalho lá não estava bom e decidiu mudar de país. Eu morei primeiro em Puerto Quijarro com meus irmãos, aí eles faleceram, e eu vim morar acá, meus irmãos trabalhavam de piloteiros de lancha e o barco naufragou, os dois morreram.

Aí eu vim pra Corumbá, mas tenho casa em Quijarro também. Eu não tenho marido, graças a Deus. Tenho 3 filhos e me separei tem 26 anos. Meu filho é engenheiro comercial. Eu sofri um acidente recentemente, cai em frente ao colégio do meu neto e quebrei o fêmur e estou atravessando um problema de saúde mui grande. O médico que me operou na Santa Casa e meu de alta, pediu pra fazer uma consulta com ortopedista e estou até hoje esperando essa consulta, o SUS aqui demora muito. E, pra fazer a fisioterapia, o fisioterapeuta falou que se não traz o encaminhamento do médico, eu preciso pagar a sessão. Eu tenho documentación, tenho RNE, CPF. Eu quero receber uma bonificación como se diz que paga em INSS. O BPC-LOAS, então vou tentar essa *bonificación*, já fiz cadastro no CRAS, porque olha o preço desse remédio que preciso, solo uno custa 242 reais e não dura 1 mês.

Quando eu quebrei o fêmur eu já tinha um problema nos joelhos, nas articulações por passar muito tempo em pé, fazendo as *salteñas*; e tenho artrose, sou hipertensa, tenho diabete, também, e tenho toda essa *complicación*. Eu tenho formação na Bolívia de contadora, pero no posso contabilizar o tempo de lá para receber aposentadoria, porque não contribui no Brasil, né. Agora eu trabalho com *saltenãs*, pero no posso ficar muito em pé, então meu filho me ajuda. Aprendi a fazer *salteñas* com minha mãe que fazia muito bien. Eu gosto de morar no Brasil, é um povo receptivo, amoroso, bem parecido com o povo de Santa Cruz. Lá em Santa Cruz você faz amizade assim muito rápido. O meu neto estuda no Tenir, o mais novo tem 15 anos e o amigo dele na escola chama ele de bolivianito, pero ele diz: *no, eu no soy boliviano e agora yo soy brasileiro*. Eu tô esperando o tempo, porque eu quero nacionalizar, porque não tem mais nada pra mim na Bolívia, todos vieram pra cá, então eu vim e quero ser enterrada aqui.

Eu trabalho só na parte da *mañana* mesmo, a tarde faço fisioterapia. Aqui sai bastante *salteña*, vendo bem, a maior dificuldade é assalto, roubos que acontecem no bairro, mas comigo nunca ocorreu, pero vejo que acontece. Em Bolívia já trabalhei como doméstica quando era solteira, e *depués* virei ambulante, vendia suco de pêssago e chicha nas feiras de lá. Então eu resolvi estudar para sair dessa vida de comerciante, mas sempre tive que trabalhar.

5.2.5 “Nosso pai ensinou a lida desde cedo”

“Eu sou Luiz, nascido em Puerto Suárez, irmão de Daniel, tendo o pai que veio de Tarija e mãe que veio de Cochabamba. Então, segundo relatos dos nossos pais, eles vieram, casaram na Bolívia e migraram para Corumbá. E aí começaram a vida deles aqui na cidade de Corumbá, onde tiveram sete filhos, quatro homens e três mulheres, todos vivos.

E onde ele começou a vida dele também aqui em Corumbá, quando veio de Puerto Suarez para trabalhar em Corumbá. O trabalho dele é protético, dentista prático, a minha mãe era do lar e começaram a vida aqui na cidade de Corumbá, onde nós permanecemos até hoje, a família quase toda.

Quando chegamos aqui primeiro morávamos de aluguel, aí em 1979 que meu pai adquiriu uma casa no bairro Dom Bosco, onde existe até hoje, na Marechal deodoro 411. Meu pai comprou a padaria até então em 1979, em frente à cidade Dom Bosco, Colégio Dom Bosco, onde ficamos quase cinco anos lá, trabalhando junto com eles nessa padaria. Nosso pai ensinou a lida desde cedo, então a família toda trabalhava na padaria e mais os funcionários. Essa padaria foi o segundo comércio da família, o primeiro era o mercadinho que ficava na Rio Branco, em frente ao antigo Paladar, onde ele montou um mercadinho e ficamos também um bom tempo com esse mercado lá. Meu pai já veio com a profissão de protético da Bolívia, mas aí para trabalhar ele precisava tirar um certificado. Então ele foi em Brasília, ele teve várias reuniões em Brasília, né, onde fundaram a Associação dos Dentistas Práticos do Brasil, onde frequentemente ele ia à Brasília para essa reunião. Depois que ele conseguiu o certificado aí ele começou a exercer a profissão no Brasil.

Ele ia ao Pantanal para trabalhar, desde 1954, os fazendeiros, os antigos Barros, (família Barros) que era a maioria proprietária das fazendas do Pantanal, contratavam ele para prestar serviço odontológico, desde prótese, tratamento e extração de dentes. Então, há mais de 40 anos ele atendeu as fazendas no Pantanal. Ele ganhava muito dinheiro nessa época, a renda era muito boa, né, porque antes, todas as fazendas tinham muitos funcionários, né? Nós, eu mesmo ia com

ele e tinha fazenda que tinha mais de 40 funcionários. A gente ia para auxiliar também, para trabalhar com ele. Lembro que ele deixava a gente pra trás, quando demorávamos para fechar as porteiros; a gente corria atrás da camionete em meio a um areão pra não ficar pra trás, senão ele deixava a gente por lá mesmo, ele era bravo e impaciente (risos). Então a gente tem lembrança dessa época no pantanal, por lado da Nhecolândia tem muitas baías e vivíamos atolados lá com a camioneta, era uma dificuldade, mas era bom. As matulas que as caseiras faziam pra nós até hoje tenho lembrança do sabor, era muito bom.

Então de tanto ajudar o meu pai, eu que sou mais velho dos irmãos, adquiri a profissão do meu pai, aí através dele eu me encaminhei e também me formei em São Paulo, em Lins, onde eu sou formado como protético.

Eu comecei a morar em Lins e comecei a trabalhar na profissão em 1986, início de 1986. Retornei a Corumbá onde eu montei meu laboratório. Eu conheci a minha esposa em Lins e casei com ela em Corumbá, mas devido a problemas de família, ela não se adaptou com a vida na fronteira, aí resolvi ir embora para tentar manter a família, né? Então fomos para Presidente Prudente, mas eu nunca gostei de lá. A gente vivia em conflitos, então pra terminar de criar meus filhos que eram pequenos, eu resolvi ir embora para Prudente.

Fiquei nove anos em Prudente, morando em Prudente, mas assim, tinha o desejo de voltar para Corumbá. Eu Me arrependi de ter saído daqui a gente tinha uma boa entrada, tinha um laboratório de prótese, onde a gente adquiriu algumas coisas. Lá em Prudente não era rentável, porque o valor pago lá era um valor totalmente irrisório, devido a muitos profissionais na área. Então eu me mantive praticamente quase que afastado da minha profissão.

Infelizmente nos separamos e eu voltei novamente pra Corumbá. Aqui eu continuei trabalhando com prótese e adquiri um sítio em São Pedrito, fica na região entre Carmem da fronteira e São Pedrito. Moro nesse sítio já tem 10 anos, do lado boliviano e venho para Corumbá todos os dias para deixar minha filha na escola, e tenho também um comércio em Corumbá, no Porto Geral.

A gente tem mais de 60 pés de coco plantado em produção, onde eu uso para o meu comércio aqui em Corumbá. E esse comércio em Corumbá já tem 18 anos, a gente vende água de coco e algumas coisas a mais, tem porções, pastéis, tem sorvete, caldo de cana, que produzimos lá também.

Aí no sítio a gente mexe com gado, gado de leite, gado de corte, um pouco, e a plantação de coco, que é de onde vem a nossa renda. Temos também produção de leite, queijo e doce de leite e vendemos de porta em porta, já temos clientes fixos de queijo e doce de leite.

A terra em São Pedrito teve inspiração de papai, sim, desde 1969 nós tivemos a fazenda lá da Bolívia, então sempre o meu pai gostou de mexer com a pecuária, né? Mexer com terra, ele vendeu e comprou terra. Tinha um lote aqui também na Bahia, perto do Marina Gatas e aí a gente também mexia com gado de leite, depois ele comprou uma área aí em São Pedrito, onde posteriormente eu comprei deles.

E aí eu formei essa fazenda aí pro lado de São Pedrito, onde a gente mexeu com gado de leite, gado de corte. Fornecia carne para a Bolívia, sempre forneci. Muitos anos passei fornecendo carne para toda a fronteira. Eu podia vender, porque a minha área era na Bolívia, então eu não tinha nenhum problema em levar.

Se eu estava na Bolívia eu levava para a Bolívia. Só se fosse para o Brasil, que já tinha restrição, né? Mas sempre trabalhei com nota, tinha tudo registrado, né? Porque em Puerto Soares também tem a Associação de Ganadeiros, né? Onde você tem todos os requisitos que você tem que preencher para você trabalhar com gado.

A minha segunda esposa que faz o queijo e o doce de leite, conheci ela por esses lados do campo, a família dela é de assentados que vieram do Paraná em 1996 e também tem terra pra cá, mas que fica pro lado brasileiro. A minha esposa aprendeu a fazer doce com a mãe dela, aprendeu olhando ela fazer. Ela começou a fazer só pra gente em casa, pra consumo, aí viu que ficou bom, então começamos a comercializar.

A dificuldade mesmo é pouca, né? É mais com relação sempre às estradas que não mantém, né? Mas é esse o único problema que a gente enfrenta. Mas o resto é normal, sem problema nenhum, né? Porque a gente produz tudo com nota, tem inscrição, tudo é legalizado, né?

Eu já tive problema com apreensão, uma vez que eu estava trazendo uns cocos de lá e o fiscal não me atentou e eu ia mostrando tudo, minha inscrição, tudo estadual, mas não teve acordo e perdi os cocos verdes que eu estava trazendo.

Eu nunca sofri preconceito por ser boliviano não, já estudei em Campo Grande, estudei em Lis, morei em Prudente e nunca sofri com isso. Eu me considero mais brasileiro mesmo, né? A minha infância em geral, foi boa, com certeza. O nosso pai era muito duro com a gente, mas ensinou valores que foram bons pra vida. E infância igual nós tivemos não existe mais hoje em dia. Vivia no mato, em corixos, comíamos matula nas fazendas, andávamos a cavalo, brincávamos no barro, então eu sinto muita saudade da infância.

Estamos aqui na fronteira, continuando trabalhando. Nosso dia a dia, produzindo e esperando que as coisas voltem ao seu ritmo normal, né? E a finança do país não está bem, mas

a gente continua lutando. Não vamos desistir, não vamos desanimar. Sempre procurando melhorar né? Metas novas para poder a gente alcançar o nosso objetivo.

Os meus pais não passaram o idioma pra gente, porque eles tinham que se preocupar em aprender a língua nova do país que eles estavam morando. Então, devido a esse problema que eles tinham que aprender a língua portuguesa, eles não falavam o espanhol dentro de casa. E é onde nós tivemos dificuldade também de aprender a língua castelhana, que é a língua originária da Bolívia.

A culinária da Bolívia eu conheço, porque eles vieram de um país onde há muita variedade de alimentos e no Brasil já não tem essa variedade. Então a culinária da Bolívia é mais rica. A minha bisavó morava com a gente e ela só fazia comida boliviana. E nós tínhamos uma cozinheira também que veio da Bolívia, praticamente só mesmo para mexer com a comida da família. Era a cozinheira nossa em casa. Então é isso, devido aos nossos pais que vieram novos para Corumbá e começaram uma vida nova em um país de língua portuguesa, onde eles não tinham conhecimento nenhum, eles precisavam aprender tudo e passaram todo o conhecimento brasileiro pra gente”.

5.2.6 “A vida é difícil para o boliviano no comércio”

“Sou Gina, moro há 30 anos aqui, tenho 55 anos e tenho 8 filhos, 5 nasceram em Corumbá. Eu vim de La Paz para melhorar a vida, para trabalho. O meus pais morreram, meus avós morreram e não sobrou ninguém lá, então eu vim com meu marido e meus três filhos que tinha na época que vim; e fiquei primeiro em San José de Chiquitos e depois descobri que tinha muitas amigas que estavam indo para Corumbá para trabalhar na feira. Eu comecei a trabalhar na feira do boliviano, onde as barracas eram feitas de madeira, depois trabalhei na Bras-Bol. Sempre trabalhei com comércio e nunca morei em outro estado.

Quando a feira Bras-Bol fechou, na época era o Paulo Duarte, né, então eu fiquei perdida, com 8 filhos pra criar, e peguei uns cobertores, meias e luvas para vender na Cuiabá (rua), em frente onde era a feira, né. Mas aí chegou um guarda de posturas municipal e me arrastou dali, eu estava com minha filha de 6 meses de idade, ele me arrastou com minha filha nos braços e prendeu tudo que eu ainda tinha. Foi difícil naquela época, agora o Paulo Duarte está de novo no governo, né, aquele outro não manda em nada, a gente sabe.

Em 2013 muitos amigos ficaram sem ter o que comer, passamos muita dificuldade. Então eu fiz esse comércio aqui, tenho minha casa aqui e outra casa na Bolívia, o meu marido

fica mais na Bolívia cuidando da casa, eu vou pra lá 3 vezes na semana, mas fico mais aqui, por que meus dois filhos ainda estudam no Dom Bosco. Eu recebo bolsa família, na época da pandemia recebi auxílio.

Eu trabalhei na pandemia em frente a um comércio, com barraca de roupas, mas a filha da dona do comércio não gostava de vender as coisas ali, implicava comigo, aí não deu certo, tive que sair. Agora fico aqui na loja, já trabalhei muito na feira de domingo, mas eu não aguento mais o calor, as minhas pernas doem de ficar em pé por muito tempo. Agora a minha filha está fazendo feira e tem loja de roupas aqui ao lado.

As minhas mercadorias são de São Paulo e de Goiânia, já viajei muito pra Santa Cruz, agora não, porque precisa diminuir o contrabando. Aqui tenho CNPJ, tenho tudo regular, tenho nota fiscal, é melhor trabalhar assim pra não correr o risco de perder mercadoria, já perdi antes algumas vezes. Agora compensa comprar aqui, porque o real está baixo, não compensa mais ir em Bolívia. Aqui eu vendo roupas infantis, bebê e roupa de mulher. A minha filha que viaja para comprar as roupas, porque já estou muito cansada. A casa aqui no bairro é alugada, lá em Bolívia tenho casa própria.

Eu quando cheguei aqui não conseguia comer a comida daqui, até hoje eu não gosto, o tempero não é o mesmo que a gente faz. Eu só faço comida boliviana, meus filhos falam que não são bolivianos, mas eles falam espanhol e gosta de comer feijão com arroz. Às vezes faço a comida de brasileiro para agradar a eles.

Quando cheguei não sabia falar português, mas com o tempo fui aprendendo. Eu falo quéchua e aymará, meus filhos que nasceram aqui entendem só, mas não falam. Meus outros filhos vieram pequenos e se acomodaram rápido, começaram a falar mais rápido o idioma. Hoje os três já são adultos, um trabalha aqui e é técnico de celular e o outro trabalhava na Bolívia e a minha filha mais velha tem loja aqui.

Começo aqui as 6h e fecho às 18h, às vezes mais, depende do movimento. A minha filha viaja a cada 15 dias para buscar as mercadorias. Ela vai de van ou ônibus que vai pra lá. Ela chega bem cedo, meu marido às vezes vai junto com ela. Ela vai no Brás, compra em lojas que conhecemos.

Quando eu vim de La Paz pra cá, eu pensei em juntar dinheiro pra depois voltar pra lá, mas nunca voltei, eu acostumei aqui com o calor, porque lá onde morava faz muito frio. Tem que usar muita blusa, cachecol e touca, eu já acostumei com o calor.

Eu fui órfã de pai e mãe, com 3 anos de idade perdi pai e mãe e fui criada pela minha avó. Foi difícil a minha infância, mas tive momentos bons na Bolívia.

Eu não tenho problema de saúde pelo trabalho, às vezes estresse, né, preocupação com conta que precisa pagar. Já passei por muita coisa, mas a pior acho que foi quando fechou a feira Bras-Bol, aí pra nós parece que acabou tudo, mas como eu falo, Deus não nos desampara e abrimos depois um outro ponto que foi aqui. E voltamos a trabalhar, porque se não trabalhamos ficamos doentes, ficamos sem nada, então temos que lutar até o último dia de nossa existência.

Quando trabalhava na feirinha eu sofria preconceito, falavam pra mim: o que você está fazendo aqui? volta pra Bolívia! Aqui não é sua terra, volta pra lá! E isso me aborrecia. Agora não, ninguém fala mais. Aqui é só trabalho mesmo. Eu vou pra Bolívia quase todo dia e no final de semana vou pra dormir.

Eu falo que a vida para o boliviano é difícil no comércio. O boliviano tira a permanência aqui, a carteirinha de fronteiro eu tirei com dificuldade, por que eles não acreditam que você mora aqui. Eu mostro o endereço do meu comércio, fatura da água e luz, eles exigem e ainda assim querem comprovar a residência, parece que acha que somos mentirosos. Outra reclamação é que não temos SUS aqui, ainda que sendo regulares, eles não aceitam que o boliviano tenha acesso a saúde. Quando temos uma doença, vamos na farmácia ou na Bolívia.

Eu sempre trabalhei, antes trabalhava nas feiras livres, um sol, um cansaço que dava, mas a gente luta para conseguir dinheiro. Acho que eles (policias) deveriam respeitar a gente que vive aqui”.

5.2.7 “Meu pai tentou me lembrar de quem somos”

“Eu sou filha de Suzi, me chamo Mônica, tenho 28 anos. Tendo nascido eu em Corumbá, filha de pais bolivianos, minha língua materna é o castelhano, com influência do quéchua, porque meu pai é de Cochabamba e falava com os meus avós em quéchua. Eu falo Português, castelhano e entendo o quéchua, mas não falo. A minha mãe é descendente de aimáras, sendo meus avós maternos aimáras, minha mãe nasceu em La Paz. Eu fui alfabetizada na escola em português. Eu considero boliviana e brasileira. O português faz parte da nossa vida e agora da vida dos meus pais, já o espanhol sempre fez parte da minha vida e da minha infância, desde o ventre de minha mãe, porque em casa só falamos castelhano.

Eu já estudei nos colégios de Corumbá, em duas escolas, na primeira sofria *bullying*, acho que isso tem mudado, porque a minha irmã mais nova diz que não passa por isso e não sofreu com preconceito, mas antes, era muito mesmo. Eu estudei no CAIQ e depois formei no

Dom Bosco. Uma vez eu cheguei atrasada, porque vinha de Bolívia, aí a diretora me chamou para falar do meu atraso, eu expliquei pra ela que vinha da Bolívia e ela me respondeu bem grossa e falou: porque você não estuda lá, então? Fica por lá! Falou isso, eu sofri muito na escola, até a diretora falava da gente. Mas eu gosto daqui, já acostumei com isso, eu sou nascida e criada aqui, a minha mãe quer voltar, fica pensando em voltar, mas eu não acostumo lá. Eu tenho a minha vida aqui, minhas amigas; minha faculdade, estou no 6 semestre, faço enfermagem, estou no estágio no hospital. Eu ajudo minha mãe no comércio quando não estou na faculdade.

Os meus traços indígenas falam por mim: meu cabelo é liso preto, meus olhos são pretos um pouco puxados, minha pele é morena, eu gosto de passar maquiagem e faço delineados nos meus olhos, o que aparenta mais meu jeito boliviana de ser. Eu vou pra Bolívia pra passear, gosto de Santa Cruz, às vezes vou, mas só passeio mesmo. Meus primos da Bolívia comentam do meu espanhol, falam que não é verdadeiro, porque junto tem o sotaque de português, aqui, meus amigos brasileiros entendem que sou boliviana hablando em português. Eu sou brasileira, mas sou estrangeira (risos). Mas eu gosto daqui, aqui eu me sinto segura, com o bairro também, com a cidade, eu não vejo perigo aqui, é bom. Sobre o preconceito não tem o que fazer, né, eu fico com raiva às vezes, tudo tem limite. As vezes tenho crise de ansiedade, não sei o porquê. Eu entendo que eu não sou como eles, os brasileiros filhos de brasileiros, simplesmente a gente não é como eles, somos migrantes, e no fundo, eu vejo o que eles pensam da gente. O meu pai sempre me lembra de quem somos, ele diz: você é boliviana, você tem sangue de boliviana e não precisa ficar brava com as coisas que falam de você. Então tem um monte de coisinhas que são à toa mesmo, né?! mas que a gente senti e eu sinto um pouco que não sou aceita.”

5.2.8 “A minha vida foi sempre no comércio”

“Sou Daniel, nascido em Puerto Suárez. Os meus pais vieram exilados político. O meu avô era general do exército e quando houve uma revolução lá, houve troca de governo e ele teve que fugir da Bolívia e a minha mãe veio junto, né. E na época o meu pai namorava a minha mãe e eles tiveram que casar pra vir junto e começou uma vida aqui no Brasil. Os meus avós foram morar no Rio de Janeiro, junto com os outros filhos, né, que não eram casados, e meus pais ficaram em Corumbá. O meu pai era protético na Bolívia, e meu pai descobriu que em Brasília eles davam um certificado de dentista prático, então ele foi atrás para conseguir esse certificado em Brasília, recebeu esse certificado que na época podia, hoje já não pode mais. Aí

com esse certificado ele começou a trabalhar aqui, trabalhou muito no Pantanal como dentista prático, atendendo os donos de fazenda, capataz, os ribeirinhos, os peões... então meu pai fez a vida no Brasil com prótese dentária.

Então meu pai com um tempo ele adquiriu uma terra na Bolívia, né (zona rural) que todos nós fomos criados na nossa infância no sítio, né, e eu até hoje sinto um prazer pela terra, né, você sabe que eu moro no sítio, também, perto de El Carmen de la froteira, vou todos os dias pra lá, cuido da terra, do gado, cultivo milho lá. Então eu continuo seguindo essa vida como homem do campo, assim como aprendi com meu pai.

A minha vida particular foi sempre no comércio, eu abri uma lanchonete em 89, primeiro eu comecei com açougue, na verdade. Quando eu tinha 17 anos eu abri um açougue no Bairro Dom Bosco, naquela época a carne era dependurada no balcão ao ar livre, não tinha expositor, na época você podia carnear vaca, se entende?! Na fazenda eu ia carnear, aí depois do açougue eu comecei com lanche, com hamburguer artesanal. Em 89 abri o meu primeiro trailer de lanche. E, assim, a minha vida, basicamente tudo que construí foi através dos lanches, naquela época tinha poucos donos de lanchonete, então, graças a Deus, na época, eu ganhei muito dinheiro com lanches, e com um tempo, né, ajuntando dinheiro eu voltei a comprar uma terra na zona rural do lado boliviano, e isso aí é minha paixão há 35 anos eu tenho essa terra na Bolívia onde trabalho lá todos os dias.

Moro lá e moro aqui, trabalho lá e trabalho aqui no comércio. Então assim, o que acontece com minha vida: quando o “tempo” tá ruim na pecuária do lado boliviano (momento de crise) eu ganho dinheiro no Brasil, quando o “tempo” tá ruim no Brasil e no meu comércio, eu começo a movimentar a terra que tenho na Bolívia e a terra que também tenho no Brasil e começo a “fazer” dinheiro, então assim, eu não paro, sou um verdadeiro pêndulo mesmo.

Eu também trabalho com gado, tenho gado, tenho cavalo, né. Eu compro gado e vendo gado, eu atendendo também a empresa “Leiloboi”, onde trabalho com o buffet, quando tem leilão eu atendo com o buffet. Acabei indo pra parte alimentícia por causa da minha vida no comércio com lanche, agora eu abri uma pastelaria também aqui na “parte alta”. Na leiloboi eu normalmente sirvo arroz carreteiro, carne bovina, carne de porco, vários tipos de salada, arroz branco, mandioca, banana frita, esse é um exemplo, né; então isso aí foi um outro caminho que abriu pra mim na trajetória da minha vida como filho de boliviano que aproveita as oportunidades, né. Eu consegui trabalhar nessa empresa conhecendo pessoas através do agro, ganhando contatos com fazendeiros. Eu conheci um casal há muito tempo, que foi lá no Bocão mesmo, e eles disseram que o patrão deles comprou a fazenda Novo Horizonte e que ia começar

com a “Leiloboi” e perguntou se eu não queria “tocar o buffet” e isso aí já vai pra 13 anos que atendendo essa empresa e eu sou muito grato a eles, que me ajudam muito.

E através disso, né, e para falar um pouco mais da minha história, que através da influência dos meus patrões, que me indicaram, né, eu fui trabalhar na novela “Pantanal” que foi gravado na fazenda do Almir Satter, eu fui cozinhar para os artistas durante as gravações no pantanal. Eu fiquei trabalhando para a novela durante 4 meses dentro da fazenda, algo de grande experiência para mim.

Então, Jacke, eu só tenho que agradecer por toda oportunidade que o Brasil me deu, pra nossa família, para os meus pais, sabe, eu sinto maior orgulho de ser boliviano, o boliviano corre nas minhas veias, eu tenho maior honra de ser boliviano, eu me considero brasileiro e boliviano ao mesmo tempo.

A maior dificuldade que minha família sofreu foi quando meu pai, na época, comprou uma terra na Bolívia que pegava praticamente Quijarro inteira, uma fazenda de mais de mil hectares. Então ele tinha muita dificuldade quando passava alguma peça de lá pra cá, peça de trator, peça de motor, sabe, e ele tinha dificuldade na alfândega, assim ele chegava no posto de migração e tomava a peça dele, e ele, como a maioria dos bolivianos tem “sague quente” e pavio curto, né, ele ficou com muita raiva desse problema na alfândega, porque toda vez tomava as peças que ele atravessava. Aí ele resolveu vender a fazenda para um fazendeiro por “preço de banana”, meu pai praticamente deu a terra pra esse fazendeiro por causa do estresse que tinha. Hoje em dia já mudou muito esse controle, mas antigamente era complicado e muita burocracia que aborreceu ele.

Eu nem tenho o que falar dos meus pais, eles foram exemplo pra mim, meu pai era evangélico e dirigiu muitos anos o presídio no sentido de evangelizar nos presídios, meu pai sempre foi muito trabalhador e viveu pra obra social e pra igreja, ele tinha muito amor pelo ser humano, ele sempre foi espelho pra mim”.

5.2.9 “A minha vontade é voltar pra Bolívia”

“Eu sou Suzi, tenho 62 anos, vim de La paz, eu vim morar em Quijarro porque fiquei órfã de pai e mãe com 13 anos, aí minha madrinha já conhecia aqui, e trabalhava com comércio e ela me trouxe pra Quijarro, eu comecei a trabalhar nas feiras livres com 15 anos, ajudava a ela, depois comecei na Bras-Bol, trabalhei 20 anos com minha madrinha e depois comecei a trabalhar sozinha. Casei, tive minhas filhas e meu filho, a mais velha nasceu em Corumbá, a

menor nasceu em Santa Cruz e o do meio nasceu aqui. A mais nova nasceu lá quando viajava pra trazer mercadoria, comecei senti dores caminhando na feira em Santa Cruz no bairro el lindo, ando com muitas sacolas e não sei se foi o peso das sacolas, senti um liquido vazando na minha saia, pensei que era urina, mas aí sentei, a mamita me ajudou e vimos que a bolsa estourou e me levaram para o hospital. Foi difícil porque estava sozinha, não tinha roupa de bebê, não tinha nada, mas agradeço a mamita que me ajudou no momento que mais precisei, ela era feirante e me deu umas roupinhas, ficou comigo até chegar meu esposo, tive ela normal, veio com muita saúde, graças a Deus.

Aqui, no comércio tenho ajuda das minhas filhas, a mais velha estuda faculdade em Tenir, faz enfermagem, o menino estuda em IFMS. O meu marido trabalha nas feiras. Eu tenho casa aqui e em Quijarro. A minha vida foi muito triste, eu fico pensando, porque Deus fez isso comigo, perdi pai e mãe, fiquei sozinha, passei fome. Eu falo pra meus filhos, vocês têm que trabalhar, porque eu sei o que é passar fome, é sofrido, e eu não tinha essa oportunidade de estudo, eu tinha que trabalhar, já a eles tem opção; eu falo pra eles, eu quero que vocês estudem pra não ficar como eu.

Eu não queria ficar aqui, quando minha filha nasceu as pessoas falavam: tem que ficar aqui, a sua filha nasceu no Brasil e vai fazer mal a ela voltar pra Bolívia, deixa ela estudar aqui. Então eu desisti, porque ela acostumou aqui mesmo e eu não queria prejudicar. Mas a minha vontade é voltar pra Bolívia pero no posso porque tenho minhas filhas. Elas já falam bem português, eu sofri preconceito, mas isso não me atinge mais, acostumei com as pessoas falarem. Eu gosto do bairro sim, por aqui tem o comércio e tem que trabalhar, né!?

Eu gosto daqui porque tem o trabalho, se não fosse isso, já estava lá em minha Bolívia. Eu faço só comida boliviana, gosto de fazer saltado de pollo e fricassé boliviano. Saltado de pollo é frito, fica bom com chuño e com tomates, igual uma salada. Fricassé boliviano é diferente do brasileiro, é um ensopado de frango com tempero caliente. Sim, é bom!

Eu compro as mercadorias do atacado e do varejo aqui mesmo, tem mercadorias que eu compro em Quijarro dos maioristas. Não viajo mais pra Santa Cruz, por que estou velha, tenho artrose que preciso tratar, porque me judia muito. Tenho MEI, tenho nota fiscal, tenho documentação. O contador falou que Federal já olha no sistema quem está regular, eles nem batem aqui, agora se traz muita mercadoria, aí Federal já sabe o que tem. Eu pego pouco agora, então tem que diminuir o contrabando, pra que não venha federal aqui. Mas quem compra de mim prefere, porque comprar do boliviano é barato é bom, tem essas batatas que só são plantadas em Bolívia e eles gostam. E quando eles pegam eles prendem tudo. Você sabe o que

eles fazem com as mercadorias apreendidas? **Eles jogam fora, pelas normas da vigilância sanitária.** Então, eu acho que isso é injusto, e acho que Deus castiga, porque tem gente que está morrendo de fome, porque tem gente que precisa comprar mais barato, acho que eles deveriam doar.

Eu já fui devota de Virgem Urkupiña e hoje sou crente, devota de Deus. Eu tenho raiva de político, não deixa a gente trabalhar. Aquele Paulo Duarte foi um vagabundo quando deixou muitos bolivianos sem trabalho, na feira Bras-Bol, muita gente aqui passou fome, meus filhos passaram fome, eu tive que me virar com meu marido até conseguir um espaço aqui. Porque o boliviano quer crescer e o brasileiro não quer crescer, o boliviano trabalha, acorda 4 da manhã, fecha o comércio até 00:00. Eu fico mais aqui e meu marido mais lá, eu fico aqui por causa das crianças, tem que ficar olhando, quando está só a ele, o pai, só fica em celular, não vê nada, então eu fico mais aqui e final de semana vou pra Quijarro. Eu tenho Artrose, eu vou no SUS, mas pra fazer cirurgia demora muito, estou em fila de espera já faz meses e nada, sinto dor direto, preciso comprar meus remédios.

Trabalho sozinha, moro aqui e volto pra Bolívia todo final de semana. Meu marido é taxista em Bolívia, fica mais lá. Antes comprava em Bolívia, agora compro aqui mesmo, nos atacados quando está barato compro aqui, algumas mercadorias vêm de Bolívia, pego em Puerto mesmo, pero no compensa mais, o real está baixo. Antigamente eu viajava em Bolívia, vendia sem nota fiscal, aí sempre pegavam minhas mercadorias, ficava vazio aqui, tomavam tudo. Aí Federal falava se tem nota fiscal vai devolver, mas se não tem vai perder, aí ficávamos no prejuízo. Agora já temos nota, pagamos a secretaria da fazenda, eu sou MEI, pagamos e eles já sabem. Eu tenho documentação, tenho RNE, CPF, CNPJ, tenho tudo regular, tenho nota fiscal, é melhor trabalhar assim pra não correr o risco de perder mercadoria, já perdi antes algumas vezes. Agora compensa comprar aqui, porque o real está baixo, não compensa mais ir em Bolívia. Aqui eu vendo mais bebidas e um pouco de tudo.

O maior desafio pra mim foi quando cheguei aqui, no conocía o idioma, no conocía nada. Eu também já fui ambulante, vendia cigarros de porta em porta, depois fui ter comércio. Difícil porque sempre trabalhei sozinha, meu marido é taxista em Bolívia, fica mais lá. Eu abri essa loja aqui, desde que acabou a feirinha, faço algumas compras em Puerto e também em Corumbá. Quando trabalhava em feirinha comprava em Santa Cruz, lá comprava direito da fábrica de tecido e na feira del Lindo também lá em Santa Cruz, mas eu não viajo mais, quase não viajo, as minhas filhas tem loja de roupa, elas viajam, vão pra Santa Cruz e São Paulo, também tem comércio aqui”.

5.3 Dito por eles: Motivos para migrar e motivos para permanecer

Seguindo a lógica das trajetórias de imigrantes, a seção busca retomar discussões teóricas já analisadas na pesquisa, a partir das narrativas; dar ênfase nas distintas territorialidades, ou seja, especificar as motivações das saídas de lugares da Bolívia que são diferentes, os diversos significados de trabalho que são acionados na fronteira, as motivações da emigração e os motivos para permanecer ou não na fronteira.

Assim, todas essas questões serão discutidas, considerando o vai e vem e as estratégias que eles constroem através das relações sociais, afetivas e de trabalho. Termina-se a seção com as trajetórias espaciais, um vai pra lá, outro vem pra cá, através das ambivalências migratórias, retomando Sayad (1998) com os paradoxos da alteridade, ou seja, a busca de novas oportunidades em um novo país, enquanto se enfrenta os desafios com as adaptações, dificuldade com o idioma, documentação, dor e saudade da terra natal, assim, enquanto uns buscam caminhos para sobrevivência, outros só buscam um “charme”, um certo interesse pela migração, nem sempre pela sobrevivência, mas pela sedução pelo novo.

De acordo com as narrativas percebe-se que os motivos da migração não foram apenas para tentar sobreviver diante da pobreza vivida pelos informantes na Bolívia. São muitos os motivos particulares de cada migrante e essa motivação fez tomar a decisão de deixar sua terra natal e tentar a vida em outro país.

Ou seja, a migração surge como possibilidade a as redes de solidariedade em que “um vai puxando o outro” são consolidadas na fronteira, assim como a aventura de migrar para um lugar desconhecido, como o relato da dona Blanca, por exemplo. Pois, percebe-se que ela migrou com a família sem ter um destino certo, veio “tentar a vida na fronteira” e acabou ficando.

Uma característica comum foi que a maioria veio do altiplano (ocidente da Bolívia) e um veio de Santa Cruz de La Sierra, oriente da Bolívia. Há uma entrevistada que nasceu em Corumbá, sendo visto como estrangeira na cidade, assim, é possível dialogar com Sayad (1998), a questão dos filhos ilegítimos da imigração.

Outra característica em comum foi a migração para o trabalho, no sentido de relacionar um discurso legitimador contra as ordens de apreensão, assim como as ideias morais e de justiça contra os atos de estado; as mercadorias ilegais nomeando os sujeitos como contrabandistas e a estratégia encontrada com os operadores de múltiplas escalas.

Outra observação foi que das 9 entrevistas, 7 trata a respeito do preconceito sofrido por ser boliviano proveniente do altiplano e 2 entrevistas manifestam a separação étnica existente entre collas e cambas da fronteira.

Observa-se que outros lugares eles moraram no Brasil e na Bolívia:

-Reina nascida em Cochabamba, criada em Santa Cruz, veio a trabalho para assumir a empresa de produtos químicos em São Paulo e estudar mestrado em Corumbá.

-Soraya, esposa de Jorge, veio visitar os seus pais que já moravam em Corumbá, resolveu estudar em São Paulo para fazer faculdade e retornou a Corumbá.

-Luís, nascido em Puerto Suárez, filho de bolivianos que emigraram de Tarija para Corumbá, mas que ficou um tempo em Presidente Prudente e retornou a Corumbá.

Atualmente, São Paulo é a rota para o caminho das mercadorias e para revenda em Corumbá, assim, está consolidada com uma rota importante e nas rotas ficam também alguns, na ida ou na volta.

Outra observação é questão do acesso a saúde pública em Corumbá e a dificuldade encontrada em não ter a assistência necessária, seja pela morosidade nos agendamentos e cirurgias médicas ou pelo mal atendimento evidenciado pelos entrevistados.

Seguindo a lógica das entrevistas, a questão dos motivos para migrar no título: “Viemos sem destino. Embarcamos no trem e esperamos até a última parada”, as mobilidades articuladas pela motivação de querer apenas sair e esperar que o lugar de destino seja promissor, sem necessariamente ter o conhecimento do país de chegada.

Dona Blanca veio sem destino certo, esperou a parada do trem e resolveu ficar:

...Eu vim com 17 anos pra cá, vim com meu marido, ele terminou a escola, na época, e decidimos vir pra cá sem conhecer nada aqui, vimos pra cá sem destino certo. Embarcamos no trem e esperamos até o ponto em que ele iria parar a viagem e parou em Puerto Quijarro. Achamos lá um conhecido e dormimos lá na casa dele e depois alugamos um quarto pra morar com banheiro. Esse nosso conhecido é taxista e meu marido também começou a trabalhar com táxi, eu trabalhava como empregada doméstica, na época, fiquei 3 anos como doméstica, aí eu engravidei e deixei o trabalho. (Blanca, 62 anos, nascida em La paz)

Reina é uma operadora de múltiplas escalas, produzindo territorialidades “de Cochabamba, Santa Cruz para Corumbá e São Paulo” pelo trabalho e estudo.

Retomando Çağlar e Glick Schiller (2018) os migrantes participam diretamente do fazer-cidade, podendo influenciar na economia do Brasil, no desenvolvimento urbano, nas

redes de políticas institucionais, como o seu projeto de mestrado sobre os “problemas na rota e vacíos jurídicos na fronteira”, uma dificuldade que surgiu pela própria experiência nas mobilidades:

Reina relata:

...Meu projeto nasceu de uma dificuldade que tivemos em fronteira com a minha importação. E aí vi que não havia informação correta tanto daqui como do lado de Bolívia. E meus produtos ficaram muito tempo retidos neste lado por falta de informação. Porque não houve um cruzamento correto de informação com a Polícia Federal. E a raiz disso foi que nasceu o meu tema. (Reina, 46 anos, nascida em Cochabamba)

Constatamos que ao invés de reproduzirmos a lógica da alta política com as suas normas prontas e acabadas e que faz com que a baixa política se limita a “esses manuais de instruções” não revendo as ambivalências migratórias existentes em casos particulares, fato que ocasiona essa falta de diálogo entre países em relação as informações sobre autorização de produtos químicos.

Observa-se que, retomando Çağlar e Glick Schiller (2018), os migrantes podem se tornar protagonistas do “city-making” (produção ou construção da cidade) e que eles influenciam nas decisões institucionais, bem como contribuem para economia local.

Dona Suzi relata:

“Eu vim de La paz, eu vim morar em Quijarro porque fiquei órfã de pai e mãe com 13 anos, aí minha madrinha já conhecia aqui, e trabalhava com comércio e ela me trouxe pra Quijarro, eu comecei a trabalhar nas feiras livres com 15 anos”. (Entrevista realizada em 23/03/2024)

Marisol relata que migrou, pois queria mudar de país:

Eu vim porque queria mudar de país e meus netos já moravam aqui e senti muita falta deles. Eu vim para o Brasil por causa dos meus netos que vieram morar aqui, e eu como sou sozinha, decidi com meu filho de vir morar a cá. Eles vieram porque meu genro falou que queria uma vida melhor para os filhos pequenos. O trabalho lá não estava bom e decidiu mudar de país. Eu morei primeiro em Puerto Quijarro com meus irmãos, aí eles faleceram, e eu vim morar acá. (Marisol, 65 anos, nascida em Santa Cruz de la Sierra)

Jorge afirmou a opção de morar no Brasil:

Eu vim morar no Brasil em 85, por opção mesmo, não por necessidade, foi um charme eu diria ou uma oportunidade que recebi. Eu me formei em Puerto Suarez, porque meus pais vieram em 71 para morar em Puerto Suarez para trabalhar na Petrobras, então vim com eles, assim como meus irmãos, todo mundo junto. Eu vim com 7 anos para morar em Puerto Suarez. Aí eu comecei a vida, estudei lá, terminei o terceiro ano, e depois voltei pra Santa Cruz pra fazer faculdade lá. Na Bolívia, naquela época em 84, tinha muito golpe de

estado e eu fui fazer a faculdade justamente nesse período e aí lá fica difícil pra tudo, não tem transporte, não tem aula, não tem nada, o país quebra; aí eu fiquei um mês lá e não dava certo, aí eu liguei pra minha mãe e resolvi voltar pra Puerto Suarez para trabalhar e depois quando melhorasse em Santa Cruz eu voltava para a faculdade.

Aí em 85 o meu amigo que já trabalhava no Brasil me chamou para trabalhar com ele no ramo de transporte, eu sempre trabalhei com transportadora, né. Aí esse meu amigo me disse: o que você tá fazendo? Eu falei nada, então quer vir pra cá me ajudar? Aí começou assim, aí foi indo 85, mas eu sempre ia e vinha (voltava pra Puerto). Aí em 86 arrumei um quartinho aqui (no Brasil), mas sempre voltava pra Bolívia, né. (Jorge, nascido em Santa Cruz de la Sierra)

Gina relata:

Eu vim de La Paz para melhorar a vida, para trabalho. O meus pais morreram, meus avós morreram e não sobrou ninguém lá, então eu vim com meu marido e meus três filhos que tinha na época que vim; e fiquei primeiro em San José de Chiquitos e depois descobri que tinha muitas amigas que estavam indo para Corumbá para trabalhar na feira. (Gina, nascida em La Paz)

Os depoimentos mostram as diversas motivações para a migração acontecer, sendo uma opção, conforme o relato do Jorge ou para melhorar a vida, como forma de sobrevivência diante da fome, segundo o relato da Gina. Há, também, aventuras na jornada migratória, como bem relatado por dona Blanca, que desconhecia o lugar da parada do trem, mas resolveu arriscar como instinto aventureiro.

Ela teve curiosidades em conhecer o universo das feiras livres em Corumbá, com uma possibilidade de trabalho, assim, “...eu queria sair de táxi e disse ao meu marido, vamos lá em Corumbá conhecer, né, aí conhecemos as feiras, e eu disse pro meu marido que queria o meu negócio. Então eu vim em um dia na feira, comecei primeiro nas feiras livres, depois conheci a Bras-Bol e tive uma banca lá de roupas. Fiquei na Bras-Bol mais de 10 anos”. (Blanca, 62 anos, nascida em La paz)

Portanto, a motivação para a migração não se caracteriza apenas como uma tentativa de escape diante das adversidades e mazelas da trajetória de vida, mas como uma oportunidade, um desejo ou uma descoberta de um mundo possível no trajeto da migração.

Dialoga-se com Sayad (1998) quando ele afirma que o trabalho por si só pode justificar a presença do imigrante, mas em uma situação diferente do trabalhador nativo ou nacional, pois se trata de pessoas que deixaram a sua terra natal sem garantias de um trabalho estável.

Dentre outras características que consolidaram os entrevistados na fronteira, foi a possibilidade de acesso a um trabalho mediante a rede de solidariedade no sentido dos

relacionamentos afetivos entre migrantes. Há sempre um amigo ou um parente próximo que conectam eles a um trabalho, seja nas feiras ou em alguma loja e uma possibilidade de moradia, mesmo que provisória, assim, dona Blanca relata: “achamos lá um conhecido e dormimos lá na casa dele e depois alugamos um quarto pra morar com banheiro. Esse nosso conhecido é taxista e meu marido também começou a trabalhar com táxi, eu trabalhava como empregada doméstica, na época, fiquei 3 anos como doméstica, aí eu engravidei e deixei o trabalho”. (Blanca, 62 anos, nascida em La paz)

Sayad (1998) evidência:

...uma habitação excepcional, como é “excepcional a presença do imigrante; uma habitação de emergência para uma situação de emergência; uma habitação provisória -duplamente provisória, porque os ocupantes só habitam provisoriamente e porque ela mesma constitui uma resposta para uma situação pensada para ser provisória – para um residente provisório, pois é sempre assim que se imagina o imigrante; uma habitação econômica, sóbria (para não dizer sumária) para um ocupante que não dispõe de uma grande renda e que, além disso, se força a economizar; uma habitação pobre; e uma habitação de pobre para um ocupante conhecido como pobre. (Sayad, 1998, p. 75)

Assim, verifica-se a condição vulnerável do migrante boliviano em Corumbá, a partir das condições de trabalho, das condições de vida e de moradia que podem caracterizar uma situação difícil, como relatado por eles. A moradia no Brasil está relacionada ao trabalho. É importante ter uma casa em Corumbá, mesmo que seja um quarto, para ficar mais próximo do trabalho, muitos lojistas têm casa no mesmo local onde fica o comércio, como observado neste capítulo. A moradia provisória garante direitos a documentação de fronteira e a todos os serviços que demandam a comprovação do domicílio. Então, na maioria das vezes, os lojistas têm dupla residência, uma no Brasil e a outra na Bolívia.

Os motivos para permanecer no Brasil, especialmente em Corumbá, são relatados por Suzi:

“...Eu não queria ficar aqui, quando minha filha nasceu as pessoas falavam: tem que ficar aqui, a sua filha nasceu no Brasil e vai fazer mal a ela voltar pra Bolívia, deixa ela estudar aqui. Então eu desisti, porque ela acostumou aqui mesmo e eu não queria prejudicar. Mas a minha vontade é voltar pra Bolívia. [...] eu gosto daqui porque tem o trabalho, se não fosse isso, já estava lá em minha Bolívia. (Suzi, nascida em La Paz)

Dona Suzi tem o desejo de voltar a sua terra natal, no entanto, isso não é possível, pois as filhas já se habituaram a cultura brasileira, assim como estudam e anseiam por trabalho em Corumbá.

Dona Blanca relata: “eu dou graças a Deus por estar no Brasil. Porque na Bolívia eu não via uma saída. Eu já pensei em voltar, e já voltei também pra Cochabamba, mas não me acostumei mais. Lá é grande e tem cidade sim, não é só zona rural, a cidade é boa mesmo, igual Campo-Grande”. (Entrevista realizada em 30/11/2024)

Jorge evidencia que não voltaria à Bolívia e se senti realizado em permanecer em Corumbá.

Sendo assim: “...não tive dificuldade grande no Brasil, não, pouca coisa, sempre tivemos condições. Eu me acho realizado. Os meus irmãos moram em Bolívia, mas eu não volto não, impossível voltar a morar em Santa Cruz, só pra passeio mesmo”. (Entrevista realizada em 06/08/2024).

Gina relata: “quando eu vim de La Paz pra cá, eu pensei em juntar dinheiro pra depois voltar pra lá, mas nunca voltei, me acostumei aqui com o calor, porque lá onde morava faz muito frio. Tem que usar muita blusa, cachecol e touca, eu já me acostumei com o calor de Corumbá”. (Entrevista realizada em 05/08/2024).

Luís explica que aprendeu a trabalhar com o pai na profissão de protético dentário:

“... Então de tanto ajudar o meu pai, eu que sou mais velho dos irmãos, adquiri a profissão do meu pai, aí através dele eu me encaminhei e me formei em São Paulo, em Lins, onde eu sou formado como protético. Eu comecei a morar em Lins e comecei a trabalhar na profissão em 1986, início de 1986. Retornei a Corumbá onde eu montei meu laboratório. Eu conheci a minha esposa em Lins e casei com ela em Corumbá, mas devido a problemas de família, ela não se adaptou com a vida na fronteira, aí resolvi sair de Corumbá para tentar manter a família, né? Então fomos para Presidente Prudente, mas eu nunca gostei de lá. (Luís, 62 anos, nascido em Puerto Soarez)

O nosso entrevistado Luís nasceu na fronteira, mas pelos estudos e casamento, posteriormente, resolveu morar em outro estado, ficou um tempo em São Paulo, mas resolveu voltar a Corumbá, pois o trabalho na fronteira é mais vantajoso, já que em Presidente Prudente existem muitos laboratórios de prótese e o serviço para ele ficou em segundo plano. Luís aprendeu a profissão com pai que também foi a inspiração para ele vir a morar no campo com a família em São Pedrito, Bolívia.

Portanto, percebe-se que as experiências de retorno e os diferentes posicionamentos que levaram alguns entrevistados a retornar a Bolívia, mas desistiram. Observamos que existe o desejo do retorno, porém, o trabalho justifica a presença do migrante em Corumbá, alguns até mudam de estado, como foi o caso dos familiares do Daniel e o Luís, já outros, resolvem

permanecer, pois se identificam como fronteiriços, e de fato, são fronteiriços vivendo as lutas, as dores e as delícias de viver na fronteira.

Retomando estudos de Barros (2021) verificamos a importância da migração boliviana em Corumbá na geografia da história da cidade, assim:

A presença dos bolivianos, pelo que se percebe a princípio, incomodava e bagunçava o espaço urbano com sua instalação desordenada na feira boliviana, causando alguns traumas. Mas, com a decadência do comércio portuário, o mercado consumidor boliviano passou a ser o foco para o escoamento dos produtos brasileiros; uma opção para expandir o comércio atacadista e de exportação, fomentando, inclusive, o papel geopolítico de Corumbá em relação à Bolívia. A cidade perdeu a posição do maior porto importador e exportador da região, mas transformou-se em um entreposto comercial exportador para Bolívia. Nesse contexto, surgiram centenas de casas exportadoras pelas ruas centrais da cidade e muitas na região da antiga feira boliviana. Assim, mais uma vez, entraram em cena os bolivianos que passaram a ter uma importância muito grande na ascensão do comércio de exportação desenvolvido no final dos anos 60 e nas décadas de 70, 80 e 90, do século XX. (Barros, 2021, p. 138).

Dialogando com a autora, retomando o **capítulo 3**, sobre a imigração boliviana em Corumbá. A cidade passou por períodos de instabilidade econômicas e sucessivas crises no setor portuário, antes considerada como uma cidade cosmopolita, passou pela decadência do comércio portuário e através de acordos com a Bolívia, a partir da construção da ferrovia no século XX, o escoamento das exportações foram se ampliando, assim como as relações comerciais entre os dois países. Com isso, a presença migratória foi crescendo, e junto dela os entrevistados foram construindo as suas territorialidades em Corumbá.

Reina e Jorge são migrantes considerados possuidores de certo poder aquisitivo e permaneceram na fronteira por diferentes motivos, assim:

Sobre viver em la fronteira é tranquilo pra mim, me encanta o Brasil, mas eu vou muito a São Paulo, sempre estou a São Paulo. Eu tenho muitas viagens pra lá, fico dias lá. Sempre viajei, desde muitos anos atrás. Depois, comecei a vir aqui à fronteira, conheci vários amigos [...] Na verdade, vim estudar maestría em São Paulo, mas depois do que aconteceu com a empresa, conheci gente aqui, conheci o professor aqui e fiz a inscrição no máster en estudios fronterizos. [...] Então foi bom porque também fiquei mais perto para retornar para a Bolívia para ver meu filho, que tem 12 anos. Ele estúdia em Santa Cruz, está terminando o último ano do primário, minha mãe fica em Santa Cruz para ver a ele. [...] Eu, particularmente, nunca tive problemas. Nem aqui no Brasil, eu nunca me vi discriminada, nem em São Paulo. Viajo para o México, viajo para Santo Domingo. Tenho constantes viagens todo o ano. De verdad, eu nunca me senti discriminada. (Reina, 45 anos, nascida em Cochabamba)

Jorge relata:

Então o que posso dizer que no Brasil eu aproveitei a oportunidade que me deram e em um instante a minha vida mudou de repente, eu vim por não tinha nada a perder, foi um fascínio e não foi por necessidade, foi por escolha, aí de repente eu estava em um outro país e acabei ficando porque deu certo ficar, se eu tivesse visto antes que não daria certo, talvez, eu voltava pra Bolívia. Não sei, minha vida poderia ser totalmente diferente dessa, né. Se eu tivesse feito a faculdade lá, se não tivesse as revoluções lá, eu ficaria, nem voltaria, só apenas para visitar meus pais em Puerto. E eu não ia conhecer ninguém aqui, hoje eu posso te falar que eu conheço muita gente e pessoas que você nem imagina. (Jorge, 60 anos, nascido em Santa Cruz de la Sierra)

Os motivos para permanecer no Brasil no caso de Reina e Jorge não são pela sobrevivência, como já abordada pelos entrevistados comerciantes Suzi e Gina, mas pela questão de melhor infraestrutura no acesso aos serviços, como saúde, educação e oportunidade de crescer profissionalmente como empresários no ramo de transportes, enfim, não alegam viver no Brasil para sobreviver, mas por opção e oportunidade que receberam. Dona Blanca afirma que veio, pois o seu filho buscava educação de qualidade para os seus netos e encontrou em Corumbá a oportunidade que precisava. Considerando Barros (2021) observa-se a figura dos bolivianos “bons”, são aqueles que consomem e contribuem para a economia, sendo investidores, pois adquirem prédios, constroem casas e gastam nos comércios da cidade.

Além dos bolivianos dedicados ao comércio e ao consumo, Corumbá-MS também detém moradores bolivianos possuidores de certo poder aquisitivo, que estão na cidade por outros motivos, situação detectada também durante a pesquisa. São os bolivianos que estão comprando ou alugando casas na área central da cidade. Em entrevista com alguns moradores bolivianos do centro, com este perfil, detectou-se que vieram morar em Corumbá-MS procurando uma infraestrutura melhor de saúde, educação para os filhos e os alugueis mais em conta, “aqui se aluga casas melhores por menor preço”, respondeu uma das entrevistadas. As casas onde vivem estes bolivianos, em geral, são residências estabelecidas em locais considerados nobres da cidade e com um padrão de construção diferenciado. Nas entrevistas, não houve relatos que demonstrassem terem sofrido atitudes preconceituosas morando do lado de cá. Aqui vivem e usufruem de toda a infraestrutura que a cidade oferece, alguns até como usuários de serviços públicos, mas são detentores de um poder aquisitivo que os colocam, perante a visão de alguns e parafraseando o comerciante entrevistado anteriormente, como os “bolivianos bons”. (Barros, 2021, p. 141).

Dialogando com a autora, existem diferenciações em relação ao tratamento por aqueles migrantes de alto poder aquisitivo na fronteira. Não foi relatado preconceitos por esses

bolivianos “bons”, ou seja, a lógica para discriminação está em quem tem dinheiro e quem não tem, conforme relatado por Reina:

Daí vem a questão de colla, sujo, pobre. Em La Paz, gente Colla é Paceña, que lhe chamam. Que também são collas, porque são do lado do vale, mas são gente de muito dinheiro. Sabem disso? Coé, Paceña. Paceña se lhes diz aí: Paceña são collas, são gente de muito dinheiro. Lá eles gostam muito de ter caminhões, volvos, trailers, flotas. Então são gente collas, mas são gente de la plata. Então tem um pouco mais de respeito. Agora conheço em Cochabamba também, gente que tem indústria, tem empresas. Por exemplo, de minhas amigas, elas sabem que eu tenho minhas cinco empresas e muitos empregados. Mas eles sabem que eu não causo alarde. Eu nunca lhes digo, eu tenho isso, eu tenho outro. Eles sabem, me conhecem, quem eu sou. Mas eu nunca me mobilizei para lutar com eles, porque eu penso que já é algo cultural, sabe. E não vou lutar com algo que não me afeta, não tem sentido. O mesmo que aqui em São Paulo, penso que há gente de dinheiro e há gente que não tem dinheiro, então eu vejo que a discriminación está aí, pois existem àqueles que tem dinheiro àqueles que não tem. E existe preconceito de classe. Eu penso que as pessoas com poucos recursos são as que mais se afetam, que lhes digam coisa. (Reina, 45 anos, nascida em Cochabamba)

Em Corumbá, conforme a pesquisa, constata-se que o preconceito existe nos espaços públicos e relacionamentos entre brasileiros e bolivianos, especialmente nos comércios e no acesso a saúde e educação. No entanto, ele pode ser suavizado quando são os próprios migrantes que investem na cidade, especialmente no ramo imobiliário e nos estabelecimentos comerciais, assim, comerciantes locais e proprietários de imóveis na cidade lucram com a atividade dos bolivianos de alto poder aquisitivo.

Considerando os estudos de Júnior (2021) na fronteira analisada, constata discursos de ódio publicados virtualmente nas redes sociais contra os migrantes bolivianos que são a maioria dos entrevistados, assim:

Olhando para os casos concretos de discursos de ódio fundamentados na xenofobia em Corumbá, nota-se que a dinâmica social da cidade, bem como do resto do país, em relação aos imigrantes, foi baseada na exploração da mão de obra e a desmoralização nas mais diversas formas de preconceitos. Porém, diante de todo o exposto, reforça-se que é imprescindível que absurdos pretéritos tenham maior visibilidade para que através das memórias de um passado não tão distante sirvam de lição para as futuras gerações. (Júnior, 2021, p. 59).

Considerando o autor, o Estado precisa tomar medidas que busque pela dignidade da pessoa humana, somente com uma atuação estatal mais combativa os novos imigrantes podem usufruir de seus direitos e serem acolhidos dignamente. No entanto, a pesquisa revela que o Estado está longe de se tornar acolhedor, ao contrário, enxergam os comerciantes como

“aqueles que tentam burlar a lei a todo custo”, a população os vê, retomando capítulos anteriores, como: “os collas são sujos, ocupam a nossa saúde, as nossas escolas, tomam a vaga de brasileiros”, são portadores de ilicitudes, entre outros rótulos que reproduzem a lógica da alta política.

Retomando os estudos de Çağlar e Glick Schiller (2018), ao invés de reproduzir a lógica da alta política que enxergam o grupo de migrantes marginalizados que precisam “se integrar”, especialmente os comerciantes informais, as autoras argumentam que eles são agentes ativos na construção e reconstrução do território. E, com sentimento de pertencimento, eles desejam permanecer e construir suas territorialidades. Portanto, os migrantes são protagonistas na produção e reconstrução da cidade; participam da vida social, criam redes de solidariedade, manifestam a cultura e são operadores de múltiplas-escalas que movimentam a economia na cidade.

Compreende-se que, para além das experiências de sofrimento, os migrantes desenvolvem estratégias de superação e resistência. Apesar de enfrentarem preconceitos, discriminação e as vulnerabilidades inerentes ao trabalho informal, muitos dos entrevistados demonstram capacidade de garantir a reprodução material de suas famílias por meio de suas atividades laborais. Nesse contexto, o sofrimento não se constitui apenas como uma condição de precariedade, mas também como um elemento que impulsiona práticas de luta, resiliência e resistência, por meio das quais esses sujeitos produzem e transformam as territorialidades nos espaços fronteiriços.

Tratamos nessa seção os motivos que se deram a migração em Corumbá, detecta-se que ela pode ser uma escolha fundamentada em um prazer em querer conhecer o novo, como também agarrar uma oportunidade, deixar a terra natal por não estar satisfeito com a política do país ou para acompanhar os netos que vieram, e, também, para sobrevivência.

Há, também, os motivos que fizeram permanecer na fronteira, como apontados por Suzi e Blanca e o interesse em retornar, assim como já retornaram a Bolívia, porém, as identidades construídas no território fronteiro favorecem a permanência, assim como a justificativa do trabalho.

5.3.1 Tempos de chegada: A luta pela sobrevivência e trabalho

Neste tópico pretende-se apontar algumas situações vividas pelos entrevistados, assim como as dificuldades e os desafios enfrentados nos primeiros anos como migrante, a questão do idioma, a culinária e o cotidiano do trabalho informal.

Detecta-se que a informalidade é o caminho para o acesso ao trabalho em um novo país. Assim, os sentidos que se fazem do trabalho como uma oportunidade que surgiu, trabalho-ascensão, trabalho para sobrevivência e para dignidade do migrante.

Assim, Daniel relata a oportunidade de ser fronteiro:

A minha vida particular foi sempre no comércio, eu abri uma lanchonete em 89, primeiro eu comecei com açougue, na verdade. Quando eu tinha 17 anos eu abri um açougue no Bairro Dom Bosco, naquela época a carne era dependurada no balcão ao ar livre, não tinha expositor, na época você podia carnear vaca, se entende?! Na fazenda eu ia carnear, aí depois do açougue eu comecei com lanche, com hambúrguer artesanal. Em 89 abri o meu primeiro trailer de lanche. E, assim, a minha vida, basicamente tudo que construí foi através dos lanches, naquela época tinha poucos donos de lanchonete, então, graças a Deus, na época, eu ganhei muito dinheiro com lanches, e com um tempo, né, juntando dinheiro eu voltei a comprar uma terra na zona rural do lado boliviano, e isso aí é minha paixão há 35 anos eu tenho essa terra na Bolívia onde trabalho lá todos os dias. (Daniel, nascido em Puerto Quijarro, 58 anos)

Luís que é o irmão de Daniel, relata que o trabalho para ele é visto como princípio de dignidade e honra, tendo aprendido desde a tenra idade com o seu pai que ensinou “a lida desde cedo”. Assim,

Meu pai ia ao Pantanal para trabalhar, desde 1954, os fazendeiros, os antigos Barros, (família Barros) que era a maioria proprietária das fazendas do Pantanal, contratavam ele para prestar serviço odontológico, desde prótese, tratamento e extração de dentes. Então, há mais de 40 anos ele atendeu as fazendas no Pantanal. Ele ganhava muito dinheiro nessa época, a renda era muito boa, né, porque antes, todas as fazendas tinham muitos funcionários, né? Nós, eu mesmo ia com ele e tinha fazenda que tinha mais de 40 funcionários. A gente ia para auxiliar também, para trabalhar com ele [...] A terra em São Pedrito teve inspiração de papai, sim, desde 1969 nós tivemos a fazenda lá da Bolívia, então sempre o meu pai gostou de mexer com a pecuária, né? Mexer com terra, ele vendeu e comprou terra. Tinha um lote aqui também na Bahia, perto do Marina Gatas e aí a gente também mexia com gado de leite, depois ele comprou uma área aí em São Pedrito, onde posteriormente eu comprei deles. (Luís, 62 anos, nascido em Puerto Soarez)

No sítio ele possui plantações de coco que são fornecidos para o seu comércio em Corumbá, Luís possui trabalho na Bolívia, no campo, e um comércio em Corumbá. No sítio ele também produz leite, queijo e doce de leite e comercializa de porta em porta em Corumbá para clientes conhecidos.

[...] A gente tem mais de 60 pés de coco plantado em produção, onde eu uso para o meu comércio aqui em Corumbá. E esse comércio em Corumbá já tem 18 anos, a gente vende água de coco e algumas coisas a mais, tem porções, pastéis, tem sorvete, caldo de cana, que produzimos lá também.

Aí no sítio a gente mexe com gado, gado de leite, gado de corte, um pouco, e a plantação de coco, que é de onde vem a nossa renda. Temos também produção de leite, queijo e doce de leite e vendemos de porta em porta, já temos clientes fixos de queijo e doce de leite. (Luís, 62 anos, nascido em Puerto Suarez)

Jorge aponta uma chance para viver na fronteira:

...Então o que posso dizer que no Brasil eu aproveitei a oportunidade que me deram e em um instante a minha vida mudou de repente, eu vim porque não tinha nada a perder, não foi por necessidade, foi por escolha, aí de repente eu estava em um outro país e acabei ficando porque deu certo ficar. (Jorge, 60 anos, nascido em Santa Cruz de la Sierra)

Assim, o cotidiano do comércio para o migrante é dinâmico e as queixas em relação as dificuldades da profissão variam de lojista para lojista. Cada entrevistado tem a sua percepção de acordo com a sua trajetória de vida, experiência na rua, vida individual ou familiar.

Quando foi entrevistada dona Marisol ela reclamava da falta de previdência social e um sonho de conseguir um benefício assistencial do INSS, tendo que se naturalizar se for possível. Ela aponta: “...eu tenho documentación, tenho RNE, CPF. Eu quero receber uma bonificación como se diz que paga em INSS. O BPC-LOAS, então vou tentar essa bonificación, já fiz cadastro no CRAS, porque olha o preço desse remédio que preciso, solo uno custa 242 reais e não dura 1 mês”. (Entrevista realizada em 09/07/2025)

Observa-se um discurso de legitimação do trabalho e das estratégias de sobrevivência em oposição às concepções morais e às práticas estatais de controle. Os entrevistados frequentemente enfatizam a posse de documentação regular, defendendo que sua condição de migrantes não deveria resultar em processos de marginalização ou exclusão social.

Assim, possuir a documentação para eles é o caminho para sair da marginalidade, pois, como relatado por dona Blanca: “...eu tenho documentação, tenho RNE, CPF, CNPJ, tenho tudo regular, tenho nota fiscal, é melhor trabalhar assim pra não correr o risco de perder mercadoria”.

As doenças dos feirantes e lojistas é uma realidade oriunda da condição de trabalho informal, a doença é um martírio pelos anos de trabalho de sol a sol, muitas vezes com má alimentação, cansaço físico e estresse.

A busca pela assistência médica e a carência de tratamento também é uma realidade enfrentada pelo migrante, que, apesar de possuir o cartão SUS, relatam não conseguir a

assistência necessária, seja pelo mal atendimento prestado ou até pelo preconceito evidenciado na fronteira, como abordado anteriormente na pesquisa.

Gina aponta a dificuldade enfrentada no comércio por ser boliviana:

[...] Eu falo que a vida para o boliviano é difícil no comércio. O boliviano tira a permanência aqui, a carteirinha de fronteira eu tirei com dificuldade, por que eles não acreditam que você mora aqui. Eu mostro o endereço do meu comércio, fatura da água e luz, eles exigem e ainda assim querem comprovar a residência, parece que acha que somos mentirosos. Outra reclamação é que não temos SUS aqui, ainda que sendo regulares, eles não aceitam que o boliviano tenha acesso a saúde. Quando temos uma doença, vamos na farmácia ou na Bolívia. (Gina, 55 anos, nascida em La Paz)

Portanto, detecta-se que esse discurso legitimador do trabalho revela a possibilidade de se enquadrar mediante os critérios da lei para permanecer trabalhando, ou seja, a resistência de lutar pelo seu lugar no cotidiano da fronteira.

Reina relata a dificuldade enfrentada com o erro de informação entre a PF e a polícia boliviana, fato que ocasionou prejuízos financeiros em relação a mercadoria exportada para Santa Cruz.

Ela resolveu fazer o mestrado em Corumbá com o objetivo de investigar os vazios jurídicos e a falta de comunicação entre os países em relação a produtos controlados, como da empresa que ela atua no ramo de produtos químicos exportados para indústria. A situação relatada com a sua mercadoria gerou prejuízos para a empresa. Reina é uma operadora de múltiplas escalas, pois a cada 15 dias ela retorna a Corumbá para estudar, depois a sua rota chega em São Paulo, onde administra a empresa de produtos químicos.

Em relação as viagens a Corumbá, a dificuldade enfrentada são os bloqueios nas estradas de Santa Cruz a Puerto Quijarro que acontecem com frequência.

[...] A única dificuldade que acho na viagem são os bloqueios. E é constante esses bloqueios do lado da Bolívia. Às vezes passo bem. Por exemplo, quando eu cheguei no último ano, quando tinha as classes com o professor Edgar, cheguei bem, e no outro dia, havia bloqueio. Então o que eu fiz, eu resolvi pagar, me levaram para outra rota, me fizeram descer, porque eu desci por um rio, havia montes. Eu desviei uma via para passar esse bloqueio que havia. (Reina, 46 anos, nascida em Cochabamba)

Os tempos de chegada no território tem uma característica em comum que é a dificuldade com o idioma, muitos reportam a essa dificuldade.

Suzi: “o maior desafio pra mim foi quando cheguei aqui, no conocía o idioma, no conocía nada. Eu também já fui ambulante, vendia cigarros de porta em porta, depuéis fui ter comércio”. (Entrevista realizada em 05/08/2024)

Gina destaca:

Quando cheguei não sabia falar português, mas com o tempo fui aprendendo. Eu falo quéchua e aymará, meus filhos que nasceram aqui entendem só, mas não falam. Meus outros filhos vieram pequenos e se acomodaram rápido, começaram a falar mais rápido o idioma. Hoje os três já são adultos, um trabalha aqui e é técnico de celular e o outro trabalhava na Bolívia e a minha filha mais velha tem loja aqui. (Gina, 55 anos, nascida em La Paz)

A questão da culinária foi uma dificuldade encontrada por Suzi que vive mais de 40 anos na fronteira e ainda hoje prefere comida boliviana: “...Eu faço só comida boliviana, gosto de fazer saltado de pollo e fricassé boliviano. Saltado de pollo é frito, fica bom com chuño e com tomates, igual uma salada. Fricassé boliviano é diferente do brasileiro, é um ensopado de frango com tempero caliente”. (Entrevista realizada em 5/08/2024)

Para os filhos dos entrevistados existe a preferência pela comida brasileira, assim relata Gina:

Eu quando cheguei aqui não conseguia comer a comida daqui, até hoje eu não gosto, o tempero não é o mesmo que a gente faz. Eu só faço comida boliviana, meus filhos falam que não são bolivianos, mas eles falam espanhol e gosta de comer feijão com arroz. Às vezes faço a comida de brasileiro para agradar a eles”. (Gina, 55 anos, nascida em La Paz)

Dona Blanca relata: “...Na minha casa tem comida boliviana e brasileira, porque a minha funcionária é brasileira, então ela faz tudo o que é brasileiro, e o meu guri gosta de lasanha, gosta de feijão, já eu gosto mais da comida da Bolívia, né, mas eu tenho que cozinhar o que ele mais gosta, né.” (Blanca, 62 anos, nascida em La paz)

Luís conhece a culinária boliviana e afirma ser diversificada:

A culinária da Bolívia eu conheço, porque eles vieram de um país onde há muita variedade de alimentos e no Brasil já não tem essa variedade. Então a culinária da Bolívia é mais rica. A minha bisavó morava com a gente e ela só fazia comida boliviana. E nós tínhamos uma cozinheira também que veio da Bolívia, praticamente só mesmo para mexer com a comida da família. (Luís, nascido em Puerto Suarez)

A cultura boliviana está presente em cada canto do território, a comida pode ser rechaçada no dia a dia, pode ser transformada em comemorações, como festivais

gastronômicos, festas, momentos espetaculares, alcançando uma supervalorização dos elementos culturais estilizados da celebração. Mas também a culinária acontece no cotidiano dos fronteiriços, ou seja, é consolidada como identidade cultural na fronteira, sendo corriqueira na vida dos entrevistados que preferem os seus temperos.

A identidade cultural dos informantes é, de certo modo, preservada na fronteira. A religião é propagada e muitos são devotos das Virgens bolivianas, trazendo essa marca nos seus corpos, nas suas mentes e nas falas. Constata-se a presença da religiosidade em suas narrativas.

Outra questão identitária está na manutenção do idioma castelhano entre as famílias.

Dona Blanca relata: “o meu filho fala espanhol, quanto português, mas ele embola um pouco no português, por isso a dificuldade também em estudar aqui”. (Blanca, 65 anos, nascida em La Paz)

Jorge relata:

Eu me considero 80% brasileiro, porque país não se perde, né, está no sangue. Eu não tirei a nacionalidade porque não quis, eu tenho a definitiva (CRNM sem validade). A minha mulher também considera um pouco brasileira. Mas ela troca as palavras, né, esses dias ela pegou a abóbora pra cortar e me pediu: pegue ali o Zapallo; e eu disse, você não está em Santa Cruz, você está em Brasil. (risos). Mas na minha casa falamos em espanhol; a minha filha desde pequena fala e entende o espanhol, já o meu filho, esse, até pode entender, mas você não tira uma palavra dele em espanhol. (Jorge, 60 anos, nascido em Santa Cruz e la Sierra).

Assim como já discutido anteriormente, observou-se a presença de preconceitos nas narrativas dos entrevistados. Marisol aborda:

O meu neto estuda no Tenir, o mais novo tem 15 anos e o amigo dele na escola chama ele de bolivianito, pero ele diz: no, eu no soy boliviano e agora yo soy brasileiro. Eu tô esperando o tempo, porque eu quero nacionalizar, porque não tem mais nada pra mim na Bolívia, todos vieram pra cá, então eu vim e quero ser enterrada aqui. (Entrevista realizada em 09/07/2025)

Outro ponto a ser observado é o preconceito existente, até mesmo entre bolivianos, na fala do Jorge detectou-se essa questão:

Esse povo das feiras, né, esses comerciantes eles são mesmos diferentes de nós, se você olha bem vai ver que eles são indígenas né?! Existe duas raças na Bolívia: o ocidente e o oriente, e a parte oriental, eu me encaixo nessa, que vim de Santa Cruz, que são as partes baixas, e depois de Cochabamba pra lá que é o ocidente que começa outra linhagem, vamos falar assim, e são um povo muito fechado, não sei como você consegue falar com eles, porque, não

são todos, mas a maioria sim é, vejo que é um povo fechado. (Jorge, nascido em Santa Cruz de La Sierra)

Reina não sente dificuldades com o idioma e não sofre preconceito no Brasil, porém, na Bolívia existe o preconceito étnico entre collas e cambas e ela aborda essa situação nos seus depoimentos. Assim:

Eu, particularmente, nunca tive problemas. Nem aqui no Brasil, eu nunca me vi discriminada. Nem em São Paulo. Viajo para o México, viajo para Santo Domingo. Tenho constantes viagens todo o ano. De verdade, eu nunca me senti discriminada. Sempre digo que sou boliviana, que vivo em Santa Cruz. E sempre aviso que, porque aí já tem muito problema, por exemplo, os que nascem em Cochabamba e nascem em Santa Cruz. Aos cochabandinos, lhes dizem los collas. E em Santa Cruz lhes dizem Los Cambas. Então, tenho amigos que começam a lutar. E às vezes um deles diz, esos collas. E eu digo, às vezes me molesta. Eu digo, não se esqueçam que eu sou a Colla? E ninguém responde nada. Mas é algo que particularmente não me afeta. E tem uma questão política entre cambas e collas, mas principalmente eso já é questão de cultura. E não entendo porquê. Na roda de meus amigos eu sou a única colla. (Reina, 46 anos, nascida em Cochabamba)

Confirmou-se que existe uma divisão ideológica, política e cultural entre grupos migrantes. Como já visto anteriormente, há um conflito que pendura há décadas entre collas e cambas, sobretudo, existe as diferenças sociais que preconizam o poder simbólico associado a sobreposição econômica de uma cultura sobre a outra e que reforça a superioridade de um em detrimento do outro. A consequência produz disputas políticas entre pares na fronteira e principalmente na Bolívia.

Considerando os estudos Loio, Marini e Oliviera (2017) existem essas distinções que não são de caráter fronteiro, mas que influenciam nos relacionamentos entre bolivianos em Corumbá. Pois os autores partem do pressuposto de que a imigração boliviana em Corumbá não constitui um grupo homogêneo. Ao contrário, ela é marcada por identidades regionais construídas historicamente na Bolívia. Os collas, associados ao Altiplano, e os cambas, vinculados às terras baixas orientais, carregam diferenças culturais, linguísticas, econômicas e políticas que continuam sendo reproduzidas no contexto migratório.

A pesquisa, de caráter qualitativo de Loio, Marini e Oliviera (2017) demonstra que essas distinções influenciam a formação das redes de solidariedade entre os imigrantes. Em vez de uma solidariedade ampla entre todos os bolivianos, observa-se uma solidariedade seletiva, isto é, os vínculos de confiança, cooperação e ajuda mútua tendem a ocorrer preferencialmente entre pessoas da mesma região de origem, reforçando identidades previamente constituídas.

O estudo evidencia que as redes de parentesco, amizade e origem regional desempenham papel fundamental na inserção dos migrantes no mercado de trabalho, na obtenção de moradia e no acesso a informações. Entretanto, essas mesmas redes também podem produzir exclusões, uma vez que nem todos os bolivianos são incorporados da mesma forma, havendo diferenças de tratamento entre *collas* e *cambas*.

Os autores ressaltam que essas distinções não foram criadas na fronteira, mas têm origem nas desigualdades históricas da sociedade boliviana. O processo migratório apenas reconfigura e reproduz essas diferenças em um novo contexto social. Assim, a fronteira Brasil–Bolívia torna-se um espaço onde identidades regionais são reafirmadas e negociadas cotidianamente.

A luta do preconceito também está entre os fronteiriços que insistem em julgá-los, condená-los e provocá-los a todo tempo no território. Alguns dos informantes dizem que são conformados com o preconceito e já não se impressionam com isso. Para os descendentes a luta é ainda pior, a não aceitação e o desejo de querer ser aceito reduz suas relações com o contexto de origem e suas redes sociais.

Entretanto, as relações de discriminação não se restringem às diferenças étnico-regionais, sendo também atravessadas por marcadores de classe social. Conforme discutido na seção anterior, o migrante identificado como *colla* que alcança ascensão econômica tende a conquistar maior reconhecimento e respeito na sociedade boliviana. Nesse contexto, observa-se que, para aqueles que obtiveram sucesso financeiro na fronteira, o preconceito manifestado por parte da população corumbaense assume menor relevância diante da possibilidade de exercer o direito ao trabalho, acumular patrimônio e melhorar suas condições de vida. Assim, a inserção econômica e a mobilidade social constituem estratégias que relativizam os efeitos das experiências de discriminação, sem, contudo, eliminá-las.

Sobre a produção de identidade nos territórios fronteiriços, vimos que Mônica em seus depoimentos aborda que o pai tentou lembrá-la de quem ela é, ao mesmo tempo afirma:

“...eu sou brasileira, mas sou estrangeira (risos). Mas eu gosto daqui, aqui eu me sinto segura, com o bairro também, com a cidade, eu não vejo perigo aqui, é bom. Sobre o preconceito não tem o que fazer, né, eu fico com raiva às vezes, tudo tem limite. As vezes tenho crise de ansiedade, não sei o porquê. Eu entendo que eu não sou como eles, os brasileiros filhos de brasileiros, simplesmente a gente não é como eles, somos migrantes, e no fundo, eu vejo o que eles pensam da gente”. (Mônica, 28 anos)

Na questão identitária, para esses descendentes, a capacidade e a disposição de atender às demandas dos corumbaenses e manter relações sólidas com eles, como a informante diz ter

amigos na faculdade, ou seja, existe uma comunidade que ela faz parte, e isso comprova sua capacidade de serem (pelo menos parcialmente) “nacionais” corumbaenses, com implicações para sua identidade. Considerando Çaglar e Schiller (2018):

Como se observa nos casos daqueles que se distanciam progressivamente do seu contexto de origem, “a hibridez desta geração expõe-os a um escrutínio “nacional” mais intenso, ao mesmo tempo que lhes proporciona a capacidade de transitar por múltiplos territórios nacionais com uma liberdade desconhecida para os seus país”. (Çaglar e Schiller, 2018, p.212)

A questão dos filhos ilegítimos da migração, conforme retomamos em Sayad (1998), percebeu-se as diferenças entre o estrangeiro, o imigrante e filho do migrante. Na prática, estrangeiro é o imigrante que deixou seu país e atravessou a fronteira, no entanto, a terminologia é definida pela sua condição social, assim:

Um estrangeiro, segundo a definição do termo, é estrangeiro, claro, até as fronteiras, mas também depois que passou as fronteiras; continua sendo estrangeiro enquanto puder permanecer no país. Um imigrante é estrangeiro, claro, até as fronteiras, mas apenas até as fronteiras. Depois que passou a fronteira, deixa de ser um estrangeiro comum para se tornar um imigrante. Se “estrangeiro” é a definição jurídica de um estatuto, “imigrante” é antes de tudo uma condição social. Se todos os imigrantes, no sentido pleno de termo, são necessariamente estrangeiros – e ainda, isto não é certo, é preciso encontrar um acordo sobre esta palavra e sobre seu sentido jurídico.[...] Mas, para além do critério social que faz do estrangeiro um imigrante, existem apenas, até as fronteiras e apenas para linguagem oficial que é a linguagem do direito, estrangeiros (de direito) e, todo imigrante é, de direito, um estrangeiro; é assim que começa, aliás, todo o itinerário do imigrante. Portanto, não é à toa que toda legislação que, sem dizê-lo explicitamente, é também relativa – quando não exclusivamente – à imigração; e inversamente, toda legislação relativa à imigração deve primeiro tratar da admissão de estrangeiros em território nacional. (Sayad, 1998, p.243).

Dialogando com o autor, o termo estrangeiro se caracteriza no sentido jurídico como o status do imigrante que veio de outro país para permanecer temporariamente ou definitivamente, sendo que sua situação temporária ou definitiva se caracteriza como uma ilusão, seguindo Sayad (1998), pois na visão do Estado, entre a alta e a baixa política, visualizou-se que a situação de temporário permanece, em relação à luta pela conquista de direitos, mas esses direitos estão à margem e diversos são os desafios para conquistá-los, diferentemente dos direitos dos ditos nacionais.

No Brasil a substituição do Estatuto do Estrangeiro (da época da ditadura) para a Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017), pode possuir alguns avanços em relação aos direitos humanos,

mas observou-se na prática que os informantes, que são fronteiriços, ou seja, pertencentes ao território, ainda possuem a condição social de estrangeiro. O mesmo acontece com os filhos dos migrantes fronteiriços.

Embora a pesquisa não tem por objetivo analisar os filhos de migrantes, ou seja, os descendentes e suas trajetórias, mas que durante o percurso encontrou-se situações que merecem a devida atenção dada a eles e a participação dos descendentes. Observou-se que os movimentos dos filhos podem ser representados por uma dupla “ilegitimidade”, abordado por Sayad (1979).

Nota-se que algumas famílias praticamente renunciam seus valores culturais do passado em favor de novos, como o relato do Luís:

Os meus pais não passaram o idioma pra gente, porque eles tinham que se preocupar em aprender a língua nova do país que eles estavam morando. Então, devido a esse problema que eles tinham que aprender a língua portuguesa, eles não falavam o espanhol dentro de casa. E é onde nós tivemos dificuldade também de aprender a língua castelhana, que é a língua originária da Bolívia. (Luís, nascido em Puerto Suárez)

Já outras se agarram nas tradições culturais de sua terra natal e modificam seus costumes em menor intensidade, como relato de Blanca:

Eu gosto daqui, mas também gosto de lá, eu não desapego de minha cultura não, porque senão eu não estaria aqui na fronteira, né, porque quase todos os dias estou na Bolívia, tenho casa lá, tenho casa aqui, que fica aqui na loja mesmo, então se eu fosse para um outro estado aí muda né, talvez não seria tão boliviana assim. Eu sou evangélica, congrego em Bolívia, tudo em Bolívia (risos) [...] na minha casa a gente fala espanhol direto. O meu filho fala espanhol, quanto português, mas ele embola um pouco no português, por isso a dificuldade também em estudar aqui (Blanca, 65 anos, nascida em La Paz)

Outra constatação em relação aos depoimentos está em relação às posições sociais, expectativas e recursos que desenvolveram no território. Quando dona Blanca diz:

Pra mim o centro comercial não deu certo, porque eu sou daquele tipo de pessoa que quero sempre mais, sabe, quero crescer. Então eu aluguei um espaço ali na frente com minha amiga, quando sai do centro comercial. Meu marido depois da pandemia voltou pra as feiras livres (risos) e agora só fica ele lá, com banca de roupas. Aqui o bairro começou a crescer em lojas, então eu vi uma esperança nesse bairro de ter meu próprio negócio. Fiquei alugando um espaço ali na frente até eu construir aqui, esse é meu mesmo. (Blanca, 65 anos, nascida em Cochabamba)

Surge situações em que a impossibilidade de obter respeito e valorização levam a um conflito entre os fronteiriços e por outro lado, reforça os laços entre os grupos migrantes, sustentando as redes de solidariedade.

Assim, compreender as vicissitudes dos informantes exige reconstruir as suas trajetórias a partir da emigração. E isso permitiu compreender as condições de partida e chegada que se diferenciam nas trajetórias, produzindo uma narrativa singular de cada migrante, até mesmo em casos de membros da mesma família.

Outra constatação crítica que emergiu deste trabalho é capacidade e disponibilidade para resistir diante das adversidades que a vida impõe. Assim, Costa (2015) parte da compreensão de que a fronteira não representa apenas um limite entre Estados nacionais, mas um espaço de intensas interações sociais, econômicas e culturais. Nesse contexto, os bolivianos desempenham papel fundamental na dinâmica econômica de Corumbá, sobretudo no comércio, nas feiras livres e em outras atividades informais. Apesar dessa importância, sua presença é frequentemente acompanhada por processos de discriminação, preconceito e estigmatização.

No entanto, o autor demonstra que os conflitos existentes não decorrem apenas da nacionalidade, mas também das disputas por espaço urbano, oportunidades de trabalho e reconhecimento social. O estudo evidencia que os migrantes não ocupam uma posição passiva diante dessas adversidades. Eles desenvolvem estratégias cotidianas de negociação, adaptação e resistência que lhes permitem permanecer na cidade e garantir sua reprodução social. Essas estratégias incluem a formação de redes familiares e comunitárias, a mobilização de vínculos de confiança, a circulação constante entre Brasil e Bolívia e a inserção em atividades comerciais que sustentam suas famílias.

Outro aspecto enfatizado pelo autor é que as relações entre brasileiros e bolivianos são marcadas por uma ambiguidade permanente. Ao mesmo tempo em que os migrantes são alvo de preconceito e exclusão, sua força de trabalho e sua participação no comércio são indispensáveis para a economia local. Assim, coexistem relações de cooperação, dependência econômica e conflito, revelando a complexidade das interações na fronteira.

Portanto, os bolivianos constroem diferentes formas de pertencimento ao território fronteiriço, articulando práticas econômicas, redes sociais e referências culturais que lhes permitem consolidar sua presença em Corumbá, mesmo diante das dificuldades impostas pelas relações de poder e pelos processos de discriminação.

Portanto, a última seção da pesquisa foi condicionada a um diálogo entre os entrevistados, ao analisar os elementos da migração que constituem as lutas travadas no espaço,

com representações de ordens simbólicas que expressam as diferenças, semelhanças e contradições no compartilhamento da cultura, na superioridade entre fronteiriços, no discurso legitimador de ordem jurídica e na promoção social e econômica do migrante trabalhador.

Entende-se que a pendularidade na fronteira possuem nuances e remodela as hierarquias sociais entre feirantes, lojistas, ambulantes com o predomínio entre os feirantes, que são capazes de construir e reconstruir suas vidas e seus comércios.

Nas narrativas desses migrantes algumas palavras são chaves: dificuldade, dor, perda, mas cada um deles, do seu jeito, vislumbraram estratégias para superar as adversidades e provocar resistência. Analisar essas trajetórias foi fundamental para compreender como a mudança pode ser significativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS — *Eso es todo*

Entre os entrevistados, observou-se o uso recorrente de uma expressão empregada para indicar o encerramento de um assunto. Ao final das entrevistas, quando a narrativa parecia se aproximar de sua conclusão, era comum que lhes fosse perguntado se gostariam de acrescentar algo. Em resposta, frequentemente afirmavam: *“No, eso es todo”*, sinalizando que consideravam concluído o relato.

Ao encaminhar-se para a conclusão deste trabalho, torna-se pertinente retomar os três anos e meio de pesquisa desenvolvida, período em que foram conhecidas diversas pessoas, percorridos diferentes lugares e observadas múltiplas situações, tanto vivenciadas quanto percebidas. Destacam-se, ainda, as trajetórias singulares de migrantes bolivianos e bolivianas que contribuíram com seus depoimentos para a realização desta pesquisa. Ao longo desse processo, alguns desses interlocutores estabeleceram vínculos que ultrapassaram o âmbito da investigação, tornando-se relações de amizade.

A pesquisadora nativa com o seu jeito “simples” e intruso, chegando de bolsa a tiracolo, recortando a vida cotidiana dos informantes com o seu “eu” observador para tentar entender o cotidiano desses trabalhadores e passar para o Diário de Campo com os seus consentimentos (e sentimentos), as suas vozes tão estigmatizada no território fronteiriço.

Partindo desta experiência e admiração, a inquietação levou-se à pergunta norteadora do trabalho: Como se produzem identidades, alteridades e territorialidades a partir da experiência das mobilidades pendulares de bolivianos em Corumbá? Quem são, o que fazem e como transitam na fronteira Brasil-Bolívia? Como são vistos os chamados migrantes pendulares pelas autoridades da alta política do estado brasileiro em Corumbá? E como se constituem as simultâneas escalas a partir das mobilidades de longa distância?

Desde o início desta pesquisa, um dos focos principais estava justamente na compreensão das dinâmicas específicas de integração funcional decorrentes do comércio informal de bolivianos em Corumbá-MS. Para compreender todas as questões que levaram aos objetivos do estudo, foi construído uma sequência a partir dos capítulos que compõem a pesquisa.

Constatou-se que a mobilidade como territorialidade na zona fronteira Brasil-Bolívia está presente a partir das relações afetivas e redes de apoio que sustentam as práticas comerciais de feirantes, lojistas e ambulantes. Assim, compreendeu-se a fronteira não somente no sentido

formal, mas na interação entre fronteiriços e como esses sujeitos se materializam para além dos limites físicos do mapa.

A experiência de viver na fronteira não é igual para todos, pois o sentido de valor identitário se relaciona e se choca com as demandas da alta política e de atores que se contrapõem a fim de exercer seus interesses.

Buscou-se, ao longo do trabalho, apresentar a particularidade dos movimentos pendulares na fronteira como preocupação em identificar as categorias migratórias, com os perfis dos imigrantes pendulares a partir da configuração das mobilidades. Procurou-se descrever as práticas comerciais de feirantes, lojistas e ambulantes e foi observado que a mobilidade surge como possibilidade, como horizonte e como recurso no território fronteiriço, fato que produz as territorialidades no vai e vem.

O resgate histórico da migração boliviana em Corumbá permitiu problematizar uma das subquestões deste estudo, qual seja: a imigração sempre se deu pelo trabalho na fronteira Brasil-Bolívia? E buscou-se respostas que nem sempre o trabalho é a justificativa para a migração acontecer. A motivação para emigrar é o que gera o trabalho e não se caracteriza apenas como uma tentativa de escape diante das adversidades e mazelas da trajetória de vida, mas como uma oportunidade, um desejo ou uma descoberta de um mundo possível no trajeto da migração.

Ao longo das descrições do cotidiano fronteiriço, percebeu-se que o migrante boliviano implica mudanças socioculturais, tanto no processo de saída de sua terra natal como também no processo de chegada ao novo território. Considerando as suas falas, na maioria das entrevistas que foram realizadas, observou-se que eles querem pertencer ao território, pois de fato, são fronteiriços possuidores de direitos.

Seguindo a linha de raciocínio, apresentou-se as trajetórias e práticas comerciais dos migrantes. A partir do comércio, foi possível narrar a história de suas famílias, a construção de identidades, conhecer os entre-lugares dos informantes, as suas práticas culturais, religiosas, os conflitos com o Estado, através do aparato da segurança pública, condições de trabalho informal, preconceito, capitalismo, globalização, entre outros. Constatou-se a importância da solidariedade entre eles e a questão da honra e dignidade no trabalho. O comerciante boliviano desprotegido de contratos formais e não amparado pela Previdência Social busca ajuda mútua, sem isso, eles não poderiam se manter nas ruas e nem se aventurar pelos caminhos do contrabando.

Conforme verificado ao longo da pesquisa a dupla alteridade do boliviano em solo brasileiro: ao mesmo tempo em que ele é visto como um “outro” nacional (estrangeiro), é

representado como um “outro” indígena, duplicando, em grande medida, o estigma social que recai sobre o grupo. Outra situação de duplo preconceito foi observado com os filhos de bolivianos, os descendentes, que foi um achado na pesquisa.

Outra situação revelada durante o trabalho de campo foi a questão de gênero e a presença feminina de bolivianas na feira e os jogos de papéis entre homens e mulheres. Constatou-se a existência do sofrimento dessas mulheres na busca da sobrevivência, trabalham de sol a sol, de porta em porta carregando o seu carrinho ou estão à frente da banca de feira, atendem a freguesia, cuidam dos filhos e ainda, passam por situações conflituosas com os agentes de fiscalização. Os maridos estão sempre em volta, realizando o “serviço masculino”, se encarregando de levar e buscar mercadorias, dirigem os carros, viajam para buscar produtos na Bolívia e se aventuram no movimento pendular. O espaço da rua vira território, lugar de vida e de experiências, sendo produto das suas territorialidades.

Compreende-se que o território apresenta seus próprios paradoxos, uma vez que a população boliviana é simultaneamente alvo de rejeição e de reconhecimento, evidenciando a dupla face de sua presença em Corumbá. Destaca-se, contudo, que embora o migrante seja importante para o comércio local ou prestação de serviço, ainda existe o preconceito nessa fronteira e os estigmas recaem sempre para àqueles que trabalham informalmente e os rotulam como portadores de provisoriiedades e ilicitudes. No entanto, em alguns momentos o preconceito é minimizado, quando eles são os que barateiam a vida na fronteira e proporcionam contatos com a diversidade cultural nos momentos de celebrações religiosas, festas, culinárias, danças, entre outros.

Nesse sentido, apesar do sofrimento experienciado pelos entrevistados com questões de preconceitos e pelo comércio informal há a potência desses trabalhadores em superar as adversidades e construir possibilidades nas territorialidades. Então, o sofrimento não é visto apenas pelas dificuldades e desafios enfrentados, mas na urgência em superá-los com estratégias e articulações nos territórios fronteiriços.

A escolha da invisibilidade faz parte da construção da territorialidade; é uma estratégia imposta pelo próprio território e de seus agentes e instituições. Compreende-se que a pendularidade na fronteira possuem nuances e remodela o território fronteiriço. Assim, os bolivianos sabem o que precisam fazer para “dibrar” as leis e consolidam suas escolhas. Existe o predomínio maior na categoria feirante, mas observou-se que todos são capazes de construir e reconstuir suas vidas e seus comércios.

No início do trabalho de campo, partia-se da hipótese de que seriam encontrados apenas migrantes inseridos em atividades de subsistência e marcados por condições de sobrevivência. Contudo, à medida que a pesquisa avançou, verificou-se a existência de múltiplos sentidos atribuídos ao trabalho no contexto fronteiriço. Trata-se de uma categoria ampla e multifacetada, que pode ser compreendida não apenas como meio de sobrevivência, mas também como uma categoria moral, uma estratégia de ascensão social e um recurso mobilizado para o enfrentamento de estigmas sociais.

Assim, sobre as tensões e os conflitos envolvendo as instituições de fronteira, constatou-se que o diferencial fronteiriço é um dos princípios básicos da formação das redes ilegais na fronteira, a partir da integração funcional e suas arestas (por vezes invisíveis) que controlam a rede de narcotráfico. Foi analisado como funciona as modalidades do trabalho “ilegal” e verificou-se que alguns comerciantes pendulares estão inseridos nessa rede como os chamados “mulas”, sendo considerados o elo mais fraco na organização e os primeiros que caem diante de uma batida policial.

Constatou-se os diversos significados de trabalho que são acionados na fronteira entre migrantes e policiais, seguindo a lógica dos binômios legal-ilegal, formal-informal. Conclui-se que os entrevistados estão inseridos no trabalho, mesmo que ilícito, são pertencentes as territorialidades que caracterizam a dinâmica do cotidiano no território fronteiriço.

O curioso é como se dão as transcendências, pois dependendo da instituição de fiscalização, o estado aumenta a rotatividade dos agentes, aumenta também o jogo das relações de poder, com o gerenciamento dos “ilegalismos”, visto em Telles (2009) que emanam das relações e tentam modificar, conforme o órgão de segurança pública, os limites de tolerância diante de uma batida policial. Assim, as situações e os tipos de abordagens da Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal são diferentes da Receita Federal que também se diferencia da fiscalização da Prefeitura Municipal.

O limite de tolerância da PF, por exemplo, em relação a mercadorias contrabandeadas pode ser maior para produtos como roupas e alimentos, no entanto, a tolerância para droga já não pode ser vista da mesma maneira. Diferente é a abordagem dos agentes de fiscalização da prefeitura que são acionados outros tipos de ordens, como pagamento dos impostos para operar as barracas das feiras e regularização das lojas, mediante documentação.

Compreendeu-se que esses indivíduos jogam com os seus papéis e resposanbilizam os bolivianos por toda desordem, seja no centro ou nas periferias da cidade e falta de cumprimento com as leis brasileiras. Por sua vez, os informantes só querem trabalhar e pronuncia a

honestidade e a dignidade como valores fundamentais nas suas práticas de trabalho. As lógicas das polícias desta fronteira repercutem diretamente nas relações de possíveis trocas e também aciona a categoria trabalho e menciona “só estou fazendo o meu trabalho”, diante das negociações.

Sobre a construção da territorialidade “na parte alta” da cidade, constatou-se a crise vivida pelos comerciantes da feirinha, com o fechamento da Bras-Bol; eles só tinham a eles mesmos para se manterem no momento que não existia nem um contrato jurídico que os amparassem.

Durante a pesquisa foi apresentado as particularidades das práticas comerciais e a primeira peculiaridade está em acessar as mercadorias, as formas e os meios, para atravessar produtos contrabandeados de Santa Cruz de la Sierra. Visitou-se os mercados “do lado de lá” da fronteira que abastecem as feiras e a mudança de rota para São Paulo e Goiânia, com os operadores de múltiplas escalas.

No entanto, a pesquisa revelou que existem preferências da freguesia fronteiriça por certos produtos que só são encontrados no lado boliviano, como o alho, morango, os diversos tipos de batatas, mostarda, entre outros. Assim, com as estratégias corretas, eles constroem territorialidades e se constroem em um espaço que é constantemente renegociado através das práticas sociais e culturais.

Por fim, a pesquisa permitiu compreender que a dinâmica dessas mobilidades está estreitamente relacionada à circulação de mercadorias, embora não seja determinada exclusivamente por ela. A produção dessas mobilidades também é sustentada por elementos como identidades, valores culturais e morais, bem como por redes de solidariedade que contribuem para a constituição e a manutenção das territorialidades. Entretanto, o trabalho configura-se como o principal fator estruturador desse processo, uma vez que é por meio dele que se organiza a circulação de mercadorias e, conseqüentemente, os deslocamentos dos migrantes, que acompanham os fluxos comerciais na fronteira. Nessa perspectiva, a produção das mobilidades deve ser compreendida a partir da territorialidade pendular, cotidiana, temporária e provisória.

Se foi possível mudar um pouco o olhar do leitor sobre o universo estudado, para a visão que reconhece e valoriza o trabalho de sol a sol dos imigrantes pendulares bolivianos, considera-se este trabalho o fim de uma etapa bem-sucedida.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Além das versões: possibilidades da narrativa em entrevistas de história oral. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História**, São Paulo, v. 10, p. 77–98, 1996.
- ALBUQUERQUE, José Lindomar C. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos “brasiguaios” entre os limites nacionais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 31, p. 137-166, jan./jun. 2009.
- ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010.
- ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho; JARDIM, Maria Chaves. Apresentação do dossiê fronteiras, deslocamentos e mobilidades. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, p. 106-113, 2018.
- ALPIRES, Thais da Silva. **A securitização da fronteira Corumbá-MS/BRA – Puerto Quijarro-BO: análise das percepções sociais**. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Programa de Mestrado em Estudos Fronteiriços, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Corumbá, 2022.
- ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho e suas principais manifestações. In: MENDES, A. M.; MORAES, R. D.; MERLO, A. R. (org.). **Trabalho e sofrimento: práticas clínicas e políticas**. Curitiba: Juruá, 2014. p. 25-43.
- ARAUJO, Ana Paula Correia de; FILARTIGAS, Danilo Magno Espíndola; CARVALHO, Luciani Coimbra de. **Bolivianos no Brasil: migração internacional pelo corredor fronteiroço Puerto Quijarro (BO)/Corumbá (MS)**. Interações, Campo Grande, v. 16, n. 1, p. 131-141, jan./jun. 2015.
- ARRUDA, Ariane Aparecida Carvalho de. **Cristãos e infiéis nos espaços de fronteira: Chiquitania/Bolívia e Pantanal/Brasil: conflitos, reciprocidade, mestiçagem e mobilidade social (1770–1800)**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- AZEVEDO, Fernando de. **Um trem corre para o oeste**. Obras completas v. XII, 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, s.d.
- BARRETO, Davi de Oliveira. **Trabalhadores migrantes e a Previdência Social na Fronteira: o caso dos feirantes bolivianos em Corumbá/MS**. 2022. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Campus de do Pantanal, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2022.
- BARROS, Maria Cristina Lanza de. **Os bolivianos do lado de cá: além do limite, a produção de fronteiras na cidade de Corumbá-MS**. 2021. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92493>. Acesso em: 2 jul. 2024.

BARELLI, Ana Inés. Religiosidad Popular: El caso de la Virgen de Urkupiña en San Carlos de Bariloche. **Cultura y Religión**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 64-78, jun. 2011.

BERNARDINO, Maria Cristina; ANDRADE, Selma Maria de. Condições de trabalho e qualidade de vida de trabalhadores informais. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 40, n. 131, p. 88-99, 2015.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução: Myriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

BRAMBILLA, Chiara. Borderscaping: repensar fronteiras e migrações no mediterrâneo através das agências políticas na fronteira ítalo-tunisiana. In: DORFMAN, Adriana; FILIZOLA, Roberto; FÉLIX, Julian Mokwa (org.). **Ensinando fronteiras, projetos estatais, representações sociais e interculturalidade**. Editora Diaorin, 2021.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Lei n.º 13.445, de 24 de maio de 2017. Dispõe sobre os direitos e deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 maio 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 3 jan. 2023.

CALABRETTA, Andrea. Not Just Holidays. The Social and Symbolic Significance of Summer Returns for Tunisian Descendants. **Italian Sociological Review**, v. 15, p. 271 – 290, Itália, 2025.

CARBALLO, Cristina. “Repensar el territorio de la expresión religiosa” coordinado por Cristina Carballo en: Cultura, territorios y prácticas religiosas, Prometeo libros, Buenos Aires, p.151-172, 2009.

CARDOSO, Bruno; HIRATA, Daniel. Coordenação como tecnologia de governo. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 539–564, 2016.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHIARETTI, Dércio. O tratamento jurídico das relações transfronteiriças na faixa de fronteira brasileira. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 14, n. 2, p. 100-118, 2017.

CORUMBÁ. **Decreto n.º 307, de 2007**. Regulamenta o funcionamento, organização e o recadastramento de feirantes nas feiras livres do Município de Corumbá. Corumbá, MS: Prefeitura Municipal, 2007. Disponível em: <https://corumba.ms.gov.br>. Acesso em: 3 jun. 2024.

COSTA, Gustavo Villela Lima da. Contrabando para quem? Controle e (in)disciplina na fronteira Brasil-Bolívia em Corumbá-MS. In: **Anais do II Congresso Internacional do NUCLEAS**. Rio de Janeiro, 2010.

COSTA, Gustavo Villela Lima da. A Feira Bras-Bol em Corumbá (MS): notas sobre o comércio informal na fronteira Brasil-Bolívia. **Contemporânea**, v. 3, n. 2, p. 467-489, jul./dez. 2013.

COSTA, Gustavo V. L.; OLIVEIRA, Giovanni França O. Esquemas de fronteira em Corumbá (MS): negócios além do legal e do ilegal. **Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social**, v. 7, n. 2, p. 207-232, 2014.

COSTA, Edgar Aparecido da. Ordenamento territorial em áreas de fronteira. In: COSTA, E.A; OLIVEIRA, M.A.M. (orgs.). **Seminário de estudos fronteiriços**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2009, p. 65.

COSTA, Edgar Aparecido da. Mexe com o quê? Vai pra onde? Constrangimentos de ser fronteiriço. In: COSTA, E. A.; COSTA, G. V. L.; OLIVEIRA, M. A. M. (org.). **Fronteiras em foco**. Campo Grande: UFMS, 2011. p. 131-170.

COSTA, Edgar Aparecido da. Mobilidade e fronteira: as territorialidades dos jovens de Corumbá, Brasil. **Transporte y Territorio**, p. 65-86, 2013.

COSTA, Edgar Aparecido da. Os bolivianos em Corumbá-MS: conflitos e relações de poder na fronteira. **Mana**, v. 21, n. 1, p. 35-63, 2015.

CORTÊS, Tiago Rangel. **Migrantes e fazer-cidade trajetórias urbanas de migrantes transnacionais em São Paulo**. 2023. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

CORUMBÁ. Prefeitura Municipal de Corumbá. **Lei Municipal n.º 058**, de 5 de maio de 1952. Criação da Feira Livre nesta cidade e dá outras providências. Disponível no arquivo da /Câmara Municipal de Corumbá/Arquivo.

CORUMBÁ (MS). **Lei n.º 1.516**, de 9 de dezembro de 1997. Criação e denominação oficial dos bairros em Corumbá, Corumbá, MS: Câmara Municipal, 1997.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil. História, direitos e cidadania**. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 1986.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DE GENOVA, Nicholas. **Working the Boundaries: Race, Space, and “Illegality” in Mexican Chicago**, Durham, NC: Duke University Press, 2005.

DIAS, Ramona Trindade Ramos. **A moradia dos bolivianos em Corumbá-MS: Singularidades do espaço fronteiriço**. Dissertação. (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Fundação Universidade de Mato Grosso do Sul. Corumbá, 2010.

DORFMAN, Adriana. **Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

DORFMAN, Adriana. A condição fronteiriça diante da securitização das fronteiras do Brasil. In: NASCIMENTO, Durbens Martins; REBELO, José Peixoto (org.). **Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa da Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2013. p. 119–138.

DUPAS, E.; JESUS, A. D. Casa do Migrante de Corumbá-MS: potencialidades do acolhimento de migrantes internacionais na fronteira Brasil-Bolívia. In: **A vida na fronteira: investigações sobre o viver transfronteiriço no Mato Grosso do Sul**. São Carlos: Pedro & João, 2022. p. 15-29.

ESPÍRITO SANTO, Anderson Luís do; COSTA, Edgar Aparecido da; BENEDETTI, Alejandro Gabriel. Possibilidades de gestão compartilhada de territórios fronteiriços: reflexões a partir das feiras livres de Corumbá, Brasil. **Revista Espacios**, v. 38, n. 17, p. 30, 2017.

FEDMAN-BIANCO, Bela; SANJURJO, Liliana; SILVA, Douglas Mansur. Migrações e deslocamentos: balanço bibliográfico da produção antropológica brasileira entre 1940 e 2018. **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, (93), 1-58, 2020. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/516>. Acesso em: 25 out. 2022.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257–272, ago. 2002. (SILVA, 2003, apud, ESPÍRITO SANTO; COSTA; BENEDETTI, 2017, p. 99).

FREITAS, Elisa Pinheiro de. Sertão cosmopolita: tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918) [Resenha do livro]. **Revista GeoPantanal**, p. 243–247, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCHER, Michel. Considerações geopolíticas sobre as fronteiras contemporâneas. **Revista GeoPantanal**, v. 8, n. 15, p. 29-40, 2014.

GRIMSON, Alejandro (comp.). **Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro**. Buenos Aires: La Crujía, 2000.

GLICK SCHILLER, Nina; ÇAGLAR, Ayse. Diasporic cosmopolitanism: migrantes, sociabilities and city making. In: SCHILLER, N. G.; IRVING, A. (org). **Whose cosmopolitanism? Critical perspectives, relationalities and discontents**. Nova Iorque: Berghahn Books, 2015.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multiterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT, Rogério; MONDARDO, Marcos. Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana. **GEOgraphia**, Niterói, v. 12, n. 24, p. 19-50, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2010.1224.a13602>. Acesso em: 9 maio 2026.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

JESUS, Alex Dias de. **Redes da migração haitiana no Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado em Geografia). Dourados, Universidade Federal da Grande Dourados, 2020.

JÚNIOR, Francisco Silva. **Xenofobia e fronteira**: discursos de ódio em Corumbá. Corumbá: Editora Pantanal, 2021.

KANT, I. (1802). *Physische Geographie*. Vollmer. Como citado em Santos, M. (1996). **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. Hucitec.

KALB, Don; TAK, Herman (org.). **Critical Junctions**: Anthropology and History Beyond the Cultural Turn. New York: Berghahn Books, 2005.

LAMOSO, Lisandra Pereira. Práticas de fronteirização e os dilemas do desenvolvimento. In: COSTA, Edgar Aparecido da (org.). **Desenvolvimento e Fronteiras**: reflexões e dinâmicas territoriais. Campo Grande: Editora UFMS, 2016. p. 45-62.

LEMO, Letícia Dias; BARBOSA, Alinne Alvim; MONZATO, Amanda. Mulher, trabalho e família: os impactos da tripla jornada na saúde mental das mulheres. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 11, n. 2, p. 143-162, 2020.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2006.

MACHADO, Rosana Pinheiro. **"A garantia soy yo"**: etnografia das práticas comerciais entre camelôs e sacoleiros nas cidades de Porto Alegre (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

MACHADO, Lia Osório. Limites, Fronteiras, Redes. In: STROHAECKER, Tânia Marques *et al.* (Org.). **Fronteiras e Espaço global**. Porto Alegre: AGB-Seção Porto Alegre, 1998.

MACHADO, Lia Osório. O comércio de rua e fronteira. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações Geográficas**: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 251-282.

MAIA, Maria Cristina Ferreira. **Um marco para a liberdade**: “Pedra Branca”. Cativos na fronteira de Corumbá (BR)/Puerto Suárez (BO). Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2014.

- MARTINS, Ricardo Ferreira. **Festas na fronteira**: manifestações devocionais à Virgem Urkupiña – Padroeira da Bolívia –, em Corumbá. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Campus do Pantanal, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2016.
- MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MEIRELES, Denise Maldi. **Guardiães da Fronteira**. Rio Guaporé, século XVIII, Petrópolis: Editora Vozes. 1989.
- MERA, Carolina; SASSONE, Susana (s/f) “**Identidades étnicas y territorialidad**: Migración boliviana y coreana en la Ciudad de Buenos Aires”, en Durin, S. (ed.) Entre la diferencia y el estigma, Etnicidad y procesos diferenciados de inserción urbana. Monterrey: CIESAS en coedición EGAP - ITESM (En prensa).
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.
- MONDARDO, Marcos. Território, transterritorialidade e hibridismo cultural. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 14, n. 19, p. 27-41, jul./dez. 2011.
- MONDARDO, Marcos. **Territórios de trânsito**: dos conflitos entre Guarani e Kaiowá, paraguaios e “gaúchos” à produção de multi/transterritorialidades na fronteira. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- MONDARDO, Marcos. **Territórios de trânsito**: dos conflitos entre Guarani e Kaiowá, paraguaios e “gaúchos” à produção de multi/transterritorialidades na fronteira. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- MORACZEWSKA, Anna. The changing interpretation of border functions in international relations. **Revista Română de Geografie Politică**, v. 12, n. 2, p. 329–340, 2010.
- MORAES, Cirlene Francisca de. Estratégias defensivas e sofrimento psíquico no trabalho. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 15, n. 2, p. 45-58, 2023.
- MORETTI, Franco. **Atlas do romance europeu (1800-1900)**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MORETTI, Elena. Biopolítica da fronteira: notas sobre a produção da exceção e a contenção de corpos indesejáveis. **Textos e Debates**, Boa Vista, v. 1, n. 27, p. 101-115, 2015.
- MORRONE, Flávio; MENDES, Jussara. Trabalho informal, precarização e saúde do trabalhador. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 175-184, 2003.
- OLIVEIRA, Marco Aurélio M; LOIO, Joanna, Amorim de Melo. **Migração internacional pendular em fronteira**: em busca de qualificações espaciais. *Videre*, Dourados, v. 11, n. 21, p. 54-67, 2019.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de; OLIVEIRA, Jéssica Canavarro; RODRIGUES, Wanessa Pereira (orgs.). **Corumbá entre ruas e cemitério: o tempo e o silêncio**. Uberlândia: Conselho e Cultura, 2020.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Uma fronteira para o pôr-do-sol**. Campo Grande: Editora UFMS, 1998

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Para além das linhas coloridas ou pontilhadas – reflexões para uma tipologia das relações fronteiriças. **Revista da Anpege**. V.11, n.15, jan-jun.2015, p. 233-256.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Os elos da integração: o exemplo da fronteira Brasil-Bolívia. In: COSTA, Edgar A. e OLIVEIRA, Marco Aurélio M. (org.) **Seminário de Estudos Fronteiriços**. Campo Grande: UFMS, 2009.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 25-39, 1997.

REYES, Fernando Siliano. **O papel das vias de circulação na coesão territorial do estado boliviano da audiência de charcas à Bolívia de 1971**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SAID, Edward W. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Edusp, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. **O que é um imigrante?** Organização de Eleni Varikas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

SEGATO, Rita. **“La Nación y sus Otros. Raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de Políticas de la Identidad”**, Buenos Aires, Prometeo, 2007.

SILVA, Giovani José da. **Identidades cambiantes: os Kamba na fronteira Brasil-Bolívia**. Goiânia: Editora UFG, 2012.

SOUCHAUD, Sylvain; BAENINGER, Rosana. Collas e cambas do outro lado da fronteira: aspectos da distribuição diferenciada da imigração boliviana em Corumbá, Mato Grosso do Sul. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 25, n. 2, p. 271-286, jul./dez. 2008.

SOUZA, João Carlos de. **Sertão cosmopolita: tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918)**. São Paulo: Alameda, 2008.

TELLES, Vera da Silva. Jogo do poder nas dobras do legal e ilegal: anotações de um percurso de pesquisa *In: Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 115, p. 443-461, 2013.

TRAVASSOS, Mário. **Projeção continental do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

VAN GENNEP, Arnold. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 1978.

VELOZO, Edgar Garcia. **As relações internacionais e os estudos fronteiriços: uma abordagem estratégica**. Universidade La Salle, Canoas, RS [s.d.].

VELHO, Gilberto. **A Utopia Urbana: um estudo de antropologia social**. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

VIDAL, Dominique. Fronteiras e relações de poder. *In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (org.). Território sem limites: estudos sobre fronteiras*. Campo Grande: Editora UFMS, 2008. p. 43-58.

WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SITES CITADOS

DIÁRIO ONLINE DE CORUMBÁ. Apreensão de mercadorias de bolivianos acaba em confusão. Disponível em: <https://www.diarionline.com.br/?s=noticia&id=59346>. Acesso em: 17 dez. 2024.

DIÁRIO ONLINE DE CORUMBÁ. Operação “Términus” apreende seis toneladas de mercadorias irregulares. Disponível em: <https://www.diarionline.com.br/>. Acesso em: 16 ago. 2024.

OUTRAS REFERÊNCIAS

POLÍCIA FEDERAL (Corumbá-MS). Dados coletados em 2024 e autorizados para publicação.